

Coletânea de Artigos Conhecimento em Pauta

Volume 3

Artigos Científicos
GRADUAÇÃO 2016/1

Unoesc Chapecó
Junho 2016

Organizadores:

Celso Paulo Costa
Daiane Pavan
Diego Beal
Gilberto Pinzetta
Inocencia Boita Dalbosco



Editora Unoesc

© 2016 Editora Unoesc
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc
É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.
Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, 89600-000 – Joaçaba – Santa Catarina, Brasil
Fone: (55) (49) 3551-2065 – Fax: (55) (49) 3551-2004 – editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc
Coordenação

Débora Diersmann Silva Pereira

Copidesques: Bianca Regina Paganini, Giovana Patrícia Bizinela
Revisão eletrônica: Talita Varela
Projeto gráfico: Simone Dal Moro
Capa: Gilmar Paloschi

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F981c	Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina. Campus de Chapecó Conhecimento em pauta: artigos científicos graduação 2016/1 / organizadores: Celso Paulo Costa ... [et al.]. – Chapecó: Editora Unoesc, 2016. 446 p. – (Série Coletânea de artigos, v. 3) ISBN 978-85-8422-069-4 1. Direito - Pesquisa. 2. Ensino Superior. I. Costa, Celso Paulo, (org.). II. Título. III. Série
	CDD 378

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária – Campus Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina

Reitor

Aristides Cimadon

Vice-reitores de *Campi*

Campus de Chapecó

Ricardo Antonio De Marco

Campus de São Miguel do Oeste

Vitor Carlos D'Agostini

Campus de Videira

Antonio Carlos de Souza

Campus de Xanxerê

Genesio Têo

Pró-reitor de Graduação

Ricardo Marcelo de Menezes

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão

Fábio Lazzarotti

Diretor Executivo da Reitoria

Alciomar Marin

Comissão científica (Avaliadora)

Ana Marcia Debiasi Duarte

Celso Paulo Costa

Daiane Pavan

Diego Beal

Gilberto Pinzetta

Inocência Boita Dalbosco

Mônica Raquel Sbeghen

Sabrina do Nascimento

Comissão Organizadora

Celso Paulo Costa

Daiane Pavan

Diego Beal

Gilberto Pinzetta

Inocência Boita Dalbosco

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
-------------------	---

ARTIGOS

ÁREA DAS CIÊNCIAS DAS HUMANIDADES

REORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA EMPRESA BETA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS.....	11
Adriana Girardi, Carla de Almeida Martins Basso, Carla Fabiana Cazella	

ESTRATÉGIAS DE <i>MARKETING</i> UTILIZADAS PELO COMÉRCIO VAREJISTA DA CIDADE DE CHAPECÓ.....	31
Clóvis Baptista Prates, Gilberto Pinzetta, Andressa Morgan	

PROPOSTA DE PLANO DE <i>MARKETING</i> PARA A RÁDIO CHAPECÓ, QUANDO DA TRANSIÇÃO DE FREQUÊNCIA AM PARA FM.....	51
Karoliny Monteiro, Ricardo Antonio De Marco, Jamir Rauta	

A AUTONOMIA DA VONTADE NA DISPOSIÇÃO DO CORPO PARA MUDANÇAS DE GÊNERO.....	73
Narciso Leandro Xavier Baez, Caio Colling	

OS REFLEXOS DA CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA AO EMPREGADOR NO DEPÓSITO RECURSAL.....	91
Michele Andressa Scariot, Elizabete Geremias	

OS PAPÉIS FEMININOS E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FA- MILIARES.....	111
Marivete Leonor Secco, Michele Gaboardi Lucas	

ARTIGOS

ÁREA DAS CIÊNCIAS DA VIDA

- ADOÇÃO HOMOAFETIVA: O DISCURSO DE UMA FAMÍLIA HOMOAFETIVA 133
Patrícia Fernanda Conte, Fábio Augusto Lise, Edson Pilger Dias-Sbeghen
- APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A REEDUCAÇÃO PSICOMOTORA COMO “TRATAMENTO” PARA A DISGRAFIA – UMA REVISÃO DE LITERATURA..... 151
Rafael Cunha Laux, Sandra Rogéria de Oliveira
- APONTAMENTOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ESCOLINHAS DE FUTEBOL: UM DIÁLOGO COM J. B. FREIRE..... 165
Alessandro Rossetto, Rafael Cunha Laux, Juliano Pescador, Paulo Pagliari, Ricardo Rezer
- ATENDIMENTO PSICOLÓGICO INFANTIL: SINTOMAS PSICOSSOMÁTICOS..... 187
Laís Regina Bordignon, Francine Cristine Garghetti
- ATITUDES HOSTIS DE ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: JOVENS TRABALHADORES COMO ALVOS DESSA VIOLÊNCIA 203
Edson Pilger Dias Sbeghen, Edelvais Keller
- AUTOEFICÁCIA DE ATLETAS DE JUDÔ DIANTE DOS RESULTADOS DURANTE COMPETIÇÃO OFICIAL 221
Patrick Zawadzki, Fernanda Andressa Marafon De Souza, Dirceu Junior Barp
- AValiação funcional do joelho em praticantes de academia 239
Patrick Zawadzki, Suani Marquesan Figueira
- ESQUEMAS DE GÊNERO DO AUTOCONCEITO E PERFIL IDIOCÊNTRICO-ALOCÊNTRICO DOS LUTADORES DE CHAPECÓ, SC, E ERECHIM, RS 253
Andressa M. Possa, Mariluce Poerschke Vieira

ESTADO DE HUMOR E HIDROGINÁSTICA: UM ESTUDO QUASE EXPERIMENTAL COM IDOSAS.....	273
Aline de Oliveira Martins, Vania Mari Rossato, Maria Denise Justo Panda, Rafael Cunha Laux, Daniela Zanini	
ESTUDO PILOTO SOBRE UM EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM PERCEPTIVA PARA A ANTECIPAÇÃO DO SAQUE DE TÊNIS.....	287
Patrick Zawadzki, Orlei Figueiredo Caldas Junior	
O AUTISMO E O IMPACTO NA FAMÍLIA.....	305
Edilamar Bellé, Francine Cristine Garghetti, Návia Terezinha Patussi	
O ENVELHECER ATRÁS DAS GRADES: A PERCEPÇÃO DE UM GRUPO DE IDOSOS SOBRE O ENVELHECER NA PENITENCIÁRIA.....	323
Morgana Orso dos Santos, Patrícia Fernanda Conte, Edson Pilger Dias Sbeghen, Fábio Augusto Lise	
ORGANIZAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL EM IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA.....	337
Jackson Gerson da Silva, Mariluce P. Vieira	
O ATLETISMO NO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CHAPECÓ, SC.....	351
Patrick Zawadzki, Jairo Azileu da Silva Junior	
PERFIL MOTOR DAS CRIANÇAS PRATICANTES DA MODALIDADE DE JUDÔ NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SC.....	365
Carlos Francis Konishi, Mariluce PoerschkeVieira	
RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA ESCOLAR.....	377
Kelin Francisca Dias, Francine Cristine Garghetti	
TREINAMENTO INTERVALADO DE ALTA INTENSIDADE APLICADO AO <i>SPECIAL JUDO FITNESS TEST (SJTF)</i>	393
Patrick Zawadzki, Dirceu Junior Barp, Fernanda Andressa Marafon de Souza	

ARTIGOS
ÁREA DAS CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

AVALIAÇÃO DA USABILIDADE DE INTERFACES DE SISTEMAS DE AUTOATENDIMENTO BANCÁRIO 411
Franciele Marine Mueller do Amaral, Jean Carlos Hennrichs

PROJETO E PROTÓTIPO DE FERRAMENTA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS ADAPTADA AO PROCESSO DE CRIAÇÃO 431
Tailo Mateus Gonsalves, Ana Marcia Debiasi Duarte

APRESENTAÇÃO

Pesquisar e escrever é resultado de um ato minucioso e persistente de tecer letra por letra e de conter a ansiedade até sentir que deu o melhor de si, mesmo sabendo que ainda restou muito a se compreender e dizer. Para todos aqueles que se empenham em pesquisar e registrar o conhecimento existe um desafio capital, que é o da necessidade de promover reflexões e ações capazes de compreender os problemas globais e fundamentais articulados com problemas parciais e globais, gerando mudanças nos modos de pensar, sentir e agir.

Como produto dos cérebros humanos a pesquisa ganha “vida própria”, chega e dialoga com outros estudos e com os humanos entre si. Com este propósito apresentamos na *Coletânea de Artigos: Conhecimento em Pauta*, 25 artigos das áreas de Conhecimento das Ciências Exatas e Tecnológicas (2 artigos), Ciências das Humanidades (5 artigos) e Ciências da Vida (18 artigos), da Unoesc *Campus* de Chapecó que, de acordo com a Política de Pesquisa da Unoesc “tem como finalidade fomentar, orientar e priorizar a pesquisa e a inovação visando à produção e disseminação do conhecimento científico e socialmente relevante, com o propósito de apresentar soluções que contribuam para o desenvolvimento da região de atuação da Unoesc”.

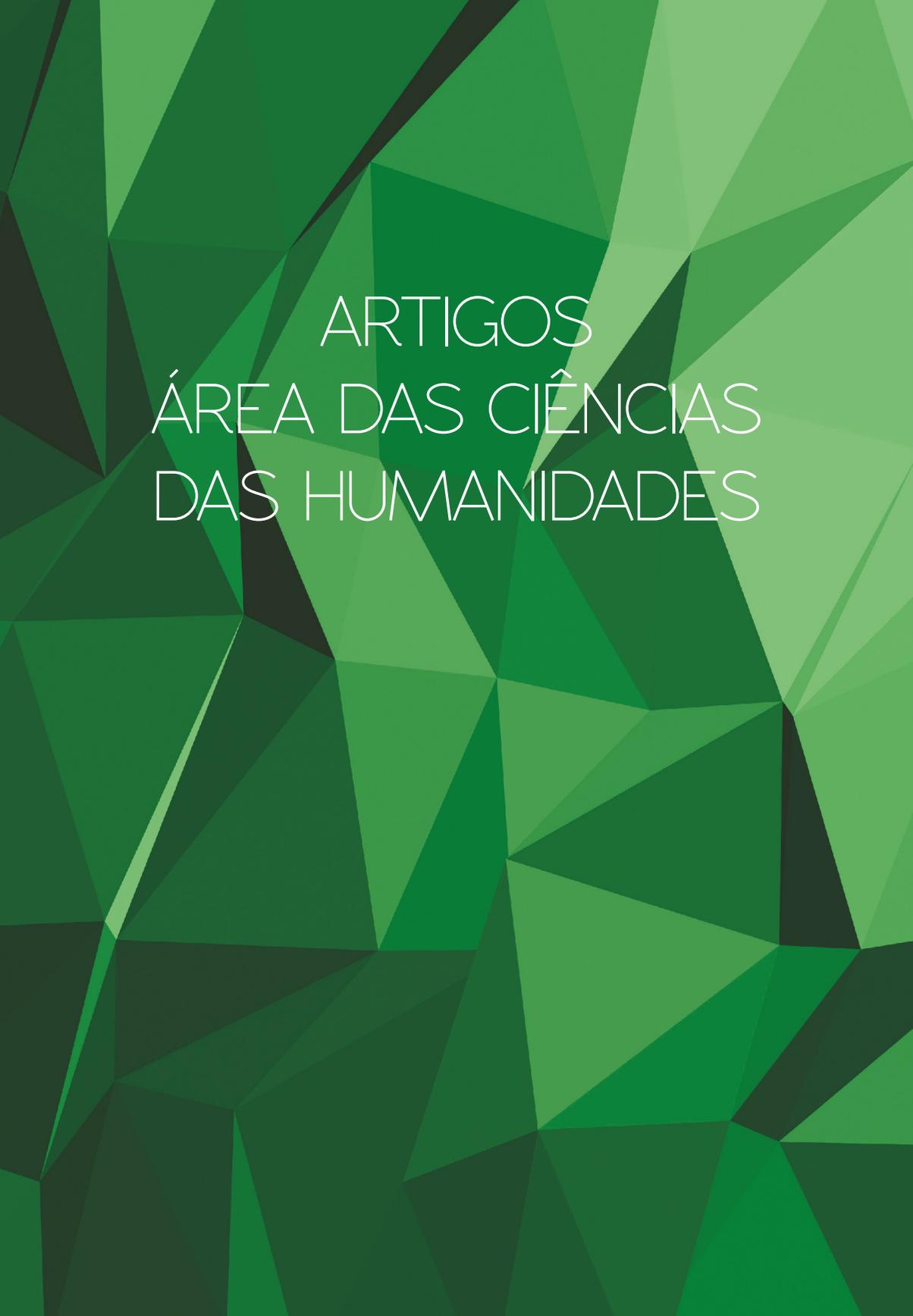
Os trabalhos aqui apresentados resultam de pesquisas de professores e estudantes, cumprindo com a missão e compromisso de atender os índices institucionais de produção docente e incentivo à produção discente, visando ao desenvolvimento regional e institucional. Como toda obra coletiva, o que apresentamos precisa ser lido considerando-se a riqueza específica da contribuição de cada área do conhecimento e a diversidade de temas.

O crescente número de artigos submetidos à avaliação para publicação na *Coletânea de Artigos: Conhecimento em Pauta* me deixa a alegria de constatar que alguma coisa de importante e de novo está se passando

na nossa visão sobre a importância da produção científica na formação acadêmica.

Agradecemos a todos os que se empenharam na elaboração dos artigos que compõem este e-book que contribui sobremaneira para o desenvolvimento pessoal, da Universidade e de todos os nossos leitores. Boa leitura a todos!

Celso Paulo Costa
Diretor de Graduação
Unoesc Campus de Chapecó

The background is a complex, abstract geometric pattern composed of numerous triangles in various shades of green, ranging from dark forest green to light lime green, with some black triangles interspersed. The triangles are of different sizes and orientations, creating a dynamic, crystalline effect.

ARTIGOS
ÁREA DAS CIÊNCIAS
DAS HUMANIDADES

REORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DA EMPRESA BETA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Adriana Girardi*
Carla de Almeida Martins Basso**
Carla Fabiana Cazella***

Resumo

O objetivo neste estudo foi propor a reorganização dos processos internos, os quais estão relacionados ao sistema de informação da empresa, e consequentemente apresentar um plano de melhoria, com visibilidade para a real aplicação dos processos internos da empresa Beta Comércio de Produtos Alimentícios Ltda., de forma a proporcionar melhorias na gestão e tomada de decisões da empresa. Para tal, foi desenvolvido o mapeamento dos principais processos da empresa nos setores administrativo, de estoque e de logística. Após, foram propostas melhorias na gestão de controle, estabelecendo-se indicadores de monitoramento e gestão para os processos. Foi desenvolvido o organograma da empresa para visualização de como os setores internos se interligam, readequando os procedimentos e funções de cada área e colaboradores envolvidos. Após, foi realizada uma pesquisa da utilização e aderência do uso do sistema de informação ou sistema de gestão. O estudo consistiu em uma pesquisa de abordagem exploratória e descritiva, por meio de observação dos procedimentos e questionários aplicados a todos os colaboradores, com enfoque na pesquisa qualitativa, e os procedimentos realizados consistem

* Bacharel em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; adriana_girardi@yahoo.com.br

** Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Especialista em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getulio Vargas; Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó nas áreas de Administração, Contábeis e Sistemas de Informação; carla.basso@unoesc.edu.br

*** Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Especialista em Gestão Escolar pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Coordenadora dos Cursos de Administração e Administração da linha de formação em Comércio Exterior da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; carla.cazella@unoesc.edu.br

em um estudo de caso único. Foi possível constatar que a empresa não possui uma estrutura de gestão formalizada, assim, demonstra carência de organização em todos os setores, o que gera incertezas e retrabalho. O estudo demonstrou que a empresa tem condições de se reestruturar por intermédio da inserção de indicadores, bem como a divisão de atividades mediante a delegação de cargos e, conseqüentemente, a realização das atividades competentes, tornando-se, assim, uma empresa estruturada e preparada em todos os setores, o que possibilitará seu crescimento. Palavras-chave: Processos. Reestruturação organizacional. Distribuidora.

1 INTRODUÇÃO

Referente ao tema em questão, hoje, parte das empresas depende de um sistema de informação, o qual é utilizado para diversas operações, e estas variam dos modos básicos até os mais complexos, dessa forma, pode-se considerar como exemplo a tomada de decisão. Porém, há empresas de pequeno e médio portes que trabalham com um sistema e não utilizam todas as suas ferramentas, pois, muitas vezes, não têm conhecimento de como utilizá-las e muito menos dos benefícios que o sistema pode oferecer.

O estudo justifica-se pela empresa em questão utilizar o sistema de informação *ERP (Enterprise Resource Planning)*, porém este é utilizado para processos simples, como emissão de nota fiscal, registros no caixa (sem fechamento diário, semanal ou mensal), fechamentos mensais de vendas e fechamentos de comissões.

A empresa possui um sistema de informação de gestão empresarial, porém a forma utilizada se torna ineficiente para a administração da empresa, o que faz com que esta apresente algumas falhas de processos, pois grande parte das ferramentas não são utilizadas, em razão da falta de procedimentos estabelecidos e específicos para a distribuidora. A questão de pesquisa a ser respondida com este estudo é: como reestruturar os processos da empresa por meio do sistema de informação utilizado?

O objetivo é propor a reorganização dos processos internos, os quais estão relacionados ao sistema de informação utilizado na empresa,

conseqüentemente, propondo um plano de melhoria, com visibilidade para uma real aplicação. São objetivos específicos da pesquisa: analisar a inserção de pedidos de vendas pelos vendedores por meio de *tablets* ou *palmtops*; estabelecer a consulta do estoque físico confiável; disponibilizar relatórios relacionando vendedor e cliente; apresentar o fluxo financeiro e a formação de preço pelos relatórios; organizar as informações gerenciais alimentando os dados no sistema.

O trabalho foi realizado no primeiro semestre de 2015, mediante pesquisa exploratória e descritiva e estudo de caso único com análise qualitativa; foram aplicados questionários com perguntas abertas e observação não participante.

Este trabalho é composto por: introdução, fundamentação teórica, a qual aborda questões dos sistemas e sistema de informação, tipos de sistemas de informação, processos empresariais, gestão por processos, a importância da definição dos processos, *Business Process Management (BPM)*, sistemas de gestão, organograma e funcionograma. Na seção seguinte é apresentada a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho, após, são apresentados os resultados e as melhorias propostas para os processos da empresa e os indicadores propostos e, por fim, as considerações finais deste estudo.

2 SISTEMAS E SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Um sistema pode ser definido como um conjunto de dados, no qual um depende do outro para formar um resultado, sendo possível fornecer relatórios simples até os mais complexos e relacionando, também, informações de diversas áreas. Oliveira (2011, p. 9) afirma que dado é um elemento em sua forma bruta que é necessário ser trabalhado para se obter uma informação e, assim, auxiliar na tomada de decisões. Os sistemas de informação, alinhados de forma correta, podem trazer diversos benefícios para as organizações, porém, nem sempre são observados, por mais que influenciem diretamente no processo decisório da empresa.

O sistema de informação gerencial pode ser formado por três níveis de gestão; Gordon (2006, p. 13) afirma que a gestão executiva formula as estratégias de longo prazo, a média gestão gerencia as informações táticas e as políticas organizacionais, e a supervisão de nível operacional, as atividades operacionais do dia a dia. Esses três níveis podem ser trabalhados e analisados separadamente, fazendo com que haja uma visão diferenciada com maior ou menor ênfase do que se fossem trabalhados os três níveis juntos, pois, caso trabalhem juntos, influenciarão nas decisões.

Para que o sistema concretize seus propósitos, é necessário que a empresa passe por um processo de alimentação de banco de dados, buscando dados externos e internos, do passado, presente e futuro. Mattos (2010, p. 43) afirma que um banco de dados deve estar logicamente organizado, facilitando e agilizando a busca das informações. Dessa forma, será possível que o sistema consiga classificar, filtrar, armazenar e recuperar dados caso sejam necessários.

Para as empresas atingirem seus objetivos se faz necessário ter um sistema multifuncional que auxilie nas principais funções do negócio, para que seja possível compartilhar facilmente informações de diversas áreas, facilitando os processos. Segundo O'Brien (2010, p. 25), esses sistemas podem ser classificados em quatro categorias, sendo elas: processamentos de transações, informações gerenciais, apoio à decisão e apoio ao executivo.

2.1 PROCESSOS EMPRESARIAIS

Os processos podem ser classificados de várias formas, mas dentro de sistemas de informações, pode-se dizer que processo é a sequência de atividades a serem feitas, as quais podem gerar valor agregado. Cury (2010, p. 311) identifica o processo de clientes podendo ser um produto ou serviço voltado a um cliente externo, processos administrativos que são essenciais, mas não são visíveis ao cliente final e os processos de gerenciamento voltados às decisões tomadas para apoiar os demais processos.

Muitas empresas possuem uma abordagem vertical; segundo Wright, Kroll e Parnell (2011, p. 269), essa abordagem possibilita ao gestor entender sobre o seu negócio, serviços e produtos de forma superficial, sem um conhecimento detalhado de como tudo é feito. Em razão de situações como essas é que acabam sendo mais utilizados os referidos processos, pois eles estando estabelecidos e sendo executados, independente de o colaborador estar envolvido ou não, a informação chegará até os demais setores e não comprometerá as tarefas destes.

Na abordagem horizontal, segundo Mintzberg (2011, p. 123), os processos estão em evidência para atender a um mercado competitivo, passando informações rapidamente entre diversos setores, fazendo com que o seu desempenho aumente automaticamente. Dentro dessa visão sistêmica muitas funções foram superadas por meio desses processos gerenciais, que na maioria das vezes ocorrem na abordagem horizontal.

Para um melhor acompanhamento dos processos, D'Ascensão (2001, p. 71) destaca algumas variáveis, para as quais se deve ficar atento, são elas: a documentação, o volume de trabalho, os recursos utilizados, o tempo de execução, os custos envolvidos, o fluxo do processo, os fatores críticos de sucesso, os pontos-chave do processo e a tecnologia da informação utilizada.

Para que a gestão de processos possa ser realizada deve-se seguir algumas etapas, buscando as principais necessidades de cada empresa. De acordo com Vico Mañas (2007, p. 4), são elas: a definição, o aprimoramento e a implementação da direção estratégica, a correção dos processos críticos interfuncionais e o aprimoramento contínuo do desempenho para atender às expectativas dos usuários.

Barbieri (1997, p. 6) afirma que para planejar um novo processo é necessário antes analisar o que necessita ser feito, realizar o mapeamento de processos, bem como designar o responsável à função. Além disso, precisa ser feita uma análise prospectando quais setores serão afetados e descrevendo todos os pontos positivos e negativos desse novo processo. Importante salientar, também, o cuidado para que os novos processos

não sejam efetuados da mesma forma que um processo antigo simplesmente por serem parecidos.

Nessa fase, a definição dos processos é fundamental para que tudo seja realizado de forma efetiva sempre, evitando possíveis transtornos ou desconfortos caso ocorram alterações no quadro de funcionários. Deve-se ter conhecimento de como são feitos os compartilhamentos entre as equipes, compreendendo quem tem conhecimento e realiza determinada atividade, conseqüentemente, com quem será compartilhado após ser concluída a atividade, formando um fluxo.

2.2 BPM – BUSINESS PROCESS MANAGEMENT

Segundo Molinaro (2012, p. 29), a *BPM* (*Business Process Management*) tem como objetivo o acompanhamento da performance, e para isso é necessário seguir alguns passos, sendo eles: os gestores devem definir as prioridades e estabelecer os princípios da empresa, repassando o conhecimento para os demais. Na priorização dos processos, é necessário um equilíbrio entre complexidade, maturidade, automação, mapeamento de processos e fatores críticos. De acordo com os autores, o *business case* deve expor os problemas identificando a estrutura do projeto-piloto. Após, é necessário designar um responsável para motivar os colaboradores na elaboração do projeto. Assim que designado o responsável, deve-se montar uma equipe que organize, coordene e compreenda o projeto para depois automatizá-lo; essa equipe compreendendo o projeto, terá facilidade em identificar as oportunidades de melhorias no desempenho. Após essas identificações, pode-se implementar o *BPM*, desenvolvendo, redesenhando e executando um protótipo para verificar como funcionará em outro ambiente. Assim que forem feitos os testes, basta alinhar as alterações com os demais setores.

Segundo Sousa Neto e Medeiros Junior (2008, p. 13), a melhoria e a transformação são o foco da implementação do *BPM*, que busca redução de custos, aumento de produtividade, aumento de rentabilidade, redução de desperdícios, entre outros objetivos. A implantação do *BPM*

não é tão simples e rápida, pois envolve mudanças no comportamento dos indivíduos e o comprometimento da administração, fazendo com que a gestão de processos se torne essencial.

2.3 SISTEMAS DE GESTÃO

Por ser um sistema interfuncional, o *Enterprise Resource Planning (ERP)* integra e automatiza processos e atividades internas e externas, centralizando o armazenamento em um único banco de dados. Acompanha as situações de diversas áreas: vendas, estoque, financeiro, faturamento, inventário, logística, recursos humanos, controle de pedidos, entre outras. O'Brien (2010, p. 208) afirma que antes de o implantar é necessário realizar um planejamento de *ERP*, no qual é fundamental identificar o perfil da empresa, bem como a orientação do fluxo de trabalho para ser otimizado e não estagnado e o conhecimento dos diferentes níveis da empresa, permitindo envolver e cruzar os dados e proporcionar o mesmo fluxo de dados.

O *ERP* também é conhecido como Sistemas Integrados de Gestão Empresarial; segundo Batista (2012, p. 163), há dois módulos de desenvolvimento e implantação: o funcional, que aborda as atividades rotineiras da organização, em que visa modular os principais departamentos, como o financeiro, compras, vendas, logística, recursos humanos, entre outros, e o desenvolvimento sistêmico, que tem o foco nos níveis de responsabilidade dos processos decisórios com base no módulo funcional. Com o *ERP* a empresa tem como principal foco a eficiência e a eficácia nas relações internas entre funcionários e tecnologia de forma integrada, não deixando de considerar os fatores externos.

3 METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado na empresa Beta Comércio de Produtos Alimentícios, localizada em Chapecó, SC, que atua principalmente com rações e produtos da linha *pet*; o proprietário atual assumiu a gestão

da empresa em 2012. O trabalho foi realizado no primeiro semestre de 2015, por meio de pesquisa exploratória e descritiva e estudo de caso com análise qualitativa; foram aplicados questionários com perguntas abertas e observação não participante.

A amostragem foi composta pelos colaboradores da referida empresa, sendo três vendedores, duas repositoras/promotoras, um motorista, um encarregado de depósito, duas responsáveis pelo administrativo e um sócio administrativo, totalizando 10 questionários, nos quais foram observados os procedimentos da organização. A coleta de dados foi realizada por intermédio de entrevista e questionário estruturado com o gestor da empresa e aplicado a todos os colaboradores, evidenciando a função de cada um, bem como os processos que estão envolvidos e as ferramentas ou funcionalidades que utilizam no sistema.

Os resultados foram avaliados conforme as respostas dos questionários e foram tabulados com a ferramenta MS Excel®. Após, as propostas de melhorias foram formuladas mediante a avaliação dos processos atuais, com base no referencial teórico.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

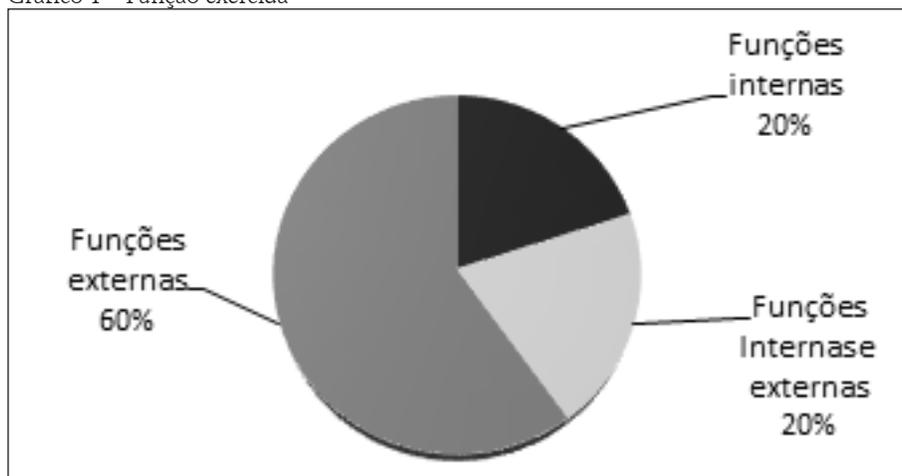
O questionário foi aplicado a todos os colaboradores da empresa, por meio do qual se identificaram que quatro dos entrevistados são do gênero feminino e seis do gênero masculino. Em relação à idade, um tem até 25 anos, seis têm de 26 a 40 anos, e três têm idades acima de 41 anos, demonstrando que a maioria dos colaboradores é de uma geração que tem conhecimento e acesso à tecnologia de informação, facilitando a compreensão e os benefícios que podem ter com ela.

Em relação à escolaridade, foi identificado que cinco colaboradores possuem apenas o ensino médio completo, três possuem o superior incompleto, e dois, o superior completo, sendo estes com os Cursos de Agronomia e Direito. No quesito tempo de empresa, observa-se que seis dos colaboradores estão na empresa há mais de dois anos, enquanto dois

estão entre um e dois anos, e dois, até um ano. Com isso, percebe-se que os colaboradores têm potencial para assumir responsabilidades.

Ao que se refere às funções, conforme Gráfico 1, dois colaboradores exercem funções internas, dois, funções internas e externas, e seis, funções externas.

Gráfico 1 – Função exercida

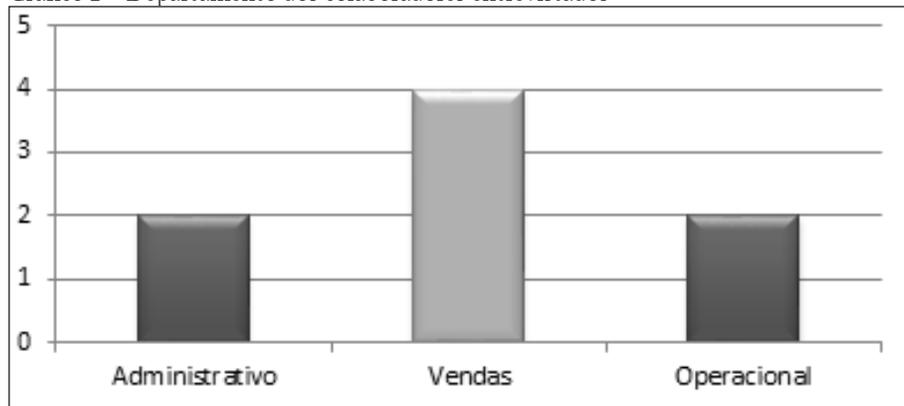


Fonte: os autores.

Entre as principais atividades realizadas, foram citadas: administrativo, faturamento, financeiro, compras, RH, recebimento de mercadorias, carga, descarga, separação, conferência, entregas, divulgação/ abordagem e *marketing*.

Entre os 10 colaboradores, foi identificado que apenas cinco possuem acesso ao sistema, e destes, 25% usam o departamento administrativo, 25%, o operacional, e 50%, para vendas, conforme o Gráfico 2.

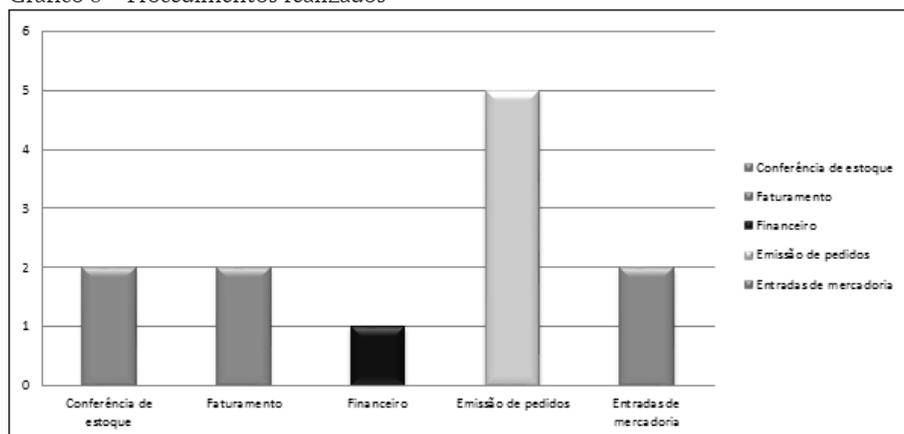
Gráfico 2 – Departamento dos colaboradores entrevistados



Fonte: os autores.

Entre os procedimentos relacionados ao sistema, foram apontados, conforme o Gráfico 3, a conferência de estoque, o faturamento e as entradas de mercadorias, que são efetuados por dois colaboradores cada, o financeiro, que é efetuado por um colaborador, e a emissão de pedidos, realizadas por cinco colaboradores.

Gráfico 3 – Procedimentos realizados



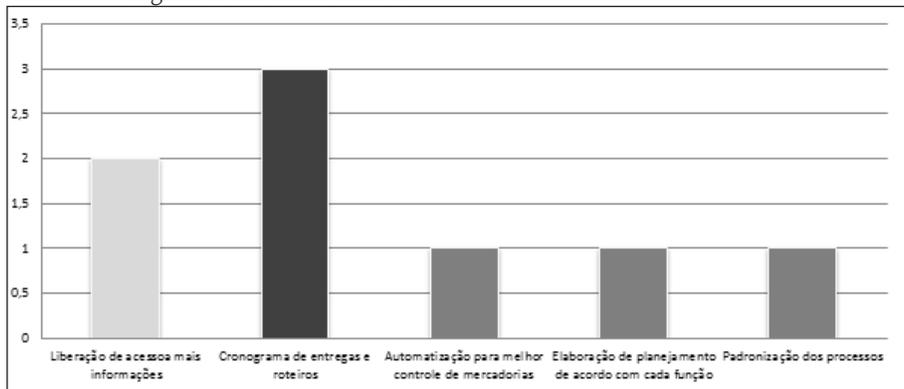
Fonte: os autores.

Para 50% dos colaboradores, o sistema não é utilizado na sua integralidade, e foram apontados cinco principais motivos: falta de liberação de acesso para mais áreas, falta de informações, falta de confiança

em alguns dados e relatórios não focados, com 17% cada, e a falta de organização e planejamento, com 32%.

Quando abordadas as sugestões que os colaboradores acreditam ser necessárias para um melhor andamento dos processos da empresa, a automatização para um melhor controle, a elaboração de planejamento de acordo com cada função e a padronização dos processos foram sugeridas uma vez cada; a liberação de acesso a mais informações foi sugerida por dois colaboradores, e o cronograma de entregas e roteiros foi sugerido por três colaboradores, conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Sugestões dos entrevistados



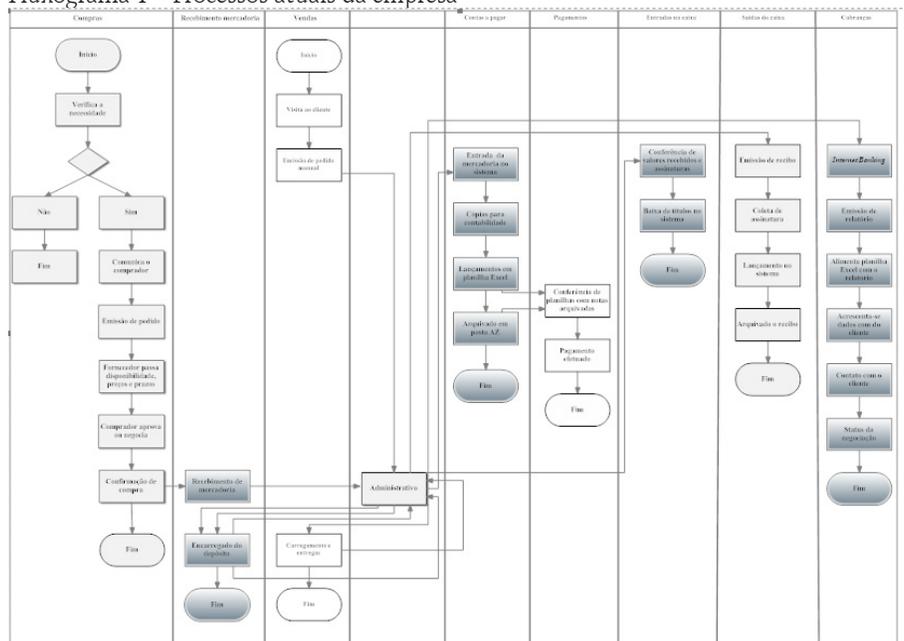
Fonte: os autores.

Com base no questionário aplicado, pode-se notar que a empresa não possui processos padronizados, e isso acaba interferindo direta ou indiretamente em algumas informações preponderantes para o funcionamento eficaz das atividades, pois estas acabam chegando de forma incompleta, e há casos em que os colaboradores não as recebem, ocasionando, assim, trabalhos duplicados ou triplicados, e como consequência disso, há falta de confiança dos colaboradores nas informações.

4.1 PRINCIPAIS PROCESSOS DA EMPRESA

No Fluxograma 1 são apresentados os processos da empresa. A maioria dos processos atuais é realizada por meio do sistema e manualmente, gerando retrabalho, além da possibilidade de gerar erros ou falhas em razão de lançamentos incorretos relacionados com compras, recebimento de mercadoria, vendas e financeiro, em que estão envolvidas as entradas e saídas do caixa, cobranças e pagamentos. Por não haver dados precisos e confiáveis, muitas vezes, o que poderia ser simples e rápido acaba se tornando confuso e demorado em decorrência da repetição da conferência das informações. Além dos confusos processos, a centralização de atividades também contribui para a demora de determinados processos.

Fluxograma 1 – Processos atuais da empresa



Fonte: os autores.

4.2 MELHORIAS PROPOSTAS

Conforme apresentado anteriormente, os principais processos da empresa estão relacionados com compras, recebimento de mercadoria, vendas e financeiro, em que estão envolvidas as entradas e saídas do caixa, cobranças e pagamentos.

Para um melhor entendimento da empresa, conforme a metodologia de Marconi (1999, p. 206), foi desenvolvido o organograma identificando as áreas existentes na organização para posteriormente serem identificadas as funções competentes a cada uma das áreas, fazendo uma distribuição de atividades de acordo com cada cargo exercido hierarquicamente.

Organograma 1 – Distribuição de cargos proposta



Fonte: os autores.

A área administrativa pode ser dividida em duas partes: Recursos Humanos (RH), responsável pelas admissões, rescisões, folhas de pagamento e escala de férias, e o financeiro, que realiza as rotinas, como conferências, faturamento, cobranças, entradas e saídas do caixa, pagamentos e fluxo de caixa.

O comercial envolve as vendas e suas negociações de preço e prazo para fidelização de clientes, normalmente, acompanhada do *marketing*, que presta apoio por meio de promoções e divulgações em rádios,

televisão e eventos, além das abordagens ao público em pontos de vendas dos clientes.

Por sua vez, a logística é responsável pelo cronograma de entregas relacionando produtos disponíveis e sua viabilidade, processo de compras, estoque, armazenamento, entradas de mercadoria e a conferência da qualidade dos produtos ou embalagens destes. Após separação, conferência e carregamento, a mercadoria é entregue ao cliente.

Com esses três setores alinhados, cabem ao gerente administrativo da empresa a avaliação do demonstrativo de resultados (DRE), o acompanhamento do caixa, os planos estratégicos e o desenvolvimento da empresa, permitindo ao gestor um acompanhamento do desempenho geral, conforme Molinaro (2012, p. 29).

Para um melhor entendimento e divisão das atividades, é proposto, conforme Quadro 1, um funcionograma para a empresa, facilitando a identificação das atividades que competem a cada funcionário, conforme metodologia proposta por Andrade (2010, p. 123).

Quadro 1 – Funcionograma proposto

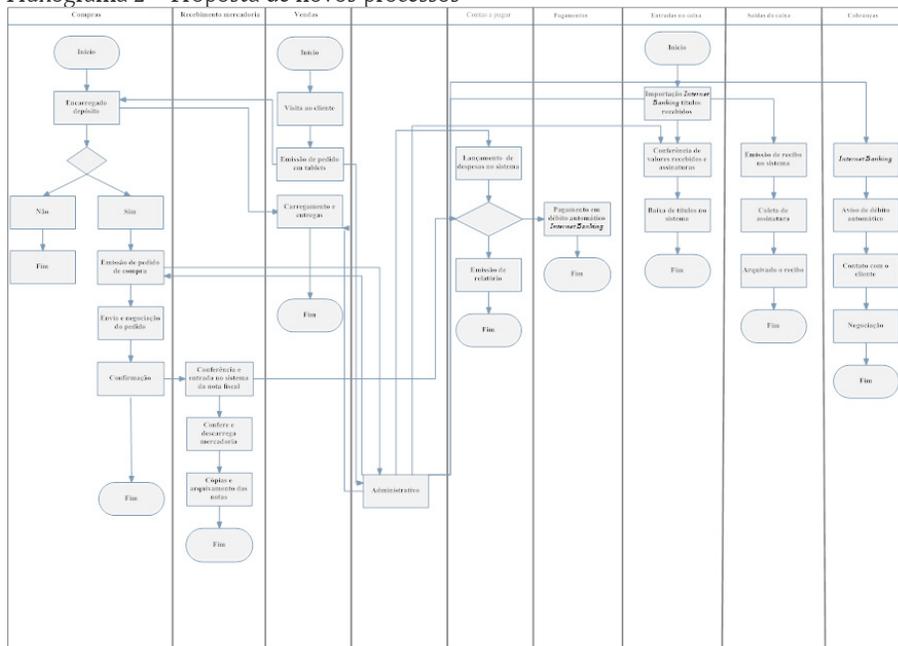
Área	Cargo	Função
Gestão	Gerente administrativo	Tomada de decisões, acompanhamento de resultados e do desenvolvimento da empresa e elaboração de planos estratégicos.
Administrativo	Financeiro	Conferências, faturamento, cobranças, entradas e saídas do caixa, pagamentos e fluxo de caixa.
Administrativo	Recursos humanos	Admissões, rescisões, folhas de pagamento e escala de férias.
Comercial	Vendas	Vendas e negociações de preço e prazo para fidelização de clientes.
Comercial	<i>Marketing</i>	Divulgações em rádios, televisão e eventos, responsável pela agenda da unidade móvel para abordagens ao público.
Logística	Encarregado depósito	Cronograma de entregas, processo de compras, organização do estoque, armazenamento, entradas de mercadoria, conferência da qualidade dos produtos ou embalagens destes e separação de produtos para entrega.
Logística	Entregas	Conferir produtos no carregamento e realizar entregas.

Fonte: os autores.

Com o organograma e o funcionograma organizados, foi possível identificar e separar adequadamente as atividades, de modo que ninguém fique sobrecarregado por estar centralizando diversas atividades. Assim, conforme metodologia de Salomom (2010, p. 302), pode-se apresentar uma simplificação nos processos, conforme Fluxograma 2.

Com este fluxograma, pode-se perceber que os setores continuam se interligando por meio dos processos, porém com uma simplificação, distribuindo as funções de acordo com o cargo competente de cada área, que, segundo Sousa Neto e Medeiros Junior (2008, p. 13), promove a melhoria e a transformação mediante a redução de custos, aumento de produtividade, aumento de rentabilidade e redução de desperdícios.

Fluxograma 2 – Proposta de novos processos



Fonte: os autores.

As vendas passam a ter um processo prático e ágil; na visita ao cliente, o próprio vendedor emite o pedido por meio de *tablets* ou *palmtop*. Depois de concluído o pedido, este fica no sistema disponível ao depósito

para separação da mercadoria e para o faturamento; depois de separada a mercadoria e emitida a nota fiscal com o boleto automático via sistema, os pedidos são carregados e entregues.

As contas a pagar serão lançadas no sistema; considerando-se que as que são de mercadoria o encarregado do depósito já terá lançado, caberá ao financeiro lançar no sistema as demais despesas, havendo a possibilidade de emitir relatórios diários com as contas a pagar. Com todas as despesas lançadas no sistema em débito automático, os pagamentos são realizados automaticamente por intermédio do *Internet Banking*.

As entradas no caixa são realizadas a partir dos canhotos das notas fiscais que o motorista entrega quando retorna à empresa; confere-se pelo número da nota e seu valor com o recebido, para que logo após seja efetuada a baixa do documento no sistema.

As saídas de caixa partem da emissão de recibo pelo sistema; assim que registrado no sistema, este é impresso, e é coletada assinatura, e, em seguida, o recibo é arquivado.

Para as cobranças, sugeriu-se a configuração no *Internet Banking* para aviso de débito automático e ordem de protesto após cinco dias do vencimento, caso em dois dias o cliente não efetue o pagamento, é realizado o contato com este, para que seja feita uma negociação.

Com o organograma, o funcionograma e o fluxograma propostos, os processos e as responsabilidades da empresa ficam distribuídos entre seus colaboradores, não ocorrendo sobrecarga em nenhuma das funções e evitando-se o excesso de conferências. Assim, além de o gerente administrativo ter mais tempo livre para realizar planejamentos no nível de gestão, os colaboradores passam a ter a responsabilidade de realizar todas as atividades que competem a cada cargo.

Dentro do contexto estudado, inicialmente, foi realizado um diagnóstico dos processos atuais da empresa, que demonstra vários pontos de retrabalho e diversos pontos a serem melhorados. Com base nos resultados, consegue-se perceber que a empresa possui uma gestão não estruturada, pois não tem padrões estabelecidos, assim, há uma falta de

definições das funções de cada setor e colaborador, ocorrendo falhas, retrabalho, falta de confiança e desorganização dos processos.

Em seguida, foram abordados os processos empresariais e seus tipos de abordagem para que, posteriormente, na gestão de processos, seja possível a identificação do que deve ser reestruturado. Com isso, identificar a definição dos processos se torna fundamental, pois pode trazer aumento da produtividade, redução de retrabalho e desperdícios, redução de custos e, conseqüentemente, o acompanhamento do desempenho da empresa.

Por se tratar de uma distribuidora de pequeno-médio porte o sistema de gestão que melhor atende às necessidades da empresa é o *Enterprise Resource Planning (ERP)* por ser um sistema que integra atividades internas e externas da empresa de acordo com os autores Batista (2012, p. 163) e O'Brien (2010, p. 208), que recomendam que antes de o implantar é necessário realizar um planejamento de *ERP*, no qual é fundamental identificar o perfil da empresa, bem como a orientação do fluxo de trabalho para ser otimizado e não estagnado, o conhecimento dos diferentes níveis da empresa, permitindo envolver e cruzar os dados e proporcionar o mesmo fluxo de dados.

Em seguida, foi estruturada uma proposta de melhorias com a criação do organograma, do funcionograma e do fluxograma dos principais processos. Dentro da proposta foram mapeados os processos, assim, o próximo passo é a criação de indicadores a fim de monitorar e medir cada área, estabelecendo padrões e auxiliando a tomada de decisões. Considerando-se que a empresa não trabalha com metas, atualmente, certamente serão identificadas ineficiências, e, posteriormente, haverá ajustes ou melhorias nos processos nos primeiros meses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível identificar o sistema e os processos utilizados na empresa Beta Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.,

possibilitando o desenvolvimento de propostas de melhorias nos processos da empresa e no sistema de informação.

Por meio da identificação dos principais processos da empresa e seu funcionamento, pôde-se evidenciar que esta carece de padronização em seus processos, considerando-se seu potencial de crescimento. Mas, para isso, é necessária a automatização, obtendo-se, assim, maior controle sobre os acontecimentos e agilidade em seus processos. Para que isso seja possível, foi elaborada uma proposta para reestruturar os processos utilizando-se o sistema de informação.

Para obter eficiência com essa proposta, é fundamental promover pessoas para cada área, fazendo com que se tenha um comprometimento e que as propostas sejam de fato implantadas. Assim que iniciado, é de grande importância definir um planejamento estratégico e, após, estabelecer indicadores para a avaliação dos resultados em cada área.

Após todo o estudo realizado, percebe-se que a empresa tem capacidade de reorganizar seus processos e adequar o sistema, ocorrendo, de certa forma, uma divisão de cargos e responsabilidades que trará agilidade dos processos com informações confiáveis, redução de custos, desperdícios e retrabalho e o auxílio nas tomadas de decisões, além de melhor resultado em produtividade e motivação dos colaboradores. Avalia-se que essa reestruturação, também, fará com que eles se sintam valorizados, considerando-se que cada função poderá ter acesso e maior responsabilidade para alimentar o banco de dados, e o gestor demonstrará, assim, confiança em sua equipe, e isso refletirá, conseqüentemente, na sinergia com os públicos interno e externo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANGELIS, C. T. de. Uma proposta de um modelo de inovação e inteligência governamental. **RAI – Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 10, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.revistarai.org/rai/article/view/1248/pdf_1>. Acesso em: 01 nov. 2014.

ARAÚJO, L. C. G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BARBIERI, J. C. A contribuição da área produtiva no processo de inovações tecnológicas. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, jan./mar. 1997. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae/vol37-num1-1997/contribuicao-area-produtiva-no-processo-inovacoes-tecnologicas>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

BATISTA, E. de O. **Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

D’ASCENÇÃO, L. C. M. **Organização, sistemas e métodos: análise, redesenho e informatização de processos administrativos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GORDON, S. R. **Sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

LAUDON, K.; LAUDON, J. **Sistemas de Informação Gerenciais**. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATTOS, A. C. M. **Sistemas de informação: uma visão executiva**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MINTZBERG, H. **Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MOLINARO, L. F. R.; RAMOS, K. H. C. **Gestão de Tecnologia da Informação**. Governança de TI: arquitetura e alinhamento entre sistemas de informação e o negócio. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

O'BRIEN, J. A. **Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Sistemas de Informações Gerenciais: estratégias, táticas operacionais**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ROSINI, A. M.; PALMISANO, A. **Administração de sistemas e informação e a gestão do conhecimento**. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SOUSA NETO, M. V. MEDEIROS JUNIOR, J. V. Afinal, o que é Business Process Management (BPM)? Um novo conceito para um novo contexto. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 7, n. 2, art. 9, 2008. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/5454/afinal--o-que-e-business-process-management--bpm---um-novo-conceito-para-um-novo-contexto>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

VICO MAÑAS, A. **Administração de sistemas de informação**. 7. ed. São Paulo: Erica, 2007.

WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. **Administração estratégica: conceitos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ESTRATÉGIAS DE *MARKETING* UTILIZADAS PELO COMÉRCIO VAREJISTA DA CIDADE DE CHAPECÓ

Clóvis Baptista Prates^{*}
Gilberto Pinzetta^{**}
Andressa Morgan^{***}

Resumo

Em virtude da importância que as micro e pequenas empresas têm para o País, a sobrevivência e o crescimento destas estão diretamente relacionados ao seu esforço para atingir e manter vantagens competitivas no ambiente em que atuam, e o estudo do *marketing* estratégico se torna importante na medida em que ele pode direcionar e orientar na busca por soluções eficientes para as empresas se desenvolverem. Os temas aqui abordados são relacionados ao *marketing*, como suas definições, suas estratégias e ferramentas. Nesse sentido, no presente trabalho teve-se por objetivo conhecer as estratégias de *marketing*, avaliar os métodos e estratégias praticados pelas microempresas e identificar e sugerir alternativas de *marketing*, buscando o desenvolvimento das microempresas varejistas. A abordagem da pesquisa se caracteriza como quantitativa, realizada por meio de um estudo de campo com 200 microempresas varejistas da Cidade de Chapecó, SC. Conclui-se que, com este estudo, foi possível constatar que as microempresas utilizam ações de estratégias de *marketing* de forma informal, conhecem as estratégias e ferramentas de *marketing* e estão cientes que precisam inovar constantemente para se assegurarem no mercado. Após, são recomendadas algumas ações às microempresas, a fim de melhorar suas gestões e alavancar seus empreendimentos. Palavras-chave: *Marketing*. Estratégias. Ferramentas. Desenvolvimento.

^{*} Graduado em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; cbprates@hotmail.com

^{**} Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professor titular na Universidade do Oeste de Santa Catarina; gilberto.pinzetta@unoesc.edu.br

^{***} Graduada em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Administração da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; dressamorgan@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em relação ao processo de globalização e ao crescimento acirrado da competitividade do mercado, novas tendências e tecnologias estão cada vez mais presentes no cotidiano do consumidor, o que influencia diretamente no ambiente empresarial da organização e, conseqüentemente, exige adaptações no planejamento estratégico das organizações. Tem-se a concorrência nos diferentes segmentos da economia como responsável pela necessidade de as empresas comercializarem de forma mais eficiente seus produtos e serviços (LAS CASAS, 2009).

Nesse contexto, as empresas necessitam reduzir os custos, aumentar a produtividade e melhorar seus produtos, ou seja, elas devem oferecer produtos de qualidade e adequados às necessidades e características dos clientes. Em razão disso, o *marketing* tem despertado interesse nas organizações, tanto as de grande porte, quanto as pequenas e até microempresas, por ser uma ferramenta estratégica com o objetivo de descobrir oportunidades, modelos, alternativas e processos para o desenvolvimento (KOTLER, 2000). Logo, esse artigo constitui-se de um estudo quantitativo e exploratório, com o qual se objetiva analisar o seguinte problema: entre as estratégias de *marketing*, quais poderão alavancar o desempenho das microempresas varejistas no mercado?

Com o propósito de desenvolver um estudo para o desenvolvimento de microempresas, envolvendo as ferramentas e estratégias de *marketing*, o presente trabalho tem sua visão centrada na conquista e expansão de mercado.

Nesse contexto, o objetivo geral no presente trabalho é identificar as estratégias de *marketing* para as microempresas varejistas alavancarem seu desempenho no mercado, e os objetivos específicos foram conhecer as estratégias de *marketing* estratégico, avaliar os métodos e estratégias praticadas pelas microempresas varejistas e identificar e sugerir alternativas de *marketing* buscando o desenvolvimento das microempresas varejistas.

Este artigo foi organizado da seguinte forma, além desta introdução: o estudo teórico do *marketing*, com suas definições, estratégias e ferramentas, a apresentação da análise e interpretação dos dados e as considerações finais.

2 **MARKETING: ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS**

O *marketing* destaca-se no meio empresarial como um processo fundamental para o crescimento das empresas e para a sua expansão no mercado. Segundo Kotler (2005, p. 13):

O *marketing* é a ciência e a arte de explorar, criar e proporcionar valor para satisfazer as necessidades de um mercado-alvo com rentabilidade [...] Identifica com precisão quais segmentos a empresa tem capacidade de servir melhor, além de projetar e promover os produtos e serviços adequados.

Nesse contexto, Zenaro (2011) considera o *marketing* como um processo social e gerencial para promover, evidenciar e destacar uma organização por meio de processos e métodos. Para Kotler (2000), o *marketing* é uma ferramenta que inclui o comportamento do consumidor, os canais de distribuição, o aprimoramento da imagem, os métodos de mercado e as evidências de pesquisa, pois a sua relação ocorre com os ambientes externo e interno nas organizações, um processo de inter-relação com o ambiente.

Para o *marketing*, as definições de estratégia proporcionam um fator de preparação do planejamento competitivo. Conforme Mintzberg e Quinn (2001), a estratégia é um processo organizacional ligado à estrutura, ao comportamento e à cultura organizacional.

De acordo com Porter (2004), a estratégia é a escolha de um conjunto de diferentes atividades a fim de fornecer um conjunto de valores. Com isso, Oliveira (1999, p. 179) complementa que a estratégia “[...] determina as necessidades da estrutura organizacional em termos de qualificação, as quais, por sua vez, estabelecem estrutura de pessoas, sistemas, estilo administrativo e valores comuns.”

As estratégias de *marketing* vêm sendo adotadas por empresas com o intuito de chamar a atenção do consumidor, de informar ao público seus serviços e produtos, tornando-se essencial para conquistar e reter clientes, pois não basta apenas ter um bom produto para atrair o cliente, é necessário investir em *marketing* para fazer com que esse produto seja conhecido, e, dessa forma, convencer a clientela que deseja adquiri-lo (ZENARO, 2011).

Entre diversas definições de estratégias, este trabalho contempla alguns dos processos estratégicos de *marketing*. A primeira é a estratégia competitiva de Porter (2004), em seguida, apresenta-se o conceito de estratégia proposto por Ansoff (2004), as definições do tema descritas por Zenaro (2011) e as considerações de Kotler (2000).

Em relação às estratégias competitivas, Porter (2004) analisa que uma empresa adota determinada posição estratégica a partir das relações existentes no ambiente em que atua. Essas relações estão apresentadas nas cinco forças básicas do mercado: ameaça de novos concorrentes, pressão de produtos substitutos, poder de barganha dos compradores, poder de barganha dos fornecedores e rivalidade entre os concorrentes; determinando, portanto, a intensidade da competição em um dado setor, permitindo averiguar o ambiente competitivo e determinar o melhor posicionamento do negócio, identificando os fatores que afetam a sua competitividade (PORTER, 2004).

No entendimento de Porter (2004), as forças competitivas podem ser contrastadas a partir de três abordagens para fazer frente às demais empresas, denominadas estratégias genéricas, que são: estratégia de liderança em custo, estratégia de diferenciação e estratégia de enfoque. A estratégia de liderança em custo é definida como o controle dos custos e despesas para a manutenção de custo inferior ao praticado pelos concorrentes, considerando a questão de qualidade e serviços ao cliente.

Para Porter (2004), a estratégia genérica de diferenciação significa diferenciar o produto ou serviço, ou seja, conseguir destacar o seu produto ou serviço diante de outros semelhantes a ele. A terceira estratégia genérica, conforme o autor, é a de enfoque, que ocorre quando se tem

um foco em determinado grupo comprador ou em um segmento de produtos, gerando duas subdivisões: enfoque na diferenciação, pela qual as ofertas são diferenciadas no mercado almejado, e enfoque em custo, pela qual a empresa vende a baixo custo no mercado almejado. Isso permite que a empresa se concentre no desenvolvimento de seu conhecimento e suas competências.

O modelo de estratégia proposto por Ansoff (2004) cita quatro estratégias para definir o tipo de produto ou mercado predefinido e específico:

- a) estratégia de penetração: expansão direta ou pela aquisição de concorrentes;
- b) estratégias de desenvolvimento do mercado: consiste em promover produtos existentes em novos mercados;
- c) estratégias de diversificação: a obtenção de vários produtos ou serviços novos que se destinam a mercados novos;
- d) estratégia de desenvolvimento do produto: consiste em desenvolver e oferecer produtos e serviços novos em um mercado existente.

Nesse modelo, a estratégia identifica as propriedades específicas e as combinações individuais de produtos e mercados para atingir o maior proveito das mercadorias vendidas e do mercado.

O modelo estratégico proposto por Zenaro (2011) apresenta a estratégia do ciclo de vida do produto para cada estágio da estratégia:

- a) promocional: definida como a utilização de relações públicas para divulgar o produto, seus usos e aplicações;
- b) distribuição: promove a valorização do produto, com disponibilidade de estoque e da velocidade de entrega;
- c) preço: proporciona um preço adequado ao consumidor, estabelecendo normas de lucro;

- d) planejamento do produto: entendido sob o enfoque de oferecer ao consumidor o produto certo, no momento certo e no tempo certo, ou seja, adaptar o produto às necessidades do mercado.

Com base no referido autor, a estratégia do ciclo de vida é promover o uso frequente de um ou variados produtos, criar novos utilizadores e descobrir novos usos, produtos ou serviços atualizados.

A conceituação de estratégia defendida por Kotler (2000) apresenta a opção de alianças, as quais podem ser divididas em quatro categorias:

- a) aliança de produtos ou serviços: quando as empresas formam parcerias, permitindo a terceiros a fabricação de seus produtos, ou quando duas empresas se unem para desenvolver um novo produto;
- b) alianças promocionais: quando uma empresa faz propaganda de outra;
- c) alianças de logística: quando uma empresa presta serviços de logística à outra;
- d) colaborações em preços: quando empresas se juntam e fazem pacotes de descontos.

Kotler (2000) completa que formar alianças é somar forças e superar fraquezas, contando com os impactos de vendas e, consequentemente, os lucros como uma ferramenta de auxílio e aprimoramento das empresas.

Como estratégia e ferramenta de *marketing*, o composto de *marketing*, também conhecido como *mix de marketing*, ou 4P's, é um conjunto de ferramentas e estratégias que a empresa utiliza para atingir seus objetivos de *marketing*. Os 4P's de *marketing* são classificados em: produto, preço, praça (ou canal) e promoção (ou comunicação), conforme definições (TULESKI, 2009).

O produto significa qualquer coisa que possa ser oferecida para satisfazer as necessidades e os desejos dos consumidores. O preço é a soma de dinheiro que o cliente deve pagar para obter o produto e/ou serviço, ou seja, refere-se a quanto e como será cobrado do cliente. A praça é o processo de disponibilizar o produto ou serviço ao cliente de forma fácil e conveniente para ser adquirido. A promoção refere-se às estratégias de divulgação utilizadas, contendo seis das principais ferramentas da promoção: propaganda, promoção de vendas, relações públicas, publicidade, força de vendas e *marketing* direto (TULESKI, 2009).

Outra ferramenta de estratégia, de acordo com Wright et al. (2011, p. 45), é conhecida como *SWOT*, que tem por objetivo “[...] possibilitar que a empresa se posicione para tirar vantagem de determinadas oportunidades do ambiente e evitar ou minimizar as ameaças destes ambientes.”

Com isso, as organizações terão que enfatizar os seus pontos fortes e identificar os pontos fracos, subdivididos em quatro variáveis, o *SWOT*, que significa: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças), e por meio destas definir sua estratégia de mercado (WRIGHT et al., 2011). O *SWOT* é uma estratégia de análise interna (forças e fraquezas) e externa (oportunidades e ameaças) (WRIGHT et al., 2011).

A análise do ambiente interno é um processo de identificar as competências de *marketing*, financeiras, de fabricação e organizacionais, e de identificar as deficiências da organização, sendo um processo de relacionamento entre a empresa e seus consumidores (SILVA, 2009). E a análise do ambiente externo é um processo de avaliar a mudança de hábito do consumidor, o surgimento de novos mercados dos concorrentes e dos produtos (SILVA, 2009).

As ferramentas de *marketing*, de acordo com Andrade (2013), são recursos organizacionais utilizados para promover seus produtos ou serviços, sendo eles:

- a) *benchmarking*: método sistemático à procura de melhores processos, ideias inovadoras e procedimentos de operação eficazes que conduzam a um bom desempenho;
- b) *servqual*: é uma escala concisa de múltiplos itens, com cinco dimensões da qualidade do serviço: tangibilidade, confiabilidade, suscetibilidade, garantia e empatia, sua utilização auxilia para compreender as expectativas e percepções dos seus consumidores;
- c) *Customer Relationship Management (CRM)*: é uma integração de processos de produção, distribuição, vendas e *marketing* de forma orientada ao cliente, tendo como filosofia o *marketing* de relacionamento;
- d) Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (*SWOT*) ou (FOFA): sistema de análise de ambiente que tem por objetivo entender o cenário momentâneo e identificar o posicionamento das marcas ou produtos que fazem parte da análise;
- e) segmentação de mercado: processo de identificação, dentro de um mercado, de um subgrupo de clientes cujas necessidades, desejos e/ou recursos são diferenciados;
- f) sistema de informações de *marketing* (SIM): pessoas, equipamentos e procedimentos dedicados a coletar, classificar, analisar, avaliar e distribuir as informações para a tomada de decisão;
- g) pesquisas de *marketing*: é a concepção, coleta e análise de dados na pesquisa de *marketing*;
- h) plano de *marketing*: documento formal sobre o mercado com suas tendências e peculiaridades. Aponta a forma como a empresa busca atingir seus objetivos de *marketing* em razão das limitações de recursos da empresa, constituindo-se em três etapas: planejamento, implementação, avaliação e controle.

Tais ferramentas indicam o processo em que as organizações apresentam suas estratégias para o mercado, promovendo o desenvolvimento interno e a promoção externa. Ferrell et al. (2000) ressaltam que escolher a estratégia e a ferramenta mais adequada, entre as muitas existentes, representa um fator preponderante para o desenvolvimento de uma estratégia de *marketing* eficaz.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo aqui apresentado foi realizado em 200 microempresas varejistas que oferecem variedades de linhas de mercadorias (roupas, móveis, cosméticos, bijuterias, entre outros), no Município de Chapecó, SC, por meio de pesquisa *in loco* nos 31 bairros da Cidade. Além disso, foram levantados dados secundários relacionados aos objetivos da pesquisa.

O trabalho foi realizado a partir de dados coletados para trabalho de conclusão de curso do primeiro autor, que teve como objetivo avaliar as estratégias de *marketing* para as microempresas varejistas alavancarem seu desempenho no mercado. O presente estudo possui algumas delimitações metodológicas, conforme se descreve a seguir.

A concepção metodológica que norteou o estudo aqui apresentado foi de natureza quantitativa; para Godoy (1995), no estudo quantitativo deve-se delinear a pesquisa a partir do plano estabelecido inicialmente, com as hipóteses devidamente especificadas e os objetivos traçados, tendo como objetivo a quantificação dos resultados, buscando a precisão, evitando análises errôneas na interpretação dos dados, e tendo, assim, uma margem de segurança em relação às pesquisas. Trata-se de uma pesquisa do tipo descritivo e exploratório, pois se faz o levantamento de dados por parte exploratória, e descrição dos dados, pois se utilizam de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação, que demonstram a situação do momento da pesquisa (ANDRADE, 2012). Esse tipo de pesquisa tem um longo alcance e permite um conhecimento objetivo da realidade.

Quanto aos procedimentos metodológicos, classifica-se como pesquisa de campo, que é entendida como uma investigação empírica realizada no local onde se desenvolveu tal fenômeno que dispõe de elementos para explicá-lo (VERGARA, 2013).

A coleta de dados primários foi realizada por meio de 200 questionários, coletados *in loco*, além de conversas informais com os empresários. O questionário foi dividido em três grupos: o primeiro, descrito como pesquisa, com duas questões para definir o número da amostra e os ramos pesquisados; o segundo, como perfil, tendo seis questões para identificar os perfis dos pesquisados, e o terceiro, como estratégia, com 11 questões, como processo de coletar informações sobre o tema e as estratégias utilizadas.

Os dados secundários foram obtidos por meio de pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (2008), é desenvolvida com base em material já elaborado, principalmente em livros e artigos. Para melhor compreensão do problema, os dados secundários servem para suporte aos dados coletados para se obterem as conclusões quanto aos objetivos.

A técnica de análise de dados baseou-se na interpretação de dados estatísticos (frequência, correlação, associação) (ROESCH, 1999), tabulados por meio do módulo estatístico do *software* Sphinx Léxica.

Tendo-se descrito os procedimentos metodológicos empregados para a realização da pesquisa, apresentam-se a seguir os dados coletados, assim como suas respectivas análises.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A apresentação e análise dos dados foi determinada conforme as respostas do questionário, o qual foi dividido em três grupos: o primeiro, descrito como pesquisa, o segundo, como perfil, e o terceiro, como estratégia.

O grupo 1 identificou os diversos ramos do comércio varejista, sendo roupas, móveis, ferragens, cosméticos, bijuterias, decoração e utili-

tários, os quais foram separados por regiões Central, Norte, Leste, Oeste e Sul pelos 31 bairros do Município.

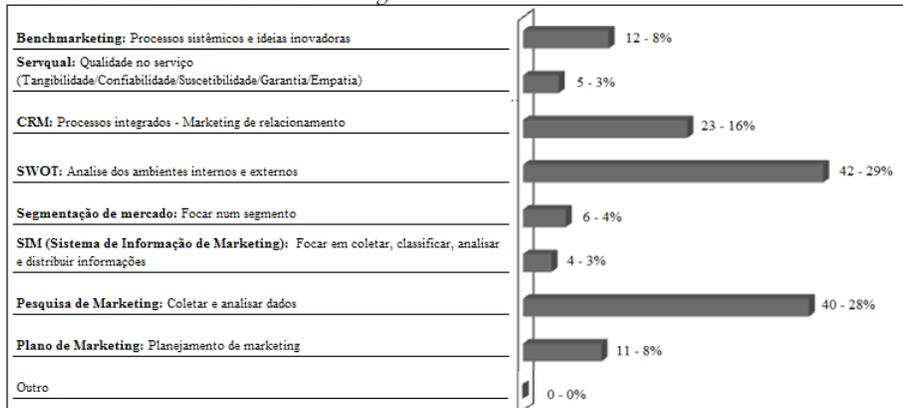
No grupo 2, questionário nominado perfil, foi identificado que a maioria dos comércios varejistas de Chapecó possuem gestão feminina, com idade superior aos 33 anos e que se tornaram empreendedores por meio de herança familiar e independência profissional. Outra informação relevante do estudo é que entre os entrevistados o grau de instrução com maior porcentagem ficou no ensino médio; e os microempresários possuem no máximo três anos de existência.

E no grupo 3, nominado estratégia, identificou-se a opinião dos entrevistados em relação ao mercado, os meios de comunicação das microempresas varejistas e a utilização do *marketing* como estratégia e suas ferramentas como diferencial competitivo. Com o auxílio dessas questões, foi possível identificar as estratégias adotadas pelas microempresas varejistas de Chapecó.

Em tais organizações, de acordo com a pesquisa, 72%, contra 26% dos entrevistados, acreditam que existem ferramentas que garantem o sucesso das microempresas. Partindo dessa premissa, foi possível identificar, no Gráfico 1, que a estratégia *SWOT* é utilizada informalmente por 29% dos respondentes, os quais a empregam para definir as metas e fazer o controle dos processos e ações da empresa.

A pesquisa de *marketing* foi relatada por 28% dos respondentes, os quais recorrem a esse recurso para avaliar e monitorar o mercado e seus concorrentes, também se destaca o *marketing* de relacionamento (*CRM*) com 16%, e empatados com 8% estão o *benchmarking* e o plano de *marketing*.

Gráfico 1 – Ferramentas de *Marketing*

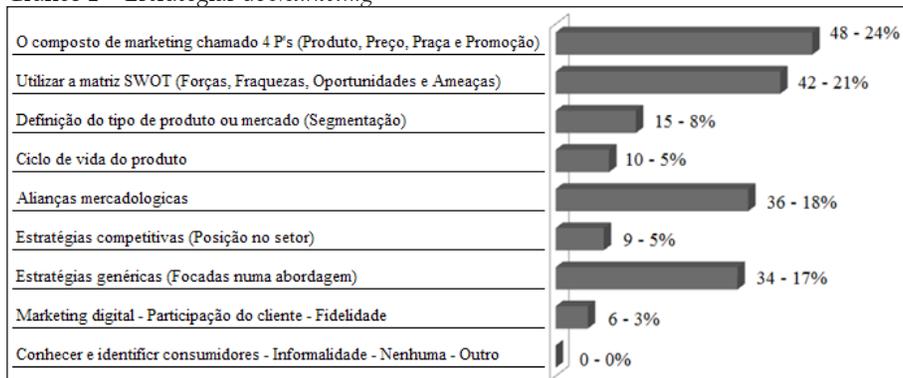


Fonte: os autores.

Os empresários varejistas de Chapecó apontam que as análises internas e externas são consideradas importantes para uma vantagem competitiva e, de acordo com Kotler (2000), compreendem a atitude da empresa com o mercado para posicionar o seu produto ou serviço no ambiente, apresentando vantagem diante da concorrência. Podem-se as atitudes dos gestores, a criatividade, as exigências e a satisfação dos clientes.

Para identificar e responder ao questionamento principal desta pesquisa, apresentam-se, no Gráfico 2, as estratégias que as empresas utilizam como diferencial competitivo.

Gráfico 2 – Estratégias de *Marketing*



Fonte: os autores.

Entre as estratégias utilizadas, a análise dos dados destaca que 24% dos pesquisados utilizam o composto de *marketing* chamado 4 P's, e 21% da amostra empregam a matriz *SWOT* como processo de estratégia. Outros dados utilizados pelas microempresas foram a opção de alianças estratégicas, com 18%, e as estratégias genéricas, com 17%.

Como principal fator estratégico, o resultado aponta a utilização do composto de *marketing*, pois se acredita que produto, preço, praça e promoção proporcionam uma maior análise do mercado (TULESKI, 2009).

A análise *SWOT* ocorre mediante conhecimento do negócio internamente (processos, dificuldades, acertos, perspectivas e andamento); nesse aspecto também foi relatada a questão das alianças. Nesta, os empresários utilizam as lojas próximas como forma de manter os preços próximos e variações por produto, pois em sua maioria os empresários são conhecidos dentro dos bairros e se inter-relacionam.

Em relação às estratégias genéricas, foram levantadas a questão de reduzir os custos para oferecer o preço mais baixo, a da opção de diferenciação dos produtos e serviços e a de atender a um ou vários segmentos (SILVA, 2009).

5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE ESTRATÉGIAS

Com o questionário foi possível constatar que as microempresas varejistas precisam, primeiramente, identificar os problemas e as oportunidades, definir suas prioridades e verificar a situação financeira do estabelecimento. A pesquisa de campo indicou que os comércios varejistas estão conscientes da necessidade de melhoria contínua do seu produto ou serviço.

Nesse contexto, as estratégias de *marketing* tendem a auxiliar as empresas em um planejamento eficaz para desenvolver e promover o crescimento das organizações em geral. Em concordância, Ricca (2005) aponta que seria preciso divulgar e promover o serviço e o produto que se quer vender, ou seja, fazer a promoção de vendas e, por fim, ter um preço competitivo.

No comércio varejista é preciso desenvolver estratégias de *marketing* bem definidas visando ao bom desempenho e progresso do seu negócio face à concorrência cada vez mais acirrada.

A utilização de estratégias de *marketing* nas microempresas pode ser considerada um fator que impulsiona o seu diferencial e valor competitivo (PORTER, 2004, p. 102), sendo necessário que as microempresas adotem uma postura voltada para o incremento de novas ideias e ferramentas.

Durante a pesquisa, várias dificuldades foram encontradas por parte dos varejistas pesquisados, entre as quais se podem destacar a pouca experiência no negócio, a falta de recursos para barganhar preços, a falta de *feedback* dos clientes, as limitações em conhecer as estratégias dos concorrentes, a dificuldade em escolher as estratégias adequadas e a resistência em investir em promoção e em estratégia em longo prazo.

Em conformidade com as dificuldades apresentadas anteriormente, estabeleceram-se as seguintes propostas de ação, que, se implementadas, tendem a contribuir para um melhor desempenho dos micro e pequenos comércios varejistas:

- a) conhecimento dos ambientes interno e externo: criação de um sistema de informações de *marketing*, o *SWOT*, que possibilitará a organização segmentar seus planos e promover ações para conquistar clientes (SILVA, 2009);
- b) mudança de cultura: promover os produtos na sazonalidade correta, estar presente no dia a dia por meio de redes sociais, utilizando a estratégia do produto ou mercado (ANSOFF, 2004);
- c) capacitação: os empresários pesquisados não percebem a importância do desenvolvimento contínuo das pessoas, e que este possui influência direta na capacidade de gerenciamento, ou seja, buscar por capacitação para auxiliar a microempresa com questões financeiras, de mercado, de pla-

- nejamento e organização, utilizando ferramentas como o *Benchmarking* e *CRM* proposto por Andrade (2013);
- d) gestão: os empresários precisam realizar um planejamento em curto, médio e longo prazos, propondo alianças e parcerias para promover a empresa e os produtos (KOTLER, 2000; ANDRADE, 2013);
 - e) segmentação, posicionamento e escolha do mercado-alvo: um processo de conhecimento das microempresas e do mercado, pois busca identificar novos mercados e novas formas de atendê-los. A utilização das ferramentas *SWOT* para conhecer o ambiente externo e interno (SILVA, 2009) e a utilização das estratégias genéricas para posicionamento do produto e de mercado (PORTER, 2004);
 - f) composto de *marketing*: a definição de um composto de *marketing* que represente o foco e o posicionamento da empresa reduz a dependência do mercado, pois possibilita manter os clientes diminuindo a ação dos concorrentes, auxiliando a definir a estratégia que a empresa pretende promover e auxiliando a atingir os objetivos, conhecendo o produto, o preço, a praça e a promoção (TULESKI, 2009);
 - g) fidelização do cliente: clientes fiéis ajudam a empresa a melhorar seus serviços, assim, não são atraídos pelas ofertas dos concorrentes, aproveitando o ciclo de vida do produto (ZENARO, 2011; ANDRADE, 2013);
 - h) parcerias: uma sugestão seria procurar adequar melhor os preços dos produtos, especialmente em comparação com os concorrentes, tentando buscar parcerias e/ou melhores contratos com os fornecedores, a fim de melhorar o conceito por parte de seus clientes (PORTER, 2004; KOTLER, 2000; ZENARO, 2011);
 - i) reuniões: fazer reuniões com os funcionários, buscar pessoas e/ou entidades para auxiliar nos processos, realizar um planejamento e colocá-lo no papel e realizar avaliações dos

resultados (positivos e negativos) como um cronograma com os resultados das análises do *SWOT* (SILVA, 2009; ANDRADE, 2013);

- j) logística: as mercadorias devem ser facilmente encontradas e visualizadas pelo cliente e pelo vendedor (ZENARO, 2011).

Entre as estratégias de *marketing* apresentadas, as microempresas precisam unificar todos os pontos descritos, realizando o plano de *marketing*, pois sua elaboração auxilia a empresa a ser menos vulnerável às crises, superar os concorrentes e planejar os produtos e serviços mais adequados aos desejos e necessidades dos clientes, o que reduz os problemas da comercialização e do planejamento dos serviços (ANDRADE, 2013).

Como forma de iniciar o plano devem-se estabelecer metas, o custo da aplicação, quais os possíveis ganhos ou benefícios, o tempo de implantação e retorno, quais recursos serão utilizados para a implantação da estratégia, a realização da política de preço e comercialização e a análise do processo. Segundo Kotler e Armstrong (2007), o plano de *marketing* determina quais são as estratégias de divulgação que a empresa utilizará com foco nos objetivos estratégicos propostos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa foi possível observar que as microempresas buscam constantemente a venda e o lucro. A importância que é atribuída ao *marketing* nessas empresas é reduzida, mas pode ser considerada satisfatória, pois estas utilizam, mesmo que de forma informal, retiradas da Internet, algumas estratégias, como o *SWOT* e os 4 P's, para alavancarem seus empreendimentos.

As aplicações dessas ferramentas vêm de convívio com familiares, amigos e empregados, que de alguma forma conhecem esses princípios, mas compreendem que, ainda, para os microempreendimentos, as promoções, a exposição e a comunicação boca a boca são as utilizadas.

As limitações do estudo ocorreram em razão de que alguns microempresários omitiram informações, julgando comprometer suas estratégias operacionais. As sugestões de novos enfoques para pesquisas futuras com as microempresas varejistas são bastante variadas, como questões de recursos humanos, estruturais, de mercado, de projetos, logística e complementar, além de verificar a utilização das estratégias de *marketing* utilizadas.

Conclui-se que o objetivo neste estudo foi alcançado, pois permitiu constatar que as microempresas utilizam ações de estratégias de *marketing* de forma informal, conhecem as estratégias e ferramentas de *marketing* e estão cientes que precisam inovar constantemente para se manterem no mercado.

Constatou-se, ainda, que a aplicabilidade do composto de *marketing*, da análise *SWOT*, de realizar alianças mercadológicas e focar em uma abordagem (custo, diferenciação e enfoque) contribui para o desenvolvimento das atividades do segmento analisado (comércio varejista); logo, o *marketing* estratégico é determinante para a sobrevivência da empresa, e algumas das ferramentas de *marketing* são imprescindíveis para alcançar o sucesso.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. F. **Marketing**: o que é? Quem faz? Quais as tendências? Curitiba: Ibpex, 2012.

ANDRADE, E. 8 ferramentas de marketing essenciais para empreendedores. **Exame**, São Paulo, 01 ago. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/pme/noticias/8-ferramentas-de-marketing-essenciais-para-empresarios>>. Acesso em: 10 out. 2014.

ANSOFF, H. I. **A nova estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 2004.

FERRELL, O. C. et al. **Estratégia de Marketing**. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. **Administração de Marketing**: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

GODOY, A. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, 1995.

GODOY, A. **Princípios de Marketing**. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

GODOY, A.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

KOTLER, P. **Administração de Marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, P. **O marketing sem segredos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LAS CASAS, A. L. **Marketing**: conceitos, exercícios, casos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo da estratégia**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento Estratégico**: conceitos, metodologia e prática. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

RICCA, D. **Administração e marketing para pequenas e médias empresas de varejo**. São Paulo: Cultural, 2005.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertação e estudos de caso. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, L. L. **Análise SWOT**. 2009. Disponível em: <<http://agenda-digital.blogspot.com/2009/07/matriz-de-analise-deswot.html>>. Acesso em: 10 out. 2014.

STRIEDER, R. **Diretrizes para elaboração de projetos de pesquisa**: metodologia do trabalho científico. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2010.

TULESKI, Y. M. **Mix de Marketing**: 4 P's (Produto, Preço, Promoção e Praça). 2009. Disponível em: <<http://www.cedet.com.br/index.php?/Tutoriais/Marketing/mix-demarketing-4-pas-produto-preco-promocao-e-praca.html>>. Acesso em: 30 maio 2011.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WRIGHT, P. et al. **Administração estratégica**: conceitos. São Paulo: Atlas, 2011.

ZENARO, M. **Marketing para empreendedores**. Videira: Êxito, 2011.

PROPOSTA DE PLANO DE *MARKETING* PARA A RÁDIO CHAPECÓ, QUANDO DA TRANSIÇÃO DE FREQUÊNCIA AM PARA FM

Karoliny Monteiro^{*}
Ricardo Antonio De Marco^{**}
Jamir Rauta^{***}

Resumo

No estudo se propõe um plano de *marketing* com estratégias de gerar vantagens competitivas para a Rádio Chapecó, quando de sua transição de frequência AM para FM. Utilizou-se para o estudo uma pesquisa exploratória, descritiva e quantitativa, por meio de questionário estruturado, extraíndo amostras de três populações: ouvintes, anunciantes e público interno. Identificou-se entre os resultados que a emissora deve manter a programação e realizar pequenos ajustes, além de difundir melhor a questão da migração e interação com os públicos. Por meio do plano, sugerem-se ações para a comunicação a nova faixa de frequência, destacando-se as vantagens da mudança, com o intuito de captar novos ouvintes, logo, mais clientes anunciantes. Ao término do estudo, considera-se que o plano de *marketing* deve atender à problemática exposta neste artigo, porém recomenda-se a realização de pesquisas mais abrangentes.

Palavras-chave: Plano de *marketing*. Estratégia. Migração AM-FM. Vantagem competitiva.

1 INTRODUÇÃO

A Rádio Chapecó AM, com 66 anos, pioneira na região Oeste Catarinense, empresa de origem familiar, tem como a maior parte de seu

^{*} Graduada em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; karolregis@hotmail.com

^{**} Mestre em Administração com Área de Concentração em Estratégia e Desempenho pela Universidade do Sul de Santa Catarina; MBA - Marketing e Design de Produtos pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Professor na graduação e pós-graduação em nível de especialização nas áreas de Estratégia, Desempenho e Marketing; ricardo.demarco@unoesc.edu.br

^{***} Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; jamirrauta27@gmail.com

público aposentados e donas de casa, ouvintes que acompanham a emissora desde o início, sendo a única do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Desde a década de 1980, as rádios FM tiveram maior aceitação entre os públicos jovens, passaram a ganhar espaço, por apresentarem sinais mais limpos e, principalmente, por serem sintonizadas em dispositivos móveis. Atualmente, Chapecó possui duas emissoras AM e quatro emissoras FM locais, além de emissoras regionais que são sintonizadas.

Neste artigo se propõe um plano de *marketing* com estratégias de gerar vantagens competitivas para a Rádio Chapecó, quando de sua transição de frequência AM para FM. A migração consiste em um trâmite de adaptação de outorga das emissoras da faixa de Ondas Médias (AM) para a faixa de Frequência Modulada (FM), procedimento necessário em razão do aumento das interferências, em especial, urbanas, que acontecem na faixa de frequência em que as rádios AM se encontram.

No plano de *marketing* proposto encontram-se algumas complementações, direcionadas para um trabalho de *branding* sobre a marca *Rádio Chapecó*, sugerindo-se uma antecipação da rádio em suas ações e, não somente quando da autorização de migração de frequência.

Diante disso, tem-se a necessidade de se amenizar o impacto da migração de frequência da Rádio Chapecó e se manterem os atuais ouvintes e anunciantes, além de se captarem novos ouvintes jovens, aumentando-se a participação dos anunciantes e obtendo-se novos para a carteira de clientes.

Dessa forma, para se alcançar o objetivo com o presente estudo foi necessária uma pesquisa exploratória, descritiva e quantitativa, por meio de um questionário estruturado, extraindo-se amostras de três populações: os ouvintes, os anunciantes e o público interno, utilizando-se métodos estatísticos e questionários fechados para o levantamento dos dados.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Tentando elucidar o motivo pelo qual muitas empresas falham enquanto outras são bem sucedidas, Levinson e Rubin (1998) afirmam que, para o emprego do *marketing*, faz-se necessário começar um plano de *marketing* e que a diferença entre o sucesso e o fracasso é o seu planejamento.

Para Machline et al. (2012, p. 476), plano de *marketing* é um documento estratégico corporativo por meio do qual diversos fatores são considerados e sintetizados, alternativas são avaliadas e decisões são tomadas. Embora criado para ser utilizado pelo público interno da organização, direcionando o trabalho interdepartamental, auxiliando na prestação de contas e justificando recursos à diretoria para sua execução, o plano de *marketing* ainda pode ser lido por investidores e incentivar parceiros externos.

Cobra (1997) classifica plano de *marketing* como um conjunto de ações táticas em sintonia com o planejamento estratégico da empresa. Ele alerta, ainda, que não se deve confundir plano estratégico de *marketing* com plano de comunicação de *marketing*, pois o segundo é parte, ou seja, um dos passos para a criação do primeiro.

Corroborando, Westwood (1991) afirma que o plano de *marketing* é somente uma parte do plano global da organização, e, por isso, o processo de planejamento de *marketing* precisa ser executado como parte de todo o planejamento da empresa e do processo de elaboração orçamentária.

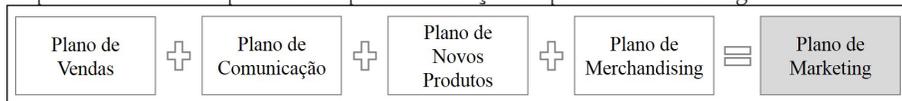
Para Legrain (1992, p. 9), definir o plano de *marketing* é “[...] tomar um conjunto de decisões e estabelecer recursos a utilizar para concretizar estas decisões”, ou seja, é definir o que e como fazer. Para tanto, é necessário que a organização defina o objetivo e o foco de seu plano.

“Comum entre os planos de *marketing* é a identificação e análise das condições de mercado básicas, que afetam o setor em que a empresa atua, focalizam claramente seus esforços em prioridades que agregam

valor à companhia e fornecem detalhes suficientes para poderem ser implementados e avaliados.” (MACHLINE et al., 2003, p. 480).

O plano de *marketing* é composto por vários planos menores, em que cada um atende a uma área específica da empresa, observando o conjunto global para o alcance dos objetivos de *marketing*, em suma, é uma construção, conforme exposto no Esquema 1.

Esquema 1 – Planos operacionais para construção do plano de marketing



Fonte: adaptado de Las Casas (2001).

Entende-se que, se todos os planos menores forem implantados, executados e controlados, ocorre o atendimento ao plano de *marketing*, principalmente, referente aos objetivos. Também é importante destacar a importância da participação estratégica do *marketing* para as organizações.

Várias são as opções de estruturas de plano de *marketing* propostas pelos autores. Entretanto, pode-se afirmar que, apesar de desafinarem em alguns pontos, todas tratam, essencialmente, sobre a análise de mercado (avaliando o mercado, os clientes e a concorrência), as estratégias de *marketing* e todas as definições em relação ao composto de *marketing*, além de tópicos que abordam controle e implementação das ações estratégicas previamente definidas. No Quadro 1 mostra-se a semelhança dos planos de *marketing*, de acordo com os autores estudados: Kotler (2000), Crocco et al. (2010), Las Casas (2001), Churchill e Peter (2000) e Cobra (1997).

Quadro 1 – Relação entre os roteiros de planos de *marketing* de acordo com autores

Roteiro do Plano de <i>Marketing</i>	Kotler	Crocco et al.	Las Casas	Churchill e Peter	Cobra
Resumo do sumário	X	X			
Problemas x oportunidades	X	X	X	X	X
Análise atual de <i>marketing</i>	X	X			X

Determinação de objetivos	X	X	X	X	X
Criação de estratégias de <i>marketing</i>	X	X	X		X
Definir responsável pelas ações					X
Programa de ação	X	X			X
Orçamento			X	X	X
Avaliação dos resultados	X	X			
Projeção de lucros			X		
Análise ciclo de vida e portfólio de produtos		X			
Exame do planejamento estratégico da organização		X	X	X	
Anexo		X			
Controle dos resultados	X				

Fonte: os autores.

Existe uma semelhança entre os roteiros apresentados, porém destaca-se o de Kotler e Keller (2006), pois é o único que cita *controle de resultados*, ponto estratégico dentro da construção do *marketing*, justamente para auditar se o proposto está sendo efetivado.

Parece oportuno resgatar Crocco et al. (2010), quando afirmam que é necessário que se façam adequações aos modelos de plano de *marketing* a fim de atenderem às necessidades individuais das empresas, e Richers (2000), quando enfatiza que o mais importante não é a ordem cronológica das etapas, mas, sim, que haja clareza de ideias e de exposição do plano de *marketing* para os *stakeholders*.

Chega-se, então, à estrutura que parece ser a mais coerente para o plano de *marketing* da Rádio Chapecó AM. Baseando-se na estrutura de Las Casas (2001) e realizando-se alguns ajustes, com a colaboração dos autores pesquisados já mencionados neste artigo, foram seguidas seis etapas: análise ambiental, determinação dos objetivos, desenvolvimento da estratégia, plano de ação, determinação do orçamento e avaliação dos resultados, etapas essas que estão referenciadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Detalhes teóricos das fases do plano de *marketing* proposto à Rádio Chapecó AM

Etapas	Explicação	Autores
Análise ambiental	Através da <i>SWOT</i> , coletar dados internos e externos, no intuito de se desenhar um cenário mais realístico para a empresa, incluindo aspectos como lucro, custos, pontos fortes e fracos, mercado, concorrentes, clientes, bem como oportunidades e ameaças.	Westwood (1991, 1996), Oliveira (1999), Las Casas (2000) e Kotler e Keller (2006).
Determinação de objetivos	Devem ser tangíveis, mensuráveis e coerentes. Definidos de maneira global e/ou estratégica ampla, ou por setores, como vendas, financeiro, clientes e participação de mercado. Além de atribuírem responsabilidades, bem como serem adaptáveis ao tempo e espaço, devem ser íntimos ao composto mercadológico da empresa.	Etzel Walker e Staton (2001) e Pride e Ferrel (2001, p. 35).
Desenvolvimento de estratégia	Parte central do plano, pois estabelece os caminhos a serem percorridos até os objetivos. Trazem um grau de inovação e são a gene da vantagem competitiva, em razão de suas orientações: produto-mercado, <i>marketing</i> competitivo e posicionamento. Para isso, é importante se determinar o público-alvo e as estratégias do composto de <i>marketing</i> .	Cobra (1997), Westwood (1996); Richers (2000) e Las Casas (2000).
Plano de ação	Detalhar as atividades a serem desenvolvidas, seus responsáveis, cronograma, modo de realização e investimento. Deve fornecer instruções claras e tangíveis.	Westwood (1996), Churchill e Peter (2000), Kotler e Keller (2006)
Determinação do orçamento	Economicamente viável, em termos de custo-benefício. Apresentar o custo total por setor e o global, além da lucratividade esperada. Destacam-se o balanceamento entre recursos alocados e os resultados esperados.	Westwood (1991), Cobra (1992) e Richers (2000).
Avaliação dos resultados	Avaliação do desempenho real do projeto: custos e objetivos. Gerar relatórios periódicos claros, enfatizando os pontos estratégicos projetados, considerando-se prazos e custos, com condições de ajustes, se necessário for, ações corretivas.	Westwood (1996) e Crocco et al. (2010).

Fonte: os autores.

O roteiro estabelecido, de certa forma, é sucinto, porém prático e didático para a realidade da empresa estudada. Para tanto, e visando a sua eficácia, é importante entender o comportamento do consumidor de rádio. Em razão da versatilidade que esse meio de comunicação possui, é consumido de diversas formas, até pela necessidade dos ouvintes.

Diretamente interessados na audiência dos ouvintes estão os anunciantes, que compram mídia a fim de se comunicarem com seu público-alvo. Segundo Churchill e Peter (2000), “[...] consumidores são pessoas que compram bens e serviços para si mesmas ou para outros, e não para fazer alguma outra coisa como revendê-los ou usá-los como insumos.” Assim, é possível classificar os clientes de rádio em ouvintes e anunciantes.

Os ouvintes não podem ser chamados de consumidores, porque não compram uma mercadoria ou serviço, mas, conforme Kotler e Armstrong (2008), podem ser enquadrados como público, pois, segundo os autores, “[...] um público consiste em qualquer grupo que tenha interesse real ou potencial na organização ou que possa causar impacto na sua capacidade de atingir seus objetivos.”

Apesar de não gerar lucro direto para as emissoras, a quantidade de ouvintes é o que atrai os anunciantes. Dessa maneira, quanto mais ouvintes e informações as emissoras possuírem sobre seu público, maiores as possibilidades de atração do consumidor anunciante.

Segundo o Instituto TGI Ibope (2014), 96% dos ouvintes recorrem ao rádio para ouvir músicas, outros 70% o sintonizam para obter notícias do dia, 31% procuram esportes, e 21% buscam entretenimento em programas humorísticos.

Quanto à distribuição da audiência por faixa horária, a rádio é muito mais abrangente que a televisão. Enquanto o horário nobre da TV fica na estreita faixa entre 20h e 22h, a rádio tem sua audiência distribuída das 6h às 18h, com pico entre 9h e 12h.

Além de um *feedback* para as emissoras, esses números são acompanhados de perto pelo mercado publicitário, no qual se embasa

para orientar a decisão de investimento do cliente anunciante, que são consumidores organizacionais. Conforme Kotler e Armstrong (2008, p. 56), “[...] os mercados organizacionais compram bens e/ou serviços para processamento posterior ou para o uso em seu processo de produção.”

Já na visão de Harrington (1993), os anunciantes podem ser classificados como clientes externos e consumidores, “[...] clientes externos são clientes de fora da empresa que recebem o produto ou serviço final. [...] Frequentemente os consumidores são os clientes externos.”

3 METODOLOGIA

Para se atender de forma plena ao objetivo proposto no estudo, a pesquisa se construiu por meio dos procedimentos metodológicos apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Metodologia utilizada para a construção do presente estudo

Exploratória	Esclarecer e proporcionar maior entendimento sobre determinado problema, tema ou estudo. Geralmente, realizada em áreas de pouco estudo científico.	Vergara (2005) e Gil (2007).
Descritiva	Descrever determinado fato e/ou características de uma população, fenômeno, estabelecendo uma relação entre as variáveis.	Vergara (2005) e Gil (2007).
Quantitativa	Garantir precisão nos dados, evitando distorções nas análises e interpretações. Para isso, necessita que sejam expressos em medidas numéricas, ou seja, tudo pode ser quantificado.	Marconi (2002, p. 18) e Gil (2007).
Estudo de caso	Investigar minuciosamente uma situação específica, sendo única ou especial, descobrindo o essencial e característico, contribuindo para a compreensão global.	Ponte (2006).

Fonte: os autores.

Entendeu-se que para se conseguir um resultado satisfatório, a pesquisa precisaria abranger todas as partes atingidas no processo, por essa razão foram escolhidos três tipos de clientes para serem investigados: o ouvinte, o anunciante e o cliente interno.

Para calcular a delimitação das amostras, usou-se a fórmula de amostragem sistemática descrita por Barbetta (1994, p. 45), apresentada na Figura 1.

Figura 1 – Fórmula de amostragem para a pesquisa

$$n_o = \frac{1}{E_o^2} \quad n = \frac{N \cdot n_o}{N + n_o}$$

Fonte: adaptado de Barbetta (1994).

Para ambas as amostras, utilizou-se uma margem de erro de 5% para mais ou para menos. Assim, para a amostra de *clientes ouvintes*, utilizou-se a população de 1.700 ouvintes cadastrados na base de dados da Rádio, resultando em 272 pessoas pesquisadas.

Já a amostra de *clientes anunciantes* originou-se por meio da Lei de Pareto a partir dos 252 clientes ativos, entre os quais 20% representam 80% do faturamento da emissora, ou seja, 50 clientes.

Para composição do *público interno*, foram selecionados os setores direção, departamento comercial e coordenação de programação, totalizando sete pessoas.

Todos os públicos foram avaliados por meio de um questionário com perguntas fechadas; o público interno foi pesquisado durante o expediente, os anunciantes foram visitados para pesquisa *in loco*, e os ouvintes forneceram as respostas via telefone.

Para Gil (2007), pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por questões, apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc. Vergara (1998) enfatiza que o questionário se caracteriza por uma série de questões apresentadas por escrito aos respondentes.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A Rádio Chapecó, fundada em 1948, foi a primeira emissora de rádio da região Oeste de Santa Catarina e está no processo de transição da segunda para a terceira geração de gestores da família; possui 23 funcionários. Toda a receita provém da divulgação comercial, na qual empresas patrocinadoras têm seus produtos ou serviços divulgados na programação, objetivando atingir o público ouvinte da emissora.

A migração de frequência oferece a oportunidade de aumento ou, pelo menos, a manutenção do faturamento, em decorrência do suposto aumento de audiência associado à maior facilidade de recepção em diferentes plataformas e melhor exploração do horário noturno, ponto visto como uma oportunidade pelos gestores da empresa estudada.

As empresas de radiodifusão comercial possuem uma concessão permissionária ou outorgada pelo Governo Federal, o que limita a quantidade de emissoras no País. Atualmente, no Município de Chapecó, SC, existem seis emissoras comerciais em funcionamento, sendo duas em sintonia AM e quatro em FM. Além das emissoras de rádio, consideram-se como concorrentes: sete jornais, seis revistas, três canais de TV, duas empresas de *outdoors* e demais veículos de mídia que atuam na cidade, disputando a atenção do público e o investimento do anunciante.

A internet e o acesso aos dispositivos de mídia por intermédio de aplicativos ajudam a rádio a melhorar e aumentar seu relacionamento com os ouvintes, pois estes exigem da emissora a permanência e a manutenção de página na rede mundial de computadores e dos canais de relacionamento com os ouvintes.

É comum não ser ouvinte da emissora mas manter relacionamento por meio de rede social ou atualizando-se em sua página na Internet. A possibilidade de ouvir uma emissora em qualquer lugar do mundo onde haja Internet eliminou as barreiras da distância e tornou indiferente a potência da emissora.

Segundo Abert (2014), condições de contorno como o alto custo de aparelhos com boa recepção, a qualidade de som das emissoras FM e a

maior possibilidade e facilidade de ouvi-las contribuem para que os jovens prefiram o FM. Enquanto isso o AM explora o público de maior idade e a população da zona rural, por meio de o conteúdo jornalístico e esportivo.

Desde que a portaria do Governo Federal, anunciando a migração, foi lançada em novembro de 2013, a emissora concentrou esforços em reunir recursos financeiros para garantir sua participação no pleito da migração, investindo apenas no setor tecnológico e em equipamentos compatíveis com a tecnologia FM, por consequência, adiando os planos de mudança de sede.

Ao longo de sua história houve diversas alterações de frequência, promovidas por solicitação de aumento de potência. O início das operações ocorreu com potência de 100 Watts, na frequência de 1.550 kHz. Em 1959, a emissora recebeu autorização de aumento da potência para 1.000 Watts, passando a trabalhar na frequência de 1.340 kHz. Em 1975, um novo aumento de potência promoveu a troca para a frequência atual de 1.330 kHz.

Se por um lado credibilidade e capital humano são tratados como um ponto forte da Rádio, com locutores e programas no ar há décadas e conhecidos em toda a região, por outro lado o alto custo da folha de pagamento e os gastos com a manutenção das instalações contribuem para que seu custo fixo seja elevado.

O conservadorismo é um ponto fraco. De origem familiar, apesar de ter consciência da necessidade da desburocratização de muitos processos, a empresa ainda encontra dificuldades para realizar mudanças.

Pesquisas de audiência realizadas pela emissora revelam que a Rádio Chapecó, desde 2011, tem maior audiência geral, maior audiência matutina, mas perde na audiência vespertina. Comercialmente, além da outra rádio AM, a emissora concorre com FMs e com os demais veículos da mídia instalados no Município e região.

Como forma de sistematização da análise ambiental, no Quadro 4 apresenta-se a análise *SWOT* da empresa.

Quadro 4 – Análise SWOT da Rádio Chapecó AM

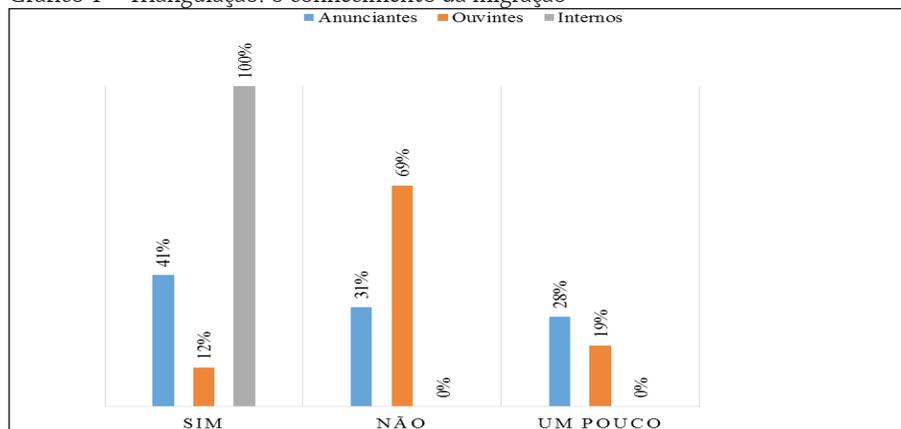
Forças	Fraquezas
Capital humano Credibilidade Recursos financeiros Capacidade técnica Experiência	Conservadorismo Alto custo Instalações em edifício antigo
Oportunidades	Ameaças
Melhoria na qualidade do sinal Recepção em celulares e outras plataformas Aumento da audiência Aumento das vendas Exploração mais eficaz do horário noturno	Concorrência acirrada – grande número de FMs Recessão econômica Perda de sinal em locais distantes e vales Possibilidade de cair na faixa estendida do FM (82 a 88 MHz)

Fonte: os autores.

Seguindo com a apresentação dos resultados, buscou-se com os ouvintes, anunciantes e colaboradores suas percepções sobre o processo de migração e suas consequências.

No Gráfico 1 mostra-se o real conhecimento do estrado pesquisado diante da troca de faixa, no qual se observa que o ouvinte não possui entendimento sobre a migração. Essa situação que pode gerar uma ameaça para a Rádio, se providências em termos de *endomarketing*, por exemplo, não forem tomadas.

Gráfico 1 – Triangulação: o conhecimento da migração



Fonte: os autores.

Mesmo os anunciantes sinalizando conhecer a migração, é importante destacar que o faturamento da rádio se origina nesse público. Portanto, sugere-se, de antemão, que estratégias de *marketing* e força de vendas sejam formatadas com esse cliente.

Quando questionados sobre ouvir outra emissora, 45% dos pesquisados responderam que sim, pelo menos uma vez na semana. Entretanto, os demais (55%) não têm o hábito diário de trocar de estação, demandando, assim, o trabalho de comunicação da emissora em informar precisamente sobre a nova frequência.

Quanto à avaliação do retorno sobre o valor aplicado em mídia, 45% dos anunciantes dizem não ter o costume de monitorar. O preço praticado está fora da expectativa para 3% dos anunciantes.

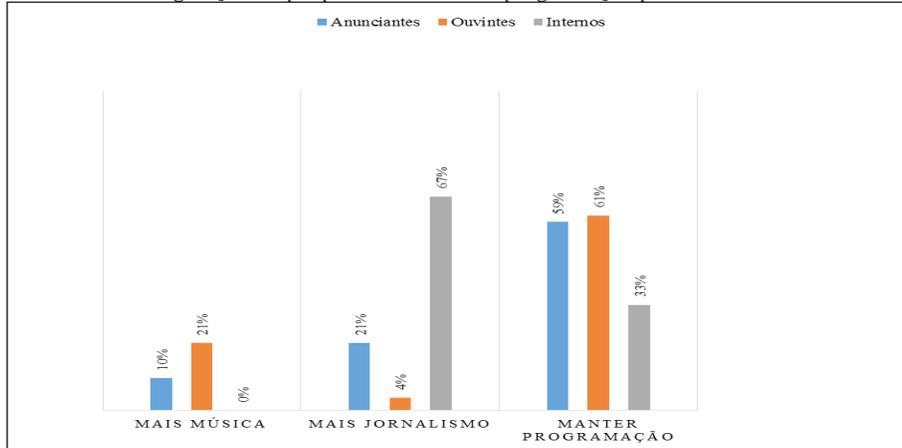
Da parcela que monitora esse valor, 69% dizem que seus clientes informam ter ouvido o anúncio na rádio, 38% identificam aumento de reconhecimento da marca, e 34% indicam melhora no relacionamento com novos clientes.

Questionados sobre a influência da propaganda da rádio na decisão de compra, escolha de um produto ou serviço, 38% dos ouvintes se dizem influenciados, 26% dizem que há possibilidade, e 36% dizem não ser influenciados.

Entre os ouvintes, 75% indicam interesse na emissora em razão das notícias, e a maioria destes (51%) busca notícias locais. Do ponto de vista dos anunciantes, 83% têm como foco o público local. Todos os clientes internos acreditam que os ouvintes preferem a emissora por conta das notícias locais.

Por meio do Gráfico 2, mostra-se a opinião dos públicos em relação à programação atual da emissora, englobando “mais” jornalismo, esporte, e entretenimento e música, ou manter a programação. Essa última sugestão obteve os maiores percentuais entre os três grupos pesquisados.

Gráfico 2 – Triangulação: o que poderia mudar na programação para torná-la mais atraente



Fonte: os autores.

Evidencia-se que o público interno (67%) se inclina para que a emissora invista em programação jornalística, até pela sua tradição, e, quem sabe, diminua o segmento de entretenimento, o qual está saturado, em decorrência das demais emissoras FM.

Entre os anunciantes, 69% enfatizam que, para ampliar seu investimento, a rádio deve aumentar sua audiência, e 52% dizem que o investimento em mídia aumentaria após a migração.

O aumento da audiência é promovido por dois fatores: aumento do tempo de audição dos atuais ouvintes e captação de novos. Entre os atuais ouvintes, 13% informam que ouviriam mais a emissora após virar FM, 16% acham possível ouvi-la mais após a migração, enquanto 69% dizem que a migração não mudaria seu hábito de ouvir a rádio. Dos clientes internos, 83% acreditam que a audiência deve aumentar com a migração, e 67% destes sugerem incluir mais notícias para aumentar o número de ouvintes.

Ainda, 80% dos anunciantes mostram interesse em investir em projetos de curta duração, como o patrocínio de *shows*, bailes e festas promovidos pela emissora. Questionados sobre o potencial de participação nesses eventos, 37% dos ouvintes dizem que não participariam, 39%,

participariam, e 24% avaliariam a possibilidade. Do público interno, 83% acham importante que a emissora realize eventos externos.

Uma das vantagens promovidas pela alteração da faixa é a possibilidade de exploração do horário noturno com maior eficácia. Questionados sobre a possibilidade de anunciar à noite, 38% dos clientes se posicionaram positivamente, e 76% consideram vantajoso ter reaplicação de mídia no período noturno.

Para 27% dos ouvintes, a migração proporcionará vantagem na audiência noturna, 40% acham possível, e 33% não veem diferença. Com a migração, 83% dos clientes internos acreditam que a audiência deve aumentar no período noturno, e 17% acham que é possível. A maioria dos internos (83%) acredita que a programação noturna deve ser musical. À noite, das 20h às 00h, 81% dos ouvintes preferem informação esportiva, e após esse horário a preferência de 57% dos ouvintes é pela reprise de algum programa diurno.

A partir dos resultados obtidos mediante a pesquisa, formatou-se a sequência do plano de *marketing*, contendo objetivos, estratégias, plano de ação e orçamento. As estratégias estão apresentadas com o plano de ação, o qual se construiu usando a metodologia do modelo 5W2h, que, basicamente, é um *checklist* das atividades que precisam ser desenvolvidas. Funciona como um mapeamento, eliminando dúvidas que possam surgir sobre um processo ou sua atividade, responsáveis e orçamento.

5 DETERMINAÇÃO DOS OBJETIVOS

Cinco são os objetivos propostos, divididos em quantitativos e qualitativos, sendo:

- a) desenvolver uma campanha de *endomarketing*, comunicando sobre a migração;
- b) aumentar o tempo de audição dos atuais ouvintes;
- c) captar novos ouvintes, principalmente os de menor faixa etária;
- d) ampliar de 48 para 60% a quantidade de ouvintes entre 30 e 50 anos, no prazo de dois anos;

- e) aumentar em 20% o número de anunciantes no período noturno até o final de 2017.

Os objetivos propostos visam nortear a empresa no sentido de obter maiores ganhos financeiros por intermédio da captação de novos ouvintes e anunciantes após a mudança de frequência. Mais que isso, que a mudança não prejudique nem o índice de audiência nem a carteira de anunciantes. Em complemento aos objetivos, apresentam-se as estratégias, seguidas pelo plano de ação e orçamento necessário para operacionalização delas. São apresentadas nos Quadros 5, 6, 7 e 8.

Quadro 5 – Estratégia 1: Rádio Chapecó nos Bairros

O quê?	Quem?	Quando?	Por quê?	Onde?	Como?	Quanto?
Proporcionar uma tarde de lazer aos moradores e integração com eles.	Departamento comercial da rádio.	Entre 24/06/15 e 28/05/16.	Divulgar a migração das rádios e a inclusão da Rádio Chapecó na faixa FM.	Em 13 Bairros de Chapecó, SC.	Montando estrutura de som, apresentando programas ao vivo e interagindo com a comunidade.	R\$ 7.628,23*

Fonte: os autores.

Nota: verba vinda de patrocínios e parcerias.

Quadro 6 – Estratégia 2: Rádio Chapecó Agora é FM

O quê?	Quem?	Quando?	Por quê?	Onde?	Como?	Quanto?
Campanha de publicidade e Propaganda Nova frequência da Rádio.	Direção administrativa.	A partir do momento que a nova frequência estiver no ar, com duração de 12 meses.	Divulgar e informar a nova frequência aos ouvintes, clientes e agências.	<i>Outdoor</i> , jornais, revistas, rádio, TV e Internet.	Material informativo e distribuição de brindes.	R\$ 11.716,90*

Fonte: os autores.

Nota: recursos próprios da rádio.

Quadro 7 – Estratégia 3: Ação nos jogos da Chapecoense¹

O quê?	Quem?	Quando?	Por quê?	Onde?	Como?	Quanto?
Divulgar e informar a nova frequência.	Direção administrativa.	Campeonatos em disputa a partir da outorga para FM, durante quatro meses.	Informar a nova frequência aos atuais e novos ouvintes.	Arena Condá, Estádio da Chapecoense.	Sorteio de 300 rádios portáteis. Divulgar: telão, rádio e placas. Participar do sorteio: envio de Whatsapp ou SMS.	R\$ 23.950,00*

Fonte: os autores.

Nota: recursos próprios da rádio.

Quadro 8 – Estratégia 4: Alteração da Programação Vespertina

O quê?	Quem?	Quando?	Por quê?	Onde?	Como?	Quanto?
Mudança da programação no horário das 14h às 16h, de 2 ^a a 6 ^a feira.	Direção administrativa e novo locutor.	Início da FM, por tempo indeterminado.	Captar ouvintes de faixa etária entre 30 e 50 anos para a emissora.	Via Rádio Chapecó durante a programação.	Locutor de rodeios regionalmente conhecido. Apresentará o programa musical-informativo com interação nas redes sociais.	50% da produção comercial do programa.

Fonte: os autores.

As estratégias esmiuçadas tendem a atender à empresa de imediato quando da autorização de troca de frequência. Entretanto, outras estratégias são sugeridas e apresentadas no Quadro 9, as quais têm por finalidade complementar as principais, já apresentadas, bem como criar *branding* da marca Rádio Chapecó na sintonia FM.

Quadro 9 – Estratégias Complementares

Estratégias	1	Redes sociais	Trabalhar em redes sociais os produtos da rádio: notícias, esporte, entretenimento, além de vídeos, imagens e outros. O intuito é atrair o público jovem e interagir com eles.
	2	Anunciantes	Aumentar a carteira para o período noturno. Modificar a programação, mesclando esporte com música entre as 20h e 00h.
	3	Gerente de marketing	Criar <i>branding</i> , reforçando a marca da Rádio por meio de eventos e ações. A função/cargo terá orçamento próprio, trabalhando em conjunto com o departamento comercial.

Fonte: os autores.

É importante dizer que as estratégias sugeridas e o plano em si estão abertos para adaptações, ajustes e melhorias necessárias, se preciso for. Porém, os objetivos centrais devem ser respeitados, principalmente, no que remete à carteira de ouvintes, anunciantes, índice de audiência e faturamento da emissora, após transição para frequência FM.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos pilares do trabalho foi a aplicação de uma pesquisa orientada para três diferentes grupos ligados à empresa: anunciantes, ouvintes e público interno. A amostra foi definida por meio de métodos estatísticos, e utilizaram-se questionários fechados para o levantamento de dados.

Mediante as respostas obtidas, percebeu-se que o processo de migração precisa ser mais difundido e explanado para o público ouvinte. A pesquisa revelou informações a respeito do desejo do ouvinte, que é manter as linhas gerais da atual programação. Já as programações noturna e da madrugada, que por ora são “subexploradas” em razão das características da rádio AM, devem seguir a indicação da pesquisa, ou seja, mesclar música com informação esportiva no período noturno e reprisar programas do dia na madrugada.

As estratégias propostas e apresentadas no plano de *marketing* vão desde a aproximação com os ouvintes, mediante eventos pela cidade, mudança na grade de programação, principalmente no período noturno, até a interação com o público mais jovem, por intermédio de ações em redes sociais.

Entretanto o objetivo central de todo o processo é aumentar o índice de audiência, sem perder a tradição e a essência da emissora, ou seja, o intuito é oxigenar a programação e a marca da Rádio quando da transição para a frequência FM.

Com a transição, a emissora passa a fazer parte de um mercado com maior número de concorrentes, pois são quatro emissoras FM no Município de Chapecó, com isso, têm-se outras mídias disputando a conta dos anunciantes, e, como agravante, o momento econômico conturbado enxugando as receitas das empresas, forçando-as a diminuir despesas, justamente a divulgação é uma das primeiras a serem cortadas.

O anunciante pode não cortar por inteiro suas despesas com divulgação, mas tende a diminuí-las, e a mídia que melhor se posicionar e maior retorno oferecer a esses clientes terá sua conta.

Assim, e como sugestão, é importante a Rádio Chapecó se antecipar, desenvolver estratégias antes mesmo de a migração ser autorizada, de modo a criar vantagem competitiva, aproxima-se dos ouvintes, aumentando sua captação e interagindo com eles, além de condicionar canais de venda de novos produtos aos anunciantes.

Por fim, recomenda-se às pesquisas futuras buscar maior abrangência, principalmente em relação aos ouvintes, por exemplo, pesquisando os “não ouvintes” de emissoras AM. Igualmente válida é a aplicação da pesquisa em diversas faixas etárias.

Nota explicativa

¹ Chapecoense: time de futebol do município de Chapecó. Entre as competições está a Copa do Brasil e o Campeonato Brasileiro série A.

REFERÊNCIAS

ABERT. **Estatísticas de comportamento**. 2014. Disponível em: <<http://www.abert.org.br/web/index.php/dados-do-setor/estatisticas/estatisticas-de-comportamento>>. Acesso em: 27 out. 2014.

BARBETTA, P. A. **Estatísticas aplicadas às ciências sociais**. 1. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.

CHURCHILL JÚNIOR, G. A.; PETER, J. P. **Marketing**: criando valor para os clientes. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

COBRA, M. **Marketing Básico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

COBRA, M. **Administração de marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

CROCCO, L. et al. **Marketing aplicado o planejamento de marketing**. São Paulo: Saraiva, 2010.

ETZEL, M. J.; WALKER, B. J.; STANTON, W. J. **Marketing**. São Paulo: Makron Books, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HARRINGTON, H. J. **Aperfeiçoando processos empresariais**. São Paulo: Makron Books, 1993.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice-Hall do Brasil, 2008.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2006.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. 10. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2000.

LAS CASAS, A. L. et al. **Marketing conceitos, exercícios e casos**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2001.

LAS CASAS, A. L. et al. **Marketing de varejo** . 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2000.

LEGRAIN, M. **Plano de marketing**. São Paulo: Kakron Books, 1992.

LEVINSON, J. C.; RUBIN, C. **Marketing de guerrilha com armas on-line**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

MACHLINE, C. et al. **Gestão de marketing**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PONTE, J. P. Estudos de caso em educação matemática. **Bolema**, v. 25, p. 105-132, 2006.

PRIDE, W. M.; FERREL, O. C. **Marketing**: conceitos e estratégias. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

RICHERS, R. **Marketing**: uma visão brasileira. 2. ed. São Paulo: Negócio Editora, 2000.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

WESTWOOD, J. **O plano de marketing**. São Paulo: Makron Books, 1991.

WESTWOOD, J. **O plano de marketing**. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

A AUTONOMIA DA VONTADE NA DISPOSIÇÃO DO CORPO PARA MUDANÇAS DE GÊNERO

Narciso Leandro Xavier Baez*
Caio Colling**

Resumo

O artigo em tela foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e jurídica, tendo-se como escopo a observância da forma de atuação do Judiciário brasileiro nas questões que envolvem a sexualidade e a identidade de gênero da população brasileira, bem como da ausência de legislação específica para indivíduos que objetivam a transição de gênero. Objetivou-se a exposição extensiva da problemática que envolve não apenas a transição no que se refere à questão do corpo, mas, também, o relacionado aos atos da vida civil. Busca-se, além disso, apresentar as falhas nas leis brasileiras, principalmente, nas que visam à igualdade de todos, como, por exemplo, o Art. 5º da Constituição Federal. Ainda, expõe-se o que há de legislação relativa ao tema abordado.

Palavras-chave: Transexualidade. Legislação Brasileira. Identidade de gênero. Orientação sexual. Jurisprudência.

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho tem-se por objeto apresentar de que forma a jurisprudência brasileira vem resolvendo, ou não, a questão dos limites da autonomia da vontade na disposição do corpo, em situações de mudança de prenome e gênero.

* Pós-Doutor em Mecanismos de Efetividade dos Direitos Fundamentais pela Universidade Federal de Santa Catarina; Doutor em Direitos Fundamentais e Novos Direitos pela Universidade Estácio de Sá; Juiz Federal da Justiça Federal de Santa Catarina desde 1996; narciso.baez@unoesc.edu.br

** Graduando em Direito na Universidade do Oeste de Santa Catarina; caio.colling@gmail.com

Após, analisam-se os reflexos e a problemática que essa prática acarreta sobre a expedição de documentação civil, bem como a existência, ou não, de um direito subjetivo a uma terapia hormonal custeada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que possa viabilizar a transição de gênero.

A importância do trabalho está na contemporaneidade do tema e das diversas discussões judiciais que têm se estabelecido sobre o assunto, sem que se tenha chegado a um consenso. O estudo foi pautado em pesquisas baseadas na Constituição e Legislação brasileiras.

Desse modo, buscou-se reunir nesta pesquisa importantes subsídios que podem contribuir e auxiliar o debate sobre esse tema e provocar o leitor para uma maior reflexão sobre a problemática apresentada.

2 A BUSCA PELA CORRETA DEFINIÇÃO DE IDENTIDADE DE GÊNERO EM PROL DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

A Legislação, assim como os códigos, as emendas, a Constituição Federal, entre outros mecanismos que regem o Direito no Brasil e no mundo, tem o escopo de garantir direitos e deveres do indivíduo, em questões de bens, negociações e, até mesmo, sobre o próprio corpo ou corpo do outro. Porém, em razão da carência de estudos acerca da Constituição e das demais leis pela sociedade, muito do que está previsto em legislação não vem a ser considerado nas interações sociais.

2.1 AS DIFERENÇAS ENTRE IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

No presente artigo, busca-se demonstrar a definição de transexualidade como identidade de gênero, a diferença sucinta entre transexualidade e homossexualidade e a inalcançabilidade das leis brasileiras em relação aos indivíduos transexuais.

É imprescindível distinguir transexualidade de homossexualidade para que seja possível entender a necessidade latente de leis distintas para ambos os casos.

2.2 TRANSEXUALIDADE

O termo transexualidade caracteriza a pessoa que não se identifica com o sexo atribuído ou designado no nascimento e que deseja fazer adequações e procedimentos estéticos para que assemelhe ao máximo seu corpo de nascimento com o qual se identifica psicologicamente.

2.3 HOMOSSEXUALIDADE

Já o termo homossexualidade, vindo do grego, *homos* = igual e *sexus* = sexo, caracteriza a pessoa que se relaciona sexualmente, emocionalmente ou de ambas as formas com pessoas do mesmo sexo. Tal termo se encontra dentro das definições de orientação sexual.

2.4 SIGLA LGBT

Ambos os termos encontram-se dentro da sigla LGBT (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transexuais), todavia, as três letras LGB definem orientações sexuais, e duas delas caracterizam a homossexualidade (LG).

Já a bissexualidade se define pela pessoa que sente atração tanto pelo por indivíduos do mesmo sexo quanto do sexo oposto. O T (de transexual) erroneamente é colocado na sigla, pois define uma identidade de gênero, um estado da pessoa, e não uma orientação sexual como os outros. Contudo, uma pessoa pode se identificar com a transexualidade e com alguma das orientações sexuais anteriormente mencionadas, que diferem da heterossexualidade. Assim, em um modo esquemático, para facilitar o entendimento, a homossexualidade pode ser característica da condição sexual de qualquer indivíduo, seja este cisgênero ou trans, contrapondo os padrões cisheteros normativos.

3 A TRANSEXUALIDADE NA VISÃO DA MEDICINA

3.1 VISÃO GERAL DA HOMOSSEXUALIDADE E DA TRANSEXUALIDADE

Indo além do referencial de definições, a homossexualidade e a transexualidade faziam parte do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e da Classificação Internacional de Doenças (CID 10). Em 1973 a Associação Americana de Psiquiatria (APA) retirou a homossexualidade do DSM, e, em 1990, foi a vez da Organização Mundial da Saúde (OMS) retirar a homossexualidade do CID. Porém, a transexualidade ainda é considerada doença sob o diagnóstico CID 10 – F64.0 – *Transexualismo* no manual de Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), publicação oficial da OMS com o objetivo de padronizar a codificação de doenças. Todavia, a realidade de experiências das pessoas transexuais tem sido analisada sob um viés menos patológico por meio da sociologia e dos movimentos sociais.

A socióloga Berenice Bento cita a transexualidade em seu livro *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*:

Utilizarei “transexuais femininas” ou “mulheres transexuais” para me referir aos sujeitos que se definem e sentem como mulheres, e “transexuais masculinos” ou “homens transexuais” para os que se definem ou se sentem como pertencentes ao gênero masculino. Quando afirmo que os critérios aqui estabelecidos partem das subjetividades dos próprios sujeitos e de suas narrativas, não estou levando em conta o fato de terem se submetido a uma cirurgia, ou o desejo de realizá-la, como critério para esta nomeação”. O trabalho de campo revelou que há uma pluralidade de interpretações e de construções de sentidos para os conflitos entre o corpo e a subjetividade nessa experiência. O que faz um sujeito afirmar que pertence a outro gênero é um sentimento: para muitos transexuais, a transformação do corpo por meio dos hormônios já é suficiente para lhes garantir um sentido de identidade, e eles não reivindicam, portanto, as cirurgias de transgenitalização. (BENTO, 2006).

Apesar de as definições de transexualidade no CID 10 e no DSM indicarem o transexual como alguém portador de transtorno mental, a única coisa que o difere de um cisgênero, (pessoa que se identifica com o sexo atribuído à genital que possui) é a forma com que a sociedade o enxerga e como algumas leis lhe privam de ter seus direitos garantidos. Não há nenhuma lei ou previsão na justiça brasileira que diferencie o transexual do cisgênero; ambos possuem em lei sua capacidade civil plena ao completarem 18 anos, sendo a capacidade de gozo mais a capacidade de fato, tornando-os inteiramente capazes de ter seus direitos garantidos, bem como seus deveres cumpridos, e podendo ser penalizados quando necessário.

3.2 MEDIDAS TOMADAS PELO SUS

Apesar da carência de aplicação das leis quanto ao transexual, foram-se criando portarias e leis para que realmente sejam assegurados os direitos de todos perante a lei. Com o tempo o SUS vem se adequando na tentativa de um melhor atendimento voltado às pessoas transexuais que desejam fazer seu tratamento hormonal de forma segura e com acompanhamento médico especializado. Desde 2009, com a Portaria MS n. 1.820, de 13 de agosto, o nome social é disponibilizado para o uso no cartão nacional de saúde, alegando-se que

Art. 4. Toda pessoa tem direito ao atendimento humanizado e acolhedor, realizado por profissionais qualificados, em ambiente limpo, confortável e acessível a todos.

Parágrafo único. É direito da pessoa, na rede de serviços de saúde, ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em virtude de idade, raça, cor, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, de anomalia, patologia ou deficiência, garantindo-lhe: I - identificação pelo nome e sobrenome civil, devendo existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil, sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas; [...] (BRASIL, 2009a).

3.3 A CRIAÇÃO DE CENTROS DE REFERÊNCIAS PARA TRANSEXUAIS (CRTS)

Em algumas cidades também foram criados centros de referências para melhor atender à demanda. Apesar de o número de ambulatórios estar crescendo conforme as demandas surgem, estes são concentrados em algumas regiões, deixando as mais afastadas das capitais sem nenhum suporte. No ano 2010 foi criado o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais junto com o Centro de Referência e Treinamento DST/Aids-SP na Vila Mariana, Cidade de São Paulo. Esse é um dos CRTs de maior referência no momento em cuidados a transexuais e travestis do País; todavia, em razão da grande demanda e da falta de preparo quando o Centro foi criado, a fila de espera para o tratamento ao longo do tempo foi se tornando cada vez maior, fazendo com que em 2015 fosse necessária a espera de, aproximadamente, dois anos pelo atendimento.

Em 2015, também em São Paulo, foi criado o Centro de Cidadania LGBT no Largo do Arrouche. Em Campinas há o Centro de Referência Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais (CRGLTTB). Cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, ao longo do tempo, ganharam centros de referência, a fim de atender melhor à população transexual e homossexual em geral. Na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, funciona desde 1998 o Protig (Programa de Transtorno de Identidade de Gênero), o qual atende tanto os pacientes quanto seus familiares com uma equipe multidisciplinar, com o intuito de melhorar a qualidade de vida e de convivência de todos.

Outra capital que também tem um centro reconhecido que com o tempo foi crescendo e se aperfeiçoando, não somente na questão da saúde (tratamento hormonal e cirurgias), mas, também, nas questões jurídicas e de bem-estar público e social, é Curitiba, PR, onde funciona o Centro de Pesquisa e Atendimento para Travestis e Transexuais (CPATT). Este foi idealizado em uma parceria do Governo do Estado do Paraná com o Transgrupo Marcela Prado, Organização não Governamental (ONG) que surgiu da necessidade de melhorar a vida de travestis e transexuais

na região de Curitiba. Com o tempo, esta tornou-se uma referência na luta pelos direitos destes e adquiriu ajuda do próprio governo do referido Estado nessa causa.

O Transgrupo Marcela Prado tem como objetivo promover a cidadania, a saúde, educação, segurança pública, cultura, a promoção e defesa dos direitos humanos plena dos (as) travestis e transexuais, combater os estigmas socialmente construídos sobre o tema, bem como construir paradigmas que realmente representem a realidade das e dos travestis e transexuais, especialmente das (os) TPVHA (Travestis e transexuais vivendo com HIV/Aids) do Estado do Paraná - PR. (TRANSGRUPO MARCELA PRADO, 2016).

Outra particularidade dessa ONG é o Miss Trans Curitiba, um concurso apenas com modelos transexuais e travestis que em 2015 teve sua 6ª edição.

4 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

4.1 A CARÊNCIA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PERANTE A IGUALDADE

No *caput*. do Art. 5º da Constituição Federal brasileira dispõe-se que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] (BRASIL, 1988).

Demonstra-se que perante a Lei ninguém será discriminado. Alguns incisos também fazem menção aos direitos que são garantidos a todos.

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
XL – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; [...] (BRASIL, 1988).

Apesar de a Lei prever punição para os casos de discriminação, apenas as práticas de racismo: “XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;” [...] (BRASIL, 1988) e de preconceito religioso possuem incisos na própria Constituição.

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma de lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias;
VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se [...]; (BRASIL, 1988).

No caso da prática de racismo há também um Estatuto de Igualdade Racial, Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010.

Os direitos de todos pela igualdade são previstos não somente pela Constituição Federal; o Brasil também segue alguns tratados internacionais que garantem os direitos fundamentais da pessoa humana. Um destes é o Decreto n. 678, de 06 de novembro de 1992, conhecido como Pacto de São José da Costa Rica, nos *caputs*:

Art. 1 – Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.

Art. 24 – Todas as pessoas são iguais perante a lei. Por conseguinte, têm direito, sem discriminação, a igual proteção da lei. art. 5º CF.

4.2 LEI MARIA DA PENHA APLICADA A TRANSEXUAIS

Outra lei de suma importância é a Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006, a Lei da violência doméstica, também intitulada Lei Maria da Penha (LMP). Essa Lei prevê que a violência doméstica contra a mulher seja punida, independentemente do motivo.

Art. 2º. Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. [...]

Art. 5º - Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

PARÁGRAFO ÚNICO. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. (BRASIL, 2006).

Nessa Lei está prevista a proteção da mulher apenas em questão de independência de sua orientação sexual e não sobre sua identidade de gênero, não agregando à mulher transexual e travesti. Porém, casos recentes como o Proc. n. 201103873908, do Tribunal de Justiça de Goiás – 1ª Vara Criminal da Comarca de Anápolis, juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães, traz como vítima uma mulher transexual, erroneamente definida como transexual masculino, com as seguintes motivações da magistrada em aplicar a Lei Maria da Penha:

[...] embora não tenha havido alteração no seu registro civil, a vítima fora submetida a uma cirurgia de redesignação sexual há 17 anos, o que a torna pessoa do sexo feminino, no que tange ao seu “sexo social”, ou seja, a identidade que a pessoa assume perante a sociedade;

[...] a não aplicação das mesmas regras elaboradas para proteção da mulher, “transmuta-se no cometimento de um terrível preconceito e discriminação inadmissível”;

[...] os artigos art. 2º e 5º, e seu par. Único, da LMP já citados que ressaltam a possibilidade de aplicação da Lei: [...]

[...] o princípio da liberdade, que se desdobra em liberdade sexual, “garante ao indivíduo, sujeito de direitos e obrigações, a livre escolha por sua orientação”;

[...] o gênero é construído no decorrer da vida e se refere ao estado psicológico, de forma que o transexual não se confunde com o homossexual, pois este não nega seu sexo, embora mantenha relações sexuais com pessoas do seu próprio sexo;

[...] partindo da premissa de que o não é proibido é permitido, do reconhecimento da união homoafetiva pelos Tribunais e do conhecimento de que, no ordenamento jurídico,

o que prevalece são os princípios constitucionais, entende-se que seria inconstitucional não proteger as lésbicas, os travestis e os transexuais contra agressões praticadas pelos seus companheiros ou companheiras.

No que se refere à inexistência de norma legal específica, bem como à divergência instalada na doutrina e na jurisprudência sobre o tema, entende a magistrada que:

[...] tais omissões e visões dicotômicas não podem servir de óbice ao reconhecimento de direitos erigidos a cláusulas pétreas pelo ordenamento jurídico constitucional. Tais óbices não podem cegar o aplicador da lei ao ponto de despreteger ofendidas como a identificada nestes autos de processo porque a mesma não se dirigiu ao Registro Civil de Pessoas Naturais;

[...] o apego a formalidades, cada vez mais em desuso no confronto com as garantias que se sobrelevam àquelas, não podem [...] impedir de assegurar à ora vítima TODAS as proteções e TODAS as garantias esculpidas, com as tintas fortes da dignidade, no quadro maravilhoso da *Lei Maria da Penha*.

Agiu bem a magistrada ao permitir a aplicação da LMP no caso por ela analisado, pois houve *violência*, ela foi *doméstica* e se baseou em uma *questão de gênero*. (BIANCHINI, 2012).

Ainda na questão sobre violência, a Resolução n. 11, de dezembro de 2014, garantiu no seu Art. 1º e seguintes a utilização de um maior cuidado e uma maior atenção à orientação sexual, identidade de gênero e nome social da pessoa nos boletins de ocorrência, porém não colocados muito em prática.

4.3 A ALTERAÇÃO DO PRENOME DE TRANSEXUAIS

Segundo o *caput* do Art. 16, Capítulo II, Dos Direitos da Personalidade encontrado no Código Civil de 2002 “Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.” (BRASIL, 2002).

Sendo o nome parte importante e essencial da personalidade e da identificação do indivíduo, alguns artigos que compõem a Lei n. 6.015/73 concedem ao cidadão o direito e a alternativa de escolha na

questão de alteração do prenome, alegando ser possível a alteração durante o primeiro ano da maioridade civil,

Art. 57 - O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa. (BRASIL, 1973).

○ Art. 55, e seu parágrafo único, no qual

Parágrafo único. Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer emolumentos, à decisão do Juiz competente. (BRASIL, 1973).

Também no art. 58, parágrafo está disposto que: “Quando, entretanto, for evidente o erro gráfico do prenome, admite-se a retificação, bem como a sua mudança mediante sentença do juiz, a requerimento do interessado, no caso do parágrafo único do art. 55, se o oficial não o houve impugnado.” (BRASIL, 1973).

Também se fala que, mesmo sendo necessária uma sentença do juiz e do Ministério Público, não será exigido o real motivo do pedido.

Porém, apesar do *caput* do Art. 5º “[...] garantir que todos têm os mesmos direitos,” os artigos citados anteriormente não abrangem a população transexual. Apesar de o próprio legislativo alegar constrangimento por causa de prenome ou gênero indicado no “nome civil”, além de prejuízos psicológicos que acabam afetando o indivíduo transexual, não é possível ou suficiente para se fazer a alteração, sendo necessária Ação de Retificação de Registro Civil/Sexo.

Tal procedimento somente se tornou possível nas últimas duas décadas. Nesse processo, a parte deverá apresentar motivos para a alteração do prenome e gênero, bem como ser “portador” do “Transexualismo” apresentado na Classificação Internacional de Doenças (CID) 10 F 64.0.

Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um

sentimento de mal-estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado. (CLASSIFICAÇÃO..., 2016).

Pede-se um laudo pericial de um psicólogo ou psiquiatra no qual deve conter que a parte apresente a identidade sexual por pelo menos dois anos, sem que esta esteja associada a outros transtornos mentais, como a esquizofrenia, e nem esteja associado à anormalidade intersexual, genética ou cromossomo sexual. Deverá, também, apresentar provas de que já utiliza e está habituado com o gênero e prenome que se identifica. Para isso, pode-se, também, pedir a realização de audiências para que o juiz possa ouvir a parte.

Atualmente, na maioria dos casos, para a alteração do gênero não se pede mais a realização e comprovação da cirurgia de redesignação sexual, já que o Estado não pode obrigar o indivíduo a se submeter a cirurgias, o que está previsto no Código Civil “Art. 15 - Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.” (BRASIL, 2002).

5 PORTARIAS CRIADAS PARA SUPRIR A DEMANDA

5.1 SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

A cirurgia de redesignação sexual, chamada de forma ignorante de mudança de sexo, em 2008 começou a ser disponibilizada no SUS por meio do *Processo Transexualizador*, como forma de oficializar a cirurgia no Brasil, tendo sua portaria redefinida em 2013 mediante a Portaria n. 2.803, de 19 de novembro, a qual “Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).” Justificando seus objetivos nos *caputs*:

Art. 1º. Fica redefinido e ampliado o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º. São diretrizes de assistência ao usuário(a) com demanda para realização do Processo Transexualizador no SUS:

I - integralidade da atenção a transexuais e travestis, não restringindo ou centralizando a meta terapêutica às cirurgias de transgenitalização e demais intervenções somáticas;
II - trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
III - integração com as ações e serviços em atendimento ao Processo Transexualizador, tendo como porta de entrada a Atenção Básica em saúde, incluindo-se acolhimento e humanização do atendimento livre de discriminação, por meio da sensibilização dos trabalhadores e demais usuários e usuárias da unidade de saúde para o respeito às diferenças e à dignidade humana, em todos os níveis de atenção.

Parágrafo único. Compreende-se como usuário(a) com demanda para o Processo Transexualizador os transexuais e travestis. (BRASIL, 2013).

Dados disponibilizados até 2014 informam que foram realizados 6.724 procedimentos ambulatoriais e 243 procedimentos cirúrgicos em quatro serviços habilitados no processo transexualizador no SUS, fazendo com que travestis e transexuais procurem a cirurgia em outros países em razão de a fila de espera ser de, praticamente, mais de duas décadas, procedimentos estes previstos na Resolução CFM n. 1.955/2010, revogando a Resolução CFM n. 1.652/02 que já existia.

5.2 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)

Depois de criada a portaria do SUS, outra portaria importante, porém pouco lembrada, foi a do Ministério da Educação (MEC), a Portaria n. 1.612, de 18 de novembro de 2011, na qual o nome social, previsto no Art. 1º “[...] § 1º Entende-se por nome social aquele pelo qual essas pessoas se identificam e são identificadas pela sociedade.” (BRASIL, 2011).

Art. 2º. Fica assegurada a utilização do nome social, mediante requerimento da pessoa interessada, nas seguintes situações:

I – cadastro de dados e informações de uso social;
II – comunicações internas de uso social;
III – endereço de correio eletrônico;
IV – identificação funcional de uso interno do órgão (crachá);

V – lista de ramais do órgão; e
IV – nome de usuário em sistemas de informática. (BRASIL, 2011).

Mesmo que essa Portaria exista desde 2011, assim como a do nome social no SUS, ela é pouco conhecida e apenas no ano 2015 ganhou maior repercussão, sendo o primeiro ano em que estudantes puderam ter seu nome social respeitado durante a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); ainda que com erros e falta de preparo e ética dos fiscais da prova, o ingresso de pessoas transexuais à universidade deu um passo à frente.

Muitas universidades, mesmo com resolução do MEC, não são adeptas à utilização do nome social, fazendo com que o avanço conquistado no ENEM dê um passo para trás pela falta de preparo e amparo do próprio ensino superior.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como objetivo, na elaboração deste artigo, teve-se a necessidade de apresentar, baseando-se na Legislação brasileira, os problemas enfrentados por indivíduos transexuais na sociedade brasileira, com o intuito de conceder maior atenção ao tema transexualidade e questões de gênero, por serem assuntos, muitas vezes, colocados como *tabu* na atualidade. O tema abordado foi visto como necessário em razão da de bibliografias e de dados que abrangem o assunto de maneira correta, em virtude de ainda ser um assunto bastante polêmico.

Buscou-se mostrar, também, que a transexualidade, apesar de não ser vista dessa maneira, nada mais é do que mais uma característica do indivíduo, não o tornando incapaz de cumprir seus direitos e deveres perante a Constituição Federal e os Códigos da Legislação brasileira. Com tudo isso, há o pedido sucinto para que as pessoas transexuais tenham seus direitos respeitados, assim como previsto no Art. 5º da Constituição Federal de 1988; o fim do preconceito, lido, como pré-conceito, pela característica fora do padrão cisnormativo.

REFERÊNCIAS

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 256 p.

BIANCHINI, A. Aplicação da lei maria da penha a transexual. JusBrasil, 2012. Disponível em: <<http://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/121814113/aplicacao-da-lei-maria-da-penha-a-transexual>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM n. 1.955, de 03 de setembro de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM n. 1.652/02. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 set. 2010. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6015original.htm>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. Lei n. 9.708, de 18 de novembro de 1998. Altera o art. 58 da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos, para possibilitar a substituição do prenome por apelidos públicos notórios. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9708.htm>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres [...] e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 ago. 2009a. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, 20 nov. 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. **Parecer Técnico MEC n. 141**, de 27 de nov. 2009. Brasília, DF, 27 nov. 2009b. Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/docs/MEC%20SECAD%20Parecer%20141%202009.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. Portaria MEC n. 1.612, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 2011. Disponível em: <<http://www-nt.ufms.br/manager/titan.php?target=openFile&fileId=949>> e <<http://www-nt.ufms.br/manager/titan.php?target=openFile&fileId=950>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

CARVALHO, A. R. F. Possibilidades de alteração do nome civil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1918, 01 out. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11788>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

CLASSIFICAÇÃO Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde. **CID 10 F 64.0 – Transexualismo**. Disponível em: <<http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/f640/transexualismo>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

OLIVEIRA, J. B. de. **Resolução n. 11**, de 18 de dezembro de 2014. CNCD/LGBT. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-011>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

TRANSGRUPO MARCELA PRADO. Disponível em: <<http://transgrupotmp.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

OS REFLEXOS DA CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA AO EMPREGADOR NO DEPÓSITO RECURSAL

Michele Andressa Scariot*
Elizabete Geremias**

Resumo

O presente trabalho consiste em um estudo acerca da relação da concessão da justiça gratuita ao empregador e do depósito recursal, este um pressuposto recursal objetivo o qual deve ser recolhido para que o recurso cumpra um dos requisitos de admissibilidade. Sabe-se que não existem impedimentos legais para a concessão da justiça gratuita ao empregador; apesar de a lacuna legislativa deixar a questão à mercê da interpretação do julgador, têm-se muitas decisões favoráveis aos empregadores. Dessa forma, buscou-se analisar o depósito recursal e os respectivos reflexos da concessão da justiça gratuita ao empregador no âmbito processual trabalhista correspondente aos recursos. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa na qual se abordam disposições jurisprudenciais e doutrinárias. Palavras-chave: Processo do trabalho. Concessão de justiça gratuita. Empregador. Depósito recursal.

1 INTRODUÇÃO

Analisando conceitos doutrinários até a aplicação prática da jurisprudência, observa-se a existência de uma ampla discussão quando o assunto é a influência da concessão da justiça gratuita ao empregador no depósito recursal no âmbito trabalhista, eis que alguns defendem que a concessão desse benefício, assim como nas demais esferas judiciais, deve abranger o ônus recursal; por outro lado, tem-se a ideia de que o depósito recursal é uma garantia à futura execução e, assim, não é abrangido pela justiça gratuita, sendo esta uma proteção aos direitos do trabalhador.

* Graduada em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; michele.scariot@hotmail.com

** Professora e pesquisadora da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Mestranda em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; elizabete.geremias@unoesc.edu.br

Dessa forma, no presente trabalho visou-se analisar o impasse legislativo e jurisprudencial sobre a influência da concessão da justiça gratuita ao empregador no depósito recursal. Logo, os objetivos deste trabalho se apresentam na abordagem do depósito recursal na justiça do trabalho especificando a natureza jurídica e os valores do depósito, passando-se a analisar os reflexos da justiça gratuita para o empregador beneficiário no depósito recursal.

2 O DEPÓSITO RECURSAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO

O depósito recursal possui previsão legal no artigo 899, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e consiste na realização de um depósito na conta vinculada do empregado no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), visto que o valor será conforme o valor da condenação ou o limite fixado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ainda é um requisito objetivo de admissibilidade, sem o qual se terá o recurso por deserto não conhecido, e, conseqüentemente, não haverá o reexame da matéria decidida anteriormente.

Basicamente, o depósito possui duas finalidades: obstar a interposição de recursos meramente protelatórios e auxiliar à execução do julgado se for preciso. Em outras palavras, pode-se dizer que o depósito recursal corresponde à antecipação do *quantum* devido e é “[...] uma garantia para o recurso a se transformar em parcela rapidamente exequível, se a condenação adquire o contorno de coisa julgada” (ROCHA, 1996, p. 60), ou seja, trata-se de uma exigência que visa garantir uma futura execução de sentença. Agregam os ensinamentos que dizem:

A finalidade de exigência do depósito recursal, consoante remarcam os tratadistas da matéria, não é apenas a de garantir, de imediato, o cumprimento da futura decisão judicial transitada em julgado, mas também o de contribuir para a maior celeridade no tocante ao desfecho do processo, dificultando a utilização dos recursos como expedientes protelatórios que provocam o prolongamento despropositado da lide, com vistas ao momento em que a necessidade econômica do empregado o force a uma transigência dano-

sa ao seu interesse para abreviar o recebimento do direito reconhecido na decisão. (GONÇALVES, 2001, p. 75-76).

A redação do §4º do artigo 899 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), implicitamente, faz entender que o depósito recursal será exigível quando a parte condenada na demanda, total ou parcialmente, for o empregador. É uma obrigação atribuída a ele e se desejar levar a lide para a instância superior, deverá proceder com o recolhimento do depósito nos moldes legais, eis que isso não ocorre com o empregado, pois a legislação não faz menção dessa figura como alguém que está sujeito ao depósito recursal.

Esse mesmo parágrafo descreve que tal depósito se realizará na conta do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) vinculada ao empregado, e se ele ainda não tiver essa conta cabe ao empregador abrir a respectiva conta para proceder a realização do depósito nela. Nos moldes do *caput* do artigo 899 da CLT, a interposição de recurso será feita por meio de petição simples e possuirá efeito meramente devolutivo, e, diante da redação do § 1º do artigo 899, tem-se a clara visão de que o depósito serve para facilitar a execução, pois deverá ser realizado diretamente na conta do trabalhador, visto que a quantia depositada deve ser em dinheiro.

Ainda, *in fine* do referido parágrafo, observa-se que o valor poderá ser levantado pela parte vencedora por simples despacho do juiz, ou seja, o acesso ao depósito ocorrerá de forma rápida e segura, evitando-se que o trabalhador precise aguardar por expedientes, muitas vezes, demorados, como seria o caso de leilões de bens. Importante mencionar que, nos moldes do artigo 501 do Código de Processo Civil (CPC), o recorrente pode desistir do recurso, a qualquer tempo e sem anuência dos recorridos e dos litisconsortes, podendo, também, renunciar o direito de recorrer. Ainda, pelo artigo 514 do Código de Processo Civil (CPC), o recorrente deve indicar especificamente os pontos controvertidos os quais deseja que no julgado sejam reformados, não sendo válida a mera menção a itens presentes na inicial ou na contestação.

Para que a interposição de um recurso seja válida é necessário que se preencham os requisitos básicos de admissibilidade, os chamados pressupostos recursais, que se dividem em: objetivos (extrínsecos) e subjetivos (intrínsecos). Em regra, o juízo de admissibilidade será verificado em duas etapas da interposição e apresentação do recurso, eis que primeiramente o juízo de quem recorre (*a quo*) verificará se estão presentes os respectivos requisitos; se sim, o recurso será admitido e encaminhado à instância superior (*juízo ad quem*), visto que esta, ao receber o recurso, novamente analisará o preenchimento dos requisitos.

Ressalta-se que o julgamento do recurso se divide em duas etapas, eis que a primeira corresponde ao juízo de admissibilidade no qual o Tribunal conhecerá ou não o recurso mediante o preenchimento dos pressupostos recursais. Completos os pressupostos, o recurso será conhecido e estará apto para a segunda etapa, a qual consiste na análise do mérito recursal, visto que o Tribunal poderá dar, total ou parcialmente, ou negar provimento ao recurso demandado. O doutrinador Saad (2004, p. 766) salienta que:

Toda postulação recursal é submetida a dois exames e em momentos diversos. A primeira operação consiste na verificação do cumprimento de todas as condições legais para que o recurso seja encaminhado. Esse momento processual denomina-se juízo de admissibilidade *a quo*. A operação seguinte consome-se no órgão que tem competência para conhecer e julgar o recurso. É o juízo de admissibilidade *ad quem*.

Os pressupostos subjetivos ou intrínsecos correspondem à pessoa do recorrente, dividem-se em legitimidade da parte, capacidade para estar em juízo e interesse em recorrer. Já os pressupostos objetivos ou extrínsecos se referem à questão processual do recurso e se dividem em: previsão legal do recurso, adequação, tempestividade, comprovação do pagamento das custas e da efetivação do depósito recursal; estes dois últimos requisitos formam o chamado preparo.

Em breve análise do tema deste trabalho, tem-se que no âmbito processual trabalhista as custas serão pagas pela parte vencida, total ou parcialmente, nos moldes do artigo 789, § 1º, da Consolidação das Leis

do Trabalho (CLT) e deverão ser recolhidas integralmente e em dinheiro, pois a Orientação Jurisprudencial n. 140 da Seção de Dissídios Individuais I é clara ao determinar que “[...] ocorre deserção do recurso pelo recolhimento insuficiente das custas e do depósito recursal, ainda que a diferença em relação ao “*quantum*” devido seja ínfima, referente a centavos” (BRASIL, 2005a), ou seja, na falta de um centavo o recurso poderá ser tido por deserto.

2.1 A NATUREZA JURÍDICA DO DEPÓSITO RECURSAL

Ao se falar na natureza jurídica do depósito recursal a resposta é praticamente unânime, trata-se de uma garantia da execução. Questionava-se a respeito da natureza jurídica desse instituto, comparando-o com a previsão legislativa do artigo 145, inciso II, da Constituição Federal de 1988 que se refere às taxas. Esse impasse foi pacificado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) com a edição da Instrução Normativa n. 2, em 1991, e posteriormente os termos desta foram confirmados pela Instrução Normativa n. 3, de 05 de março de 1993, ambas confirmaram que esse depósito consiste na garantia do juízo recursal, excluindo a possibilidade de ele ser visto como uma taxa.

Explica-se que a taxa ocorre “[...] em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição” (art. 5º, inc. II) (BRASIL, 1988), ou seja, a taxa é uma contraprestação paga ao Estado e essa jamais será devolvida ao contribuinte após a prestação do serviço, fato que ocorre com o depósito recursal o qual será levantado pela parte vencedora após o trânsito em julgado da decisão. Para Martins (2003, p. 925), há “[...] mera antecipação da condenação, pois, garantido o juízo, nenhuma outra importância será depositada (§ 6º do art. 899 da CLT), ou seja: atingido o limite previsto na lei, nenhum outro valor deverá ser depositado”, situação que demonstra claramente que o depósito se trata de uma garantia de juízo na esfera trabalhista.

Na prática é fácil vislumbrar que o depósito recursal na esfera trabalhista se trata de uma garantia a uma futura execução, pois o valor correspondente a ele deve ser depositado em uma conta vinculada ao FGTS em nome do trabalhador, a qual lá permanecerá até o fim do trâmite processual. Assim, vislumbra-se que os depósitos recursais nas demandas trabalhistas se destinam ao trabalhador, sendo revertidas ao empregador apenas se este obter ganho de causa, situação que se difere nos litígios demandados nas vias estaduais, por exemplo, em que o valor recursal é destinado ao respectivo Estado.

2.2 DOS VALORES DO DEPÓSITO RECURSAL

O valor do depósito recursal será de acordo com a quantia da condenação ou com o teto de valores previsto pelo Tribunal Superior do Trabalho por meio de ato do Presidente. Diga-se que, em 01 de agosto de 2015, entrou em vigor o Ato n. 397, de 09 de julho de 2015, o qual determina que o teto para a interposição de recurso ordinário é de R\$ 8.183,06; e de R\$ 16.366,10 para recurso de revista, embargos, recurso extraordinário e interposição de recurso em ação rescisória (BRASIL, 2015c).

Explica-se, havendo condenação em valor inferior ao teto previsto, basta que a parte recorrente efetue o depósito integral da referida importância fixada na sentença; caso o valor seja superior, a parte poderá recolher o valor integral ou efetuar o depósito da importância estabelecida pelo teto. Por exemplo, se a condenação for de R\$ 2.000 para a admissibilidade do recurso ordinário, o recorrente deverá depositar o valor integral da condenação, porém, se a condenação for de R\$ 10.000, o depósito para a interposição de recurso ordinário poderá ocorrer no valor do teto (R\$ 8.183,06) ou no valor integral da condenação.

Ressalta-se que para as demandas de ação rescisória a regra é diferente, eis que se exigirá o recolhimento de um único depósito recursal nos moldes do item III da Instrução Normativa n. 3 do Tribunal Superior do Trabalho. Também, tem-se que “[...] havendo recurso ordinário em sede rescisória o depósito recursal só é exigível quando for julgado pro-

cedente o pedido e imposta condenação em pecúnia” (BRASIL, 2005b), devendo o depósito ser realizado no prazo recursal, sob pena de deserção.

Conforme ministrado em aula pela Professora Elizabete, ora orientadora, na ocorrência da interposição de mais de um recurso, deverá ser observada a redação da Instrução Normativa n. 3, a qual dita que “[...] depositado o valor total da condenação, nenhum depósito será exigido nos recursos das decisões posteriores, salvo se o valor da condenação vier a ser ampliado” (BRASIL, 1993), ou seja, ocorrendo uma condenação de R\$ 25.000, ao interpor o recurso ordinário, o recorrente deverá depositar R\$ 8.183,06.

Caso venha a interpor recurso de revista deverá recolher mais R\$ 16.366,10, eis que até esse momento se tem a soma de R\$ 24.549,16. Assim, se esse recorrente interpor embargos no Tribunal Superior do Trabalho, deverá depositar apenas a diferença do valor em que foi condenado com a que já pagou que, *in casu*, será de R\$ 450,84.

3 OS REFLEXOS DA JUSTIÇA GRATUITA PARA O EMPREGADOR BENEFICIÁRIO NO DEPÓSITO RECURSAL

Conforme exposto na seção anterior, o empregador também pode ter dificuldades financeiras que o impossibilitem de arcar com as despesas processuais. Assim, o empregador conquistou o direito de ser beneficiário da justiça gratuita nos casos em que comprovar sua insuficiência financeira e, aos poucos, essa conquista pode ser alcançada com fundamento nas disposições constitucionais e em seus princípios, como a garantia do acesso à justiça, a isonomia e o direito ao duplo grau de jurisdição.

Partindo dessa ideia de que o empregador pode ser beneficiário da justiça gratuita, passou-se à análise do depósito recursal e se verificou que este é um pressuposto objetivo de admissibilidade, possuindo como natureza jurídica a garantia de uma futura execução. Expôs-se, ainda, que seu valor será calculado de acordo com o importe da condenação ou o teto de valores previsto pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Verifica-se que a Lei Complementar n. 132 (BRASIL, 2009), que incluiu o inciso VII ao artigo 3º da Lei n. 1.060, foi expressa ao determinar que a isenção compreendida pela justiça gratuita é correspondente às custas e despesas processuais e abrange os “[...] depósitos previstos em lei para interposição de recurso, ajuizamento de ação e demais atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório”, (BRASIL, 1950), porém, no âmbito trabalhista, essa disposição legislativa não é aplicada pelos Tribunais sob os fundamentos que serão apresentados na sequência, considerando-se que a concessão da justiça ao empregador se estende às custas e despesas processuais não contemplando o depósito recursal.

Esse novo inciso do artigo 3º da Lei n. 1.060 provocou uma série de debates acerca da obrigatoriedade de o empregador beneficiário da justiça gratuita realizar o depósito recursal na esfera trabalhista. Sabe-se que são poucos os casos em que o empregador consegue obter a gratuidade na Justiça do Trabalho, e nestes, em sua maioria, o benefício é obtido por empregadores de microempresas ou empresas de pequeno porte que, por suas condições empresariais, conseguem comprovar a sua hipossuficiência financeira para arcar com as despesas processuais.

Cumprе ressaltar a importância das microempresas e empresas de pequeno porte na economia brasileira, pois conforme relata a pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em conjunto, as micro e pequenas empresas responderam, em 2013, por 99% do número total de empresas formais, por 52,1% dos empregos totais e por 41,4% da massa salarial (SEBRAE, 2014, p. 31). Sabe-se que a microempresa pode ser constituída se seu faturamento anual for de até R\$ 360.000, e a empresa de pequeno porte, faturamento anual de R\$ 360.000 até R\$ 3,6 milhões (BRASIL, 2006).

Dito isso, apesar da expressa previsão do inciso VII do artigo 3º da Lei n. 1.060, sua aplicação na Justiça do Trabalho é bastante divergente quando se trata do depósito recursal, eis que a previsão legal pouco auxiliou na elucidação da aplicação da justiça gratuita a esse pressuposto, pois surgiram inúmeras discussões com o advento desse inciso, e mais, as divergências jurisprudenciais se tornaram gritantes. Em análise às duas

correntes, tem-se que a minoria sustenta que o depósito recursal é abrangido pela justiça gratuita concedida ao empregador, e, assim, a doutrina ensina que:

É possível concluir, todavia, pela dispensa do depósito recursal aos agraciados com a assistência judiciária. [...] Mas exigir da pessoa jurídica amparada com a gratuidade da justiça, que proceda ao recolhimento do depósito recursal como condição do recebimento do apelo é falacioso. Foge ao princípio da razoabilidade conceder a justiça gratuita a uma pessoa jurídica (em face da comprovada dificuldade financeira) e isentá-la apenas do recolhimento das custas, quando o maior obstáculo à interposição de recursos na Justiça do Trabalho é justamente o depósito recursal [...] Deverá o juiz ou tribunal a quem couber o deferimento do benefício analisar meticulosamente se as provas carreadas aos autos permitem a concessão do benefício da justiça à pessoa jurídica que a postula, e, havendo provas suficientes, deverá conceder o benefício requerido na sua plenitude e abrangência, tal qual previsto na Constituição Federal. Só assim se estará dando efetividade aos comandos constitucionais da igualdade, do acesso à justiça e da ampla defesa, consagrados no art. 5º, caput e incisos. (BANDINI, 2007, p. 398-399).

Nesse sentido, uma corrente defende que a exigência do depósito recursal dos beneficiários da justiça gratuita contraria as disposições constitucionais, pois isso impede que pequenos empregadores recorram à instância superior em face de não possuírem condições financeiras de garantir o juízo exigido e, assim, deixarem de receber o devido amparo estatal, visto que o desrespeito aos princípios constitucionais do acesso à justiça e ao duplo grau de jurisdição não permitiram o reexame da demanda por meio de recurso interposto desacompanhado do recolhimento do depósito recursal.

Dessa forma, o Deputado Clóvis Fecury propôs na Câmara o Projeto de Lei n. 6.015, atualmente arquivado, com o qual pretendia o reconhecimento da ilegalidade da exigência do depósito recursal do empregador, fundamentando a violação de princípios constitucionais, e a justificativa de que o depósito seria uma forma de obstar recursos meramente procrastinatórios era inválida ao ser imposta a pequenos empregadores, pois essa regra não era o bastante para barrar o grande número de

interposição de recursos de grandes empresas que dispõem de capacidade financeira.

Ao fim, sustenta que “[...] obrigar o empregador a antecipar o cumprimento da sentença antes mesmo de ela transitar em julgado desequilibra as relações processuais em nome de uma pretensa proteção do hipossuficiente econômico.” (FECURY, 2009, p. 3). O entendimento de que a Lei previu a isenção do depósito recursal para o beneficiário da justiça gratuita sem fazer distinções devendo este ser aplicado também no âmbito trabalhista é algo recente.

Extrai-se do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região do Rio Grande do Sul que a justiça gratuita pode ser concedida ao empregador “[...] pessoa física, que demonstra insuficiência de recursos, abrange as despesas processuais e também o depósito recursal, nos termos do inciso VII, artigo 3º, da Lei n. 1.060/50.” (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Também é do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região do Estado baiano esse entendimento de que nos moldes do inciso VII ao art. 3º da Lei n. 1.060 (1950) a isenção contempla o depósito recursal e “[...] defere-se o benefício da gratuidade judiciária quando o apelante o requereu na sua peça recursal, o qual inclui, além da isenção das custas processuais, o depósito recursal.” (BAHIA, 2014).

Em sentido contrário e defendendo a legalidade da exigência, a jurisprudência afirma que a concessão da justiça gratuita ao empregador não abrange os valores inerentes ao depósito recursal sob a ótica de que as despesas abrangidas pelo benefício são devidas ao Estado, e, assim, ele pode isentá-lo. Essa isenção não seria possível para o depósito recursal, pois este é uma garantia para uma futura execução em que o Estado não figura como credor do valor, mas, sim, esta será daquele vencedor no processo. Leite (2008, p. 704) expõe que:

[...] não há de se falar em inconstitucionalidade do art. 899 da CLT, uma vez que o duplo grau de jurisdição não é princípio, nem está previsto expressamente na constituição, já que esta admite até mesmo a existência de instância jurídica única (CF, art. 102, III). Doutra parte, o depósito recursal constitui mera garantia do juízo evitando, assim, a interpo-

sição temerária ou procrastinatória de recursos. Ressalte-se, por oportuno, que a exigência do depósito recursal consagra, substancialmente, o princípio da isonomia real, sabido que o empregador é, via de regra, economicamente superior ao empregado.

Nesse sentido, o Ministro Luiz Fux recentemente ressaltou o entendimento firmado pela Suprema Corte “[...] de que a justiça gratuita limita-se às custas processuais e não alcança o depósito recursal, que se destina a garantir a execução e, por isso, possui natureza jurídica diversa” (BRASIL, 2015a); isso porque se entende que as garantias constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição poderão ser exercidas pelos detentores do benefício da justiça gratuita, porém, estes deverão cumprir as disposições legais, isso diante da natureza do depósito recursal.

Sabe-se que a área trabalhista possui características muito peculiares, e em sua maioria, visam estabelecer uma igualdade entre o trabalhador e o empregador, eis que a desigualdade existente entre eles é comum e advém da evolução histórica. Exigir de uma das partes que realize o depósito recursal não infringiria o princípio da igualdade, pois “[...] dar tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades” (NERY JUNIOR, 1999, p. 42); o que não se pode permitir é que se estabeleçam diferenças jurídicas injustas e imotivadas.

Ocorre que essa instabilidade legislativa provoca grandes divergências jurisprudenciais nas quais se observa claramente que a concessão da justiça gratuita e a sua interferência no depósito recursal ficam à mercê da interpretação do magistrado. Isso se verifica claramente nas decisões proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região correspondente ao Estado de Santa Catarina; primeiramente se expõe que: “Ainda que o empregador pessoa física seja beneficiário da justiça gratuita, prevista na Lei n. 1.060/50, não está ele dispensado de efetuar o depósito recursal, que é pressuposto objetivo para o conhecimento do re-

curso ordinário, constituindo-se em garantia do juízo (art. 899 da CLT).” (SANTA CATARINA, 2015).

Também no TRT da 12ª Região é possível visualizar que a 2ª Turma possui entendimento diverso do exposto, pois sustenta que “[...] de acordo com o art. 14 da Lei n. 5.584/1970, o benefício da justiça gratuita destina-se somente ao empregado que declare hipossuficiência econômica.” (SANTA CATARINA, 2014). Logo, verifica-se que uma das Turmas garante que a justiça gratuita seja concedida ao empregador que comprovar a sua hipossuficiência e isso não o isenta de realizar o depósito recursal, porém, a outra Turma aduz que esse benefício sequer poderá ser concedido ao empregador.

Em consonância com o exposto, tem-se da doutrina e da jurisprudência que o empregador que não dispõe de condições financeiras e fizer prova robusta disso poderá, a critério de juiz, ser dispensado de depositar a quantia exigida para a admissibilidade do recurso. Ressalta-se, não se trata da extensão automática da justiça gratuita ao depósito recursal, mas de uma isenção concedida pelo magistrado. Assim decidiu o Tribunal Superior do Trabalho:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMISSIBILIDADE. EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. CUSTAS DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO. DESERÇÃO DO RECURSO DE REVISTA. 1. A interpretação conferida ao artigo 884 da CLT pelo primeiro juízo de admissibilidade para denegar seguimento ao recurso de revista encontra amparo na jurisprudência desta Corte superior consubstanciada no item II da Súmula n.º 128 deste Tribunal Superior, que dispõe ser exigível, para a interposição de qualquer recurso no processo de execução, a garantia do juízo, inclusive na hipótese de elevação do valor do débito. 2. A concessão ao empregador do benefício da justiça gratuita, nos termos do artigo 3º da Lei n.º 1.060/1950, depende da demonstração de insuficiência econômica e limita-se às despesas processuais, não alcançando, portanto, o depósito recursal correspondente à garantia do juízo. 3. Agravo de Instrumento a que se nega provimento. (BRASIL, 2015b).

Importante mencionar que é tema de repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (STF) no qual está pendente para julgamento o

tema n. 679 tido, em 2013, como “[...] validade da exigência do depósito recursal como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário na Justiça do Trabalho”, correspondente ao Recurso Extraordinário n. 607.447, sob a relatoria do Ministro Marco Aurélio, que se manifestou dizendo que “[...] possui repercussão geral a controvérsia relativa à constitucionalidade da exigência de depósito para a admissibilidade de recurso extraordinário, prevista no artigo 899, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho.” (BRASIL, 2013).

Cumprir explicar que o caso apresentado se refere ao recurso extraordinário que é usado de forma subsidiária no processo do trabalho, conforme autoriza o artigo 8º e o artigo 769; deste último se extrai que “[...] nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título.” (BRASIL, 1943). Logo, havendo omissão na legislação processual trabalhista, aplicam-se subsidiariamente as disposições processuais cíveis as quais preveem a interposição do recurso extraordinário.

Dessa forma, verifica-se que é possível a concessão da justiça gratuita ao empregador que comprovar robustamente a sua hipossuficiência financeira, situação que ocorre com as micro e pequenas em maior porcentagem em razão de suas estruturas empresariais. Ocorre que, mesmo sendo beneficiário da justiça gratuita e existindo um dispositivo legal que autoriza expressamente a isenção do depósito para esses casos, o empregador terá que realizar o depósito recursal para ter seu recurso admitido.

Veja-se que, conforme as exposições supra, a divergência jurisprudencial é nítida e demonstra que a exigência do depósito recursal aos beneficiários da justiça gratuita no âmbito trabalhista é vista como algo lícito e que não contraria as disposições legais e constitucionais, justificando-se que por ser uma garantia a uma futura execução não pode ser contemplada pela justiça gratuita. Ainda, mencionou-se que a quantia é destinada ao trabalhador, e, por isso, o Estado não pode intervir, já que não é credor do valor.

Assim, a maior parte da discussão sobre a exigência do depósito recursal aos empregadores beneficiários da justiça gratuita é fundada na constitucionalidade dessa imposição dada pelos entendimentos jurisprudenciais; eis que estes fundamentam que não se aplica a justiça trabalhista à previsão do inciso VII do artigo 3º da Lei n. 1.060. Relembra-se que essa disposição da Lei n. 1.060 concedeu aos beneficiários da justiça gratuita o direito de serem isentos da realização do depósito recursal, não fazendo nenhuma distinção expressa sobre a sua aplicação na prática e seus favorecidos, porém, foram encontrados meios para justificar a sua inaplicabilidade na Justiça do Trabalho tendo como principal justificativa a proteção do trabalhador, deixando-se de avaliar as condições do empregador.

Ressalta-se que a possibilidade de isenção do depósito recursal mencionada é um meio novo de se aplicarem as disposições da Lei n. 1.060 sem abrir precedentes para que os beneficiários da justiça gratuita busquem a aplicação do princípio da isonomia. E, assim, não existem parâmetros seguros para a concessão desse benefício com aplicabilidade no depósito recursal, ficando a decisão sob a análise do julgador que empregará a hermenêutica para a apreciação do pedido. Por fim, tem-se que o tema de repercussão geral pendente para julgamento no Supremo Tribunal Federal é relacionado à exigência do depósito ao interpor um recurso extraordinário, porém, a decisão desse caso trará inúmeros reflexos no âmbito processual trabalhista, inclusive no que compete aos demais recursos.

4 CONCLUSÃO

No presente trabalho buscou-se demonstrar a influência da justiça gratuita no depósito recursal trabalhista. Em análise ao depósito recursal se descobriu que, além de ser um pressuposto objetivo de admissibilidade recursal, ele possui a natureza jurídica de ser uma garantia a uma futura execução.

Detalhou-se quais os valores e como estes são recolhidos na interposição de um recurso ou de recursos sucessivos, passando-se à descri-

ção de quem está sujeito e aqueles que estão isentos de recolher o depósito recursal.

A ideia de que a justiça gratuita não abrange o depósito recursal advém da natureza jurídica deste último que é tido como garantia para uma futura execução da qual o credor é o trabalhador, logo, o Estado sustenta que não pode isentar o empregador de algo que não lhe pertence.

A jurisprudência não diverge e sustenta que pela natureza jurídica do depósito recursal no âmbito trabalhista ele não pode ser abrangido pelo benefício da justiça gratuita concedido ao empregador.

Conclui-se que o empregador beneficiário da justiça gratuita não abrangerá o depósito recursal do qual ele somente poderá ser isento por deliberação do juiz ou do Tribunal.

REFERÊNCIAS

BAHIA (Estado). Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. **Agravo de Instrumento n. 0000900-47.2012.5.05.0341**. Relatora: Des. Débora Machado. Julgamento em: 27 ago. 2014. Disponível em: <<https://aplicacoes.trt5.jus.br/esamp//f/n/consultadocumentocon?id=10114082801236516741&municipio=1>>. Acesso em: 16 out. 2015.

BANDINI, R. L. de A. **Justiça gratuita em relação à pessoa jurídica na Justiça do Trabalho. Estado & atividade econômica**. Curitiba: Juruá, 2007.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 31 out. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 set. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 31 out. 2015.

BRASIL. Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis n° 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, da Lei n° 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n° 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n° 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 mar. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 19 out. 2015.

BRASIL. Lei Complementar n. 132, de 07 de outubro de 2009. Altera dispositivos da Lei Complementar n° 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei n° 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 out. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp132.htm>. Acesso em: 14 out. 2015.

BRASIL. Lei n. 1.060, de 05 de fevereiro de 1950. Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 fev. 1950. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1060compilada.htm>. Acesso em: 14 out. 2015.

BRASIL. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869compilada.htm>. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário com Agravo n. 909491**. Relator: Min. Luiz Fux. Julgamento em: 29 set. 2015a. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28%28909491%2ENUME%2E+OU+909491%2EDMS%2E%29%29+NAO+S%2EPRES%2E&base=baseMonocraticas&url=http://tinyurl.com/pulo9vt>>. Acesso em: 07 out. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Repercussão Geral Tema n. 679**. Relator: Min. Marco Aurélio. 2013. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verProcessoDetalhe.asp?incidente=3815755>>. Acesso em: 19 out. 2015.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Agravo de Instrumento em Recurso de Revista n. 45340-40.1995.5.02.0008. 1ª Turma. Relator: Des. Convocado Marcelo Lamego Pertence. Julgamento em: 02 set. 2015. **Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho**, 04 set. 2015b. Disponível em: <<http://aplicacao5.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&format=html&highlight=true&numeroFormatado=RR%20-%20125700-35.2009.5.04.0001&base=acordao&rowid=AAANGhAAFAAAMkkAAG&dataPublicacao=28/08/2015&localPublicacao=DEJT&query=dep%F3sito%20and%20recursal%20and%20empregador%20and%20dispensado%20and%20hipossufici%EAncia%20and%20comprovada>>. Acesso em: 07 out. 2015.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Ato n. 397**, de 09 de julho de 2015c. Divulga os novos valores referentes aos limites de depósito recursal previstos no artigo 899 da CLT. Disponível em: <http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/bitstream/handle/1939/65641/2015_ato0397.pdf?sequence>. Acesso em: 31 ago. 2015.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Instrução Normativa n. 2**, de 30 de abril de 1991. Disponível em: <<http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/5169>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Instrução Normativa n. 3**, de 05 de março de 1993. Disponível em: <<http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/5132>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Orientação Jurisprudencial n. 140 da SDI-1**. Diário da Justiça, 20 abr. 2005a. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/OJ_SDI_1/n_s1_121.htm#TEMA140>. Acesso em: 06 out. 2015.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Súmula n. 99**. AÇÃO RESCISÓRIA. DESERÇÃO. PRAZO (incorporada à Orientação Jurisprudencial n. 117 da SBDI-2). Res. 137/2005, Diário da Justiça, 22, 23 e 24 ago. 2005b. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_51_100.html#SUM-99>. Acesso em: 31 ago. 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei n. 3.392**. Apresentação: 20 de abril de 2004. Aguardando Apreciação pelo Senado Federal. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=250056>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

FECURY, C. **Projeto de Lei n. 6.015**. 2009. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=449015>>. Acesso em: 08 out. 2015.

GONÇALVES, E. **Direito processual do trabalho**. 6. ed. São Paulo: LTR, 2001.

LEITE, C. H. B. **Curso de direito processual do trabalho**. 6. ed. São Paulo: LTR, 2008.

MARTINS, S. P. **Comentários à CLT**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NERY JUNIOR, N. **Princípios do processo civil à luz da Constituição Federal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região. **Agravo de Instrumento n. 0000944-13.2014.5.04.0733**. Relatora: Brígida Joaquina Charão Barcelos Toschi. Julgamento em: 11 dez. 2014. Disponível em: <http://gsa6.trt4.jus.br/search?q=cache:yXgzKUPsFaUJ:iframe.trt4.jus.br/gsa/gsa.jurisp_sdcpsp.baixar%3Fc%3D52123652+empregador+dep%C3%B3sito+justi%C3%A7a+gratuita+vii+1.060+inmeta:DATA_DOCUMENTO:2014-10-16..2015-10-16++&client=jurisp&site=jurisp_sp&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=jurisp&ie=UTF-8&lr=lang_pt&proxyreload=1&access=p&oe=UTF-8>. Acesso em: 16 out. 2015.

ROCHA, Osíris. **Teoria e prática dos recursos trabalhistas**. 4. ed. São Paulo: LTr, 1996.

SAAD, E. G. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2004.

SANTA CATARINA (Estado). Tribunal Regional do Trabalho da 12^a Região. **Recurso Ordinário n. 0000208-06.2014.5.12.0043**. 2^a Turma. Relator: Des. Helio Bastida Lopes. Julgamento em: 02 set. 2014. Disponível em: <<http://consultas.trt12.jus.br/SAP2/DocumentoListar.do?plocalConexao=sap2&ptipo=PDF&pidDoc=285068>>. Acesso em: 19 out. 2015.

SANTA CATARINA (Estado). Tribunal Regional do Trabalho da 12^a Região. **Recurso Ordinário n. 0003680-82.2013.5.12.0032**. 3^a Turma. Relator: Des. Narbal Antônio de Mendonça Fileti. Julgamento em: 23 set. 2015. Disponível em: <<http://consultas.trt12.jus.br/SAP2/DocumentoListar.do?plocalConexao=sap2&ptipo=PDF&pidDoc=308276>>. Acesso em: 19 out. 2015.

SEBRAE. **Boletim estatístico de micro e pequena empresa**. 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario-do%20trabalho-na%20micro-e-pequena%20empresa-2014.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2015.

OS PAPÉIS FEMININOS E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Marivete Leonor Secco*
Michele Gaboardi Lucas**

Resumo

As configurações familiares sofreram alterações nos últimos anos, e, cada vez mais, as famílias deixam de contar com uma figura feminina dedicada exclusivamente ao cuidado do lar e dos filhos. Portanto, o presente artigo foi desenvolvido buscando-se compreender como as mudanças dos papéis femininos têm interferido na organização familiar e na criação dos filhos. Nesse intuito, foi realizado um estudo de caso múltiplo de atendimentos realizados no contexto da psicologia clínica, utilizando-se referencial teórico e conceitos da abordagem sistêmica. Por meio da análise de três casos (dois casais heterossexuais com filhos e uma família monoparental composta por mãe e filho), pode-se perceber que as mulheres relataram se sentirem sobrecarregadas com o exercício dos papéis familiar e profissional, gerando influência no relacionamento com os filhos e com o parceiro, bem como na satisfação pessoal e na qualidade de vida. Palavras-chave: Função materna. Papéis femininos. Relação mãe e filho.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas ao longo do tempo na vida das mulheres com a conquista do mercado de trabalho alteraram de forma significativa os papéis assumidos por elas dentro da família. Com isso, as configurações familiares sofreram alterações, e essa nova organização da família deixou de contar com uma figura feminina dedicada exclusivamente ao cuidado da casa, do marido e dos filhos.

* Graduada do Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; marivetesecco@hotmail.com

** Psicóloga e Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; opmichele@hotmail.com

O interesse em pesquisar sobre esse assunto surgiu após a realização de uma pesquisa sobre a independência financeira feminina, realizada em 2014 pelas pesquisadoras deste artigo, na qual, por meio de entrevista com mulheres solteiras, financeiramente independentes, sem filhos e ativas no mercado de trabalho, percebeu-se o receio que as pesquisadas tinham de conseguir conciliar a atribulada vida profissional com a chegada de um filho (SECCO; LUCAS, 2015).

Portanto, o presente artigo foi realizado com o objetivo principal de se compreender como as mudanças dos papéis femininos ocorridas nos últimos anos têm interferido na organização familiar e na criação dos filhos. Para isso, utilizou-se um estudo de caso múltiplo de atendimentos realizados no contexto da psicologia clínica, utilizando-se referencial teórico e conceitos da abordagem sistêmica.

2 TERAPIA FAMILIAR SISTÊMICA

Para compreender a Teoria Familiar Sistêmica, é necessário compreender a família e a influência que esta exerce na vida dos indivíduos. Isso porque o homem não é um ser isolado, ele sobrevive em grupo, e a sua experiência é determinada pela troca com o meio, em que ele influencia e ao mesmo tempo é influenciado (SOUZA, 2005).

Para tanto, inicialmente, destaca-se a função da família, que, conforme Bock (2008, p. 238), “[...] é responsável pela sobrevivência física e psíquica das crianças, constituindo-se o primeiro grupo de mediação do indivíduo com a sociedade.” Baptista e Teodoro (2012, p. 16) corroboram essa ideia ao afirmar que “[...] a família pode ser concebida como uma instituição responsável pelo processo de socialização de seus membros, pela educação e pelo estabelecimento de condutas adequadas a seus integrantes.”

Souza (2005, p. 130) considera que a família tem duas funções primordiais, “[...] uma de cunho interno, a proteção psicossocial de seus membros; e a outra, de cunho externo, que revela a necessidade de acomodação a uma cultura e da transmissão dela para seus membros.” Osorio

e Valle (2011, p. 19) consideram a família “[...] um laboratório de relações humanas onde se testam e aprimoram os modelos de convivência.” E Baptista e Teodoro (2012, p. 17) destacam que “[...] é a qualidade das interações entre seus membros que torna possível as trocas afetivas.”

Segundo Rosset (2007, p. 66), “[...] uma família funcional é aquela que cumpre as funções básicas de criação e desenvolvimento dos seus membros de uma forma firme e flexível, adaptada às circunstâncias e aos fatos de cada momento, que está sempre num processo de tomada de consciência, de aprendizagem e de crescimento.”

Portanto, percebe-se a família como um dos pontos-chave à compreensão do comportamento dos indivíduos. Pois é na família que o sujeito estabelece seus primeiros contatos sociais, que influenciarão significativamente na sua conduta futura. Conforme Groisman (2012, p. 31), “[...] as relações que estabelecemos com a família na qual nascemos são as mais importantes de nossa vida e vão representar a base de nosso comportamento futuro.”

Além disso, a qualidade dos relacionamentos familiares influenciará de forma positiva ou negativa a vida dos indivíduos. Souza (2005, p. 129) destaca que “[...] os dinamismos familiares estão associados à preservação da saúde e à instauração da patologia.” Já Rosset (2007, p. 87) afirma que “[...] a família tem potencial e potência de atrapalhar ou de curar os seus indivíduos.”

Todos esses pontos devem ser considerados ao se falar na Teoria Sistêmica ou na Terapia Familiar. Souza (2005, p. 129) traz o conceito de que “[...] a Terapia Familiar tem como premissa fundamental a concepção da família como um sistema, inserido em outros sistemas, influenciando e sendo influenciado.” O que também aparece na afirmação de Cordioli (2008, p. 222), “[...] o que acontece com um membro da família afeta todos os demais. Reciprocamente, o que ocorre com a família influencia necessariamente todos os membros.”

Dessa forma, para compreender os comportamentos de um indivíduo, deve-se compreender a estrutura e o funcionamento da família em que ele está inserido e entender que para mudar o indivíduo é necessário

mudar o contexto. Conforme afirma Souza (2005, p. 130), “[...] o todo é considerado mais do que a soma das partes, na medida em que cada parte só pode ser entendida no contexto do todo, de tal forma que uma mudança em qualquer uma das partes, afeta todas as outras partes [...]”

Portanto, o terapeuta familiar deve compreender as relações e conexões dos membros da família, não se detendo apenas às características individuais, pois os eventos devem ser examinados dentro do contexto em que ocorrem, ou seja, dentro da família (SOUZA, 2005). Dessa forma, “[...] o trabalho clínico frente a uma família disfuncional é compreender seus padrões, redefini-los e explorar novos caminhos com eles.” (SOUZA, 2005, p. 132).

Cordioli (2008, p. 242) afirma que “[...] a terapia familiar tem por objetivo identificar e compreender os problemas humanos, intervindo neles e considerando o contexto em que ocorrem.” Define ainda que “[...] o objetivo da terapia é a superação dos bloqueios ao desenvolvimento dos indivíduos e do grupo familiar como um todo. Objetiva-se criar condições para a individuação de cada um, mantendo-se a coesão e a mutualidade do grupo.” (CORDIOLI, 2008, p. 231).

Osorio (2013, p. 72) salienta que “[...] à família, cabe permitir o crescimento individual e facilitar os processos de individualização e diferenciação.” Já Krom (2000, p. 23) considera que “[...] as pessoas devem ganhar um espaço dentro da família suficiente para que se desenvolvam de forma independente, se descubram como seres criativos e potenciais capazes de escolher, palmilhar seu próprio caminho, contando com o apoio e o refúgio da família.”

Maldonado (2009, p. 31) destaca que “[...] é comum reproduzir os padrões de interação das famílias de origem [...] Há os que se esforçam para fazer exatamente o oposto do que presenciaram.” A diferenciação é importante porque muitos dos comportamentos do indivíduo podem ser repetições ou evitações de comportamentos que aprendeu com a família e reproduz sem ter consciência disso, de forma automática e inconsciente.

Entender todos esses conceitos sobre a função da família, a influência que ela exerce na vida dos indivíduos e as premissas básicas da

teoria familiar e sistêmica é o primeiro passo para pensar nos atendimentos clínicos realizados a partir dessa teoria.

2.1 AS FRONTEIRAS E PAPÉIS FAMILIARES

Um dos fatores que influenciará uma maior ou menor individualização de cada membro da família é a estrutura familiar. Ela é composta por um conjunto de regras invisíveis que governa e organiza a forma de interação dos membros (SOUZA, 2005; WAGNER et al., 2011). Essas regras podem ser explícitas ou implícitas, e influenciarão o desenvolvimento e relacionamento dos membros da família de forma consciente, ou não.

Dentro da estrutura familiar existem os sistemas, definidos por Wagner et al. (2011, p. 23) como “[...] um grupo de pessoas que interagem a partir de vínculos afetivos, consanguíneos, políticos, entre outros, que estabelecem uma rede infinita de comunicação e mútua influência.” E na família existem ainda os subsistemas, que possuem “[...] funções e demandas específicas” (WAGNER et al., 2011, p. 23), como, por exemplo, o subsistema conjugal, o parental e o fraterno.

Na interação dos subsistemas familiares surgem as fronteiras, que funcionam como barreiras invisíveis que demarcam os indivíduos, os subsistemas e o sistema familiar. Essas fronteiras têm duas funções principais, a de proteção e a de diferenciação dos indivíduos ante o sistema, pois acabam selecionando quem participa e quem não deve participar de determinado subsistema (WAGNER et al., 2011).

Existem três tipos de fronteiras: nítidas, difusas e rígidas. As fronteiras difusas ocorrem quando os subsistemas se encontram misturados e quase não existe distância entre seus membros, existe falta de limite, intromissão, pouca independência e autonomia. Já as fronteiras rígidas são o oposto, os subsistemas são desligados, a comunicação não é boa e a própria função de proteção fica comprometida, os vínculos são frágeis e ocorre um distanciamento emocional entre os membros. As fronteiras nítidas são justamente o equilíbrio, não permitindo que os subsistemas

sejam tão unidos como nas fronteiras difusas, nem tão separados quanto nas fronteiras rígidas (WAGNER et al., 2011).

O relacionamento familiar torna-se mais saudável a partir do momento em que as fronteiras entre os subsistemas são nítidas. No entanto, fazer com que as fronteiras sejam nítidas nem sempre é tarefa fácil, “[...] muitas vezes, os terapeutas de família funcionam como criadores de fronteiras entre os subsistemas, transformando as difusas em nítidas e flexibilizando aquelas inadequadamente rígidas.” (SOUZA, 2005, p. 134).

Portanto, o terapeuta deve compreender a estrutura familiar do indivíduo que está em atendimento, bem como o relacionamento entre os subsistemas e como são estabelecidas as fronteiras na família. Além disso, deve considerar outro fator importante: o ciclo de vida familiar pelo qual a família desse indivíduo está passando.

2.2 O CICLO DE VIDA FAMILIAR

Sendo a família um sistema estruturado, composto por subsistemas que interagem entre si e que evolui constantemente, existem duas questões importantes que influenciam a saúde familiar “[...] a capacidade de flexibilidade e a delimitação de fronteiras.” (WAGNER et al., 2011, p. 30).

A família passa por estágios de desenvolvimento que requerem adaptação, a fim de manter a própria continuidade e favorecer o desenvolvimento psicossocial de cada membro (SOUZA, 2005). Segundo Wagner et al. (2011, p. 30) “[...] é inerente ao movimento do ciclo evolutivo vital a necessidade de que a família seja maleável.”

Carter e McGoldrick (1995, p. 9) definem que “[...] as famílias incorporam novos membros apenas pelo nascimento, adoção ou casamento, e os membros podem ir embora somente pela morte”, por isso, as famílias passam por ciclos de vida. Essas fases não podem ser rigidamente determinadas, pois pode haver sobreposições e uma avançar sobre a outra, pois existem diferenças de família para família (CERVENY; BERTHOUD, 2010).

Segundo Krom (2000, p. 22), “[...] o aumento da ansiedade na família pode caminhar em duas direções: na vertical – que inclui tabus, mitos, segredos e expectativas – movendo-se para próxima geração; e na horizontal, na qual ocorrem as transições evolutivas esperadas no ciclo de vida da família.” Portanto, a família precisa ter habilidade para lidar com as transições, pois, caso contrário, podem surgir crises que podem ocasionar a paralização da família, não permitindo que ocorra o desenvolvimento de seus membros.

Caso a família não consiga se adaptar ou evoluir, em razão da ansiedade gerada pela transição dos ciclos de vida, podem surgir os sintomas em um dos membros dessa família. Rapizo (2002, p. 65) define que “[...] os sintomas são considerados fundamentalmente como resposta a uma ameaça de desequilíbrio do sistema familiar.”

Carter e McGoldrick (1995, p. 133) trazem que “[...] os teóricos do ciclo de vida familiar descreveram a conexão entre o descarilamento dos eventos de ciclo de vida normativos e a emergência de sintomas nos indivíduos e nas famílias.” Ou seja, por mais que cada família tenha seu próprio desenvolvimento, as que passam por eventos considerados mais traumáticos têm um risco maior de apresentar um indivíduo com sintomas.

Souza (2005, p. 137) corrobora essa ideia ao trazer que “[...] o *stress* familiar é geralmente maior nos pontos de transição de um estágio do ciclo de vida para outro. Há uma tendência de os sintomas aparecerem quando há uma interrupção do ciclo de vida familiar.” Geralmente, a família busca apoio psicológico com a intenção de eliminar o sintoma, mas sem a intenção de mudar o sistema e não tendo a percepção da ligação entre ambos, considerando o sintoma um problema apenas do indivíduo.

O sintoma, ao mesmo tempo em que paralisa, aponta uma possibilidade de transformação, pois mostra a dificuldade de lidar com a nova situação e a tentativa de manter tudo como está (evitando uma possível desorganização), mas, ao mesmo tempo, mostra essa dificuldade que está impedindo o crescimento de um dos membros e traz à tona a necessidade de mudança (GROISMAN, 2003). Geralmente, “[...] cabe

ao terapeuta conectar o sintoma ao sistema e mostrar à família que eles estão interligados e que um não pode mudar sem mudar o outro.” (SOUZA, 2005, p. 138).

Segundo Rosset (2007, p. 87), “[...] quando alguém na família tem algum sintoma, é porque a família está precisando, naquele momento, aprender algum novo comportamento, fazer alguma remodelação no seu funcionamento ou mudar comportamentos.” Já Rapizo (2002, p. 62) destaca que “[...] entender a família como sistema significa, acima de tudo, entender o sintoma como produto de inter-relações.”

Portanto, os sintomas devem ser observados com cuidado no espaço terapêutico, pois têm um significado importante e representam uma forma de demonstrar a dificuldade que a família enfrenta na passagem de um ciclo de vida familiar para outro. Além disso, o relacionamento entre os membros da família merece uma atenção especial.

2.3 RELAÇÃO ENTRE PAIS E FILHOS

O nascimento do primeiro filho é sempre um momento importante no ciclo de vida familiar e exige adaptação de toda a família nuclear. Uma das observações feitas por Carter e McGoldrick (1995, p. 207) em relação ao ciclo de vida familiar é de que “[...] não existe nenhum estágio que provoque mudança mais profunda ou que signifique desafio maior para a família nuclear e ampliada do que a adição de uma nova criança ao sistema familiar.”

Com todas as mudanças que ocorreram nas famílias, com a conquista cada vez maior do mercado de trabalho por parte das mulheres e com a chegada dos filhos, Carter e McGoldrick (1995, p. 206) observam que “[...] o mundo doméstico foi deixado para as crianças e os velhos, sem que as mulheres e os homens saibam muito bem quem deveria ou quem vai criar os filhos, ou como criá-los num mundo que possui menos apoio da comunidade do que possuía nas gerações anteriores.”

Bock (2008, p. 242) observa que existe em muitas famílias, na atualidade, “[...] a dificuldade de estabelecer limites e regras claras para

as crianças e adolescentes.” Isso porque os adultos andam confusos em relação à função de autoridade e da educação para a autonomia, pois com a intenção de dar autonomia para as crianças, os pais têm medo de contrariá-las.

Carter e McGoldrick (1995, p. 19) destacam que “[...] muitas vezes, os pais são incapazes de colocar limites e exercer a autoridade necessária, ou não têm paciência para permitir que seus filhos se expressem na medida em que se desenvolvem.” A falta de limite tem-se tornado um problema constante nas famílias; se antigamente as fronteiras rígidas colocavam os pais no papel de autoridade absoluta, atualmente, as fronteiras difusas confundem o papel de autoridade do pai, que fica com medo de dizer não aos filhos.

É importante ressaltar que existem conflitos entre o exercício dos papéis familiar e profissional para as mulheres dentro da família, pois seu papel está bastante voltado para as relações, o atendimento e o cuidado. Isso equivale dizer que se um filho ficar doente caberá à mãe, e não ao pai, abdicar de seu trabalho para se dedicar ao cuidado dele (BEE, 1997).

Outro fator importante a ser considerado é que com o aumento da autonomia e da independência feminina, o número de separações também tem aumentado e, com isso, cresce também o número de famílias monoparentais, que são as famílias compostas por apenas um dos pais, sendo mais comuns as constituídas por mães e filhos.

Carter e McGoldrick (1995) consideram que existem alguns problemas que as famílias com progenitor sozinho enfrentam para se reestabelecerem, como: questões financeiras relacionadas às mudanças que ocorrem após a separação e à necessidade de entrarem em um acordo sobre as despesas relacionadas aos filhos; problemas de paternidade relacionados às dificuldades com a educação dos filhos em um momento tão difícil como a separação; e o isolamento social dos progenitores sozinhos, pois podem evitar reuniões sociais por se sentirem inadequados ou cansados.

Marin e Piccinini (2007, p. 14), ao analisarem os comportamentos e práticas educativas maternas em famílias de mães solteiras e em famílias nucleares, apontam que “[...]as famílias de mães solteiras têm

sido caracterizadas por terem maior dificuldade com os papéis maternos e maiores níveis de comportamento maternal negativo do que as mães casadas, devido ao menor envolvimento, controle e supervisão dos filhos”, além de “[...] demonstraram menor interação com seus filhos e menos controle sobre eles.”

Em contrapartida, alguns autores apontam os aspectos positivos de famílias de mães solteiras, como a autonomia adquirida pela criança pelo fato de ela ter que assumir maior responsabilidade e acabar se tornando mais independente quando criada sem a presença do pai (MARIN; PICCININI, 2009).

Já Bowlby (1989 apud MARIN; PICCININI, 2009, p. 424) destaca a importância da presença de ambos os pais quando afirma que “[...] ser mãe não é um papel fácil de exercer, tendo em vista o tempo e a atenção que os filhos/as demandam. [...] cuidar de uma criança não é tarefa para uma só pessoa, e a assistência de um companheiro pode torná-la mais leve e prazerosa.” Dessa forma, os autores concluem que ser mãe solteira pode implicar uma sobrecarga de tarefas.

Carter e McGoldrick (1995, p. 303) corroboram essa ideia ao afirmarem que “[...] assumir sozinha os filhos cria tremendos estresses para as mulheres, especialmente quando estão envolvidas dificuldades financeiras, fazendo com que elas se sintam infelizes, frustradas, ansiosas, incompetentes, aprisionadas e angustiadas pela angústia dos filhos.” Além disso, os autores apontam outro problema relacionando a mulheres que criam os filhos sozinhas e que trabalham fora em tempo integral, as chamadas supermães, que diz respeito à sobrecarga da dupla jornada, o que faz com que elas acabem tendo pouco tempo e energia para outras atividades.

Destaca-se, também, que existem duas funções básicas na família que devem ser observadas em famílias de progenitor único: a função materna “[...] tarefa de vincular, de ser continente e alimentador; faz a relação afetiva, o cuidado, mantém o sistema”, e a função paterna “[...] significa lei, organização, estrutura, palavra, autoridade; está ligada a crescimento; leva à aprendizagem e ensina regras e limites.” (OSÓRIO, 2013,

p. 69). O importante é destacar que essas funções, geralmente atribuídas à mãe e ao pai, respectivamente, podem ser desempenhadas por outras pessoas do sistema familiar, mas são fundamentais para que a criança se relacione de forma mais saudável com o mundo.

Portanto, as famílias com filhos formadas por apenas um dos progenitores merecem uma atenção especial, pois todo o ciclo de vida familiar pode acabar sendo afetado por questões que precederam a origem dessa família, como separação do casal, gravidez indesejada ou não planejada, ou uma separação durante a gravidez.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo consiste em um estudo de caso múltiplo, de atendimentos realizados no contexto da psicologia clínica, de famílias que buscaram atendimento psicológico e foram atendidas por uma das pesquisadoras, utilizando-se conceitos da abordagem sistêmica.

A análise dos casos foi realizada buscando-se compreender como as mudanças dos papéis femininos ocorridas nos últimos anos têm interferido na organização familiar e na criação dos filhos. Para tanto, foram considerados a queixa inicial que trouxe a família até o atendimento, a organização e a estrutura familiar, o ciclo de vida em que a família se encontra e o papel exercido pela mãe dentro da família.

É importante salientar que vários fatores foram considerados ao se realizarem os atendimentos com as famílias, lembrando que a família é um sistema, e que o que acontece com um membro afeta todos os demais (SOUZA, 2005; CORDIOLI, 2008). No entanto, para atender ao objetivo proposto com este estudo, destacam-se os papéis exercidos pelas mulheres dentro das famílias e as dificuldades relatadas e apresentadas por elas no exercício destes.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

1º *Caso*: Mãe solteira, acima de 35 anos, apresentando queixa inicial de dificuldade de relacionamento com o filho.

2º *Caso*: Casal heterossexual, acima de 35 anos, com um filho, apresentando queixa inicial de brigas constantes entre o casal.

3º *Caso*: Casal heterossexual, acima de 30 anos, com três filhos, apresentando queixa inicial de dificuldade de adaptação social de um dos filhos.

4.1 ESTRUTURA FAMILIAR

A *primeira família* é monoparental, constituída pela mãe e pelo filho de cinco anos; a mãe trabalha em tempo integral, e o filho fica meio período na escola e meio período na casa da avó materna. A procura pelo atendimento partiu da mãe, com queixa inicial de dificuldade de relacionamento com o filho.

Na época da gravidez não planejada, que foi resultado de um relacionamento de curta duração, ela morava com os pais. Depois da chegada do filho, relata que passou a ter conflitos constantes com a mãe, com quem nunca teve um bom relacionamento. Nota-se que as fronteiras não eram claras, ela abdicou de seu papel de autoridade, pois fazia todas as vontades do filho na tentativa de evitar atritos que pudessem incomodar seus pais. Dessa forma, o filho passou a ter maus comportamentos, fazendo birra para ganhar o que queria, chorando e fazendo escândalo para conseguir algo. Em muitos momentos, ela sentia-se desqualificada em seu papel de mãe.

A *segunda família* trata-se de um casal com uma filha de dois anos de idade. O pai trabalha em tempo integral, e a mãe trabalha meio período, e a filha fica meio período com a mãe e vai para a escola no outro período. Esse casal conta, também, com o apoio dos avós maternos e da avó paterna, que auxiliam no cuidado com a neta.

A busca por auxílio partiu da mulher, com queixa inicial de brigas constantes, que estavam tornando o relacionamento insustentável; a filha dormia no mesmo quarto que os pais.

O casal tinha conflitos sobre a organização familiar e a divisão das tarefas domésticas, apresentando dificuldade de entrar em acordo e demonstrar empatia um pelo outro. As brigas, geralmente, eram motivadas por desentendimentos sobre assuntos práticos do dia a dia, fazendo com que ambos ficassem chateados e sem conversar por horas, ou, até mesmo, dias.

Já a *terceira família* trata-se de um casal com três filhos; o pai trabalha em tempo integral, a mãe não havia se recolocado no mercado de trabalho, e os filhos iam para a escola na parte da tarde, ficando em casa de manhã.

A mãe procurou auxílio para o filho do meio, por ele apresentar dificuldade de adaptação na escola, tendo poucos amigos. Em casa, também apresenta dificuldade com jogos de competição, não lidando bem com as perdas, além de não aceitar fazer qualquer coisa se não for como ele deseja.

A família estava apresentando dificuldade de adaptação após algumas mudanças ocorridas na organização familiar, visto que a mãe voltou a passar mais tempo em casa com os filhos, tarefa essa que por longo tempo foi realizada pelo pai. Por esse motivo, o casal estava apresentando dificuldade de entrar em acordo em relação à divisão das tarefas domésticas e, principalmente, na forma de educar e impor limites aos filhos.

Em relação ao subsistema fraterno, observou-se boa relação entre os irmãos, havendo apenas alguns desentendimentos entre eles sobre a distribuição das tarefas domésticas e a dificuldade de negociação, sendo que o filho do meio se sentia sempre menos beneficiado do que os outros.

4.2 PAPEL DAS MULHERES NA FAMÍLIA

Inicialmente, chama a atenção o fato de que, nas três famílias estudadas, quem procurou o serviço em busca de auxílio foi a mulher. Seja

relatando dificuldades com os filhos, seja com o companheiro, a busca pelo auxílio partiu da mãe e/ou da esposa da família, o que pode estar ligado ao fato de que o papel da mulher acaba ficando mais voltado para as relações, o atendimento e o cuidado (BEE, 1997). Dessa forma, quando algo não está bem, elas sentem-se, de certa forma, responsáveis por isso.

No caso da *primeira família* nota-se que as dificuldades encontradas na relação da mãe com o filho acabam sendo influenciadas pelo fato de ela ser mãe solteira e ter que exercer sozinha as funções materna e paterna, além de trabalhar em tempo integral e passar por dificuldades financeiras, pois não recebe auxílio financeiro do pai de seu filho.

Ser mãe solteira pode implicar uma sobrecarga de tarefas, conforme apontado por Marin e Piccinini (2009). A mãe, neste caso, trabalha fora o dia todo e criava o filho sozinha, tendo pouco tempo (e energia) para outras atividades, encaixando-se no conceito de *supermãe* (CARTER; MCGOLDRICK, 1995). Além disso, demonstrou em diversos momentos sofrer com a sobrecarga de trabalho e as dificuldades financeiras, aspectos comuns apresentados por mães de famílias monoparentais (CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

Percebeu-se, conforme apontado por Osorio (2013), que ela acabava tendo que exercer sozinha duas funções básicas na família, a função materna, de relação afetiva e cuidado, e a função paterna, de organização, autoridade e ensinamento de regras e limites. Isso fazia com que ficasse confusa em seu papel dentro da família e na forma como tratava e educava o filho.

Além disso, percebeu-se, também, a questão do isolamento social (CARTER; MCGOLDRICK, 1995), pois como morava sozinha com o filho, relatou não ter liberdade para sair e ir a alguns lugares, o que fez com que seu círculo de amizades ficasse reduzido, refletindo, inclusive, na dificuldade de encontrar um novo parceiro.

Portanto, as dificuldades apresentadas no exercício do papel materno nessa primeira família mostram-se bastante ligadas à dificuldade financeira, ao isolamento social e ao exercício dos papéis parentais, que refletiam na dificuldade de uma interação saudável entre mãe e filho.

Entre as questões trabalhadas em terapia, a questão da autoestima, do fortalecimento do vínculo materno com o filho, do papel exercido por ela dentro da família e questões relacionadas com afeto foram pontos fundamentais abordados nos atendimentos.

No caso da *segunda família* estudada, nota-se que as dificuldades encontradas nela estavam muito relacionadas com o ciclo de vida pelo qual eles estavam passando, pois a chegada de um filho provoca uma mudança profunda e significativa na família (CARTER; MCGOLDRICK, 1995). Durante os atendimentos, percebeu-se que havia dificuldade para o casal assumir os papéis conjugais e os parentais concomitantemente. Os relatos destacaram que antes do nascimento do filho eles se entendiam muito bem. Depois disso, houve um afastamento, e o papel conjugal foi praticamente “engolido” pelo papel parental, o que causava atritos constantes, reflexo do afastamento do casal.

A mãe demonstrava, também, uma sobrecarga no exercício dos papéis de mãe, esposa e profissional, pois relatou que não conseguia dedicar ao filho a atenção que gostaria, pois estava sempre preocupada com as tarefas domésticas que precisava realizar. Além disso, não se sentia valorizada pelas atividades domésticas que realizava, reforçando a ideia de que o trabalho doméstico, de cuidar da casa e dos filhos, é considerado de menor importância, por não ser remunerado.

Durante os atendimentos realizados com esse casal, trabalhou-se a definição de fronteiras mais nítidas (WAGNER et al., 2011; SOUZA, 2005), buscando fazer com que os subsistemas conjugal e parental convivessem de forma mais harmoniosa, sem que ocorressem triangulações dos pais com a filha. A importância do diálogo e a aproximação do casal também foram pontos que receberam especial atenção durante os atendimentos, melhorando o vínculo e contribuindo para que ocorresse a adaptação da família (WAGNER et al., 2011) ao novo momento do ciclo vital familiar.

Na *terceira família*, identificaram-se vários fatores e comportamentos familiares que influenciavam para o surgimento do sintoma. Importante destacar que os sintomas são uma resposta a uma ameaça de

desequilíbrio familiar (RAPIZO, 2002). Novamente, nesse caso, destaca-se a dificuldade de estabelecimentos de fronteiras e da relação do subsistema conjugal e parental. A primeira gravidez do casal não foi planejada, e com a chegada de mais dois filhos, o casal acabou dedicando-se mais ao papel parental e às atividades profissionais do que ao papel conjugal. Dessa forma, ocorreu um afastamento do casal, o que passou a refletir na dificuldade de diálogo, o qual foi sendo pouco a pouco retomado nos atendimentos.

Percebeu-se, por meio dos atendimentos, que a organização familiar e a forma como o casal conduzia a divisão das tarefas era um dificultador no relacionamento entre eles e entre as crianças, pois o pai achava que contribuía com a sua parte, enquanto a mãe achava que ainda faltava receber mais auxílio por parte do marido, tanto nas tarefas domésticas quanto na criação dos filhos.

Destaca-se que um dos pontos-chave no atendimento dessa família foi a conexão do sintoma com o sistema, sendo esta fundamental para que a família compreendesse que o sintoma apresentado por um dos filhos não é um problema individual dele, mas um reflexo da organização e do funcionamento familiar (SOUZA, 2005).

Em relação ao papel da mãe dentro da família, percebe-se que ela se sente sobrecarregada e não apoiada pelo marido na realização das tarefas domésticas. Dois pontos importantes abordados durante os atendimentos, então, foram a recuperação do diálogo desse casal e eles chegarem a um acordo sobre a divisão das tarefas domésticas, para depois repassar isso de forma mais clara para os filhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os atendimentos dos casos relatados trazem à tona as mudanças que ocorreram na família ao longo dos últimos anos e, principalmente, os papéis assumidos pelas mulheres diante das novas configurações familiares. Com a conquista do mercado de trabalho, percebe-se que elas ganharam o direito de exercer atividade profissional remunerada, mas

que dentro de casa pouca coisa mudou em relação aos papéis que já assumiam quando eram apenas donas de casa.

Nos três casos estudados, as mulheres relataram sentir-se sobrecarregadas pelo exercício dos papéis dentro e fora do lar. Culpam-se por não conseguirem dar mais atenção aos filhos, ou por não terem paciência com eles e por estarem cansadas ou ocupadas com atividades profissionais ou tarefas domésticas.

O convívio do casal também acaba sendo prejudicado e, muitas vezes, deixado de lado. Questões como intimidade e relação sexual acabam sofrendo prejuízo. A impressão é de que se gasta muita energia no exercício do papel profissional, no cuidado dos filhos e nas tarefas domésticas, enquanto o papel conjugal acaba sendo deixado de lado. Tanto que, nos três casos relatados, o resgate de momentos e atividades em família mostrou-se bastante benéfico para o fortalecimento do vínculo, pois no cotidiano acelerado dessas famílias é difícil encontrar tempo para momentos assim.

Em relação à mãe da família monoparental, o apoio de outros membros da família nuclear (mãe e irmã) mostraram-se fundamentais para que ela conseguisse dar conta da rotina agitada. Nas outras duas famílias percebem-se, ainda, resquícios de uma família patriarcal, na qual os homens se dedicavam mais ao sustento da família e menos ao cuidado dos filhos e às tarefas domésticas. Na família em que o pai era mais participativo no cuidado com os filhos, percebeu-se uma necessidade muito grande da parte dele de manter tudo organizado, e sua autoridade era exercida de forma que o equilíbrio entre a imposição de regras e normas prejudicava a demonstração de afeto entre os membros.

Dessa forma, percebe-se que, apesar de muitos fatores influenciarem o bem-estar e a saúde dos membros de uma família, os papéis exercidos pelas mulheres diante das novas configurações familiares devem ser observados com cuidado, pois, por muito tempo exigiu-se delas uma dedicação quase exclusiva aos filhos, ao marido e aos cuidados da casa. Portanto, ao conquistarem o mercado de trabalho, é importante que essas mulheres consigam alcançar um equilíbrio entre os papéis

exercidos dentro e fora de casa. Esse equilíbrio somente será possível se houver uma divisão dos papéis familiares, que devem ser negociados entre o casal. Caso contrário, todo o equilíbrio da família pode acabar sendo prejudicado.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. N.; TEODORO, M. L. M. (Org.). **Psicologia de família**: teoria, avaliação e intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BOCK, A. M. B. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CARTER, B.; MCGODRICK, M. **As mudanças no ciclo familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artmed, 1995.

CERVENY, C. M. de O.; BERTHOUD, C. M. E. **Família e o ciclo vital**: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

CORDIOLI, A. V. **Psicoterapias**: abordagens atuais. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GROISMAN, M. **Família é Deus**: descubra como a família define quem você é. Rio de Janeiro: Núcleo-Pesquisas, 2012.

GROISMAN, M. (Org.). **Além do paraíso**: perdas e transformações na família. Rio de Janeiro: M. Groisman, 2003.

KROM, M. **Família e mitos**: prevenção e terapia: resgatando histórias. São Paulo: Summus, 2000.

MALDONADO, M. T. **Casamento, término e reconstrução**: o que acontece antes, durante e depois da separação. São Paulo: Integrare, 2009.

MARIN, A. H.; PICCININI, C. A. Comportamentos e práticas educativas maternas em famílias de mães solteiras e famílias nucleares. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 13-22, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n1/v12n1a02.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

MARIN, A. H.; PICCININI, C. A. Famílias uniparentais: a mãe solteira na literatura. **Psico**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 422-429, out./dez. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2683/4927>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

OSORIO, L. C. **Como trabalhar com sistemas humanos**: grupos, casais de famílias, empresas. Porto Alegre: Artmed, 2013.

OSORIO, L. C.; VALLE, M. E. P. do. (Org.). **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

OSORIO, L. C.; VALLE, M. E. P. do. (Org.). **Manual de terapia familiar**: volume II. Porto Alegre: Artmed, 2011.

RAPIZO, R. **Terapia sistêmica de família**: da introdução à construção. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2002.

ROSSET, S. M. **Pais e filhos**: uma relação delicada. Curitiba: Sol, 2007.

SECCO, M. L.; LUCAS, M. G. A vida amorosa de mulheres financeiramente independentes. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 61-76, jun. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000100006&lng=pt&nr_m=iso>. Acesso em: 25 fev. 2016.

SOUZA, N. H. S. A família em terapia. In: MACEDO, M. M. K.; CAR-RASCO, L. K. (Org.). **(Con)textos de entrevistas**: olhares diversos sobre a interação humana. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

WAGNER, A. et al. **Desafios psicossociais da família contemporânea**: pesquisas e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 2011.



ARTIGOS
ÁREA DAS CIÊNCIAS
DA VIDA

ADOÇÃO HOMOAFETIVA: O DISCURSO DE UMA FAMÍLIA HOMOAFETIVA

Patrícia Fernanda Conte*
Fábio Augusto Lise**
Edson Pilger Dias-Sbeghen***

Resumo

Este artigo resulta de uma pesquisa realizada como requisito para a conclusão do curso de Psicologia, na qual se objetivou compreender o discurso de uma família homoafetiva sobre sua experiência de adoção, e se tal estrutura familiar influencia nas relações sociais cotidianas (convívio social) do filho. Trata-se de uma pesquisa de desenho qualitativo, em que se utilizou o método de estudo de caso. Participou da pesquisa uma família homoafetiva composta por duas mulheres e um filho adolescente adotado. Os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada aplicada individualmente com cada membro da família e uma entrevista coletiva com todos os membros da família. As entrevistas foram áudiogravadas e, posteriormente, transcritas, tornando-se um acervo para análise. Vale ressaltar que os participantes assinaram os termos de consentimento e assentimento, sendo a pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética da Pesquisa da Universidade. Por meio da análise dos dados, na qual se utilizou o método de Análise de Discurso, foi possível compreender que, para os entrevistados, a estrutura familiar não acarreta problemas em sua convivência cotidiana e nem em seu contexto social. Porém, no estágio da consolidação da adoção, o preconceito foi manifestado pela sociedade por tentativas de desencorajar a mãe, para que ela descontinuasse o processo de adoção. Apesar das dificuldades, o desejo da adotante de ser mãe e constituir família foi mais forte que o preconceito, e, hoje, o grupo familiar se classifica como uma família feliz. Palavras-chave: Adoção. Homoafetividade. Família homoafetiva. Convívio familiar.

* Psicóloga pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; patriciaa_fernanda@hotmail.com

** Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; fabio.lise@unoesc.edu.br

*** Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; edson.dias@unoesc.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade ocorrem incertezas em relação aos cuidados e proteção às pessoas em maior estado de vulnerabilidade social, sejam elas crianças, adolescentes, sejam idosos. No caso da criança e do adolescente existe a necessidade do outro para auxiliar na sua sobrevivência. Esses cidadãos têm o direito básico de crescer em ambiente harmonioso e salubre, cabendo à família possibilitar essa condição. Nesse sentido, a adoção é uma possibilidade de oferecer essa condição para crianças e adolescentes abrigados, pois permite à família ter um filho e à criança institucionalizada, uma família.

A adoção vem sendo muito discutida nas áreas da Psicologia, do Direito, do Serviço Social, entre outras. Mas, essas discussões estão evoluindo lentamente na sociedade brasileira, prova disso é que muitas pessoas ainda concebem o ato de adotar com diversos preconceitos. Atualmente, o tipo de adoção que mais tem ganhado espaço no âmbito judiciário e nas discussões acadêmicas é a adoção por casais homoafetivos. Porém, esse é um tema polêmico em virtude dos preconceitos sociais em relação a pessoas homoafetivas. Entretanto, com a organização de vários movimentos sociais a fim de se despertar para a importância de se discutir a diversidade sexual, os direitos dos homoafetivos estão sendo repensados. Mas os casais homoafetivos ainda estão buscando os seus direitos quanto à adoção. Visando contribuir para a desmistificação desse processo, torna-se importante questionar: qual o discurso de uma família homoafetiva com um filho adotado sobre a influência de sua estrutura familiar no convívio social deste?

Na tentativa de responder a tais questionamentos, neste estudo, que se trata de um trabalho de conclusão de curso de Psicologia, objetivou-se compreender o discurso de uma família homoafetiva sobre a adoção e se tal estrutura familiar influencia as relações sociais cotidianas (convívio social) do filho. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas com cada membro da família e entrevista coletiva, para se obter uma maior compreensão sobre as estruturas

do relacionamento familiar e a influência da constituição dessa família no convívio social do filho.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se constituiu em uma pesquisa qualitativa, na qual se utilizou um conjunto de diferentes técnicas interpretativas com o objetivo de descrever e decodificar complexos significados (MAANEN, 1979 apud NEVES, 1996, p. 520). Também, utilizou-se o delineamento de estudo de caso; pode ser este conceituado como uma análise profunda de determinado fenômeno, buscando-se detalhes em relação ao ambiente do sujeito de uma forma particular. Esse método foi escolhido, pois, segundo Godoy (1995), com ele se procura saber como e por que ocorrem certas situações e seu sentido dentro de um contexto específico.

Foi utilizada como instrumento para a coleta dos dados uma entrevista semiestruturada realizada com cada membro da família individualmente e uma entrevista coletiva com todos os membros da família simultaneamente. Na entrevista semiestruturada, de acordo com Cunha (2000), o entrevistador tem clareza de seu objetivo, e de que maneira deve colher informações para atingi-lo, além disso, sabe como essas informações devem ser coletadas, portanto, estabelece um procedimento que garante a informação necessária, aumentando a confiabilidade ou fidedignidade das informações obtidas e permitindo a criação de um registro que é importante e permanente, além de um banco de dados que é útil para a pesquisa.

Já a entrevista coletiva pretende promover novos pontos de vista, por meio da reflexão e esclarecimento de atos, na situação social que o sujeito vive e cria. A fala não apenas relata a verdade vivida, mas distingue as experiências em consequência da qualidade do que é necessário para o vínculo e da referência ao grupo, além de auxiliar na boa comunicação, ressaltando que a fala é de imensa importância para os processos de produção social (SADE, et al., 2013).

Dessa forma, no estudo, foram realizados quatro encontros. No primeiro e segundo encontros realizou-se a entrevista individual com a mãe adotiva e a sua companheira, no terceiro encontro realizou-se a entrevista individual com o adolescente, e no último encontro, uma entrevista coletiva com essa família.

Visando proteger a identidade dos participantes utilizou-se o nome Bromélia para se referir à mãe adotiva, que possuía 48 anos. A companheira da mãe adotiva, que possuía 44 anos, foi denominada de Orquídea. E o adolescente de 15 anos, cuja filiação foi constituída pela adoção, chamou-se de Cravo.

Na entrevista realizada com Bromélia foi possível conhecer: o processo de adoção, desde o desejo inicial até a efetuação da adoção, as dificuldades durante todo o processo, como a participante enfrentou o preconceito por ser homoafetiva no decorrer do processo de adoção, e os aspectos atuais do seu relacionamento familiar. A entrevista realizada com Orquídea trouxe aspectos referentes à homoafetividade, ao relacionamento familiar de uma família homoafetiva, como ela se inseriu nesse contexto e como é o seu relacionamento com Cravo. Na entrevista com Cravo, foram abordadas questões referentes ao seu processo de adoção, ao seu relacionamento com a família atual e com a biológica, a descoberta da orientação sexual de sua mãe, a sua compreensão da homoafetividade e como lidou com essa questão em seu cotidiano.

Finalmente, na entrevista coletiva foram ressaltadas questões familiares: dificuldades que eles encontram no convívio social enquanto família, o que poderia ser feito para diminuir o preconceito quanto à homoafetividade e, conseqüentemente, quanto à adoção por casais homoafetivos.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas integralmente, respeitando-se todas as características das falas dos participantes. Esses dados, após serem devidamente categorizados, foram analisados utilizando-se a técnica de análise do discurso de Potter. A análise do discurso é classificada como antifundacionalista, pois se fortalece por meio de uma compreensão da verdade instituída, sobre a qual se compõem algu-

mas ideias lógicas do conhecimento e se firma no caráter retórico de todo argumento e em sua eficiência em indagar a ordem estabelecida (POTTER; WETHERELL, 1987 apud NOGUEIRA, 2008).

Após a análise de discurso, as falas foram classificadas e submetidas a uma análise com base no referencial teórico acerca da temática. Para facilitar a apresentação dos dados, estes foram organizados em categorias; os títulos das subseções a seguir são as falas mais marcantes de cada uma dessas categorias.

3 “[...] EXISTEM FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS, E A GENTE CONSEGUE SER FELIZ SENDO UMA FAMÍLIA HOMOAFETIVA [...]”

Para Dias (2007, p. 182), “[...] a homossexualidade acompanha a história do homem. Não é crime nem pecado; não é uma doença nem um vício, também não é um mal contagioso.” É meramente outra maneira de viver. O primeiro termo empregado como definidor dessa modalidade sexual era homossexualismo. Porém, com a evolução dos estudos sobre o assunto, “[...] o termo homossexualismo foi substituído por homossexualidade, pois o sufixo ‘ismo’ significa doença, enquanto o sufixo ‘dade’ quer dizer modo de ser.” (DIAS, 2007, p. 182). Assim, as barreiras do preconceito estão cedendo espaço para que os vínculos afetivos sejam compreendidos sem que se questione a identidade dos parceiros (DIAS, 2004). E, para expressar essa evolução, novamente foi necessária a substituição do termo homossexualidade por homoafetividade.

Como afirma a Desembargadora e Jurista Maria Berenice Dias, a relação que se estabelece entre homossexuais deve ser chamada de homoafetividade; ela defende que o afeto é o valor mais acentuado na atração que uma pessoa sente por outra do mesmo sexo. Dessa forma, a adequação visou retirar a ênfase conceitual dada às práticas sexuais e enfatizar o caráter afetivo dessas relações. Contudo, a Desembargadora salienta que não se trata somente de buscar palavras que sejam politicamente apropriadas,

mas, sobretudo, atitudes humanas democráticas, sociais e liberatórias exatas (DIAS, 2003 apud CRUZ, 2011).

O professor Silva Júnior, corroborando as concepções de Dias (2004), afirma que a homossexualidade é uma prática que sempre esteve presente na humanidade, que deve ser caracterizada como uma das possíveis orientações afetivo-sexuais humanas e que não deve ser considerada uma simples opção ou escolha (DEUS, 2010 apud CRUZ, 2011). Para Vecchiatti (2008), a homoafetividade deve ser considerada pela sociedade como uma relação entre pessoas do mesmo sexo, pautada pelo amor familiar romântico, contínuo e duradouro.

Esses conceitos sobre a homoafetividade são compreendidos e partilhados pelos entrevistados deste estudo. Para Cravo (informação verbal), a homoafetividade é definida utilizando-se estruturas conceituais que remetem a modalidades sexuais, sendo, então, uma modalidade de relações afetivas entre outras, como pode se perceber no discurso apresentado a seguir: “Pra mim nada a ver; cada um tem seu gosto sexual, eu pra mim não importa se namora homem com homem, mulher com mulher, quem tem que saber o que tá fazendo é a pessoa, né? [...]” (Cravo, informação verbal).

Para Barroso (2012), após muitas lutas sociais, as relações homoafetivas, neste momento histórico, vêm conquistando o respeito da sociedade. Essas conquistas de direitos contribuíram para que muitas pessoas assumissem a sua orientação sexual em público, sem temer tanto o preconceito. Com as pessoas expressando a sua orientação sexual publicamente, novos espaços começam a ser conquistados e muitos cidadãos, até então oprimidos pela sociedade, começam a desfrutar de sua liberdade, sem medo de expor seus sentimentos. É nesse contexto que as famílias compostas por pares homoafetivos começam a ganhar visibilidade. Peres (2006) estabelece como marco os anos 1990 como o momento de início das discussões sociais sobre os direitos civis das famílias homoafetivas. Essa nova pauta de discussão surge no Ocidente, onde os homoafetivos começam a questionar, no campo político, a instituição

familiar, o respeito das relações afetivo-sexuais, já que, até então, a união entre homoafetivos não era reconhecida.

Assim, a família homoafetiva passa a exercer o seu direito de integralidade familiar em alguns países, e isso significa que a família homoafetiva divide as responsabilidades de ser mãe ou pai. Esse direito é o que promove a revolução em meio a novas formas familiares e que garante uma oportunidade a crianças e casais homoafetivos de usufruir do respeito e dignidade como cidadãos (GOMES, 2010). Considerando-se isso, pôde-se perceber que os participantes da pesquisa utilizaram conceitos e construções discursivas que remetiam a um entendimento dessa integralidade familiar referida a sua família, ou seja, compreendiam que sua família homoafetiva possuía todas as características esperadas de qualquer família. Podemos verificar um exemplo da estrutura desses discursos a seguir: “[...] É uma relação normal, assim, tem problemas, né? Tem conflitos, tem momentos de risadas, tem momento de lazer, tem momentos, né? De dá um colo pro outro, é bom, normal, uma família feliz.” (Bromélia, informação verbal).

No discurso da companheira homoafetiva também é possível identificar a compreensão conceitual de família aplicada a sua estrutura familiar: “Pra mim é família, onde eu agreguei no meu relacionamento com ela, né? Tenho ele [Cravo] como parte da família, da minha família também, hoje, né?” (Orquídea, informação verbal). O discurso do filho também demonstra a percepção sobre o relacionamento familiar pautado no amor, carinho e companheirismo: “Pra mim no começo foi diferente, estranho, eu tinha cinco anos então não era tão criança, mas daí foi começando, assim, fui me acostumando, e agora, assim, eu não consigo viver sem ela, já virou do coração.” (Cravo, informação verbal).

Para os participantes da pesquisa, sua estrutura familiar apresenta um relacionamento similar ao de qualquer família. Bromélia expõe os conflitos geracionais, comuns nas famílias com adolescentes. Orquídea utiliza, na definição de seu relacionamento familiar, conceitos que ressaltam o sentimento como algo marcante e importante. Cravo consegue expor a percepção sobre o amor familiar e a importância de Bromélia

em sua vida; no seu discurso, ele expõe o quanto foi difícil o primeiro momento da adoção (a adaptação à criação de vínculo), pois ainda tinha vínculos com a família biológica; porém esse tipo de dificuldade é similar ao de várias famílias adotivas.

E possível concluir, até aqui, que a função familiar de preparar o adolescente para o contexto social está sendo executada pela família entrevistada. Ficou perceptível, ao se analisarem os discursos, que as mães conseguiram despertar no adolescente o entendimento de sua responsabilidade social, não deixando de lado o afeto familiar e a preparação para a realidade em que está inserido. Também, fica claro o quanto é inadequado desvalorizar a capacidade de um ser humano de ter uma família em virtude da sua orientação sexual. Considerando o exposto, os dados deste estudo corroboram a afirmação de Gomes (2010) de que é um erro extremamente grave acreditar que a criança será prejudicada em seus valores éticos e morais por estar sendo cuidada por uma família homoafetiva, pois a sexualidade não é obstáculo para se ter um ambiente familiar saudável com respeito e amor.

4 “QUANDO A GENTE SE ESCREVE PARA A ADOÇÃO É UMA ESPÉCIE DE GRAVIDEZ [...]”

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) orienta que, no processo de adoção, deve-se priorizar as verdadeiras vantagens para o adotando; assim, a adoção deve proporcionar uma via real de inclusão e respeito aos direitos da criança e/ou adolescente (ALVES et al., 2007), isto considerando-se que estes necessitam de laços afetivos e familiares, para que ocorra seu desenvolvimento psíquico saudável. Freire (2001) salienta que diversos autores corroboram essa ideia de que a adoção não deve ser apenas uma solução para famílias que não têm filhos, mas que seu principal objetivo deve se pautar na inclusão das crianças que necessitam de um lar e de relações afetivas para crescerem mais felizes.

Nos discursos analisados no estudo, a adoção foi considerada pela família como um caminho para unir/constituir uma família que es-

tava separada. Os participantes utilizaram várias estruturas discursivas com a intencionalidade de demonstrar que a única diferença entre a sua família e outras famílias seria a constituição biológica de seus membros: “Pra mim, a partir do momento que você adota, é seu filho, não tem diferença nenhuma, não existe ser de sangue [...] filho é filho, a partir do momento que você tem a certidão de nascimento onde diz que você é pai, mãe, é teu filho, né?” (Orquídea, informação verbal).

Futino e Martins (2006) destacam que as razões que levam famílias ou um indivíduo às filas da adoção podem variar de pessoa para pessoa; porém, é importante que os candidatos a pais, que estão na fila, realmente desejem um filho. No discurso da mãe adotiva participante da pesquisa, a motivação para a adoção é revelada: “[...] foi o desejo de ser mãe, verdade, eu nunca tive vontade de engravidar, mas eu desejava ter um filho, né? Desejava ser mãe, e aí com essa função de eu não querer engravidar e de querer ter filho, eu me escrevi para a adoção, foi isso que me levou.”

Após serem realizados os trâmites legais da adoção, tanto os candidatos a pais quanto as crianças devem passar por uma avaliação, na qual se tem por objetivo buscar o bem-estar da criança, e não apenas as necessidades dos futuros pais (CHAVES, 2001). No caso de Bromélia, além das dificuldades comuns da adoção, ela também teve que enfrentar dificuldades e pressões sociais de pessoas que insistiam que ela não deveria realizar a adoção: “[...] eu fiz o processo como todas as famílias fazem [...] Nesse período algumas diziam, ‘você vai se incomodar, você não deve fazer isto’ [...] Mas pra mim foi realmente um período de espera, assim, quando a gente se escreve para a adoção é uma espécie de gravidez, né?” (Bromélia, informação verbal).

Segundo Farias (2012), os psicólogos que trabalham em torno da adoção devem ter conhecimento referente à situação da criança ou adolescente. Devem desenvolver uma postura ética para obter um bom trabalho, para que, com isso, possam atingir os objetivos esperados, além de promoverem o bem-estar de todas as pessoas que estão relacionadas ao processo de adoção, principalmente da criança ou adolescente.

O adolescente passa por um estágio de convivência com a família adotante, pelo tempo que a autoridade judiciária solicitar, para que seja possível avaliar a convivência na construção de vínculos (BRASIL, 1990). No trecho a seguir a mãe explica como foi esse estágio de convivência:

Olha, como o Cravo vivia com a família durante cinco anos, e nesse período ele permaneceu dois meses na casa lar, então foi um período assim que ele falava da família biológica, ele citava o nome dos irmãos, citava também a família da casa lar que ele se apegou, tanto que quando eu e a assistente social forense fomos na casa lar ele disse que não precisava de outra mãe, porque tinha uma mãe na casa lar, né? [...] Foi um período, assim, de muita adaptação, de muito cuidado, o Cravo por momentos falava nos irmãos e chorava tanto que eu fui atrás da família biológica [...] então, eu levava ele lá e ficava com eles depois íamos embora, quando a gente ia pra casa ele chorava da casa da avó até em casa, e em casa ele continuava chorando, e dizia que queria morá com os irmãos. Então, nesse período nós fizemos terapia, principalmente ele, né? Eu entendia a dor dele, mas ao mesmo tempo eu sabia que nós precisamos nos adaptar, porque a avó, de certa forma, tinha rompido o vínculo no momento em que ela levou ele, dizendo que não podia ficar com ele, e, com certeza, eu queria me adaptar com ele, um período bom e interessante, mas que, também, tivemos as nossas dificuldades. (Bromélia, informação verbal).

No processo de adaptação da criança, descrito por Bromélia, fica evidente a dificuldade que Cravo teve em se “desligar” da família biológica e como isso afetou o seu processo de adaptação. Nesse período, segundo a mãe, a psicoterapia foi fundamental para fortalecer o vínculo entre eles. Bromélia utilizou um ritual de comemoração para facilitar no início a adaptação de Cravo. Bromélia conta que quando ocorreu a guarda definitiva a data foi comemorada por muito tempo, como evidencia o discurso da mãe: “[...] teve a divulgação, aí comemoramos. Por que, assim, por anos a gente passou comemorando a data, da chegada dele, né? E o mais interessante é que não era eu que lembrava da data, era ele! (Bromélia, informação verbal).”

No Brasil, a adoção por duas pessoas somente pode ocorrer quando elas estabelecerem matrimônio ou união estável, sendo esta re-

conhecida legalmente como entidade familiar entre homem e mulher, tendo convivência pública, que seja contínua e duradoura e com o objetivo de constituição familiar (BRASIL, 2002). No presente momento, uma alternativa para os casais homoafetivos seria a adoção por apenas uma pessoa, formando uma família monoparental. E foi exatamente esse o procedimento adotado pela participante da pesquisa.

Portanto, percebe-se que o casal homoafetivo tem necessidade de utilizar a adoção monoparental como alternativa para constituir uma família; isso demonstra o quanto a sociedade ainda vê a adoção homoafetiva com certo preconceito. Este é direcionado, principalmente, em relação à capacidade que o casal tem em oferecer um ambiente saudável e que seja adequado para o desenvolvimento da criança ou adolescente (GOMES, 2010). Esse preconceito social é tão forte que gerou medo na mãe adotiva participante da pesquisa.

No discurso a seguir Bromélia evidencia o medo que tinha de que a sua orientação sexual interferisse no processo de adoção: “[...] eu não adotei como homoafetiva, eu adotei como solteira, né? [...] mas era claro tanto pra assistente social, pra psicóloga, pra promotora e juiz que eu era homoafetiva, né?” Assim, para não prejudicar seu processo de adoção Bromélia não assumiu oficialmente sua condição de homoafetiva. Embora a participante relate que os envolvidos no processo tinham conhecimento de sua orientação sexual, a não oficialização foi um fator protetivo para uma sociedade com dificuldades em aceitar a adoção por casais homoafetivos.

Famílias de pais homoafetivos foram pesquisadas no Brasil e na Espanha; em ambos os países foi comprovada a capacidade de estes proporcionarem o desenvolvimento saudável comparado aos pais heterossexuais. Porém, ainda se utilizam argumentos contra a adoção por casais homoafetivos, relacionando os papéis de pai e mãe na constituição da família, em relação ao desenvolvimento da criança (TARNOVSKI, 2002).

Evidências revelam que a família homoafetiva possui virtudes, defeitos e necessidades parecidas com as de outras estruturas familiares, ou seja, tem características que se assemelham à família tradicional. A

orientação dos pais que constituem a família, seja homoafetiva, seja heterossexual, não transmite nenhuma importância ou demérito em relação à educação dos membros e não afeta a harmonia no núcleo familiar (GOMES, 2010). A família tem grande responsabilidade no desenvolvimento educativo e social da criança; é fundamental que a criança se sinta valorizada pelas pessoas que a rodeiam e que possuam forte ligação afetiva, pois isso influenciará diretamente a aprendizagem e os processos de socialização (COLL et al., 2004).

A educação familiar de qualidade transcorre pelos valores éticos e morais que são transmitidos pela família, não possuindo influência na orientação sexual dos membros, ou seja, a sexualidade e o caráter são dimensões completamente diferentes, e uma não influencia a outra, pois existem de forma separada no indivíduo. É importante entender que as questões afetivas não são vinculadas ao sangue, mas à boa convivência que existe entre os membros (GOMES, 2010).

Um preconceito comum na sociedade é sobre o efeito que a orientação dos pais pode desencadear nos filhos adotivos. Desde criança, homens e mulheres são ensinados e educados para que correspondam ao papel de homem e mulher e que, futuramente, construam um relacionamento afetivo e sexual com uma pessoa de sexo oposto. Já na infância, por meio de brincadeiras como “mulher com mulher dá jacaré” e “homem com homem dá lobisomem”, mostra-se a preocupação da sociedade em expor a homoafetividade de forma negativa.

No discurso a seguir a mãe explica como foi a conversa sobre sua orientação sexual com o filho adotivo: “Acho que quando eu me abri e conversei, ele devia ter oito anos. Então, ele conviveu três anos; mas, assim, ele sempre me cobrava um pai, né? E eu explicava a ele que tinha muitas referências masculinas na família [...]” (Bromélia, informação verbal).

A adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos gera vários mitos, como o de que os adotados por homossexuais seriam carentes de “referências” comportamentais; assim, teriam a tendência a se tornarem futuramente também homossexuais. Dias (2004, p. 41) res-

salta que “[...] uma vez que os homossexuais são filhos de relacionamentos heterossexuais, não existe uma relação direta entre tais aspectos.” Ao se analisar o discurso do adolescente participante da pesquisa, é evidenciada a utilização da expressão “normal” como uma crença de que seu relacionamento familiar não foge à normatização instituída socialmente: “É normal; é como uma mãe também, a gente nunca brigou, assim, sempre conversamos [...] pra mim é totalmente normal, cada um tem sua escolha sexual, eu até prefiro assim, se eu fosse ter um pai, eu poderia não ter gostado assim.” (Cravo, informação verbal).

Ao analisar a integralidade dos discursos uma história se destaca, no início da relação familiar do adolescente, na época criança, expressava não gostar de homoafetivos, mesmo convivendo com estes diariamente. Contudo, após várias conversas com sua mãe, que lhe explicou sobre a homoafetividade, e que havia pessoas que ele gostava que eram homoafetivas, ele mudou seus conceitos. Nesse episódio, é possível perceber a influência do convívio social na construção ideológica, que reproduzia o discurso social de ódio contra o homoafetivo, mesmo convivendo e desenvolvendo relações de afetos com pessoas com essa característica. É importante destacar, também, a importância da conscientização para a mudança de conceitos e desconstruções ideológicas transmitidas socialmente.

“Daí quando eu tinha 7 ou 8 anos que eu fui me tocando, assim, que a mãe tava namorando com mulher [...] agora tanto faz, homem com homem, mulher com mulher, homem com mulher, pra mim é como se fosse um pai e uma mãe, só que são duas mães.” (Cravo, informação verbal). O adolescente foi compreendendo a orientação sexual da mãe, e isso foi de extrema importância, pois, caso ele não tivesse passado por esse processo de conscientização, teria sofrido uma grande decepção por sua mãe ser homoafetiva. Ele relata que nunca sofreu preconceito, possui um bom relacionamento com os amigos e eles respeitam isso, e diz nunca ter se sentido prejudicado, ressaltando que se sente privilegiado: “[...] ah, uma vez tinha um amigo que era preconceituoso, mas nunca falou nada de mim, eles nunca falam nada, e tem a mãe do meu amigo que é homoafetiva também.” (Cravo, informação verbal).

É possível perceber características da família pesquisada que apontam para um relacionamento familiar saudável e para uma adoção bem-sucedida. Foi realizado o desejo de uma mulher ter um filho, e o de uma criança ter uma família: “[...] resumindo tudo, pra mim eu acho uma família normal, não acho estranho, assim, ter duas mulheres em casa, pra mim eu acho até melhor, daí, porque, se não, como eu falei, eu prefiro ter uma mãe e uma mãe, do que um pai e uma mãe separados.” (Cravo, informação verbal). Cravo salienta a importância do bom relacionamento de sua mãe com sua companheira, afirmando que este não interfere negativamente em suas relações sociais.

A percepção do adotado é considerada muito importante para inúmeras pesquisas, pois é ele quem mais conhece e pode relatar sobre o seu processo de adoção (GUIMARÃES, 2008). Assim, é possível concluir que o casal homoafetivo cria expectativas em relação ao futuro do filho, busca a felicidade e o aprendizado junto com a tolerância e, até mesmo, a heteroafetividade do filho, porém, os pais ainda se preocupam com o preconceito na sociedade atual (TARNOVSKI, 2002). Portanto, não se deve atribuir à adoção fatores de sucesso ou fracasso, em aspectos da orientação sexual dos adotantes, mas se deve ressaltar as questões afetivas, condições morais dos membros que desejam vivenciar um bom relacionamento familiar (GOMES, 2010).

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Este estudo possibilitou compreender o discurso de uma família homoafetiva com um filho adotado e suas relações sociais, deixando evidente que essa família possui vínculos afetivos sólidos e um bom convívio social. Percebe-se, então, que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois, a partir das análises, compreendeu-se que o adolescente adotado manifestou lidar bem com as questões referentes à homoafetividade de suas mães, afirmando não sofrer prejuízos no seu convívio social em decorrência disso. O adolescente fruto da adoção é consciente dos

conceitos que envolvem a homoafetividade, e lida bem com isso no seu contexto social.

As informações coletadas nas entrevistas com as mães possibilitaram compreender os nuances e as particularidades do processo de adoção. Durante o processo de adoção, um dos fatores que mais chamaram a atenção é como a mãe adotiva (Bromélia) estava preparada para a efetuação da adoção, pois Cravo teve dificuldades na adaptação, e, por isso, Bromélia entrou em contato com a família biológica, ou seja, nesse período, ela teve que fazer várias adaptações em sua vida e na de Cravo, para que ele pudesse compreender o que estava acontecendo e, assim, estabelecer um relacionamento saudável e afetivo.

A mãe adotante desde o início demonstrou seu desejo de ser mãe. Esse desejo continuou refletido em toda a trajetória de sua família, que lida com os desafios e com os conflitos geracionais com carinho e amor. Para ela, o processo de adoção foi considerado uma gravidez, no qual desde o início desenvolvia o carinho por um filho que ainda não conhecia. A mãe, embora temerosa de como lidar com alguns problemas, expressou sempre ter utilizado o diálogo e a sinceridade como formas de encarar as dificuldades, procurando manter o seu filho vinculado a sua família biológica e construindo conhecimentos sobre a homoafetividade em conjunto com a criança.

Este estudo demonstra a necessidade de os homoafetivos continuarem com a busca de reconhecimento de seus direitos civis, principalmente os direitos ligados à adoção, pois considerando-se os dados coletados neste estudo não há prejuízos à criança/adolescente por ser integrante de uma família homoafetiva. Pelo contrário, esta pesquisa aponta que a sociedade deveria apoiar o direito de adoção por casais homoafetivos, pois negando esse direito, está negando a oportunidade de uma criança, como no caso de Cravo, de viver em família. E esse direito não pode ser negado simplesmente porque seus pais e mães não atendem a um padrão “normalizado” de sexualidade. Assim, com este estudo, buscou-se contribuir para a desmistificação desse preconceito, analisando-se a realidade de uma família homoafetiva e mostrando-se que um sonho de formar

uma família pode se tornar real para todas as pessoas, independente de sua orientação sexual.

REFERÊNCIAS

- ALVES, S. A. et al. **Adoção de crianças por homossexuais**. 2007. Disponível em: <<http://www.viannajr.edu.br/jornal/dir/artigos/pdf/Art03200601.pdf>>. Acesso em 31 março 2015.
- BARROSO, L. R. **Diferentes, mas iguais**: o reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas no Brasil. 2012. Disponível em <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wpcontent/themes/LRB/pdf/diferentes_mas_iguais_atualizacao_2011.pdf>. Acesso em 31 março 2015.
- BENTO, R. Família substituta: uma proposta de intervenção clínica na adoção tardia. **Psicologia teoria e prática**, 2008.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1990.
- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2002.
- CARVALHO, A. M.; RODRIGUES, C. S.; MEDRADO, K. S. Oficinas em sexualidade humana com adolescentes. **Estudos Psicológicos**, v. 10, n. 3, 2005.
- CHAVES, V. P. A avaliação de crianças para a adoção. **Aletheia**, v. 6, n. 13, p. 27-42, 2001.
- COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Psicologia Evolutiva. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CRUZ, V. P. **A adoção por casais homoafetivos**. Trabalho de Conclusão de Curso. 2011. (Graduação em Direito)–Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2011.

CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico – V**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DIAS, M. B. **Conversando sobre homoafetividade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

DIAS, M. B. **Manual de direitos das famílias**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

FARIAS, M. de O. **Adoção por homossexuais**: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica. Curitiba: Juruá, 2012.

FREIRE, F. **Abandono e adoção**. Contribuição para uma cultura da adoção III. Curitiba: Terra dos homens: Vicentina, 2001.

FUTINO, R. S.; MARTINS, S. Adoção por homossexuais – Uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito. **Aletheia**, n. 24, 2006.

GODOY, A. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, 1995.

GOMES, I. de C. **Adoção por casal homoafetivo**: um estudo de caso. 2010.

GUIMARÃES, L. de A. **Conversando com crianças sobre adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, 1996.

NOGUEIRA, C. Análise(s) do Discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 24, 2008.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Jogo de Papéis**: uma perspectiva para análise do desenvolvimento humano. 1988. Dissertação (Doutorado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

PENHA, A. R. B. **Adoção por casais homoafetivos**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito)–Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” – Faculdade de Direito de Presidente Prudente, São Paulo, 2008.

PERES, A. P. B. **A adoção por homossexuais**: fronteiras da família na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

SADE, C. et al. O uso da entrevista na pesquisa-intervenção participativa em saúde mental: o dispositivo GAM como entrevista coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2013.

SOUZA, S. J. (Org.) **Subjetividade em questão**: a infância como crítica da cultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

TARNOVSKI, F. L. **Pais assumidos**: adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

VECCHIATTI, P. R. **Manual da Homoafetividade**. São Paulo: Método, 2008.

APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A REEDUCAÇÃO PSICOMOTORA COMO “TRATAMENTO” PARA A DISGRAFIA – UMA REVISÃO DE LITERATURA

Rafael Cunha Laux*
Sandra Rogéria de Oliveira**

Resumo

A execução motora da escrita necessita, necessariamente, do Sistema Nervoso Central, mais especificamente do córtex motor. Entretanto, a escrita, no aspecto motor, não depende somente dessas estruturas orgânicas para ser realizada. A falta de estímulos psicomotores poderá afetar as capacidades físico-motoras e, assim, ocasionar inúmeras dificuldades de aprendizagem, e entre elas pode-se destacar a disgrafia. Esse transtorno é uma dificuldade na execução da escrita, que afeta diretamente a forma das letras. Por ser uma constante no espaço escolar, no presente estudo objetivou-se fazer um levantamento da literatura para investigar a influência das capacidades físico-motoras na disgrafia. A possibilidade de “tratar” a disgrafia e as outras dificuldades de aprendizagem por meio da reeducação psicomotora deve ser considerada na elaboração das aulas de Educação Física escolar. Neste manuscrito pretendeu-se levantar questionamentos sobre as dificuldades de aprendizagem e estimular os pesquisadores e profissionais da área a elaborarem pesquisas experimentais para corroborar ou não as atuais evidências da literatura.

Palavras-chave: Capacidades físico-motoras. Disgrafia. Aprendizagem.

* Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Educação Física na Universidade Federal de Santa Maria; Especializando em *Personal Training* na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; Bolsista de Iniciação Científica Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2013-2015; rafael-laux@hotmail.com

** Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Professora do Curso de Educação Física na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; sandra.oliveira@unoesc.edu.br

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde os primórdios, os seres humanos buscam maneiras de se comunicar, transmitir e registrar acontecimentos. As atividades metalinguísticas compõem o repertório humano de se comunicar com o meio onde está inserido, podendo ser divididas em oral, leitura e escrita. A linguagem escrita é a última a ser adquirida por ser a mais complexa delas.

Para a execução motora da escrita, é necessário, principalmente, o indivíduo possuir certo grau de desenvolvimento motor, tonicidade e coordenação dos movimentos suficientemente estabelecidos para possibilitar a atividade das mãos e dos dedos, sendo o Sistema Nervoso Central, a nível do córtex motor, o responsável pela escrita.

No ambiente escolar é discutida a importância da escrita ou da reeducação do aprendizado dela, em razão de este ser um código comum das pessoas de mesma língua, tornando-se imprescindível para a comunicação interpessoal. A escrita é um processo de caráter práxico, ou seja, o indivíduo aprende a utilizá-la realizando o traçado dos signos gráficos; quando essas formas não são adequadas, tem-se a disgrafia.

O sujeito que apresenta distúrbios de grafismo necessita ser avaliado, estudado e submetido a intervenções psicomotoras para que supere suas dificuldades. A utilização da reeducação psicomotora no tratamento da disgrafia pode ser uma alternativa, já que esse transtorno pode estar intimamente ligado às capacidades físico-motoras. Na hora da elaboração dessa reeducação psicomotora não podemos esquecer de utilizar a ludicidade, uma grande aliada, capaz de motivar os alunos a realizarem tarefas pelo período de tempo desejado.

A disgrafia, na visão psicomotora, está relacionada com deficiências nas áreas motoras. Partindo disso, no presente estudo investigou-se qual é a influência das capacidades físico-motoras na disgrafia. Para esse momento inicial, optou-se por um levantamento da literatura da área psicomotora para responder à relação entre objetos de estudo, além de buscar o que é a reeducação psicomotora.

A literatura aponta uma grande aproximação entre as capacidades físico-motoras e a disgrafia. Nessa perspectiva, podemos evidenciar a importância da reeducação psicomotora, já que esta poderia “tratar” a disgrafia, mas não é somente esse problema que ela pode sanar, segundo a literatura, ela pode minimizar ou sanar muitas outras dificuldades de aprendizagem.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012), na qual se investigou a relação entre as capacidades físico-motoras e a disgrafia, a partir da literatura psicomotora.

Os instrumentos para a pesquisa foram livros de psicomotricidade da Biblioteca da Unoesc, artigos disponíveis em *Open Access* na Scielo Brasil, artigos selecionados a partir das referências dos trabalhos encontrados e relatórios não publicados, como monografias e dissertações de mestrado. Em relação aos trabalhos utilizados, selecionaram-se aqueles que se encontravam dentro do período de 1990 a 2015, que estivessem em português e que tratassem a disgrafia como dificuldade de aprendizagem e não como causa de déficit neurológico, além de relacionarem-na com as capacidades físico-motoras. Os termos utilizados para pesquisa foram disgrafia, dificuldade na escrita e disgráficas.

Os artigos utilizados nessa revisão foram selecionados após leitura e excluímos os que não utilizaram testes motores para avaliar os aspectos motores, para evitar falsas relações entre a disgrafia e as capacidades físico-motoras. A revisão da literatura foi realizada seguindo uma ordem de conteúdos proposta pelos autores deste manuscrito.

3 RELAÇÃO ENTRE A DISGRAFIA E AS CAPACIDADES FÍSICO-MOTORAS

A aquisição da escrita é necessária para que o indivíduo interaja com a sociedade de forma satisfatória. Essa representação gráfica é adquirida pela criança nos anos iniciais da educação básica. Qualquer dificuldade nesse processo de aprendizagem, tanto intrínseca quanto extrínseca, poderá resultar na disgrafia. Diante desse contexto, dissertamos sobre a disgrafia no ambiente escolar e a reeducação psicomotora no “tratamento” das dificuldades de aprendizagem. Durante o texto utilizamos habilidades motoras como sinônimo de capacidades físico-motoras, seguindo a escrita original dos autores. As capacidades físico-motoras são a base para padrões e habilidades motoras, entre elas temos a organização temporal e a destreza dos dedos (SCHMIDT; WRISBERG, 2010).

3.1 A DISGRAFIA NO CONTEXTO ESCOLAR

A instituição escolar é responsável pelo processo de aprendizagem dos conteúdos formais, como, por exemplo, a leitura e a escrita. Portanto, nesse ambiente se faz necessária a compreensão das teorias de aprendizagem. De acordo com Fonseca (2008), a aprendizagem tem uma relação com o desenvolvimento motor, não podendo ser tratada separadamente. Em sua obra são abordadas as teorias de Piaget, Vygotsky e Wallon, que se assemelham por dividir esse processo em níveis ou fases.

No cotidiano escolar é necessário que o professor conheça as teorias de aprendizagem para adequar os conteúdos ministrados com a idade da criança. Entretanto, se ocorrer uma falha nesse processo se ocasionará um déficit de aprendizagem, que pode estar relacionado com aspectos motores como dispraxias,¹ instabilidade psicomotora e debilidade motora. Entre as dificuldades ou distúrbios de aprendizagem temos a disgrafia (MARCELLI, 1998). Para entender esse transtorno gráfico, primeiramente, precisa-se saber sobre a aquisição da grafia e os fatores que a influenciam.

Na fase inicial da escolarização, tem-se como objetivo principal a aquisição da linguagem escrita, que é o fator responsável pelo sucesso da aprendizagem escolar nos anos posteriores. Os processos de aprendizagem da leitura e da escrita envolvem mais do que simples questões básicas do domínio do código alfabético, como temas relacionados à sintaxe ou gramática (MALUF; ZANELLA; PAGNEZ, 2006).

A criança aprende precocemente a linguagem verbal (por volta dos dois anos de idade), mas somente após alguns anos ela vai conhecer a existência de outra linguagem composta de sinais, desta vez de sinais gráficos (LE BOULCH, 1987). Por volta dos seis anos de idade é a época ideal para se iniciar o processo de aquisição da linguagem escrita, pois a criança já desenvolveu alguma coordenação motora. Quaisquer modificações ou interferências no desenvolvimento motor acarretarão problemas na escrita (FREITAS, 2004).

A escrita é uma das maneiras mais complexas de comunicação de uma língua, “[...] que vai além da decodificação gráfica, tarefa que por si só é extremamente complexa.” (FREITAS, 2004, p. 24). Sua complexidade ocorre, pois “[...] escrever significa relacionar o signo verbal, que já é um significado, a um signo gráfico. É planejar e esquematizar a colocação correta de palavras ou ideias no papel.” (FREITAS, 2004, p. 25-26).

A aquisição dos códigos linguísticos da escrita resulta da interação entre as capacidades biológicas inatas e a estimulação do meio ambiente, evoluindo de acordo com o desenvolvimento neuropsicomotor. A linguagem escrita necessita de diferentes regiões cerebrais, entre elas a área parieto-occipital. Nessa região, o córtex visual primário é responsável pelo processamento dos símbolos gráficos, e as áreas do lobo parietal são responsáveis pelas questões visuoespaciais da grafia. Já para a expressão da linguagem escrita é necessária a ativação do córtex motor primário e da área de broca (SCHIRMER; FONTOURA; NUNES, 2004).

Na perspectiva psicomotora, “[...] a reprodução gráfica de um texto escrito chama a atenção para aspectos particulares da coordenação óculo-manual”, havendo perfeita sincronização entre decifração visual e reprodução gráfica (LE BOULCH, 2008, p. 184). Para realizar a escrita, en-

tão, nessa visão, basta ter uma boa acuidade visual para transcrever símbolos impressos, uma coordenação fina razoável e uma postura correta; não é necessário saber ler para escrever (OLIVEIRA, 2002). No processo de ensino-aprendizagem pode ocorrer falhas, tanto na parte psicomotora quanto na parte metodológica do professor, ocasionando a deficiência na grafia (LE BOULCH, 2008).

Para que o indivíduo escreva com rapidez, legivelmente e sem se fatigar, a motricidade deve ser boa, o braço e a mão devem ficar livres para se mexerem, sendo importante uma boa flexibilidade e tônus muscular. Destaca-se “[...] o sistema motor como o principal elemento emergente para o aprendizado da escrita. Além disso, os aspectos emocional, intelectual e cognitivo estão relacionados com o desenvolvimento motor.” (LORENZINI, 1993, p. 5).

A escrita é uma aprendizagem motora e para sua aquisição exige que se eduque a função do ajustamento. O trabalho psicomotor, antes que a criança aprenda a ler, tem como objetivo proporcionar uma motricidade coordenada, rítmica e espontânea, que será uma garantia para evitar os problemas na escrita (LE BOULCH, 1987).

Para verificar possíveis problemas na escrita das crianças, é utilizado, principalmente, o ditado, a cópia ou a composição livre (OLIVEIRA, 2002). Esses transtornos na grafia dificultam a expressão e a interação do ser humano na sociedade, já que ele busca se expressar desde o momento que nasce. A sociedade estabelece ao indivíduo domínio de leitura e escrita, sendo que o saber escrever ultrapassa a dimensão da sala de aula e se torna indispensável para a integração e a adaptação do indivíduo ao meio social (FÁVERO; CALSA, 2003).

Um dos mais conhecidos transtornos gráficos é a disgrafia, que se caracteriza “[...] quando a escrita de uma criança sofre alterações em termo de legibilidade” (LORENZINI, 1993, p. 1), podendo ocorrer “[...] mesmo que não haja nenhum déficit neurológico ou intelectual que possa explicar essa deficiência.” (MARCELLI, 1998, p. 80).

Há um conjunto de características específicas apresentadas pelas crianças com disgrafia, sendo as principais delas: as margem malfeitas

ou inexistentes, espaçamento irregular entre linhas e entre palavras, riscos de má qualidade, deformidade nas letras o e a, substituição de curvas por ângulos, movimentos contrários da escrita convencional, afastamento inadequado das letras, uniões defeituosas de letras na palavra, direção da escrita oscilando para cima ou para baixo e dificuldade na escrita e no alinhamento dos números na página (FREITAS, 2004). Algumas das características são apresentadas na Imagem 1.

Imagem 1 – Exemplos de características da disgrafia

A) Linhas descendentes e/ou ascendentes:

Meu caro amigo:
 Estou muito contente de
 por-vol-la na quinta-feira.
 Se o tempo estiver bom,
 iremos dar um passeio.
 Afetuosamente.

B) Espaço irregular entre as palavras:

meu caro amigo:
 Estou muito contente por se-ia
 na quinta-feira
 dar um de o tempo estiver bom iremos
 passeio.
 afetuosamente

C) Letras retocadas:

meu caro amigo
 Estou muito contente por se-la na quinta-
 feira.
 Se o tempo estiver bom iremos dar um
 passeio.
 Afetuosamente.

E) Má formas:

a por a	z por z
o " b	a " a
e " c	s " s
d " d	e " e
o " o	no " no
x " x	lo " lo
p " p	m " m

Fonte: adaptado de Lorenzini (1993).

A disgrafia pode ocorrer por causa de distúrbios em áreas específicas do sistema nervoso central, relacionadas à noção do esquema corporal, do espaço e do tempo (GUARDIOLA; FERREIRA; ROTTA, 1998). Já na perspectiva psicomotora, a disgrafia origina-se de disfunções psicomotoras, como a desordem da organização, desordem espaço-temporal, perturbação da linguagem e da leitura e distúrbios afetivos (MARCELLI, 1998). Os problemas motores e neuro-motores, como a dispraxia, são os principais causadores de disgrafia e outras dificuldades da escrita (FONSECA, 2008).

A incapacidade manual, sobretudo aquela que afeta a motricidade digital fina e os problemas do tônus, é fator importante no surgimento da disgrafia (GUILLARMÉ, 1983). O tônus muscular é um fator importante na escrita, sendo que ao apresentar distúrbio a criança poderá ter disgrafia. “A criança não sabe dosar a força com a qual deve apoiar o lápis para fazê-lo andar.” (GUILLARMÉ, 1983, p. 201). Por exemplo, a criança hipertônica aperta o lápis com tanta força que acaba machucando os dedos, a mão, os braços e, às vezes, até mesmo, o ombro e as costas. É comum ela não saber dosar a energia necessária para interromper um traço na altura desejada. Já a criança hipotônica terá problemas para segurar o lápis e direcioná-lo. Há uma grande tendência de o lápis escorregar pela folha, e as letras serão disformes.

Propõem-se quatro tipos de aspectos gráficos pertencentes às modalidades, processos e etapas do desenvolvimento, sendo eles: os componentes da incapacidade motora, os componentes do esforço, os componentes da economia e os componentes caligráficos. Os componentes da incapacidade motora, nas escritas das crianças de seis a sete anos, são observados por numerosas “interrupções” das letras, em razão de uma dificuldade de controlar todos os aspectos envolvidos na escrita. Os componentes do esforço que são exigidos no aprendizado são caracterizados pelo esforço que a criança faz no sentido de dominar a escrita. O resultado pode ser bom, mas, também, muitas vezes, pode ser prejudicial, o que se traduz, por exemplo, no esmagamento do traço, nas correções e na letra tremida. Os componentes da economia são resultados do esforço, levando à economia nas formas, no sentido de minimizar o desgaste energético, ocasionando a atrofia e o não fechamento das letras redondas. E, por fim, os componentes caligráficos. Entre os seis e onze anos, a escrita se fortalece progressivamente, com o fortalecimento do traço, ou seja, a motricidade gráfica e cresce a aceleração. Na verdade, é uma diferenciação do ritmo gráfico em decorrência do desenvolvimento das sinergias musculares (LORENZINI, 1993).

A disgrafia também pode ser ocasionada pela aquisição de formatos inadequados, ocorrendo quando a criança quer imitar a letra do

professor, e este não tem uma grafia esteticamente bonita, pois “[...] uma forma mal apreendida não pode ser reproduzida corretamente.” (GUILLARMÉ, 1983, p. 201).

A dificuldade na percepção das letras pode ocorrer por distúrbios no desenvolvimento perceptivo, que influencia na cognição, interferindo no rendimento escolar (FONSECA, 2008). Outro aspecto perceptivo que pode afetar a escrita é a percepção sonora, pois “[...] a criança deve ser capaz de identificar os sons e ter compreendido a significação simbólica da passagem do som ao sinal gráfico.” (LE BOULCH, 1987, p. 89).

Em um estudo de caso, Laux (2014) aponta que as crianças com disgrafia têm um déficit motor na área da organização temporal, e quando este é sanado por uma intervenção ou reeducação psicomotora, a disgrafia é tratada. As crianças saíram da zona de disgrafia mesmo sem uma reeducação grafomotora.

Nessa seção foi abordado sobre a aquisição da escrita, possíveis problemas na sua execução e a disgrafia. Contudo, verificou-se que alguns autores apontam as capacidades físico-motoras, entre elas a organização temporal e a coordenação óculo-manual, como importantes na execução correta da escrita, e, conseqüentemente, a importância da reeducação da criança para se extinguirem possíveis déficits.

3.2 REEDUCAÇÃO PSICOMOTORA NO TRATAMENTO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

As dificuldades de aprendizagem preocupam todos os profissionais envolvidos na área da educação, já que essas questões afetam diretamente a evasão e reprovação escolar. Quando a criança é diagnosticada com algum transtorno de aprendizagem deve ser encaminhada para tratamento por algum profissional que estuda esses casos, como os educadores, profissionais de Educação Física, fisioterapeutas, psicólogos, neurologistas, patologistas da fala, entre outros.

Essas dificuldades de aprendizagem podem ocorrer por fatores físicos, que incluem os problemas visuais e auditivos, lateralidade e orien-

tação espacial confusas, imagem corporal deficiente, hiperatividade e outros problemas físicos que possam inibir a capacidade de aprendizagem da criança (FONSECA, 1995). Laux (2014) aponta, em seu estudo, que a reeducação psicomotora para melhorar a organização temporal refletiu na grafia dos sujeitos, e afirma que “[...] apesar de não ter sido desenvolvido uma reeducação grafomotora, os sujeitos tiveram avanço considerável (LAUX, 2014, p. 30)”, relacionado, assim, a disgrafia com o déficit motor na área da organização temporal.

A educação psicomotora é considerada uma aquisição essencial para a educação básica, pois se a criança não tiver adquirido habilidades suficientes e coordenação dos seus movimentos, isso dificultará as aprendizagens pré-escolares e escolares (LE BOULCH, 1987). É por intermédio da motricidade que a criança se apropria de um conjunto de informação, que progressivamente aprende a utilizar; vários fatores podem acarretar um déficit no desenvolvimento motor da criança (ROSA NETO; POETA; SILVA, 2004).

A reeducação psicomotora pode ser utilizada para desenvolver as habilidades motoras e, assim, melhorar certas disfunções da motricidade. Não podemos desconsiderar o desenvolvimento integral do indivíduo submetido à reeducação psicomotora. Nessa perspectiva, o objetivo a ser alcançado é a redução de uma perturbação funcional ou restauração de uma função. Entretanto, a reeducação psicomotora não é um simples conjunto de exercícios de ginástica ou de cinesioterapia, pois tem influência no desenvolvimento individual e na personalidade do indivíduo (GUILLARMÉ, 1983).

O desenvolvimento não depende somente dos aspectos físicos, como o córtex motor, mas, também, do desenvolvimento afetivo, social e intelectual das crianças (ROSA NETO; POETA; SILVA, 2004). A educação psicomotora é indispensável para a formação integral do indivíduo, sendo explorada por meio de jogos e atividades lúdicas que oportunizem o conhecimento do seu próprio corpo (MONTEIRO, 2007).

Um meio de aumentar a motivação do indivíduo para as aulas de reeducação motora é utilizando a ludicidade, além disso o sujeito se

integra à atividade proposta, facilitando a socialização e tornando mais efetivo o processo de reeducação/terapia psicomotora (ESMERALDO; ARAÚJO, 2010).

O brincar deve estar presente na reeducação psicomotora pela sua capacidade de motivar, fazendo o indivíduo superar seu déficit motor sem perceber, facilitando o tratamento e possibilitando a percepção corporal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disGRAFIA, como qualquer outra dificuldade de aprendizagem, acaba prejudicando o desenvolvimento cognitivo do sujeito, além de causar problemas sociais, como a exclusão do indivíduo pela sua incapacidade de realizar tarefas que as outras crianças da mesma idade conseguem realizar. Entretanto, a disGRAFIA pode ter relação direta com as capacidades físico-motoras, em que a reeducação psicomotora poderá sanar esse déficit, como visto nessa revisão de literatura.

A possibilidade de sanar a disGRAFIA e as outras dificuldades de aprendizagem com a reeducação psicomotora deve ser destacada, principalmente na elaboração das aulas da Educação Física escolar, as quais tem o papel de proporcionar vivências motoras para as crianças na fase escolar.

Apesar dos esforços de Marcelli (1998), Guardioli, Ferreira e Rotta (1998), Fonseca (2008), Guillarmé (1983) e Lonrenzini (1993), as causas da disGRAFIA não estão completamente claras, deixando algumas perguntas, como *quais habilidades ou capacidades físico-motoras estão diretamente relacionadas com a disGRAFIA?* Apesar dos resultados da pesquisa de Laux (2014), não se pode concluir que o déficit na organização temporal seja a capacidade físico-motora responsável por tornar os sujeitos disgráficos. Entretanto, observou-se que intervenções psicomotoras podem auxiliar no tratamento da disGRAFIA e de outras dificuldades de aprendizagem.

Este manuscrito teve como proposta trazer aspectos sobre a relação entre as capacidades físico-motoras e a disGRAFIA, a fim de instigar

os pesquisadores e profissionais da área a elaborarem pesquisas experimentais para corroborar ou não as atuais evidências da literatura.

Nota explicativa:

¹ Dispraxia é um déficit em executar movimentos voluntários relacionados e especializados com alguma atividade, caracterizando-se pela produção de forma lenta, desintegrada, imprecisa e dessincronizada (FONSECA, 2008).

REFERÊNCIAS

ESMERALDO, J. D.; ARAÚJO, I. M. de. O espaço do lúdico no desenvolvimento psicomotor de crianças com deficiência intelectual. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 4., 2010, Laranjeiras. **Anais eletrônicos...** Laranjeiras, 2010. Disponível em: <http://www.educonufs.com.br/ivcoloquio/cdcoloquio/eixo_02/e2-102.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2013.

FÁVERO, M. T. M.; CALSA, G. C. As razões do corpo: Psicomotricidade e disgrafia. In: ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOPEDAGOGIA – ABPPPR, 1., 2003. **Anais...** nov. 2003. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a13Favero03.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

FONSECA, V. da. **Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

FONSECA, V. da. **Manual de observação psicomotora:** significação psiconeurológica dos fatores psicomotores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREITAS, B. C. A. de. **A influência da psicomotricidade na disgrafia.** 2004. 42 p. Monografia (Especialização em Psicomotricidade)–Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2004.

GUARDIOLA, A.; FERREIRA, L. T. C.; ROTTA, N. T. Associação entre desempenho das funções corticais e alfabetização em uma amostra de escolares de primeira série de Porto Alegre. **Arq. Neuro-Psiquiatr.**, v. 56, n. 2, p. 281-288, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anp/v56n2/1840.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

GUILLARMÉ, J.-J. **Educação e reeducação psicomotoras**. Tradução Arlene Caetano. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

LAUX, R. C. **A relação entre as habilidades motoras e a disgrafia em crianças de 9 a 10 anos**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física)–Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2014.

LE BOULCH, J. **Educação psicomotora: psicocinética na idade escolar**. Tradução Jeni Wolff. Porto Alegre: Artmed, 1987.

LE BOULCH, J. **O corpo na escola no século XXI: práticas corporais**. Tradução Cristiane Hirata. São Paulo: Phorte, 2008.

LORENZINI, M. V. **Uma escala para detectar a disgrafia baseada na escala de Ajuriaguerra**. 1993. 145 p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1993. Disponível em: <http://www.nuteses.temp.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4646&acordo=>. Acesso em: 28 fev. 2013.

MALUF, M. R.; ZANELLA, M. S.; PAGNEZ, K. S. M. M. Habilidades metalinguísticas e linguagem escrita nas pesquisas brasileiras. **Bol. Psicol.**, v. 56, n. 124, p. 67-92, 2006. Disponível em: <<http://pep-sic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v56n124/v56n124a06.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2013.

MARCELLI, D. **Manual de psicopatologia da infância de Ajuriaguerra**. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MONTEIRO, V. A. **A psicomotricidade nas aulas de Educação Física Escolar**: uma ferramenta de auxílio na aprendizagem. 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd114/a-psicomotricidade-nas-aulas-de-educacao-fisica-escolar.htm>>. Acesso em: 02 set. 2013.

OLIVEIRA, G. de C. **Psicomotricidade**: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROSA NETO, F.; POETA, L. S.; SILVA, J. C. da. Psicomotricidade: uma realidade transdisciplinar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOMOTRICIDADE, 9., 2004, Olinda. **Anais...** Olinda: Sociedade Brasileira de Psicomotricidade, 2004.

SCHIRMER, C. R.; FONTOURA, D. R.; NUNES, M. L. Distúrbios da aquisição da linguagem e da aprendizagem. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 80, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n2s0/v80n2Sa11.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2013.

SCHMIDT, R.; WRISBERG, C. **Aprendizagem e performance motora**: uma abordagem da aprendizagem baseada na situação. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

THOMAS, J.; NELSON, J.; SILVERMAN, S. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

APONTAMENTOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ESCOLINHAS DE FUTEBOL: UM DIÁLOGO COM J. B. FREIRE

Alessandro Rossetto^{*}

Rafael Cunha Laux^{**}

Juliano Pescador^{***}

Paulo Pagliari^{****}

Ricardo Rezer^{*****}

Resumo

O objetivo neste trabalho foi refletir sobre a prática pedagógica em escolinhas de futebol. No trabalho de campo, realizou-se um estudo de caso em uma escolinha de futebol do bairro Saic da Cidade de Chapecó, SC. Os instrumentos utilizados foram entrevista semiestruturada e diário de campo. Os dois professores da escolinha participaram como colaboradores da pesquisa. Como parte do trabalho de campo, realizou-se a observação de oito aulas das categorias sub-10 e sub-12. As reflexões acerca dos “achados” da investigação foram realizadas com base na obra *Pedagogia do futebol*, de J. B. Freire. Ao final, apresentaram-se 12 apontamentos para a prática pedagógica em escolinhas de futebol.

Palavras-chave: Futebol. Ensino. Prática pedagógica. Iniciação esportiva.

^{*} Pós-graduando em Personal Training pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Graduado em Educação Física pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó; rossettoed@unochapeco.edu.br

^{**} Mestrando em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (Bolsista Capes); Especialista em Personal Training; graduado em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; rafael-laux@hotmail.com

^{***} Graduado em Educação Física pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó; julianopescador@hotmail.com

^{****} Mestre em Educação pelo Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná; Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó. paulo.pagliari@unoesc.edu.br

^{*****} Doutor em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professor da Universidade Comunitária Regional de Chapecó; rrezer@unochapeco.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O futebol é o esporte mais praticado e apreciado pelos brasileiros, constituindo parte de sua cultura. Essa modalidade esportiva consegue envolver e atrair um enorme público admirador, tanto nos estádios quanto transmissões dos jogos, por meio da mídia. Os clubes formam jogadores cada vez mais precocemente, pela necessidade de futebolistas com um bom padrão técnico, físico, tático, além de estarem comprometidos com as necessidades impostas pelo clube. Esse modelo é repassado às crianças que fazem parte das categorias de base do futebol, por isso, muitas vezes, elas têm os mesmos treinamentos dos adultos (com algumas adaptações). Isso faz com que muitas crianças sejam rejeitadas, discriminadas ou abandonem o futebol (aparentemente) por sua própria vontade.

Destaca-se a necessidade de se modificar esse pensamento nas escolinhas de futebol, para que todas as crianças tenham condições de fazer parte da aula, proporcionando condições para que elas tenham uma ampla vivência motora. Por isso, há necessidade de se refletir sobre as práticas pedagógicas, para que seja possível contribuir com a edificação de projetos educativos mais qualificados para escolinhas de futebol. Com base nesses pressupostos, sustenta-se o objetivo deste trabalho, que é analisar e refletir sobre a prática pedagógica em escolinhas de futebol.

Para atingir o objetivo proposto, utilizou-se o método de estudo de caso, relacionando entrevistas, observação e a proposta de Freire para atingir a reflexão sobre as relações entre professor, escolinha e aluno. Participaram do estudo dois professores e os alunos das categorias sub-10 e sub-12 de uma escolinha de futebol de Chapecó, SC no ano 2009. Analisando os discursos, a observação e um diálogo com a obra *Pedagogia do futebol*, de J. B. Freire (2003), observou-se uma grande distância entre a “ideal” prática pedagógica em escolinhas e a realidade apresentada.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como sendo estudo de caso de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, que descreve com profundidade determinada realidade (GIL, 1999; MARCONI; LAKATOS, 2006). Foram analisadas a prática pedagógica e algumas concepções dos professores no contexto de uma escolinha de futebol do bairro Saic de Chapecó, SC. Para essa análise, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os dois professores da escolinha (um profissional de educação física e um ex-atleta da modalidade). Também foram observadas de oito aulas das categorias sub-10 e sub-12.

Dessa forma, os instrumentos utilizados neste estudo foram: diário de campo, em que foram anotados os aspectos observados nas aulas, e uma entrevista semiestruturada, composta por 13 questões, aplicada aos professores, que foi gravada e transcrita posteriormente. A análise desse material foi realizada a partir de um diálogo com a obra de J. B. Freire (2003), *Pedagogia do futebol*.

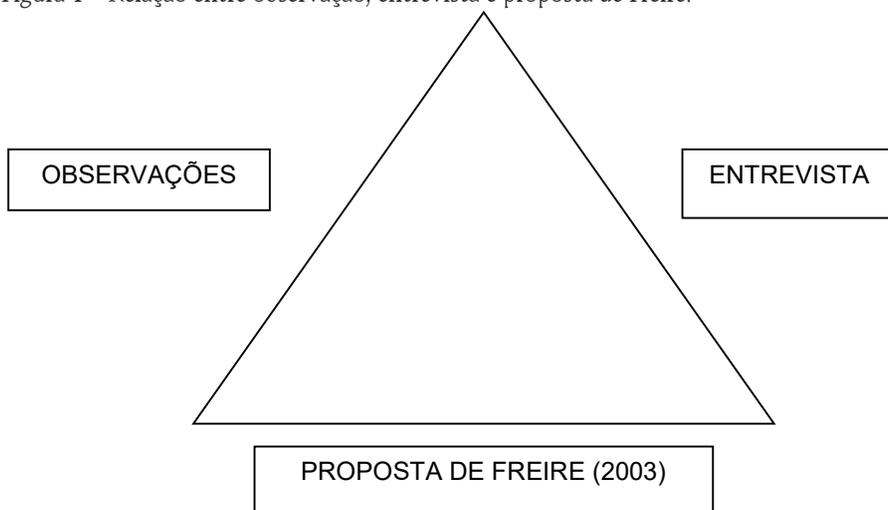
Os temas tratados nas entrevistas, tomando como referência a obra citada, foram os seguintes:

- 1) experiência dos professores em relação ao futebol e em relação à docência;
- 2) objetivo da escolinha em relação aos alunos;
- 3) estrutura metodológica em relação às atividades das aulas;
- 4) definição dos conteúdos para cada aula;
- 5) ensino dos fundamentos do futebol;
- 6) processo de ensino da técnica, da tática, das regras e dos sistemas de jogo na aula;
- 7) a importância da preparação física nesse contexto;
- 8) participação dos alunos nas atividades;
- 9) alunos que possuem menos habilidade e experiência e sua relação com os que têm mais habilidade e experiência;

- 10) competições e escolha da equipe;
- 11) avaliações físicas, técnicas ou táticas;
- 12) participação dos pais no processo de ensino do futebol;
- 13) desenvolvimento da criatividade, espontaneidade e liberdade de expressão dos alunos.

No que se refere aos procedimentos de coleta de dados, primeiramente, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos colaboradores. Após, realizaram-se as observações das aulas e as entrevistas com os professores. Finalmente, realizou-se uma análise interpretativa, considerando-se a seguinte triangulação de dados, conforme mostrado na Figura 1.

Figura 1 – Relação entre observação, entrevista e proposta de Freire.



Fonte: os autores.

3 UMA ANÁLISE SOBRE A ESCOLINHA DE FUTEBOL: REFLEXÕES ACERCA DO TRABALHO DE CAMPO

Ao começar esta pesquisa, surgiu a dúvida de como chamar os encontros entre os alunos e professores no processo de ensino-aprendizagem na escolinha de futebol: aula ou treino. Como existem várias ques-

tões pendentes sobre esse tema (FREIRE, 2003; REZER; SAAD, 2005), optou-se por utilizar o termo *aula*, considerando-se o referencial teórico desta nossa investigação.

Na escolinha de futebol atuam dois professores que trabalham juntos nas mesmas aulas. Para frequentar as aulas da escolinha, basta os pais inscreverem seu filho e pagar a mensalidade (não há teste ou outra exigência para participar das aulas). A escolinha tem como objetivo ensinar a jogar futebol, desenvolvendo as capacidades necessárias para esse esporte, a fim de formar futuros atletas que possam jogar em clubes profissionais.

As aulas são divididas em três etapas, geralmente compostas de aquecimento (alongamentos), parte técnica (são feitos dois grupos de 15 alunos, visando ao ensino-aprendizagem do futebol) e jogo coletivo no campo com proporções oficiais. Essa estrutura de divisão da aula é observada na literatura (FREIRE, 2003; REZER; SAAD, 2005) como sendo frequentemente utilizada em diferentes escolinhas de futebol, o que vem gerando críticas pelos limites que se desdobram dessa forma de organização do trabalho pedagógico.

A seguir, apresentam-se as concepções dos colaboradores que orientam suas escolhas na organização das atividades desenvolvidas nas aulas.

3.1 CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES DA ESCOLINHA DE FUTEBOL...

Nesta seção são apresentados, de forma sintetizada, recortes derivados das entrevistas com os colaboradores, doravante denominados Sujeito A, o professor formado em educação física, e Sujeito B, o ex-atleta de futebol.

Em relação ao tema 1 (experiência dos professores quanto ao futebol e à docência), os sujeitos responderam:

A: Desde criança sempre estive envolvido com o futebol, quando adolescente pude fazer parte do dente de leite do

Esporte Clube São Paulo, que é um time de futebol profissional da Cidade do Rio Grande, infelizmente tive uma lesão séria no joelho que me afastou do sonho de um dia me tornar um profissional, porém nunca me afastei do futebol tanto que hoje sou professor de Educação Física e treinador da escolinha.

B: Pois é, no futebol estou atuando há 12 anos jogando. Ao longo do tempo aprendi muito com o futebol. Atuei em clubes profissionais jogando futsal, agora vim para a área do futebol e estou me profissionalizando através de estudos e conteúdos sobre o mesmo. (informações verbais).

Na entrevista percebe-se que nenhum dos professores mencionou sua experiência acadêmica, mas relataram suas passagens como atletas de categoria de base, como profissional e como treinador da escolinha de futebol. Isso torna clara a influência do modelo de esporte adulto, presente nos clubes, nas escolinhas, baseando os treinos em suas experiências profissionais.

Hoje, as escolinhas, na grande maioria, seguem uma prática pedagógica focada no rendimento máximo, na direção de vencerem competições ou de formarem jogadores com alto padrão de rendimento e eficiência, destacando-se entre os demais. Para Rezer e Saad (2005), o ensino do futebol para crianças obedece aos mesmos princípios do treino de adultos, apenas com pequenas adaptações.

Segundo Rezer e Saad (2005), deve-se pensar a partir de uma concepção de esporte que transcenda ao que, por exemplo, aparece na televisão ou às experiências de ex-atletas. Então, qual o papel da formação acadêmica nesse contexto? Para Rezer e Saad (2005), a organização das sessões técnico-táticas necessita ser revista para favorecer o processo integrado de ensino-aprendizado-treinamento, referenciado nas situações práticas de jogo.

Da mesma forma, torna-se necessário dar mais importância à experiência acadêmica e à necessidade de estudar como forma de qualificar processos de treinamento, especialmente, se forem consideradas intervenções em grupos de crianças e jovens.

Sobre o tema 2 (objetivo da escolinha em relação aos alunos), os professores relataram:

A: Essa categoria é uma fase da estimulação, onde procura-se fomentar o desenvolvimento dos movimentos fundamentais, onde a vivência do movimento se torna o mais importante, nessa etapa procura-se estimular o gosto da criança pelo esporte, no caso, o futebol de campo.

B: Na verdade a escolinha é um projeto social, onde não escolhemos a dedo nossos alunos, mas somente os melhores são levados para treinarem nas categorias de base do profissional, a escolinha tem uma parceria. A escolinha Chapecó é um DNA da escolinha de base da categoria lá do profissional, então, não podemos selecionar muito o pessoal, mas devemos trabalhar mais o lado social. (informações verbais).

O professor A se refere à estimulação e o gosto da criança pelo esporte. Já o professor B afirma que os alunos da escolinha não são escolhidos “a dedo”, querendo dizer que qualquer criança pode se matricular. Observa-se que um dos objetivos é formar atletas, o que corrobora os pensamentos de Venlioles (2001), pois, para ele, a escolinha caracteriza-se como um comércio que vende um produto, não como uma instituição social, como descreve o professor B.

Já para Freire (2003), a escolinha vai além do futebol, desenvolvendo na criança um acervo de habilidades, ensinando-a a conviver em grupo, construindo regras e achando soluções que possam contribuir para seu desenvolvimento moral e social. Ele se refere a ensinar sobre futebol, mas também para além do futebol, sendo este um compromisso de quem atua como professor nos contextos de iniciação esportiva.

Em relação ao tema 3 (estrutura metodológica quanto às atividades das aulas), os professores responderam:

A: Buscamos seguir uma linha direcionada à socialização do conhecimento esportivo; para isso, procuramos utilizar a proposta desenvolvida e referente à socialização, em que podemos dominar principalmente a teoria da especialização motora.

B: As atividades são divididas por tempo, onde se faz um tempo de fundamento, um de recreativo, outro de aprimoramento de chutes, de cruzamentos, e se sobrar tempo, podemos fazer um coletivo. (informações verbais).

Como se pode observar, em alguns momentos da entrevista há contradições, pois os professores relatam uma socialização de conhecimento esportivo e em outro momento abordam unicamente a especialização motora, de movimentos estereotipados e de forma precoce, como ocorre, normalmente, nas escolinhas de modalidade esportivas. A forma de trabalho utilizada pelos professores caracteriza-se muito com a metodologia tradicional, que utiliza uma sequência pedagógica de exercícios divididos por níveis de dificuldade, que vão (em tese) aumentando conforme o aprendizado do sujeito (REZER; SAAD, 2005). Outros autores, como Santana (2001), afirmam que o professor deve ter o papel de estimular o descobrimento e a criatividade da criança, sendo ela o protagonista do processo de aprendizagem, aprendendo conforme suas vivências e interações sociais.

Em relação ao tema 4 (definição dos conteúdos para cada aula), os sujeitos afirmaram:

A: Os conteúdos são divididos de acordo com o nível de desenvolvimento dos alunos, mas sempre buscando promover aspectos técnicos e táticos do esporte, aliados a uma enorme gama de valores que podem e devem ser trabalhados através do esporte.

B: Cada aula da escolinha é dividida em trabalhos táticos e trabalhos recreativos, tudo visando um aprimoramento da gurizada para um futuro próximo. (informações verbais).

A realidade descrita pelos professores, que as atividades são adequadas para o desenvolvimento dos alunos, não é a mesma identificada durante a observação das aulas, em que as atividades eram desenvolvidas de forma muito semelhante às atividades de atletas adultos, tratando-os, como chamaria Rezer e Shigunov (2004), como “mini-atletas”. Aqui, os discursos não se confirmam nas observações, na medida em que as aulas se desenvolvem de acordo com os momentos descritos anteriormente, bem como com um foco muito centrado na ideia de treinamento de competências específicas para o futebol.

No que se refere ao tema 5 (ensino dos fundamentos do futebol), obtiveram-se as seguintes respostas: “De maneira simples, trabalhamos

em grupos, duplas ou individualizado.” (A), “Os trabalhos de fundamentos são ensinados de forma oral e através do método básico, o ensino pessoalmente de forma demonstrativa.” (B) (informações verbais).

Freire (2003) define como as principais habilidades do futebol a finalização, o passe, o controle de bola, a condução, o desarme, o drible, o lançamento, os cruzamentos, o cabeceio e as defesas (goleiro). Já os professores da escolinha optaram por treinos específicos dos fundamentos, ensinando-os de maneira oral e gestual, fazendo atividades em fileiras/colunas, em duplas, repetindo ações, como o passe e o chute a gol, para melhorar a execução da técnica desses fundamentos.

Do ponto de vista metodológico, aproxima-se do método parcial. Entende-se que, ao recuperar a ideia de jogo, Freire (2003) contribui com uma melhor compreensão dele, por meio do jogo como fio condutor das aulas, sejam pequenos sejam grandes jogos. Nesse aspecto, entende-se que já se avançou significativamente na questão metodológica sobre o ensino do futebol; daí a importância do estudo como possibilidade de qualificar os processos desenvolvidos nas aulas.

Os colaboradores, no que se refere ao tema 6 (processo de ensino da técnica, da tática, das regras e dos sistemas de jogo nas aulas), responderam:

A: Com relação à técnica, trabalhamos os fundamentos básicos, como o passe, domínio de bola o chute de várias distâncias, cabeceio, condução de bola e coletivos, quanto às regras, são simples, como as faltas, gols e saídas de bola, conforme o desenvolvimento do aluno vamos avançando, iniciando o entendimento para regras mais complexas, a tática é trabalhada dentro de suas faixas etárias, buscamos ensinar algumas formações táticas de posicionamento, como o 3-6-1, 3-5-2, 4-4-2 e 4-3-3.

B: Temos um plano, tipo um cronograma a seguir, tem dia que trabalhamos só a parte tática para aprimorar a gurizada, e tem dias que trabalhamos os chutes, cruzamentos, entre outros, e quando sobra um tempo fazemos um coletivo para a gurizada não ficar só na mesma. (informações verbais).

É importante que regras, técnicas e táticas sejam ensinadas, mas de forma gradativa, do simples para o complexo, como os professores

destacaram em suas respostas, sem que elas interferiram negativamente no processo de aprendizagem da criança, podendo ser alteradas de acordo com as crianças, de maneira a estimular sua criatividade, espontaneidade, liberdade, etc. (REZER; SAAD, 2005). Considerando as contribuições de Freire (2003), a ideia de aprender na forma de jogos permite qualificar o ensino da tática pela possibilidade de aprender a resolver os problemas do jogo jogando. Daí a importância do trabalho de pesquisa sobre jogos, recortes do jogo formal.

Sobre o tema 7 (a importância da preparação física nesse contexto), os sujeitos responderam:

A: A preocupação é com os alunos das categorias menores, as atividades são voltadas para o movimento de coordenação e devem ser introduzidas através de diversos jogos, as principais qualidades físicas a serem trabalhadas são equilíbrio, a coordenação, a lateralidade e corporeidade, já para as categorias maiores trabalhamos a força e a velocidade.
B: É de extrema importância, pois a parte física hoje é o que equivale a 90% do jogador, se não estiver preparado fisicamente, não joga em clube algum. (informações verbais).

É visível a diferença nos relatos entre os professores A e B, pois o professor A, sendo graduado em Educação Física, em tese, demonstra os conhecimentos adquiridos em seu processo de formação, enquanto o professor B resume a importância da preparação física pensando no nível de alto rendimento, de alto padrão de treinamento físico, esquecendo que trabalha com crianças e não com atletas profissionais.

Segundo Freire (2003), a preparação das crianças para os jogos de futebol deve privilegiar as capacidades motoras básicas, como equilíbrio, motricidade fina, velocidade de reação, força de chute, velocidade de chute, velocidade de deslocamento, agilidade, força geral, força de salto vertical e força de salto horizontal. Porém, há grande diferença entre rendimento máximo e rendimento possível (aquele que se constitui pedagogicamente ao longo das aulas).

Referente ao tema 8 (participação dos alunos nas atividades), os respondentes afirmaram:

A: Digamos que quando é coletivo sim, porém, quando trabalhamos a parte física é normal que alguns tenham menos vontade, no entanto, isso é considerado normal em todas as escolinhas, porque o objetivo maior da criança é vir jogar futebol. Quando buscamos um pouco mais a parte física ou não objetivando somente o coletivo, eles se afastam um pouco; eu, particularmente, considero isso como normal.
B: Todos participam do começo ao fim da aula. (informações verbais)

Como se percebe na fala do professor A, nas aulas em que se trabalha a parte física, os alunos têm menor vontade de participar, já que o objetivo da criança é jogar. Fica claro que a criança precisa do lúdico, pois ela quer interagir, brincar, jogar com os colegas, caso contrário, se forem aplicados treinos físicos intensos, isso pode causar até a desistência do aluno da prática esportiva (REZER; SAAD, 2005). A seu modo, Freire (2003) ressalta que nas escolinhas é comum dar uma atenção maior para os sujeitos mais habilidosos. Isso deve ser evitado, deixando todos participarem da aula, conforme os professores comentam.

Sobre o tema 9 (alunos que possuem menos habilidade e experiência e sua relação com os que têm mais habilidade e experiência), os colaboradores destacaram:

A: Estamos sempre atentos a esse item, por isso ficamos sempre próximos desses alunos, para que possamos orientá-los mais e melhor do que os habilidosos, principalmente para que eles não se sintam excluídos do projeto”.
B: A gente procura ensinar da mesma maneira, pois alguns possuem maior facilidade de aprender enquanto outros demonstram mais dificuldade, mas procuramos ensinar da mesma maneira, dando um suporte maior para aquele que demonstra mais dificuldade. (informações verbais).

As considerações dos professores corroboram Freire (2003), que afirma que não basta ensinar, é preciso ensinar bem; o professor deve ensinar a todos, com as melhores técnicas e o maior cuidado, não importando se os alunos são *habilidosos* ou não, para que, ao longo do tempo, consigam jogar futebol de boa qualidade ao longo de sua vida. Alguns têm maior dificuldade de aprendizado, outros, maior facilidade, por isso,

todo processo pedagógico exige paciência, além de preocupação com o fato de os alunos aprenderem sobre aquilo que se ensina.

Sobre o tema 10 (competições e escolha da equipe), os professores responderam:

A: Sim, inclusive conquistamos o estadual na categoria sub-10 e o vice na sub-12, que foi decidido na cidade de Criciúma, participamos também da Taça Indaial que aconteceria nesse final de semana, mas por questões financeiras não fomos, participamos da Taça Mercosul Tenente Portela no Rio Grande do Sul e agora vamos jogar a Taça Brasil entre todas as escolinhas, que vai ser sediada aqui em Chapecó, onde nós do projeto conseguimos trazer juntamente com a prefeitura. Será um evento maravilhoso que acontecerá no mês de dezembro. Todos os alunos interessados em ingressar à escolinha terão acesso independente da qualidade individual da criança, porém, em competições importantes nós temos que obviamente formar uma equipe competitiva, por isso que damos um pouco mais de ênfase a um grupo mais qualificado pra competições mais difíceis, obviamente, e aquele que tá se formando, que entrou na escolinha há pouco tempo e quer buscar seu espaço, obviamente, ele vai ter que, com treinamento, mostrar melhorias nos fundamentos.

B: “A escolinha participa de várias competições, como o Campeonato Estadual, Taça Brasil, Taça Estadual e os campeonatos municipais. Na verdade, são os jogadores de maior rendimento, com maior qualidade, até mesmo porque a competição oferece uma dificuldade maior. (informações verbais).

Cabe lembrar que a competição que busca somente (ou principalmente) a vitória, submete a criança a um estresse emocional e psicológico muito grande. A criança joga futebol por motivações lúdicas, para se sentir bem, (aprende com pais e professores a jogar visando a objetivos práticos de inserção no esporte adulto). Assim, não se pode acabar com a alegria dela ao praticar esportes, empurrando-a e forçando-a a agir de modo que o objetivo de outras pessoas seja alcançado, formando equipes campeãs e bons jogadores com o intuito de promover técnicos, pais, diretores e, conseqüentemente, ocsadionando a decepção e a frustração de muitas crianças.

Santana (2001) destaca que a competição aplicada às crianças de maneira ética e coerente se torna uma ótima ferramenta na educação, permitindo a sua fantasia e deixando buscar a vitória, se isso for de seu interesse natural. Permitindo-a experimentar vitórias, derrotas e todas as experiências do jogo.

Rezer e Saad (2005) sugerem a realização de festival de jogos para crianças menores de 10 anos, como uma superação de campeonatos padronizados, promovidos por adultos para serem jogados por crianças. Propõem intercâmbios entre várias escolinhas, com jogos reduzidos, em torno de 10 a 15 minutos, para aumentar o interesse da criança, que em vez de jogar um jogo de 40 minutos, jogaria quatro jogos. Da mesma forma, sugerem construir regras e decidir sobre tempo, materiais, diferentes dimensões do campo, entre outros, em conjunto com todos os alunos e os professores.

Pode-se destacar, na resposta dos colaboradores, que a qualidade da criança para o futebol é a principal característica para escolher os alunos que participarão das competições. Para Santana (2001), é inaceitável o esporte entrar na vida de uma criança somente como competição ou rendimento.

Sobre a questão 11 (avaliações físicas, técnicas ou táticas), os colaboradores afirmaram:

A: Sim, em 2006 foi feito uma avaliação com um avaliador técnico e um professor da escolinha, que vieram a Chapecó. Agora em 2009 veio um outro avaliador técnico que chama-se Odair, ex-jogador, e o Denílson, funcionário da empresa que dá consultoria para atletas em formação. Essa avaliação aconteceu final da semana passada no dia 22 de outubro. A avaliação foi realizada no Gigantinho no bairro Vila Real; foram avaliados 400 atletas da escolinha e atletas do município e região, com o intuito de levar alguns jogadores para o Clubes profissionais, ou formar futuros atletas e jogadores para Clubes profissionais.

B: Todos os anos a escolinha faz uma avaliação, a pessoa vem e avalia a gurizada e, se ele se interessar por algum jogador, o mesmo é levado para fazer testes ou jogar no Clube Profissional. (informações verbais).

A escolinha de futebol não faz avaliação física em seus alunos, o que é feito são as famosas “peneiras” (teste feito por meio do desempenho no jogo propriamente dito), realizadas por funcionários de clubes profissionais, com objetivo de selecionar futuros atletas e com a intenção de levar os melhores para jogar na equipe.

Segundo Rezer (2006), nesse sentido, a iniciação segue características voltadas a formar mão de obra especializada, com pretensão de especializar os alunos para ocuparem postos de alto rendimento do esporte. O professor se torna, muitas vezes, doutrinador, formando atletas obedientes, responsáveis e eficientes, que cumprem seus deveres com o clube. Portanto, nessa pedagogia, não se pensa em ensinar a criança a ser um cidadão que joga, mas em formar bons atletas para os clubes de alto rendimento do futebol.

No que se refere ao tema 12 (participação dos pais no processo de ensino do futebol), responderam:

A: Digamos que nas atividades desenvolvidas nas aulas não. Sempre existe um pai querendo interferir, mas procuramos com educação desviar o assunto. Mas estamos conseguindo trazê-los em reuniões, onde a escola pode discutir sobre assuntos em que eles devem fazer parte, principalmente sobre eventos, viagens, entre outros assuntos, mas nunca com relação ao ensino da técnica do futebol.

B: É, através da parceria com o consulado de um Clube profissional, os pais dão um suporte maior para a escolinha. (informação verbal).

O professor A relata que os pais não interferem nas atividades realizadas nas aulas. É importante que os pais participem do processo de ensino, pois os filhos se espelham muito neles. No futebol não é diferente, se o filho observar o pai brigando com o árbitro ou com os companheiros de “pelada”, ele tem grandes chances de agir da mesma forma na escolinha e no seu dia a dia. Cabe, então, aos professores essa tarefa de alertar os pais, como sugerido por Rezer e Saad (2005), ao esclarecer que seus filhos devem ser tratados como crianças e não como atletas adultos ou “mini-atletas.”

No último tema da entrevista (criatividade, espontaneidade e liberdade de expressão dos alunos), os professores comentaram:

A: Sim, eu sempre digo que na escolinha possuímos uma democracia, é como eu sempre falo, todos têm o mesmo direito, porém, quem dita as regras é o professor.

B: Procuramos fazer com que a gurizada participe das aulas, e através disso tragam brincadeiras, até mesmo para o recreativo, evitando ficar sempre na mesma brincadeira; aí, pra não enjoar, fazemos algo diferente. (informações verbais).

Sobre esse tema, houve certa dificuldade em expressar a compreensão dos colaboradores, em razão da sua dificuldade de compreensão acerca da pergunta. Os colaboradores relatam que os sujeitos têm uma liberdade, mas no próprio relato, observa-se que a hierarquia e o modelo rígido de aula são seguidos. Para Santana (2001), observando as crianças antes das aulas e treinos, observa-se uma alegria e disposição maior que nos modelos rígidos utilizados por muitos professores. Os alunos, em alguns casos, agem como se estivessem cumprindo uma obrigação nas aulas – é visível a diferença do comportamento apresentado pelo grupo na atividade criada por eles mesmos e na atividade proposta pelo professor. Assim, as aulas devem ser um espaço ímpar para pensar uma formação que privilegia a criatividade, a capacidade de invenção e de pensar com responsabilidade e autonomia.

4 PROPOSTA PEDAGÓGICA DE J. B. FREIRE PARA O ENSINO DO FUTEBOL

A seguir, apresenta-se de forma sintetizada o referencial que orienta o processo de análise dos dados coletados nessa investigação, a obra *Pedagogia do futebol*, de João Batista Freire.

O autor afirma que a pedagogia da rua deve ser repetida nas escolas e, por consequência, nas escolinhas, extraíndo dela o que é positivo e descartando o que pode ser considerado negativo, como a exclusão da criança do aprendizado na escolinha. Os professores são profissionais especialistas em ensinar e devem se orientar por ideias, teorias e princípios, construídos mediante muito estudo (FREIRE, 2003).

Freire sugere quatro princípios básicos para o ensino do futebol: ensinar o futebol a todos, ensinar futebol bem a todos, ensinar mais que futebol a todos e ensinar a gostar do esporte. Levar isso a sério representa qualificar sobremaneira as atividades de ensino desenvolvidas nas aulas/treinos em escolinhas de futebol.

Sobre os conteúdos, Freire (2003) afirma que as principais habilidades do futebol, considerando as especificidades do jogo, seriam: finalização, passe, controle de bola, condução, desarme, drible, lançamento, cruzamento, cabeceio e defesas (goleiros). Aproximam-se dessas especificidades as questões técnicas (movimentos específicos da modalidade) e táticas (capacidade de resolução dos problemas do jogo, de ordem individual e/ou coletiva).

Segundo o autor, para se ensinar, adotam-se certas linhas gerais de procedimentos, que sugerem para o futebol algumas providências, dividindo a aula em cinco momentos, como um ritual: parte inicial (o professor fala sobre o que vai acontecer), segunda parte da aula (jogos adaptados ou brincadeiras), terceira parte (exercícios lúdicos para desenvolver fundamentos técnicos, quarta parte (outro jogo adaptado ou brincadeira) e quinta parte (roda de conversa sobre assuntos que aconteceram na aula).

5 APONTAMENTOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

A partir deste estudo, produziram-se 12 apontamentos que se entende serem pertinentes para qualificar o ensino de futebol em escolinhas.

- 1) o professor de escolinha deve fazer com que todos os seus alunos tenham as mesmas condições de aprendizado, concedendo as mesmas oportunidades de participação nas atividades e fazendo com que todos participem dos treinos, independentemente de sua capacidade de jogo;

- 2) não se deve supervalorizar um aluno em particular, tanto por sua maior experiência com o futebol quanto por melhores condições financeiras, raça, cultura, ou por qualquer outro motivo, pois a escolinha deve ser formada por um grupo em que todos os alunos tenham os mesmos direitos e deveres. Certamente, isso não significa desconsiderar as individualidades, mas entendê-las dentro de um contexto coletivo;
- 3) adaptações devem ser realizadas nos jogos, utilizando-se um número maior de alunos em cada equipe, colocando mais de uma bola no jogo, modificando o tamanho do campo ou usando mais de dois goleiros. Da mesma forma, torna-se importante proporcionar o jogo nas aulas com outros tipos de bola, bolas mais leves, preferidas pelas crianças, enfim, trabalhando de forma lúdica;
- 4) dar oportunidade para os alunos expressarem suas ideias, trazendo novas brincadeiras e jogos, fazendo com que eles improvisem e criem seus próprios jogos, a fim de estes serem utilizados nas aulas. Sobre isso, trata-se de uma forma de valorizar a história e o conhecimento que os alunos detêm sobre jogos de bola.
- 5) realizar atividades com o objetivo de ampliar as qualidades físicas, como a coordenação motora, melhorando suas capacidades, como equilíbrio, saltos verticais e horizontais, trotes, corrida, lateralidade, enfim, melhorar todas as suas potencialidades. Tudo isso pode ser estimulado com jogos e brincadeiras, ou realizando-se movimentos específicos, tendo o cuidado de respeitar os limites físicos de cada criança.
- 6) ensinar fundamentos do futebol, desenvolvendo atividades que façam com que o aluno chute com os dois pés, cabeceie, conduza a bola, drible e domine a bola. Os fundamentos podem ser trabalhados por meio de jogos adaptados, como, por exemplo, o time que der 10 toques consecutivos faz um ponto; também podem ser trabalhados de forma específica,

em duplas ou em grupos. Aqui, o mais importante é articular o ensino da técnica e da tática como elementos indissociáveis e indispensáveis ao jogo;

- 7) ensinar as regras do futebol aos alunos, começando do básico para se jogar e, de forma gradativa, com o passar do tempo, chegar às regras mais complexas. Mas se pode, também, modificá-las, discutindo sobre as regras com os alunos, decidindo sobre as que seriam mantidas ou transformadas, criando um espaço para o legítimo exercício da cidadania e da democracia. Sobre isso, o mais importante é compreender as regras como construções históricas, passíveis de modificação, ensinando os alunos a aprenderem sobre o bem comum como princípio;
- 8) realizar diálogo diário entre professores e alunos antes, durante ou depois do treino, colocando em pauta assuntos sobre os acontecimentos do treino e assuntos de relevância no meio social em que os alunos convivem, com o intuito de ensinar a importância do diálogo como elemento constituinte de qualquer relação pedagógica de qualidade.
- 9) fazer com que a participação dos pais se torne uma constante na escolinha, realizando reuniões com eles, trazendo à tona assuntos envolvendo a realidade e/ou dificuldade desde a etapa inicial de um atleta até se tornar profissional, alertando-os sobre a realidade de que a grande maioria de seus filhos não se tornará atleta profissional. Da mesma forma, dialogar sobre a importância da prática esportiva para seus filhos, sobre os problemas e males que a pressão psicológica por parte dos pais e professores pode causar, enfim, muitos assuntos podem ser enfatizados, fazendo com que os pais participem do processo de ensino-aprendizagem de seus filhos por meio do futebol na escolinha;
- 10) o professor nunca deve esquecer que está trabalhando com crianças, por isso, precisa respeitar os limites e as dificulda-

des de cada uma delas; ele também deve ser paciente, pois alguns alunos têm mais dificuldade, enquanto outros aprendem mais rápido;

- 11) é preciso instituir/reconhecer valores humanos nos conteúdos, procurando contextualizar acontecimentos de aula. Deve haver uma preocupação com as consequências das ações desenvolvidas durante as aulas, a fim de promover a cooperação entre companheiros;
- 12) é importante que o professor faça um planejamento das aulas, com seus objetivos e atividades podendo optar por um planejamento anual, semestral, trimestral, bimestral, mensal ou até semanal. Aqui se abrem possibilidades muito boas de aproximar a reflexão proposta nesta pesquisa de uma relação curricular, entendendo currículo como projeto educativo coletivo necessário em qualquer processo educativo, como forma de expressar suas intencionalidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se realizar este estudo, aproximou-se o referencial da obra de J. B. Freire, *Pedagogia do Futebol*, na direção de se refletir sobre a prática pedagógica em escolinha de futebol. Baseando-se na proposta de Freire e nos apontamentos deste estudo, sugere-se uma intervenção pedagógica “mais humana” por parte do professor de qualquer entidade ou escolinha, buscando, além do desenvolvimento e aprendizado da modalidade esportiva em questão, capacitar o indivíduo como cidadão, para que possa se desenvolver de maneira completa, ou seja, física, psicológica e socialmente.

Os discursos dos professores estão voltados às questões sociais, mas em muitos momentos não é isso que se percebe, pois seu principal objetivo passa a ser o de ensinar o aluno a “ser bom jogador”, com a finalidade de vencer os jogos e as competições disputadas, e também de formarem futuros atletas profissionais. Tal perspectiva se assemelha em

muito ao que já se vem fazendo em escolinhas de futebol há muito tempo na realidade brasileira.

Os treinos são, geralmente, divididos em três etapas: aquecimento, parte técnica e um coletivo. Eles seguem princípios e referências de treinos para atletas adultos, com movimentos estereotipados, com poucos momentos lúdicos. Torna-se necessário ampliar esse repertório lúdico das aulas, para que a criança aprenda brincando em meio à complexidade do jogo.

Os alunos representam a escolinha em alguns campeonatos municipais e estaduais, porém, para essas competições são selecionados, ou “escolhidos a dedo”, os “melhores”, ou seja, os que demonstram mais domínio sobre a técnica e a tática. Os demais alunos que demonstram menos domínio sobre esses aspectos são excluídos das competições, o que, muitas vezes, pode gerar grande frustração e os desestimular para o esporte.

Outro fato que pode ser observado é que, na maioria das vezes, os professores não se referem aos seus conhecimentos pedagógicos adquiridos por meio da sua graduação ou de cursos específicos, relatando apenas seus conhecimentos práticos ou experiências adquiridas como atletas da modalidade em questão.

Finalizando, faz-se necessário redimensionar a prática esportiva para crianças, jovens e adolescentes, visando tornar a experiência do esporte mais adequada a tenras idades, que ainda não possuem maturidade para participar de processos que, muitas vezes, são demais exigentes e inadequados tanto para alunos com pouca experiência no futebol quanto para alunos atletas em potencial.

REFERÊNCIAS

FREIRE, J. B. **Pedagogia do futebol**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

REZER, R. **O fenômeno esportivo**: ensaios crítico-reflexivos. Chapecó: Argos, 2006.

REZER, R.; SAAD, M. A. **Futebol e futsal**: possibilidades e limitações da prática pedagógica em escolinhas. Chapecó: Argos, 2005.

REZER, R.; SHIGUNOV, V. Reflexões acerca da prática pedagógica em escolinhas de futebol e futsal a partir da leitura e compreensão de contextos específicos. **Revista da Educação Física – UEM**, 2004.

SANTANA, W. C. de. **Esporte infância pedagogia futsal metodologia da participação**. Londrina: Lido, 2001.

VENLIOLES, F. M. **Escola de futebol**. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO INFANTIL: SINTOMAS PSICOSSOMÁTICOS

Laís Regina Bordignon*
Francine Cristine Garghetti**

Resumo

O artigo aborda a experiência de um caso atendido por meio do Estágio Supervisionado em Psicologia Clínica no Serviço de Atendimento Psicológico (SAP) da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó, entendido na abordagem da Bioecologia do Desenvolvimento Humano, desenvolvida por Urie Bronfenbrenner. Esse espaço destina-se à prestação de atendimento psicológico a crianças de dois a doze anos com queixas oriundas, geralmente, de pais e escolas. A psicoterapia com crianças é realizada, basicamente, por intermédio de recursos lúdicos, pois esta é a linguagem da criança. Dessa forma, neste artigo, buscou-se descrever um caso atendido: uma criança com seis anos de idade com diagnóstico de vitiligo. Investigaram-se os sintomas da doença, e como esta está diretamente ligada aos fatores emocionais da criança, além disso, como o acompanhamento psicológico auxilia diretamente na eliminação dos sintomas da doença apresentados pela criança. Também são abordadas questões sobre a patologia e as condições da criança sobre esta doença somática, muito presente em crianças que ainda estão desenvolvendo a capacidade de expressar seus sentimentos. Ainda, destaca-se a importância do funcionamento familiar entendido sob a perspectiva da Bioecologia do Desenvolvimento Humano. Para a coleta de dados, foi utilizado o estudo de caso. Nesta pesquisa foi possível refletir sobre a relevância da família quando se trabalha com crianças. Quando é realizado um trabalho conjunto com os pais e/ou família o resultado se torna muito satisfatório, como nesse caso, no qual era a criança quem apresentava os sintomas de um problema, o qual, nesta, manifestou-se como a doença vitiligo. Com o trabalho realizado com a criança aliado à família, que se fez presente no

* Graduanda do curso Psicologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; laisrbordignon@outlook.com

** Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; francine_garghetti@yahoo.com.br

tratamento, as mudanças ocorrem em todos os membros; talvez não seja de forma tão significativa ou não se manifeste tão claramente, porém, muito provavelmente, elas acontecerão.

Palavras-chave: Psicoterapia infantil. Psicossomática. Vitiligo. Bioecologia do Desenvolvimento Humano.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho tem-se como objetivo principal trazer questões sobre a psicoterapia infantil, um importante método de tratamento que envolve estratégias de avaliação diferentes das utilizadas com adultos, pois a criança demonstra seus sentimentos e desejos pelo brincar. Dessa forma, para que o terapeuta consiga atingir o conteúdo da criança precisa utilizar esses recursos. Destaca-se a participação efetiva dos pais como um fator essencial para o bom andamento e resultado no tratamento. Como método, foi utilizado o estudo de caso, fruto do processo psicoterápico de uma criança de seis anos encaminhada por sugestão de um médico dermatologista, sendo possível visualizar e refletir sobre alguns aspectos importantes do tratamento. Os pontos de grande relevância são a direta ligação entre os sintomas e o fator emocional da criança, assim como a configuração e fase do ciclo de vida familiar, além da importância do envolvimento da família no processo terapêutico. O processo teve duração de cinco meses e o total de 15 atendimentos. A criança foi encaminhada com diagnóstico de vitiligo, uma doença da pele que está muito relacionada a fatores emocionais.

Considerando-se esses aspectos, o estudo de caso traz alguns pontos importantes que foram apontados durante o tratamento. Lembrando que o entendimento do caso vem abarcado à Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, que tem como ideia principal que o desenvolvimento ocorre por meio de processos de integração entre o homem e o seu contexto. O autor dessa Teoria, Urie Bronfenbrenner, entendeu que deveriam se considerar quatro aspectos para a compreensão do desenvolvimento humano: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo.

2 PSICOTERAPIA INFANTIL

Cordioli (2008) considera a psicoterapia um método de tratamento utilizado por um profissional treinado, que utiliza técnicas e intervenções no intuito de instigar um paciente ou cliente a modificar problemas de ordem emocional, cognitiva ou comportamental. É um tratamento interpessoal que será planejado pelo terapeuta conforme sua avaliação, visando reduzir os sintomas e resolver o problema. As peças-chave da psicoterapia são a comunicação verbal, a relação terapêutica e os meios psicológicos utilizados para alcançar os objetivos do tratamento.

Na psicoterapia infantil o psicólogo deverá utilizar estratégias de avaliação e investigação diferenciadas, pois ao trabalhar com crianças a participação e envolvimento dos pais no tratamento é essencial. Conforme Rocha e Villwock (2011), a entrevista inicial com os pais é um dos momentos fundamentais para o atendimento dos filhos; ainda, trará informações importantes sobre o funcionamento familiar e as divisões de papéis dentro da família. Na primeira entrevista não é indicado que a criança esteja junto com os pais, porém ela deve ser comunicada a respeito. Geralmente, a presença somente da mãe é comum, já revelando dados sobre o funcionamento familiar. A forma como deverá ocorrer essa primeira entrevista poderá ser avaliada conforme a análise dos dados de origem do encaminhamento: a idade da criança, a queixa e o motivo da consulta; a partir disso o profissional poderá decidir como a primeira entrevista ocorrerá, se junto com a criança ou separado. Lembrando que uma relação favorável entre os pais e o terapeuta poderá favorecer o andamento do tratamento.

Já no primeiro contato, de acordo com Rocha e Villwock (2011), que geralmente ocorre por telefone, as impressões transmitidas são percebidas, podendo indicar dados importantes para o tratamento. Quanto à origem do encaminhamento, a forma como ela ocorre também revela dados importantes sobre o funcionamento familiar, um exemplo disso é quando a escola percebe comportamentos da criança não reconhecidos

pelos pais, podendo indicar uma negação dos sintomas do filho e falta de sensibilidade por parte da família. Geralmente essa situação gera um conflito entre a família e a escola, que estão à procura de um culpado pelos comportamentos da criança. Muitas vezes, os pais atribuem ao terapeuta a responsabilidade total pela melhora do filho.

É importante investigar com os pais os motivos que os fizeram procurar pelo atendimento, identificar os sintomas da criança, as queixas dos pais e as repercussões disso tudo (ROCHA; VILLWOCK, 2011). Ainda, os pais devem entender que todas as informações sobre o motivo do atendimento são importantes. Um dado relevante de se investigar é como os pais, cuidadores ou escola lidam com a situação-problema da criança, pois isso revelará dados importantes da repercussão causada para que sejam feitos possíveis encaminhamentos.

Para Rocha e Villwock (2011), a história de vida da criança, bem como seu desenvolvimento e rotina atual são conteúdos importantes para que se faça sua avaliação. Quais são as brincadeiras favoritas, os hábitos alimentares; cada detalhe é importante e deve ser considerado e verificado quanto ao que é esperado conforme sua faixa etária. História familiar, gestação, pré-natal, nascimento, desenvolvimento neuropsicomotor, higiene e grau de dependência para diversas situações são dados indispensáveis. Ao profissional cabe desenvolver a capacidade de uma escuta profissional e habilidade para conduzir uma entrevista de forma efetiva. Não deixar que a entrevista se torne algo cansativo ou um interrogatório; é importante que os pais se sintam parte do tratamento dos filhos; dessa forma, os resultados serão muito mais satisfatórios.

Cunha (2000) descreve as formulações de Freud (1976) sobre as crianças, de acordo com as quais elas reproduzem em suas brincadeiras aquilo que na vida lhes causou ou causa profunda perturbação ou incômodo; brincando, elas se tornam senhoras da situação. Elas brincam para reproduzir algo que fizeram com elas. Por meio do brinquedo a criança tem a possibilidade de realizar o desejo predominante em sua faixa etária, por exemplo: fingir-se de grande para fazer algo que os adultos fazem. Na relação com o brinquedo é que a criança procura relação com o

real, recriando e reinventando conforme sua realidade. Conforme Cunha (2000), o brincar é a linguagem da criança e é por meio do brinquedo que a criança consegue dominar seus desejos e realidades. Tratando-se de um meio de comunicação, uma ponte que liga o mundo interno com o externo, realidade objetiva e sua fantasia. Klein colocou o brinquedo na luta contra a angústia, considerando que ao brincar a criança domina realidades dolorosas e controla seus medos instintivos, projetando-os para o exterior.

A forma como as crianças agem, brincam ou falam condiz com suas possibilidades maturativas, emocionais e cognitivas. O psicólogo, nesse sentido, agirá conforme a situação, podendo atuar no papel somente de observador ou realizar questionamentos, explicações e formulação de hipóteses. Poderá participar ativamente no jogo ou brincadeira caso haja essa solicitação por parte da criança. É indicado que, com crianças, seja trabalhado em uma sala condizente com jogos e brincadeiras, bem como próxima a banheiros ou cozinhas em razão das atividades propostas com tintas e outros materiais. A escolha pelos brinquedos utilizados acontecerá de acordo com o momento evolutivo, emocional e intelectual em que se encontra a criança (CUNHA, 2000).

3 A PSICOSSOMÁTICA NA INFÂNCIA – VITILIGO

Há muito tempo já se fala sobre os problemas afetivos e emocionais estarem diretamente ligados a diferentes patologias e causas de morte. De acordo com Baseggio (2012), a psicossomática estuda a mente, o corpo e a suas relações. Quando se sugere a hipótese de diagnósticos a pacientes psicossomáticos, um fator que deve ser observado com atenção é a estrutura de pensamento e o modo com que o sujeito lida com suas emoções, geralmente, algo muito difícil de ser verbalizado. Quando falamos em crianças, isso se torna algo mais complicado, pois a criança ainda está na fase de construção da habilidade de falar sobre seus sentimentos, assim, ela poderá tornar seu próprio corpo representante dessas emoções. Em casos em que a criança demonstra essa dificuldade com maior ênfase,

cabe ao terapeuta criar oportunidades para junto com o paciente desenvolver uma maneira de ela falar.

Baseggio (2012) ressalta que o corpo é um dos veículos utilizados pela criança como expressão de algum sofrimento. Ao se abordarem manifestações psicossomáticas em crianças algo importante a se considerar é o lugar dos pais nesse adoecimento do filho. Muitas vezes, o funcionamento familiar poderá contribuir significativamente ao aparecimento dos sintomas. Destaca-se a importância da relação entre mãe, pai e filho. Quando a criança convive em um ambiente doente, com modelos de comportamento doente, ela entenderá a dor a partir de suas experiências, refletindo em seus sintomas aquilo que presenciou em sua família.

O órgão mais sensível do nosso corpo, segundo Baseggio (2012), é a pele; é por meio dela que nos comunicamos. Conforme o autor, em nossa pele existe uma grande concentração de receptores sensoriais que absorvem os estímulos, como o frio e o calor. Ainda, a pele é considerada o maior órgão de percepção no momento em que a criança nasce, é o meio de contato para a transmissão de sensações e emoções. Atribuem-se os problemas de pele às relações de afeto empobrecidas, às crianças que não recebem o calor do toque, do carinho, não conseguindo internalizar a sensação, e o sistema nervoso responderá a isso na pele. A relação que existe entre o sistema nervoso e a pele torna mais sensíveis as emoções; o autor compara a pele a um espelho, refletindo o sujeito de maneira completa, o seu psicológico e fisiológico. Sua função é a de proteção, mas se deve pensar na pele como uma grande superfície de projeção.

Uma das doenças comuns em crianças que buscam pela psicoterapia, geralmente encaminhadas por médicos, clínicos gerais e dermatologistas, é o vitiligo. Conforme Correia e Borloti (2013), o vitiligo é uma doença caracterizada pela despigmentação da pele em forma de manchas de vários tamanhos. A doença pode se desenvolver em qualquer idade, em média em torno dos 20 anos, e sem maior prevalência entre homens e mulheres. Diversas teorias tentam explicar a verdadeira origem dessa doença; a maioria delas entende que fatores emocionais associados ao estresse es-

tão diretamente ligados ao seu desenvolvimento. Seu diagnóstico pode ser realizado por meio de exames clínicos e, se preciso, biópsia.

A forma de tratamento, de acordo com Correia e Borloti (2013), é estimular a produção de pigmento nas regiões da pele com lesões. Quando a doença atinge maior proporção, o tratamento é realizado de outra forma, destruindo os melanócitos sadios e despigmentando as regiões que não foram atingidas ainda.

Essa doença acaba gerando diversos prejuízos de ordem emocional e social ao indivíduo. Conforme Correia e Borloti (2013), o vitiligo possui um grande efeito psicológico. De acordo com Taborda, Weber e Freitas (2005 apud CORREIA; BORLOTI, 2013), o vitiligo prejudica a autoestima e pode desencadear isolamento e depressão. Ainda, esse quadro, quando instalado no indivíduo, prejudicará ainda mais seu sintoma tornando a doença de natureza crônica.

Quanto à origem da doença, estudos entendem que em fatores psicossociais o estresse é apontado como item principal. Além do estresse, as perdas e os problemas familiares também podem estar relacionados. Ainda segundo resultados de estudos, quando o paciente está em acompanhamento psicológico e está bem psíquica e emocionalmente os resultados do tratamento são mais eficazes (CORREIA; BORLOTI, 2013).

4 ABORDAGEM BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Urie Bronfenbrenner é o principal precursor do modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, tendo como ideia principal que o desenvolvimento acontece por meio de processos de interação entre o homem e o contexto em que está inserido. Porém, revisões e ampliações foram aplicadas em sua Teoria, permitindo identificar dois momentos em sua obra, o primeiro deles, o Modelo Ecológico do Desenvolvimento Humano, configurado pela concepção tradicional, no qual os processos psicológicos se destacavam como mais individualistas, e o segundo, o

Modelo Bioecológico, no qual os processos eram entendidos como propriedade dos sistemas.

O ambiente tem seu papel no modelo ecológico, considerando-se fundamental o contexto em que a pessoa está inserida. Urie Bronfenbrenner passou a entender que a compreensão do desenvolvimento deveria ser ampliada, passando a considerar quatro aspectos, que estão inter-relacionados, são eles: processo, pessoa, contexto e tempo, nomeado PPCT. (BRONFENBRENNER, 1999; BRONFENBRENNER; EVANS, 2000; POLÔNIA et al., 2005; PRATI et al., 2008). A seguir, uma breve explicação de cada processo.

O Processo: Bronfenbrenner (2005) acredita que o desenvolvimento humano ocorre por meio dos processos de interações entre o indivíduo, o ambiente em que está inserido e o momento de vida em que está. Para que essa interação seja efetiva, ela deve ocorrer em uma base regular e sustentável.

A Pessoa: considerado um ser biológico e psicológico que se relaciona constantemente com seu contexto. Um ponto importante nesse aspecto é a hereditariedade, considerada um elemento importante, possível de influência por condições e processos ambientais. O temperamento e personalidade do indivíduo estão presentes na interação do indivíduo com o ambiente. Essas características dos indivíduos resultam em diferenças na força e duração dos processos e na trajetória do desenvolvimento do indivíduo (NARVAZ; KOLLER, 2004).

O contexto: é o sistema ecológico em que a pessoa se encontra e em que seu crescimento ocorre. Dividindo em estruturas interconectadas, sendo elas o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema (BRONFENBRENNER, 2005) O *microsistema* está relacionado às atividades e relações interpessoais vivenciadas em um ambiente físico, que poderão engajar algumas situações diretas ao desenvolvimento da criança. Refere-se ao ambiente mais imediato em que a pessoa está e vivencia, como, por exemplo, a família ou a escola (BRONFENBRENNER, 1994, 1996). O *mesossistema* pode atingir a relação entre dois ou mais ambientes, como, por exemplo, a associação entre a casa e a escola. Já o *exossistema* se refere às interações

entre dois ou mais ambientes, visto que estes não estão diretamente relacionados às vivências do sujeito em desenvolvimento, ou seja, a atuação e a forma como os acontecimentos afetarão o indivíduo ocorre de forma indireta, por exemplo, o local de trabalho dos pais da criança (BRONFENBRENNER, 1994; 1996). O *macrossistema* alcança todos os outros sistemas incluídos dentro de uma cultura, crença e/ou estilos de vida. (BRONFENBRENNER, 1994). Dessa forma, a maneira como os pais foram educados terá influência no modo de criação dos filhos (WENDT, 2006).

O *tempo*: cronossistema, como também é chamado, entende as mudanças correspondentes ao tempo na pessoa e no local em que ela vive, viabilizando uma análise das influências disso no desenvolvimento ao longo do ciclo de vida (NARVAZ; KOLLER, 2004). É um elemento considerado relevante para a análise do desenvolvimento. Ele é dividido em microtempo, caracterizado pelas pequenas continuidades e interrupções dos eventos cotidianos, em mesotempo, baseado na frequência em que as situações proximais ocorrem visando que o desenvolvimento ocorra por meio dos efeitos cumulativos desses processos, e em macrotempo, mais abrangente, que engloba as mudanças que ocorrem na sociedade e que estão diretamente ligadas ao desenvolvimento do ser humano (NARVAZ; KOLLER, 2004).

Em seus estudos, Bronfenbrenner sempre destaca a importância das evoluções teóricas, considerando que o estudo deve ser realizado não apenas em laboratórios longe do contexto natural em que as pessoas vivem e interagem, reconhecendo a importância da pessoa no processo de desenvolvimento dentro da grande diversidade de contextos que ela interage nos diferentes períodos de tempo.

Bronfenbrenner (2011) aponta dois princípios relacionados ao envolvimento dos pais para que a criança se desenvolva da melhor maneira. Em seus estudos encontrou respostas que considerou óbvias, porém, quando pensadas em nosso mundo de hoje podem causar sérias preocupações. São duas formulações que se conectam, a primeira retrata a importância do envolvimento irracional de apoio que envolve um ou mais adultos no cuidado e nas atividades realizadas com a criança.

O segundo é o envolvimento do adulto nas atividades com as crianças, proporcionando a ela recursos, incentivos e uma estabilidade, em outras palavras, atender e ter tempo para a criança, que demanda cuidados e precisa de atenção.

A família é o coração, a peça fundamental quando se pensa no desenvolvimento de uma criança. Bronfenbrenner (2011) considera que a possibilidade de uma criança se tornar um adulto saudável dependerá, essencialmente, das pessoas que a ela dedicaram tempo, amor, carinho e interesse e estavam realmente engajadas em sua vida. Ainda, entende que é a família que determina a capacidade funcional efetiva da criança, e a forma como ela experiencia os momentos nos diferentes contextos de sua vida provém da família na qual está inserida. Esse ciclo compreende desde o primeiro dia de vida até o seu fim.

5 MÉTODO

Para a realização desta pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa e descritiva de um estudo de caso clínico atendido no Serviço de Atendimento Psicológico (SAP) da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Ao iniciar o atendimento, quando realizada a anamnese com os pais da criança, eles assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, no qual consta que, ao aceitar o atendimento nesse local, estariam dispostos a participar de possíveis estudos e pesquisas.

A escolha por essa investigação foi seletiva, em razão de ser um assunto que demanda maiores estudos. A coleta dos dados ocorreu durante o período de atendimento clínico no SAP e por meio de anotações e evoluções realizadas.

Todo o processo de pesquisa foi desenvolvido observando-se os cuidados éticos exigidos para uma pesquisa com seres humanos, atendendo às Resoluções n. 196 e n. 251 do Ministério da Saúde.

6 CASO CLÍNICO

No intuito de melhor explicar o assunto, é apresentado o caso de D., um menino de seis anos de idade encaminhado por seus pais, por sugestão da escola e de seu médico dermatologista. O encaminhamento ocorreu em razão de algumas manchas que o garoto tem em seu corpo, diagnosticadas como vitiligo. Já fazia algum tempo que essas manchas haviam surgido, e o tratamento médico não estava alcançando bons resultados; assim, o médico dermatologista sugeriu que a família procurasse atendimento psicológico.

7 RELATO E DISCUSSÃO DO CASO

D. é filho único; sua mãe F. tem 24 anos e seu padrasto R., 25 anos. O pai biológico da criança foi embora quando ele tinha dois anos de idade e não procurou mais pelos dois. Alguns meses depois disso, a mãe de D. conheceu uma outra pessoa que assumiu o papel paterno na família.

Durante o primeiro contato com os pais da criança foi possível identificar e ter a impressão de que se mostravam interessados e comprometidos com o atendimento, estavam preocupados com a doença do filho, preocupados se era algo que estavam fazendo errado em sua criação. Em seus relatos, verificou-se que consideram seu filho uma criança muito querida e obediente. Nunca tiveram nenhuma queixa dele, porém se preocupam com a doença vitiligo. Durante a anamnese, os dois compartilhavam as respostas, um complementava o que o outro dizia.

No período de gestação, a mãe relatou ter vivenciado muitos conflitos com seu ex-marido: eram brigas e discussões; ela chorou muito e chegou até a prestar queixa na delegacia. No pós-parto a mãe teve auxílio de sua família biológica, o pai biológico de D. teve muito pouco contato com a família desde então. Nessa fala, seu parceiro, padrasto de D., não se pronunciou.

Conforme a mãe, D. nunca os questionou a respeito dessa situação paterna; a mãe relata que já tentou conversar com ele sobre isso, mas

D. parece não querer informações a respeito. Sua mãe teme magoá-lo, então, prefere que ele demonstre curiosidade sobre esse assunto. Mas a mãe esclarece que ele tem consciência desse fato. O padrasto assumiu o papel paterno da criança, os dois nunca conversaram sobre a sua história. Seu padrasto é bem presente na vida de D., os dois realizam atividades, como jogar bola, assistir futebol, passear, entre outras.

Em relação ao seu desenvolvimento, ocorreu tudo dentro do esperado, somente uma pequena dificuldade na fala. A entrada na escola também foi muito tranquila, D. nunca teve dificuldades na aprendizagem nem em seus relacionamentos interpessoais. Mantém um bom relacionamento com seus professores e colegas. D. percebe algumas atitudes negativas de seus colegas, como, por exemplo, deixar cair o material do colega ou não dividir o lanche, mas não tem iniciativa de verbalizar isso na escola.

Seus hábitos alimentares são normais, apenas não come alguns alimentos específicos. Seus pais trabalham em um salão de beleza, D. sempre os acompanha e almoça no salão, assiste televisão e brinca com seu *tablet*. Ele relata não se importar em ficar nesse ambiente, disse que gosta porque lá tem acesso à Internet. Em vários momentos D. fala de sua avó, mãe de seu padrasto, de acordo com ele, seus pais dormem quase todas as noites lá, relata como sendo um lugar distante de sua casa. A outra avó, materna, ele diz que quase nunca vê, pois ela mora em um lugar muito distante.

Outro aspecto importante relatado pela criança é em relação a uma tia. D. fala muitas vezes sobre ela, demonstra ter um grande carinho por essa pessoa. Relatou que ele e sua mãe ficaram na casa dessa tia quando a mãe se separou de seu pai. Então, ela conheceu o pai R., e eles foram residir em outro local. Segundo ele, está tia mora muito longe de sua cidade e somente vem no Natal, inclusive, prometeu a ele trazer uma bola de futebol.

D. treina futsal, seu pai o leva toda a semana para o treino, ele parece gostar, conta que seus colegas, às vezes, chamam sua atenção quando perde uma bola, ou quando faz algo errado, ele diz ficar triste,

mas depois passa. Contou sobre os campeonatos que competiu e que conquistou uma medalha de primeiro lugar. D., também, possui uma amiga; ela não estuda na sua classe, mas, frequentemente, visita sua casa para brincarem juntos. Na escola ele se considera amigo de todos.

Foram realizadas diversas atividades lúdicas com D. nas sessões. Ele gostava muito de desenhos e pinturas. Jogamos diversos jogos, como o cara a cara, jogo de baralho UNO, montamos quebra-cabeças, jogos da memória, entre outros. D., em todas atividades, reagia de maneira cooperativa, envolvia-se no jogo, respeitava as regras e não ficou nervoso ao perder as partidas. Algumas vezes podia escolher a atividade que gostaria de realizar, mas insistia para não escolher.

Durante duas sessões realizou-se com o paciente a atividade do baralho dos comportamentos; no início, foi possível perceber certa angústia por parte do paciente, na primeira carta que exigia dele uma resposta subjetiva em relação ao que faria em determinada situação, D. diz não saber responder, ao ser instigado a pensar um pouco mais, depois de alguns minutos conseguiu dar uma resposta.

Ao todo, foram realizados 17 atendimentos, dois encontros com os pais sendo um para a anamnese e outro para uma devolução, com D foram no total de 15 encontros. As sessões eram realizadas uma vez por semana e tinham duração de 50 minutos. Durante os atendimentos, foi possível verificar que seus comportamentos estavam dentro do esperado; ele responde a todos os estímulos e é bem receptivo às atividades propostas. Inicialmente, D., demonstrava pequeno desconforto e/ou timidez, mas ao longo das sessões começou a se sentir mais à vontade. Nos últimos dois encontros D. demonstrou querer continuar vindo para os atendimentos, mas entendeu que não seria necessário.

Por meio de seu histórico familiar é possível identificar a importância dos papéis materno e paterno no desenvolvimento dessa criança. Questões ainda não resolvidas podem estar presentes na vida de D. e questões ainda um pouco confusas, talvez. À família cabe proporcionar a essa criança um ambiente de estímulos, pois se nota certa dificuldade em expor o que sente, suas emoções, angústias ou anseios. Bronfenbrenner

(2011) compreende a família e sua vulnerabilidade, considerando que a capacidade efetiva de uma família depende, também, do apoio do outro, ou seja, dos contextos em que essa família está inserida, entre eles o trabalho, fator social ou mesmo ambiental.

De acordo com Mondardo e Valentina (1998), a chave principal para educar e proporcionar à criança condições adequadas para seu desenvolvimento está nos cuidados prestados pelos pais. Pois a família tem seu papel estruturador na vida da criança; é sua obrigação suprir as suas necessidades básicas, como abrigo, alimentação e proteção, proporcionando-se um ambiente para que possa desenvolver suas capacidades físicas, mentais e sociais.

8 CONCLUSÃO

A partir desse estágio e do estudo realizado nele, foi possível entender a magnitude de aspectos que estão relacionados às emoções dos sujeitos. Nesse caso, falamos de crianças, às quais a atenção deve ser maior ainda, visto que a criança tem mais dificuldade de expor o que está sentindo, e muitos pais não entendem a língua na qual o seu filho se comunica.

A psicossomatização, consiste na grande dificuldade da criança de resolver os seus conflitos internos, demonstrando-os por meio do corpo. O sintoma se manifesta de diversas formas, mas a manifestação na pele é uma das mais frequentes. A pele é o órgão mais sensível do ser humano e onde mais facilmente se identifica o aparecimento dos sintomas.

Pacientes com somatizações, na maior parte das vezes, procuram a psicoterapia por encaminhamentos de outras especialidades. Após eliminar as causas orgânicas, os profissionais investigam os fatores emocionais do paciente, pois podem causar as mais variadas patologias.

Neste estudo foi possível identificar a importância da família no trabalho realizado com o paciente. Ao se trabalhar com crianças é imprescindível que os pais estejam engajados em um mesmo objetivo. Muitas vezes, os pais sozinhos não conseguem observar aspectos determinantes

envolvidos nas queixas dos filhos, e cabe ao profissional dar as pistas a eles.

Contudo, por mais trabalhoso que lidar com crianças possa ser para pais, demais membros da família, professores e outros profissionais envolvidos, é muito gratificante ver que foi feita alguma diferença na vida dessa família, e, de uma forma ou de outra, isso proporcionará uma melhor qualidade de vida a todos. Ainda, vale ressaltar que uma criança saudável será um adulto saudável.

REFERÊNCIAS

BASEGGIO, D. B. **Psicossomática na Infância**: Uma abordagem psicodinâmica. 2012. Disponível em: <file:///d:/users/la%c3%ads/downloads/dialnet-psicossomaticanainfancia-5154976.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

BRONFENBRENNER, U. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORDIOLLI, A. V. **Psicoterapias**: abordagens atuais. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

CORREIA, K. M. L.; BORLOTI, E. Convivendo com o vitiligo: uma análise descritiva da realidade vivida pelos portadores. **Acta Comport**, Guadalajara, v. 1, 2013. Acesso em: 02 nov. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0188-81452013000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 nov. 2015.

CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico – V**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS. **DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MONDARDO, A. H.; VALENTINA, D. D. **Psicoterapia infantil:** ilustrando a importância do vínculo materno para o desenvolvimento da criança. Porto Alegre: [S.n.], 1998. Acesso em: 23 out. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300018>. Acesso em: 18 nov. 2015.

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky:** a relevância do social. 5. ed. São Paulo: [S.n.], 2001.

ROCHA, S. R.; VILLWOCK, C. A. da S. **A importância da entrevista inicial com os pais na psicologia infantil.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)–Universidade Luterana do Brasil, Guaíba, 2011. Disponível em: <<http://guaiba.ulbra.br/seminario/eventos/2011/artigos/psicologia/767pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

ATITUDES HOSTIS DE ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: JOVENS TRABALHADORES COMO ALVOS DESSA VIOLÊNCIA

Edson Pilger Dias Sbeghen*
Edelvais Keller**

Resumo

A literatura científica mundial, nos últimos 25 anos, revelou um aumento significativo de estudos sobre a violência no trabalho, em especial sobre o assédio moral, que é um mal decorrente de relações perversas no trabalho que causam constrangimento psicológico ou físico às pessoas. Os objetivos neste estudo foram compreender o assédio moral no ambiente de trabalho, verificar se atitudes hostis de assédio moral no trabalho ocorrem a jovens trabalhadores como alvos dessa violência e, em caso afirmativo, verificar como estes reagem, verificar a percepção de jovens trabalhadores sobre as consequências do fenômeno e qual é o seu grau de informação sobre seus direitos trabalhistas relacionados a ele. Os dados foram coletados em entrevistas e interpretados pela análise de conteúdo e Psicodinâmica do Trabalho. Participaram 16 trabalhadores dos gêneros masculino e feminino, com idades entre 18 e 28 anos, a maioria com escolaridade superior incompleta, trabalhando em empresas e cargos diversos. 37,5% dos entrevistados relataram ter vivenciado atitudes hostis associadas ao trabalho e apresentaram as reações: manter-se mais tempo no emprego porque precisavam dele ou deixar o emprego. Na maioria desses casos a agressão partiu do superior imediato. Constatou-se a necessidade de mais pesquisas empíricas com outras populações de jovens trabalhadores brasileiros referentes ao tema.

Palavras-chave: Assédio moral no trabalho. Jovens trabalhadores. Psicodinâmica do Trabalho.

* Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá; MBA em Gestão com Pessoas pelo Centro Universitário de Maringá; edson.dias@unoesc.edu.br

** Doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Coordenadora do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora; edelvais.keller@ufjf.edu.br

1 ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Neste estudo abordam-se referentes ao assédio moral no ambiente de trabalho – que tem aumentado no contexto das organizações trabalhistas, em vários países do mundo, nos últimos anos – e à percepção de jovens trabalhadores sobre o fenômeno. O tema *assédio moral no trabalho* faz parte de estudos voltados a um tipo de violência psicológica que ocorre no ambiente do trabalho e se caracteriza por um ato de agressão ou humilhação a um trabalhador, de forma sutil, premeditada pelo agressor, com intenção de deteriorar aos poucos a sua saúde mental e com o objetivo de destruir, moral e emocionalmente, a outra pessoa, a ponto de fazê-la desistir do cargo ou mesmo pedir a demissão.

Na literatura sobre o tema, encontram-se os seguintes termos estrangeiros para se referir ao fenômeno: *mobbing* e *bullying at work*. Conforme Guimarães e Rimoli (2006) e Bernal (2010), o termo *mobbing* foi tomado da Etologia e se refere a um ataque coletivo de animais direcionado a um alvo considerado perigoso ou animal predador. Segundo Guimarães e Rimoli (2006), Bernal (2010) e Soboll (2008), em 1972, o médico sueco Peter Paul Heinemann toma de empréstimo o termo *mobbing* para descrever um comportamento destrutivo de um grupo de crianças a um colega de escola. O psicólogo alemão radicado na Suécia Heinz Leymann, considerado pioneiro nos estudos sobre o tema nos anos 1980 e 1990 em 1993, utilizou os termos em inglês *mobbing* e *psicoterror* para designar o fenômeno, inaugurando um novo campo de investigação, e legou o primeiro instrumento de pesquisa, chamado *Leymann Inventory of Psychological Terrorisation (LIPT)*. Einarsen et al. (2003), seguidores de Leymann, definem o *mobbing* como ações e práticas repetidas, dirigidas a um ou mais trabalhadores de forma deliberada ou inconsciente, as quais são indesejadas pela pessoa assediada e causam humilhação, ofensa e angústia, além de poderem interferir em seu desempenho e/ou tornarem desagradável o ambiente de trabalho. Esses autores afirmam que quando as práticas organizacionais atingem o coletivo de trabalhadores o assédio pode ser também organizacional, direcionado a todo o grupo de trabalhadores ou

a alvos determinados, podendo atingir muitos trabalhadores simultaneamente. Conforme Enairsen et al. (2003), Araújo (2009) e Schatzmam et al. (2009), o assédio moral no trabalho pode ter um caráter individual ou coletivo, manifestando-se predominantemente em dois tipos distintos, embora não excludentes: assédio moral interpessoal e assédio moral organizacional. Para Soboll (2008), o medo, a submissão e o controle dos questionamentos e do confronto das regras se instala como efeito no coletivo dos trabalhadores, mesmo nos casos em que a agressão é direcionada apenas para um ou dois trabalhadores.

A partir de 1998, na França, Marie-France Hirigoyen vem contribuindo fortemente para a compreensão e divulgação do fenômeno com sua publicações.

Por assédio moral em um local de trabalho, temos que entender toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por meio de comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho. (HIRIGOYEN, 2009, p. 65).

Pesquisadores brasileiros aprofundam esse conceito propondo que

[...] o assédio moral é uma conduta abusiva, intencional, frequente e repetida, que ocorre no ambiente de trabalho e que visa diminuir, humilhar, vexar, constranger, desqualificar e demolir psiquicamente um indivíduo ou um grupo, degradando as suas condições de trabalho, atingindo a sua dignidade e colocando em risco a sua integridade pessoal e profissional. (FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2008, p. 37).

Schatzmam et al. (2009, p. 17) consideram o assédio moral como coincidente com os termos *bullying*, *mobbing* e *harassment moral*, terminologias que refletem diferenças de nacionalidade e de perspectiva cultural por parte dos diferentes pesquisadores. Soboll (2008) explica que Hirigoyen sugere o termo *assédio moral*, pois o termo *assédio* representa melhor os pequenos ataques ocultos e insidiosos tanto da parte de um indivíduo quanto de um grupo contra uma ou mais pessoas, e a pala-

vra *moral* foi empregada por Hirigoyen mediante duas acepções: sinaliza agressões de natureza psicológica e implica as noções maldefinidas culturalmente. No presente estudo, adotamos o termo assédio moral no trabalho, sendo o mais utilizado por pesquisadores brasileiros.

No Brasil, uma das primeiras pesquisadoras sobre o tema foi a médica do trabalho Margarida Barreto, cuja dissertação de Mestrado em Psicologia Social defendida em 2000 intitula-se *Uma jornada de humilhações*. É ela quem adverte que: “Os trabalhadores e trabalhadoras vivem uma jornada de sacrifícios e mortificações, sempre lhes sendo exigido que se identifiquem com a produção. [...] Suas necessidades mais simples são interditas, desrespeitadas, e aos poucos perdem o valor e a saúde.” (BARRETO, 2003, p. 142).

Hirigoyen (2009) e Dejours (2007) acreditam que o assédio moral é uma patologia da solidão. “Atacam-se, de preferência, os trabalhadores isolados e, quanto aos que têm aliados, dá-se um jeito de privá-los da solidariedade. Quando há alianças, é necessário também que sejam as convenientes.” (HIRIGOYEN, 2009, p. 223).

1.1 CONSEQUÊNCIAS DO ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO

Diversos autores, como Barreto (2000), Heloani (2004), Hirigoyen (2009) e Bernal (2010) argumentam que a prática do assédio moral no trabalho pode gerar implicações graves aos assediados em dimensões diferentes: física, psicológica, profissional, familiar e afetiva, podendo provocar diversos problemas de saúde, em especial, os de natureza psicossomática, que reduzem sua capacidade de concentração, induzem-no ao erro e colocam em risco tanto o seu emprego quanto a sua vida. Pesquisas europeias e brasileiras apresentam como efeitos: afastamento do trabalho, perda do emprego, sentimento de nulidade e de injustiça, descrença e apatia, uso abusivo de drogas e álcool e problemas relacionados à depressão e às tentativas de suicídio.

As práticas de assédio moral, que, vistas de fora, parecem insignificantes, têm um efeito devastador sobre a saúde física e psíquica

das pessoas assediadas. Portanto, todos podemos suportar uma limitada dose de hostilidade, salvo se esta for permanente ou repentina ou se estivermos colocados em uma posição que nos impeça de replicar ou nos justificar (HIRIGOYEN, 2009, p. 118-119).

Segundo Freitas (2007), no âmbito individual, a vida psicossocial do sujeito é acometida, bem como se são atingidas sua personalidade, identidade e autoestima. Freitas, Heloani e Barreto (2008) afirmam que a pessoa assediada pode chegar à reprodução da violência em outros espaços sociais; o mais aterrador é que o sofrimento que lhe é imposto e não explicado ou compreendido pode ser causa de ideação suicida e da vontade de morrer.

Os objetivos neste estudo são: compreender o assédio moral no ambiente de trabalho, verificar se atitudes hostis de assédio moral no trabalho ocorrem a jovens trabalhadores como alvos dessa violência, em caso afirmativo, verificar como estes reagem e verificar a percepção de jovens trabalhadores sobre as consequências do fenômeno e qual é o seu grau de informação sobre seus direitos trabalhistas relacionados a ele.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

Os sujeitos participantes desta pesquisa pertenciam a um grupo de jovens de uma comunidade religiosa em uma cidade do Estado do Paraná, Brasil. O padre responsável pela paróquia autorizou a realização da pesquisa. O projeto de pesquisa fez parte de um Programa de Iniciação Científica de uma instituição de ensino superior privada da mesma cidade à qual os pesquisadores estavam vinculados e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da instituição. A coleta de dados foi dividida em duas etapas: na primeira, os pesquisadores visitaram o grupo de jovens, proferiram uma breve palestra para cerca de 80 pessoas explicando o projeto de pesquisa e convidaram os presentes a participarem voluntariamente do estudo. Os critérios de inclusão foram: ser integrante do grupo de jovens há pelo menos um ano ter idade entre 18 e 28 anos, trabalhar há pelo menos três anos, independente da área de atu-

ação, escolaridade, profissão, cargo ou tipo de organização empregadora. Vinte interessados preencheram seus dados em uma ficha de inscrição fornecida pelos pesquisadores. Na segunda etapa, após o agendamento por contato telefônico, os pesquisadores realizaram entrevistas individuais nas dependências da entidade religiosa em local privado e adequado. Dezesesseis pessoas participaram do estudo, depois de esclarecidas sobre este e de terem assinado o Termo de Consentimento de Livre e Esclarecido. Os dados foram coletados por meio de anotações dos próprios pesquisadores, com base em um roteiro de entrevista semiestruturada, contendo 12 perguntas de caráter subjetivo. Os dados qualitativos foram analisados com base em Mendes (2007), por meio de técnica adaptada a partir da análise de conteúdo categorial desenvolvida por Bardin (2008) e, também, com base em aspectos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho.

3 ANÁLISE DOS DADOS

O levantamento de dados deste estudo refere-se a uma amostra de 16 participantes de 18 a 28 anos, sendo a média de idade de 23 anos e 7 meses. Nove (56,25%) dos sujeitos eram do sexo masculino. Quanto à etnia, 15 eram brancos e um era negro. No que se refere ao grau de escolaridade, sete (43,75%) tinham o ensino superior incompleto; seis (37,5%), o ensino médio completo, e dois (12,75%), o ensino superior completo. Doze (75%) eram solteiros, e quatro (25%), casados. Oito (50%) entrevistados tinham uma renda familiar mensal baixa, entre 2 e 4 salários mínimos; seis (37,5%), na faixa de 5 a 7 salários mínimos, e dois (12,25%) tinham uma renda familiar entre 7 e 10 salários mínimos. Dez (62,5%) participantes declararam que moravam em residência própria, quatro (25%), em residência alugada, e dois (12,5%), em moradia financiada.

Os entrevistados eram ocupantes de cargos de nível inicial e médio na hierarquia das organizações em que trabalhavam. Em ordem decrescente, considerando-se o nível hierárquico e a quantidade, os trabalhadores ocupavam os seguintes cargos: 2 professores; 1 assistente de Comércio Exterior; 1 estagiário de Contabilidade; 2 técnicos de informática;

1 analista de cobrança; 4 vendedores (internos); 1 auxiliar de Recursos Humanos; 1 auxiliar de Departamento Pessoal; 1 auxiliar de Produção; 1 programador de máquina de bordar; e 1 secretária do lar (empregada doméstica). Nenhum dos sujeitos participantes desta pesquisa ocupava cargo de chefia. A natureza das organizações às quais pertenciam os participantes do estudo era na maioria comercial, seguida de prestação de serviços (entre estas, duas instituições de ensino), duas indústrias e uma empregadora particular de uma empregada doméstica.

3.1 ANÁLISE DE NÚCLEOS DE SENTIDO

A análise qualitativa deste estudo baseou-se na análise do conteúdo proposta por Mendes (2007), adaptada da obra de 1977 de Bardin, *Análise de Conteúdo* (2008), e em aspectos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho. A Análise dos Núcleos de Sentido (ANS), segundo Mendes (2007, p. 72), “[...] consiste no desmembramento do texto em unidades, em núcleos de sentido formados a partir da investigação dos temas psicológicos sobressalentes do discurso” e tem por finalidade agrupar o conteúdo latente e manifesto do texto, com base em termos constitutivos de um núcleo de sentido, dando maior suporte às interpretações.

As falas dos entrevistados foram transcritas, e, posteriormente, foram selecionados determinados recortes extraídos delas, considerados relevantes e na direção dos objetivos neste estudo. Elencaram-se três núcleos de sentido que foram analisados, interpretados e discutidos com base na literatura:

- a) primeiro núcleo de sentido: abrange o contexto do trabalho, representado nas dimensões da organização do trabalho, nas condições e relações socioprofissionais de trabalho. “Uma colega de trabalho fez uma coisa errada, e ele despediu ela na frente dos outros funcionários [...]”
- b) segundo núcleo de sentido: relacionado aos sentimentos no trabalho, ou seja, à compreensão das vivências de sofrimen-

to ou de prazer em relação ao trabalho. “[...] eu tinha tanto medo que cometia erros por falta de atenção [...]” e “O relacionamento no trabalho é bom, com diálogos abertos [...]”

- c) terceiro núcleo de sentido: constatam-se aí os modos de enfrentamento da organização do Trabalho, com a verificação dos tipos de estratégias de mediação utilizadas pelos trabalhadores para enfrentar/superar/transformar o sofrimento. “Eu nem esquentava [...] Entrava por um ouvido e saía pelo outro.” (informações verbais).

Apresentam-se a seguir recortes de falas dos participantes relacionados ao primeiro núcleo de sentido:

[...] Meu chefe sempre gritava com os funcionários: Olha o que você fez! Vocês não aprendem, eu já disse mil vezes e continuam fazendo errado!” As meninas [...] diziam assim: – Vai se acostumando porque é sempre assim. [...] Uma colega de trabalho fez uma coisa errada, e ele despediu ela na frente dos outros funcionários [...]” (Participante 9, 25 anos, auxiliar de produção, SF) (informação verbal).

Percebe-se nessa fala que a entrevistada revela um contexto de trabalho permeado de relações socioprofissionais difíceis em relação à figura da chefia, no qual os trabalhadores viviam sob constante ameaça de demissão e, mesmo sendo tratados dessa forma, permaneciam no emprego.

Freitas, Heloani e Barreto (2008) explicam que os assediados apresentam resistência em sair do emprego, em razão da necessidade de mantê-lo como meio de sobrevivência para si mesmos e para sua família.

[...] Minha chefe me chamou de burra, gritando comigo na frente dos outros funcionários. [...] Em outro dia ela disse: “Nem para isso você serve, é muito burra mesmo.” E gritou comigo. (Participante 7, 22 anos, vendedora, SF).

[...] Outra vez na frente dos outros ele gritou comigo e disse: “Olha a cagada que você fez!” [...]. (Participante 9, 25 anos, auxiliar de produção, SF) (informações verbais).

Nesses discursos, percebe-se um contexto de trabalho depreciativo da condição humana por parte de chefias que se utilizam de um

tratamento ofensivo aos trabalhadores, causando profundos constrangimentos e humilhações em público.

[...] ele me chamou na sala dele. Ele me botou sentada na cadeira dele no escritório. Ele colocou a mão em mim, [...] falou um monte de coisas, que eu não aprendia, que eu era burra, que iria acontecer comigo igual aconteceu com a garota que foi despedida. Depois desse dia eu nunca mais voltei na empresa, nem para fazer o meu acerto. (Participante 9, 25 anos, auxiliar de produção, SF) (informação verbal).

Essa entrevistada revela uma situação de mal-estar moral acrescida de assédio sexual com toque, embora não agressivo, mas que foi suficiente para a fazer abandonar o emprego. O assediador, geralmente, escolhe uma situação na qual o assediado esteja sozinho, pois, dessa forma, este fica sem reação e, via de regra, não se defende das acusações ou atentados perturbadores.

“[...] Eu estava saindo da loja com um envelope pessoal, e meu patrão me questionou na frente dos outros funcionários sobre o que tinha dentro [...] Sempre faziam brincadeirinhas comigo devido ao fato de eu ser negro”. (Participante 16, 25 anos, vendedor, SM) (informação verbal). Percebe-se, aqui, uma desconfiança do empregador ao atentar contra o grau de honestidade do trabalhador, chamando a sua atenção em público. O entrevistado demonstrou ser sofrendor de agressões verbais do patrão e de chacotas dos seus colegas por preconceito racial, os quais lhe dirigiam brincadeiras em relação à cor de sua pele.

“[...] Eu estava lavando um tapete e a minha patroa disse: ‘Cuidado com esse tapete para não estragar. Você nunca irá ganhar dinheiro para pagar um tapete desses’” (Participante 8, 27 anos, empregada doméstica, SF) (informação verbal). Na fala dessa entrevistada percebe-se a presença de preconceito social. A participante passou por uma situação que tem subentendida a intolerância quanto ao fato de ela ser pobre. Isso denota que a discriminação social, de forma velada, pode, também, compor o assédio moral no trabalho.

Para Hirigoyen (2009, p. 37-38), “[...] o assédio moral começa frequentemente pela recusa de uma diferença. Ele se manifesta por meio de

um comportamento no limite da discriminação.” Na opinião da autora, provavelmente, da discriminação chegou-se ao assédio moral, mais sutil e menos identificável, a fim de não correr o risco de se receber uma sanção.

O segundo núcleo de sentido, “[...] eu tinha tanto medo que cometia erros por falta de atenção” e “O relacionamento no trabalho é bom, com diálogos abertos” (informação verbal), reflete as vivências de sofrimento e de prazer no trabalho. Neste, em primeiro lugar, analisaremos as vivências de sofrimento no trabalho.

“[...] eu tinha tanto medo que cometia erros por falta de atenção. Ela chamava a atenção em público, várias vezes, o que fazia com que eu tivesse medo dela [...] Me sentia muito mal, mas precisava trabalhar, por ser meu primeiro emprego.” (Participante 13, 24 anos, auxiliar de departamento pessoal, SM) (informação verbal). Percebe-se nesse sujeito que o sentimento de medo revela vivências de sofrimento e desprazer no trabalho diante da periodicidade e da intencionalidade da ofensiva moral sobre a vítima. No entanto o trabalhador procurava suportar calado tais humilhações, porque no momento precisava do emprego, e por ser a sua primeira experiência de trabalho, provavelmente, não queria prejudicar sua imagem profissional.

Barreto (2000) esclarece que não surpreende que um grande número de pessoas se submeta a condições desumanas de trabalho, em que acabam por aceitar a humilhação e a indignidade como preço para manter um emprego ou, até mesmo, vivam alienadas atribuindo a si a culpa pelas humilhações.

Uma das formas de controle utilizadas por pessoas que ocupam cargos de chefia é a geração de medo por meio da ameaça de demissão. Conforme Hirigoyen (2009), o medo provoca na vítima comportamentos patológicos. Ela reage, na maior parte das vezes, de maneira veemente e confusa. O objetivo de tal manobra do perseguidor é levá-la a uma total confusão que a faça cometer erros. “O medo afeta a comunicação entre as pessoas e contribui para a uniformização do comportamento e para a submissão.” (SOBOLL, 2008, p. 59).

“[...] minha chefe gritou comigo e eu comecei a tremer de raiva [...] eu comecei a passar mal, mesmo assim ela continuou falando, saiu, e não me socorreu. Uma outra pessoa viu que eu estava mal e me levou para o hospital. Fiquei internada.” (Participante 7, 22 anos, vendedora, SF) (informação verbal). Nesse relato, percebe-se que a saúde da trabalhadora foi atingida e refletiu em um mal-estar súbito, ignorado pela chefia, sendo socorrida por uma pessoa externa que presenciou a cena. Mesmo diante do problema de saúde da participante 7, sua chefe não parou de a agredir verbalmente e nem a socorreu, porque provavelmente não se importava com o problema de saúde da subordinada.

O foco da maioria dos gestores na produtividade é tão intenso que estes desqualificam problemas de saúde, como se o trabalhador estivesse fazendo “corpo mole” para trabalhar. Conforme Dejours (2007), os gerentes, em sua maioria, não se apresentam como seres submissos, mas como colaboradores zelosos da organização e de sua gestão. Hirigoyen (2009) identifica na quarta categoria de atitudes hostis – violência verbal, física e sexual – o comportamento de “Não levar em conta seus problemas de saúde”, o que fez a chefia dessa participante do estudo.

Em segundo lugar, analisaram-se as vivências de prazer no trabalho. Entre os 16 entrevistados, cinco (31,5%) apresentaram falas reveladoras de bem-estar relacionado ao contexto do trabalho, pautado por respeito entre superiores, subordinados e colegas.

O relacionamento no trabalho é bom, com diálogos abertos para discutir falhas e melhorias no ambiente de trabalho. [...] tenho liberdade para conversar sempre que precisar, tanto com o superior como com os colegas. (Participante 3, 28 anos, assistente de comércio exterior, SM).

[...] sempre que preciso, tenho total liberdade para conversar tanto com os superiores quanto com os colegas [...] (Participante 2, técnico de informática, 28 anos, SM). (informações verbais).

Mendes (2011, p. 18) elucida que o prazer implica a satisfação das necessidades representadas intensamente pelo sujeito. O prazer no trabalho parece ser um dos elementos centrais para a saúde e a possibi-

lidade de ressignificar o sofrimento. Assim, o trabalho é lugar de prazer quando é possível aprender sobre um fazer específico, criar, inovar e desenvolver novas formas para a execução da tarefa, quando são oferecidas condições para interagir com os outros, de socialização e reforço de uma identidade pessoal e quando a organização do trabalho permite o estabelecimento de acordos que levem à transformação do sofrimento.

O terceiro Núcleo de Sentido: “Eu nem esquentava [...] Entrava por um ouvido e saía pelo outro.” “Mas tinha uns moleques que saíam da sala dela dando risadas e tinha duas meninas que saíam da sala dela chorando. [...] Eu nem ligava para ela.” (Participante 13, 24 anos, auxiliar de departamento pessoal, SM). (informação verbal).

Verifica-se que esse participante procura demonstrar que não dá importância à agressão verbal perpetrada pela sua chefia, talvez como estratégia de defesa ao negar a realidade para conseguir permanecer no emprego. Os seus colegas reagem de forma diferente: os do sexo masculino ficaram rindo (na verdade, também negaram a situação), e as do sexo feminino, chorando. Mendes (2003) esclarece que as estratégias defensivas são mecanismos de negação e racionalização da realidade de trabalho que faz sofrer. Caracterizam-se pela naturalização do sofrimento e das injustiças a que os trabalhadores padecem. A racionalização compõe justificativas socialmente valorizadas para explicar situações desconfortáveis, desagradáveis e dolorosas que propiciam risco e impõem ritmo acelerado e/ou exigem elevados índices de desempenho e produtividade. O espaço público de discussão é caracterizado pela fala coletiva do sofrimento. As estratégias defensivas são menos eficazes do que as de mobilização, porque não permitem transformação da realidade que faz sofrer, assegurando a saúde.

Para Dejours (1996), é graças à reconstituição de um espaço de palavra – a discussão coletiva – que pode emergir a inteligibilidade dos comportamentos e que surgem conhecimentos sobre o trabalho real – que, até então, estavam parcialmente ocultos pelo sofrimento – e as defesas contra o sofrimento. Tão logo é constituído, esse espaço de palavra modifica sensivelmente as condutas individuais e as relações. Heloani

(2011b, p. 167) acredita que é possível uma atividade de trabalho sem que a saúde seja prejudicada, desde que o trabalhador tenha um mínimo de controle sobre o seu trabalho ou, pelo menos, possa verbalizar seu incômodo utilizando-se do *espaço público de palavra*, na concepção dejouriana, isto é, disponha de lugares e momentos para se expressar e discutir melhorias com a reflexão coletiva de propostas. Tais espaços “[...] se constituiriam na grande metáfora que propicia a ação dialógica, que levaria a certo controle, por parte do trabalhador, da interface das condições objetivas e subjetivas do trabalho.” (HELOANI, 2011b). De acordo com Dejours e Gernet (2011), conjurar o medo e a solidão pela perpetuação da cooperação permite a renovação da capacidade de convívio e do “viver junto”. A confiança aparece, então, como um elo indispensável para pensar os impulsos da saúde mental no trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, procurou-se a compreensão geral do fenômeno assédio moral no trabalho por meio da verificação da ocorrência de atitudes hostis nesse ambiente, tendo como alvos jovens trabalhadores. Participaram do estudo 16 sujeitos, sendo a maioria do sexo masculino, entre 18 e 28 anos, que pertenciam a um grupo de jovens da Igreja Católica de uma cidade do Paraná e ocupavam cargos diversificados de baixo e médio escalão hierárquico em diversos tipos de organizações. Verificou-se a ocorrência de vivências de atitudes hostis de assédio moral associadas ao trabalho em 37,5% dos entrevistados. Tais atitudes podem ser consideradas episódios de assédio moral e não chegam a configurar processos de assédio moral, em razão da falta de intencionalidade, frequência e repetição, conforme os critérios de identificação do fenômeno pela literatura sobre o tema. Quase na totalidade desses casos a agressão foi perpetrada pelo superior imediato, e a maioria reagiu ao fenômeno procurando conviver com o problema para permanecer mais tempo no emprego, ou porque precisavam dele mesmo e/ou porque pretendiam manter uma boa imagem profissional por estarem em início de carreira. Duas pessoas dei-

xaram o emprego, uma delas, imediatamente. Aspectos de preconceitos racial e social foram identificados como elementos que estavam subentendidos nas investidas hostis sobre dois desses participantes. A maioria dos entrevistados da amostra geral relatou que percebe as consequências do assédio moral no espaço laboral como negativas, e as respostas dos entrevistados focaram em maior número de ocorrências, com foco nos indivíduos, seguidas pela percepção de consequências com foco para organização. A metade dos entrevistados relatou que buscava informações sobre seus direitos trabalhistas, porém 62,5% dos participantes relataram que nunca buscaram informações sobre direitos relacionados ao assédio moral no trabalho. 25% dos participantes do estudo relataram vivências de prazer no trabalho, tendo nesse âmbito, permissão para expressar opiniões, sugestões e sentimentos, tanto entre seus pares quanto em relação a seus superiores.

Para Hirigoyen (2009), uma situação de assédio moral não pode ser interpretada fora da história de cada um dos protagonistas, dos diferentes sistemas de pensamento que moldaram sua visão de mundo, mesmo que esses elementos pessoais devam ser inseridos em um contexto profissional que lhes dá sentido. “Para triunfar sobre a violência, é preciso substituí-la em seu contexto. Uma sociedade violenta e arrogante cria igualmente indivíduos violentos e arrogantes, e, para que ela mude, é preciso que cada indivíduo que a compõe repense seus valores e se esforce para mudar.” (HIRIGOYEN, 2009, p. 214).

Einarsen (2005) afirma que a questão do assédio moral no trabalho é um problema para todos os membros da comunidade de trabalho e uma questão fundamental da democracia e dos direitos humanos na sociedade moderna. Barreto (2011) acredita que falta refletir, decidir, resistir e agir de forma coletiva ao sofrimento alheio. O desafio é solidarizar ativamente com a dor do outro nesse mundo do trabalho cada vez mais inumano. Conforme Heloani (2011a), faz-se necessário o compromisso de todos da organização, e escutar a pessoa afetada é fundamental, pois humaniza e propicia um melhor entendimento do processo gerador do

sofrimento psíquico, permitindo superar a dor imposta pelas condições laborais.

A prevenção e o combate ao assédio moral no trabalho são questões de cidadania, de direitos humanos, e competem a todos nós que vivemos em sociedade. Sugere-se que novos estudos empíricos sejam realizados com populações de jovens trabalhadores brasileiros em amostras maiores que a aqui estudada, com um olhar mais profundo sobre as reações e repercussões do assédio moral no ambiente de trabalho, bem como atentando-se para as diferenças possíveis segundo o gênero. À medida que o tema for mais estudado empiricamente, tais resultados poderão contribuir para nortear ações de combate e tratamento dos efeitos nocivos desse fenômeno que, lamentavelmente, tem apresentado-se crescente nas organizações de trabalho contemporâneas.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Publication Manual of the American Psychological Association**. 6th ed. Washington, 2010.

ARAUJO, A. R. O assédio moral organizacional e medidas internas preventivas e repressivas. In: GOSDAL, T. C.; SOBOLL, L. A. (Org.). **Assédio moral interpessoal e organizacional: um enfoque interdisciplinar**. São Paulo: LTr, 2009. p. 55-70.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução L. A. Reto e A. Pinheiro. Coimbra: Edições 70; São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2008.

BARRETO, M. M. S. Reflexões sobre assédio moral, culpa e vergonha no meio ambiente do trabalho. In: GARCIA, I. S.; TOLFO, S. da R. (Org.). **Assédio moral no trabalho: culpa e vergonha pela humilhação social**. Curitiba: Juruá, 2011. p. 15-19.

BARRETO, M. M. S. **Uma jornada de humilhação**. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

BARRETO, M. M. S. **Violência, saúde e trabalho**: uma jornada de humilhações. São Paulo: EDUC, 2003.

BERNAL, A. O. **Psicologia do trabalho em um mundo globalizado**: como enfrentar o assédio psicológico e o estresse no trabalho. Tradução J. dos S. Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução A. I. Paraguay e L. L. Ferreira. 5. ed. ampl. São Paulo: Cortez; Oboré, 2007.

DEJOURS, C.; GERNET, I. Trabalho, subjetividade e confiança. In: SZNELWAR, L. I. (Org.). **Saúde dos bancários**. Tradução L. Ribas. São Paulo: Publisher Brasil; Gráfica Atitude, 2011. p. 33-43.

DEJOURS, C. Psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. In: MENDES, A. M.; LIMA, S. C. da C.; FACAS, E. P. (Org.). **Diálogos em psicodinâmica do trabalho**. Brasília, DF: Paralelo 14, 2007. p. 13-26.

DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J.-F. (Coord.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. Tradução A. M. Rodrigues. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. p. 149-173.

EINARSEN, S. et al. The concept of bullying at work: the European tradition. In: EINARSEN, S. et al. (Org.). **Bullying and emotional abuse in the workplace**: international perspectives in research and practice. London: Taylor & Francis, 2003.

EINARSEN, S. The nature, causes and consequences of bullying at work: The Norwegian experience. **Pistes**, v. 7, i. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.pistes.uqam.ca/v7n3/articles/v7n3a1en.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2012.

FREITAS, M. E. de. Quem paga a conta do assédio moral no trabalho? **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=205114655011>>. Acesso em: 25 fev. 2012.

FREITAS, M. E. de; HELOANI, J. R.; BARRETO, M. **O assédio moral no trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. (Coleção Debates em Administração).

GARCIA, I. S.; TOLFO, S. R. **Assédio moral no trabalho**: culpa e vergonha pela humilhação social. Curitiba: Juruá, 2011.

GUIMARÃES, L. A. M.; RIMOLI, A. O. “Mobbing” (assédio psicológico) no trabalho: uma síndrome psicossocial multidimensional. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 183-192, maio/ago. 2006.

HELOANI, J. R. **A dança da garrafa**: assédio moral nas organizações. 2011a. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/gv-executivo/vol10-num1-2011/danca-garrafa-assedio-moral-nas-organizacoes>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

HELOANI, J. R. Assédio moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. **RAE-eletrônica**, v. 3, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1915&Secao=PENSATA&Volume=3&Numero=1&Ano=2004>>. Acesso em: 25 fev. 2012.

HELOANI, J. R. Saúde mental no trabalho: algumas reflexões. In: MENDES, A. M. (Org.). **Trabalho & saúde**: o sujeito entre a emancipação e servidão. Curitiba: Juruá, 2011b. p. 153-183.

HIRIGOYEN, M.-F. **Assédio moral**: a violência perversa no cotidiano. Tradução Maria H. Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.

HIRIGOYEN, M.-F. **Mal-estar no trabalho**: redefinindo o assédio moral. Tradução R. Janowitz. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

LEYMANN, H. **Pérsecusion au travail**. Paris: Seuil, 1993.

LEYMANN, H. The content and development of mobbing a work. **European journal of work and organizational psychology**, v. 15, n. 2, p. 165-184, 1996.

MENDES, A. M. Assédio moral e sofrimento no trabalho. **POL – Psicologia On-line**, 2003. Disponível em:
<<http://pol.org.br/publicacoes/materia.cfm?Id=15&Materia=42>>.
Acesso em: 25 fev. 2012.

MENDES, A. M. (Org.), Prazer, reconhecimento e transformação do sofrimento no trabalho. In: MENDES, A. M. (Org.). **Trabalho & saúde**: o sujeito entre a emancipação e servidão. Curitiba: Juruá, 2011. p. 13-25.

MENDES, A. M. Pesquisa em psicodinâmica: a clínica do trabalho. In: MENDES, A. M. (Org.). **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 61-83.

SCHATZMAN, M. et al. Aspectos definidores do assédio moral. In: GOSDAL, T. C.; SOBOLL, L. A. (Org.). **Assédio moral interpessoal e organizacional**: um enfoque interdisciplinar. São Paulo: LTr, 2009. p. 17-32.

SOBOLL, L. A. P. **Assédio moral/organizacional**: uma análise da organização do trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

AUTOEFICÁCIA DE ATLETAS DE JUDÔ DIANTE DOS RESULTADOS DURANTE COMPETIÇÃO OFICIAL

Patrick Zawadzki*
Fernanda Andressa Marafon de Souza**
Dirceu Junior Barp***

Resumo

As crenças de autoeficácia são o núcleo da teoria sociocognitiva, a qual explica o comportamento humano, sendo este a avaliação que o indivíduo faz a respeito de suas habilidades, inteligências e conhecimentos. No presente estudo teve-se por objetivo medir o nível de autoeficácia de atletas de Judô de Santa Catarina, comparando-se suas percepções pré e pós-competição oficial. Participaram desta pesquisa 46 judocas competidores do Campeonato Estadual Sub 21. Como instrumento de pesquisa, utilizou-se a Escala de autoeficácia Geral (GSE). Os resultados mostraram diferenças significativas entre homens e mulheres. As mulheres perdedoras diminuíram significativamente sua percepção de eficácia ($p < 0,05$), e os homens ganhadores aumentaram significativamente sua percepção de eficácia ($p < 0,05$). Conclui-se que os processos cognitivos gerados a partir do conhecimento de resultados em competições são diferentes entre homens e mulheres, fato que ressalta a importância de os treinadores elaborarem diferentes abordagens nos planos de competições.

Palavras-chave: Autoeficácia. Judô. Competição. Conhecimento de resultados.

1 INTRODUÇÃO

As crenças de autoeficácia são o núcleo da teoria sociocognitiva, a qual explica o comportamento humano, sendo este a avaliação que o in-

* Doutorando em Educação Física, Atividade Física e Esporte pela Universidade de Barcelona; Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina; patrick.zawadzki@unoesc.edu.br

** Graduada em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; nandinha_judoca@hotmail.com

*** Graduada em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; dirceu_barb@hotmail.com

divíduo faz a respeito de suas habilidades, inteligências e conhecimentos. No esporte competitivo, os níveis de ativação, fadiga, estresse, ansiedade, tensão e dor afetam a percepção de eficácia, mais ainda em competição, pois, além das experiências individuais acumuladas, o resultado direto em vitória ou derrota influencia diretamente o julgamento do indivíduo sobre suas ações.

No presente estudo teve-se por objetivo medir o nível de autoeficácia de atletas de Judô de Santa Catarina, em competição oficial, comparando-se suas percepções antes e depois da sua atuação. Levantaram-se as seguintes hipóteses:

H₁. A percepção das mulheres sofre declínio, em parte causado pela cultura adquirida, no caso de derrota;

H₂. Homens e mulheres apresentar diferentes níveis de autoeficácia.

Participaram desta pesquisa 46 judocas, todos atletas federados, competidores do Campeonato Estadual Sub 21. Como instrumento de pesquisa, utilizou-se a Escala de Autoeficácia Geral (GSE). Na análise dos resultados, foram utilizadas as médias e desvios padrão da pontuação geral da amostra, dividida por sexo e por quantidade de vitórias e derrotas na competição para realizar as comparações, que foram provadas pelo teste T de Student.

Os resultados mostraram diferenças significativas entre homens e mulheres. As mulheres perdedoras diminuíram significativamente sua percepção de eficácia ($p < 0,05$), e os homens ganhadores aumentaram significativamente sua percepção de eficácia ($p < 0,05$).

Conclui-se que os processos cognitivos gerados a partir do conhecimento de resultados em competição são diferentes entre homens e mulheres, fato que ressalta a importância de que os treinadores elaborem diferentes abordagens nos planos de competições. A literatura revisada sugere que essas diferenças tenham ocorrido em razão de as formações culturais do homem e da mulher serem diferentes em nossa sociedade, na qual o homem vivencia mais experiências que lhe ajudam a elaborar respostas ajustadas perante a derrota, porque sempre se ressalta a vitória em primei-

ro plano; em contrapartida, a mulher sofre com a derrota, porque não lhe é permitido falhar em nenhum aspecto da sua vida em sociedade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Entre as várias facetas do autoconhecimento, provavelmente, nenhuma foi considerada tão central no cotidiano dos sujeitos como as concepções acerca da sua eficácia pessoal, dados que afetam autopercepções, não somente os comportamentos das pessoas, mas, também, o padrão dos seus pensamentos e as suas experiências emocionais já vivenciadas (RAMIRES et al., 2001).

As crenças de autoeficácia são o núcleo da teoria sociocognitiva, de Albert Bandura, teoria que explica o comportamento humano e considera o homem como sujeito autoreflexivo, proativo, organizado e orientado por forças ambientais e motivos interiores; a crença de autoeficácia é a avaliação que o indivíduo faz a respeito de suas habilidades, sua inteligência, seus conhecimentos, enfim, de sua capacidade para enfrentar situações específicas (ARAÚJO, 2013). O autor ainda afirma que o questionamento de um indivíduo diante de determinada situação sobre suas capacidades é uma indicação sobre sua crença de autoeficácia; por exemplo, se o indivíduo pergunta: *será que eu vou conseguir fazer?*, ele está se perguntando sobre sua crença, perante alguma ocasião; a proposta é que as crenças ajudem a determinar as escolhas do indivíduo em relação à atividade e aos meios, assim como ao esforço, à persistência, à cognição, e às reações emocionais quando ele é confrontado por obstáculos.

Segundo Gonçalves e Araújo (2014), as crenças de autoeficácia ocupam uma posição central na teoria socialcognitiva de Albert Bandura, sendo elas convicções e avaliações que os indivíduos fazem de suas capacidades ao realizarem e enfrentarem diferentes atividades; essas crenças têm a função de ser mediadoras da motivação, cognição e emoção. Essa teoria tem como principal objetivo observar quanto um indivíduo acredita que é capaz de realizar uma atividade, ou seja, quanto mais ele crê que

pode realizar sua atividade, mesmo que, por acaso, não tenha condições de fazê-lo, ele se dedicará e se esforçará ao máximo para enfrentá-la.

Segundo Pesca, Cruz e Ávila Filho (2010), o autoconhecimento da eficácia de uma pessoa é fundamentado em quatro fontes: experiência pessoal, aprendizagem vicária, persuasão verbal e estados fisiológicos. As experiências pessoais servem de indicadores de habilidades, isso traduz a experiência que as pessoas possuem no cumprimento de tarefas, pois o sucesso ou o fracasso em determinada tarefa influenciam (fortalecem ou enfraquecem) diretamente a autoeficácia, ou seja, referem-se à interpretação de experiências vividas anteriormente pela própria pessoa.

Ainda de acordo com Pesca, Cruz e Ávila Filho (2010), a aprendizagem vicária tende a alterar as crenças por meio da observação de comportamentos de competências dos outros; persuasão verbal diz respeito a *feedbacks* positivos ou negativos, emitidos por outras pessoas, por meio do convívio social, que trabalham com base no convencimento de que uma pessoa possui certas capacidades. A quarta e última fonte são os indicadores fisiológicos, sendo as características por intermédio das quais as pessoas julgam sua capacidade, força ou vulnerabilidade.

A autoconfiança é um dos conceitos psicológicos frequentemente citados em razão da sua influência sobre o rendimento esportivo; para auxiliar esses fatores e com o objetivo de alcançar o nível certo de execução, utilizaram-se outros termos, como autoconfiança, habilidade percebida e competência percebida, e entre todos os citados, aquele que mais se utiliza ainda é a teoria da autoeficácia. Em relação às fontes de informação, citam-se os ganhos de execução providos de informações relacionadas à autoeficácia, por meio das próprias experiências e habilidades, sendo elas as fontes de informação mais precisas, afetando diretamente os julgamentos de eficácia, ou seja, se o atleta receber repetidamente experiências com êxito, conseqüentemente, aumentará as perspectivas de autoeficácia, e se os resultados surgirem ao contrário, percebendo-as como fracasso, as expectativas diminuirão. As influências dessas experiências sobre percepção de eficácia dependem, também, da dificuldade percebida da tarefa, do esforço utilizado, da ajuda recebida e dos padrões

de êxito e fracasso. Dentro do campo esportivo não é suficiente que o esportista tenha a capacidade para conseguir um bom rendimento em seu esporte, mas é necessário que ele queira consegui-lo e acredite que tem capacidade para isso (GOUVÊA, 2003).

Com o avanço e a evolução do esporte, houve um avanço também no estudo da psique do homem que pratica o esporte e, com isso, dos aspectos que influenciam o rendimento no esporte, isto é, o comportamento, sendo manifestado por fatores físicos, técnicos, táticos e psicológicos, sendo o fator emocional que está presente principalmente em competições nas quais o desempenho é testado (PUJALS; VIEIRA, 2002).

A atividade física é entendida como a capacidade de se manter ativo mesmo com as dificuldades, obstáculos e impedimentos que possam surgir, como más condições e falta de tempo (BARROS; LAOCHITE, 2012).

Segundo Barros e Laochite (2012), ativação, fadiga, estresse, ansiedade, tensão e dor são manifestações que podem alterar a percepção de eficácia, pois afetam diretamente o juízo que as pessoas fazem sobre sua própria eficácia; isso se relaciona diretamente com os atletas, pois eles podem possuir uma percepção de eficácia enquanto estão “inteiros”, sendo o pré-competitivo, e outra percepção de eficácia no pós-competitivo, sem deixar de citar que os aspectos derrota e vitória também são fatores influentes em sua autoavaliação.

Relaciona-se esse pensamento dos autores com a prática do judô, pois é um esporte de muitos obstáculos e dificuldades e requer dos atletas persistência, foco e concentração durante todas as atividades, seus treinos, sua alimentação e, principalmente, sua saúde mental. Atletas com um nível de eficácia elevado têm mais facilidade de se manterem concentrados, de persistirem no desporto mesmo diante das dificuldades e imprevistos que ocorrem, eles têm seus objetivos mais claros, e não desistem facilmente. Desse modo, aspectos como cultura, família, amigos e escola e fatores como motivação, afetividade, treinadores e, até mesmo, as condições que o próprio esporte oferece podem exercer uma influência marcante na formação de atletas (MACHADO et al., 2014).

Diante dessas informações, percebe-se a íntima relação entre a psicologia esportiva e o rendimento esportivo. Um atleta autoconfiante diante de um fracasso irá manter-se confiante, porém, se sua confiança estiver baixa e se deparar com um fracasso, terá dificuldades para superar a situação. No esporte, quando esse fator se apresenta baixo, está relacionado à insegurança do atleta que encontrará dificuldades para enfrentar uma situação de derrota (PUJALS; VIEIRA, 2002).

3 MÉTODO

3.1 PARTICIPANTES

A coleta de dados desta pesquisa descritiva, exploratória e longitudinal foi realizada com atletas de judô do Estado de Santa Catarina; no banco de dados da Federação Catarinense de Judô constam mais de 20 mil atletas cadastrados, e, ainda, segundo a plataforma Zempo (*site* no qual todos os atletas são registrados), 2.836 atletas são ativos, sendo 543 deles da classe sub 21 e 396 da classe sub 18. Neste estudo, a amostra foi composta por 46 atletas que participaram do campeonato Estadual sub 21 na Cidade de Fraiburgo, SC, sendo 25 do naipe masculino e 21 do naipe feminino. O masculino apresentou média de idade de 18,14 anos e desvio padrão de 1,86; média de tempo que pratica judô de 9,04 anos e desvio padrão de 4,04; média de vezes por semana de treino de 4,84 e desvio padrão de 1,52; média de sessões de treinos por dia de 1,52 e desvio padrão de 0,59; predominantemente destros e com graduação de faixas pretas ou marrons; média de peso de categorias de 77,36kg e desvio padrão de 17,55. E o naipe feminino apresentou a média de idade de 17,22 anos e desvio padrão de 1,27; média de tempo que pratica Judô de 8,00 anos e desvio padrão de 2,43; média de vezes por semana de treino de 4,81 e desvio padrão de 1,36; média de sessões de treinos por dia de 1,43 e desvio padrão de 0,51; em sua maioria destros e com graduação de faixas pretas ou marrons; e ainda, média de categoria de peso de 60,24kg e desvio padrão de 14,50.

3.2 INSTRUMENTOS

Como instrumento de pesquisa, utilizou-se a Escala de autoeficácia Geral (*GSE*), adaptada por Araújo (2011). A escala original, *General Self-Efficacy Scale*, foi desenvolvida por Ralf Schwarzer e Matthias Jerusalem, em 1995, utilizada em um conjunto muito amplo de estudos pelo mundo e traduzida para 30 línguas. A *General Self-Efficacy Scale* foi inicialmente traduzida e adaptada para o português por meio da sua versão original inglesa. Essa a tradução foi revista por um professor de língua inglesa e submetida a dois especialistas na área da Psicologia, de modo a garantir uma tradução que mantivesse a mesma equivalência semântica e psicológica dos itens e respeitasse a gramática da língua portuguesa, foi realizada, também, uma retrotradução para garantir a exatidão da tradução linguística. A *GSE* é constituída por 10 itens respondidos em uma escala com quatro alternativas de respostas: 1 – de modo nenhum é verdade; 2 – dificilmente é verdade; 3 – moderadamente é verdade; e, 4 – exatamente verdade, podendo-se obter uma pontuação total entre 10 e 40 pontos ou uma pontuação média entre um e quatro pontos. Todos se encontram formulados no sentido positivo, visto que valores elevados na escala *GSE* indicam uma presença elevada de autoeficácia geral; trata-se de uma escala unidimensional, na qual os 10 itens convergem na avaliação do construto global de autoeficácia.

3.3 PROCEDIMENTOS

Com a autorização da Federação Catarinense de Judô, a coleta de dados foi realizada no campeonato estadual sub 21 no dia 28 de março de 2015, na Cidade de Fraiburgo, no Estado de Santa Catarina, quando foi aplicado o questionário geral desenvolvido por Schwarzer e Matthias Jerusalem e adaptado por Araújo (2011).

No dia anterior, todos os técnicos de cada associação filiada à Federação Catarinense de Judô assinaram o termo de consentimento livre e

esclarecido autorizando seus atletas a participarem da pesquisa, visto que a maioria dos atletas participantes ainda era menor de idade.

A primeira etapa da coleta aconteceu na parte da manhã do dia 28 de março de 2015 durante a pesagem dos atletas; ao término da pesagem, eles receberam o questionário de Autoeficácia Geral, respondendo-o e entregando-o ao pesquisador. Essa é a fase chamada de pré-competitiva na qual se contou, com 25 atletas no naipe masculino e 21 no naipe feminino.

No período vespertino, ao final de todos os combates dos atletas, independentemente do resultado, eles foram encaminhados para responder novamente ao questionário de Autoeficácia Geral; não foi possível obter 100% da coleta, pois alguns atletas perdedores não quiseram, de maneira alguma, responder ao questionário após o seu combate final.

Dos 60 atletas inscritos no Campeonato Estadual sub 21 de Santa Catarina, 46 destes responderam ao questionário nos períodos pré e pós-competitivos.

3.4 TRATAMENTO DE DADOS

Foram utilizados os procedimentos originais para avaliação do questionário. Provas de estatística descritiva foram aplicadas para comparar os grupos, seguidas das provas de normalidade e de diferenças significativas (Test T de Student). O nível de significação adotado foi de 0,05.

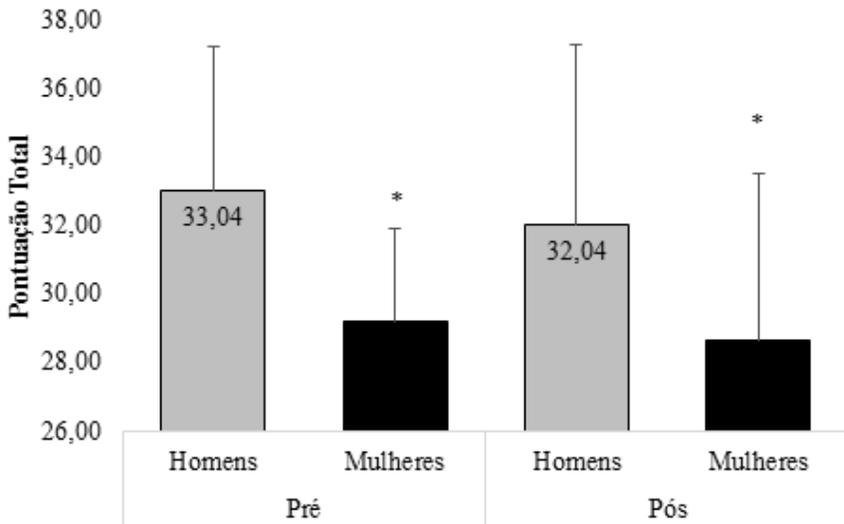
4 RESULTADOS

A fim de se verificar o nível de eficácia dos atletas de Judô de Santa Catarina da classe sub 21, aplicou-se o questionário de Autoeficácia Geral adaptado por Gouvêa (2011); a seguir se destacam os aspectos avaliados.

No Gráfico 1 estão as diferenças da percepção de eficácia entre homens e mulheres nos períodos pré e pós-competitivos, verificando-se que não houve diferenças significativas entre os homens nem entre as

mulheres, porém, entre homens e mulheres, no pré-competitivo, a diferença foi de $p=0,000528$ e no pós, de $p=0,03$.

Gráfico 1 – Diferenças do nível de eficácia entre homens e mulheres nos períodos pré e pós-competição

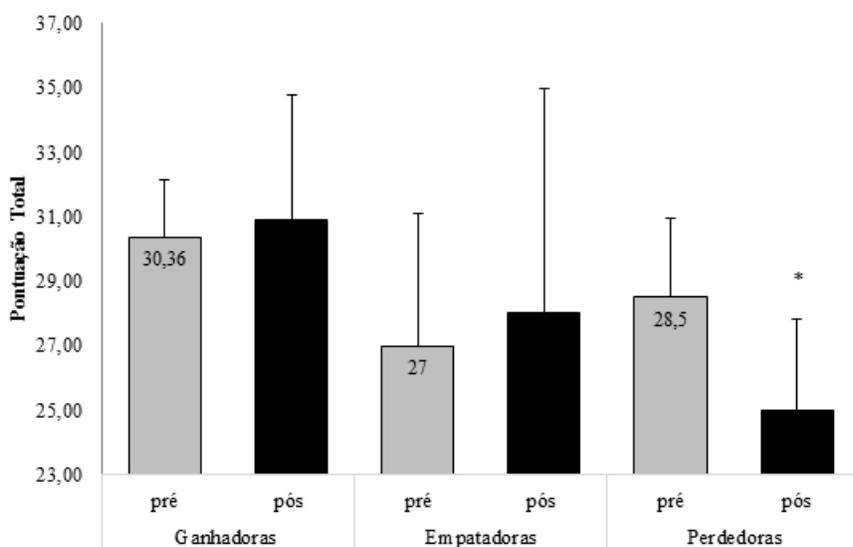


Fonte: os autores.

Nota: * $p<0,05$.

No que diz respeito à eficácia das mulheres, foram encontradas diferenças apenas para as perdedoras, visto que a evidência mostra que as mulheres que perdem mais do que ganham tendem a diminuir sua percepção de eficácia. No Gráfico 2, nota-se a diferença entre as atletas perdedoras, as quais, no período pré-competição, obtiveram média de 28,5 pontos, e no período pós-competição, essa média caiu para 25 pontos ($p=0,048$); nas demais não houve diferença significativa. As ganhadoras, por exemplo, no período pós encontravam-se com média de 30,36 pontos e no período pós-competição, com média de 30,91, e as empatadoras (atletas que ganham e perdem o mesmo número de lutas) no período pré estavam com 27 pontos, e depois passaram para uma média de 28, não sendo encontradas diferenças significativas. O Gráfico 2 apresenta os resultados das mulheres.

Gráfico 2 – Eficácia das mulheres nos períodos pré e pós-competição

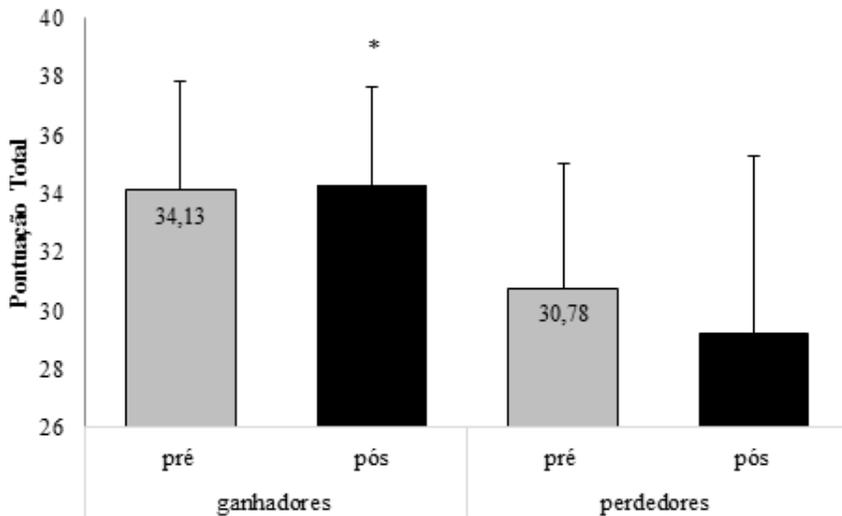


Fonte: os autores.

Nota: * $p < 0,05$.

E, por fim, apresentam-se os resultados referentes à eficácia dos homens nos períodos pré e pós-competitivo: entre ganhadores e perdedores foram encontradas evidências significativas de que os homens ganhadores aumentam sua eficácia ($p = 1,40e-12$); a diferença na média é pequena, mas os homens ganhadores aumentam a sua percepção de eficácia como se observa no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Diferença entre homens ganhadores e perdedores, pré e pós-competição



Fonte: os autores.

Nota: * $p < 0,05$.

5 DISCUSSÃO

O objetivo neste estudo foi avaliar as crenças que os atletas possuem sobre suas percepções de eficácia diante dos seus resultados em competição oficial. Visto que com o questionário aplicado aos atletas, consideram-se possuidores de um nível excelente de eficácia aqueles que atingiram um total de 40 pontos, encontram-se os seguintes resultados: os atletas homens, no período pré-competitivo, obtiveram uma média geral de 33,04 pontos ($dp=4,17$), e no período pós-competitivo a eficácia desses atletas obteve média de 32,04 ($dp= 5,25$); já para as mulheres no período pré-competitivo, avaliou-se o nível de eficácia com média geral de 29,19 pontos ($dp=2,73$) e no período pós-competitivo encontrou-se uma média de 28,67 ($dp=4,86$). Observando-se os resultados, avaliou-se que não houve diferenças significativas entre a eficácia dos homens nem entre a das mulheres em ambos os períodos competitivos; essa análise foi feita para toda a amostra.

Os resultados apresentados podem ser explicados com o estudo de Rose Junior (2002), no qual o autor diz que competir significa enfrentar desafios e demandas que podem, de acordo com muitos aspectos individuais e situacionais, representar uma considerável fonte de estresse para os atletas, dependendo de seus atributos físicos, técnicos e psicológicos.

Por outro lado, analisaram-se os resultados separadamente por sexo, e em relação às mulheres, percebeu-se que não houve diferenças significativas nas atletas ganhadoras, elas mantêm o nível de percepção de sua eficácia; em contrapartida, verificou-se diferença significativa nas atletas perdedoras, pois sua média no período pré-competição era de 28,5 pontos, e, após os seus resultados, essa média caiu para 25 pontos, concluindo-se que as mulheres, quando perdem, tendem a diminuir a sua percepção de eficácia, ou seja, a crença que possuem em suas capacidades diminui.

Esses resultados corroboram os estudos de Gonçalves e Belo (2007), no qual estes comentam que as mulheres apresentam maior ansiedade competitiva do que os homens, ainda, dizem que isso pode estar relacionado com o fato de as competições ainda serem mais focadas em atletas do sexo masculino, fazendo com que a mulher, ao competir, seja muito mais cobrada, fato que explicaria os índices de ansiedade mais elevados diante de esportes individuais de competição.

Capitanio (2004) cita em seu estudo que a mulher vem buscando seu espaço e sua identidade no meio esportivo, bem como na sociedade, desde as suas primeiras participações nos Jogos Olímpicos até os dias atuais. Em relação ao espaço, o sexo feminino apresenta um considerável progresso em suas conquistas, porém, ainda está muito longe da igualdade quando comparado aos atletas homens.

Em relação à eficácia dos atletas homens, quando avaliados separadamente, os resultados se mostraram ao contrário das mulheres, visto que os atletas perdedores não apresentaram diferenças significativas nos níveis de suas percepções, pois no período pré-competição estavam com média de 30,78 pontos, e no período pós-competição, esse valor caiu para 29,22 pontos, ou seja, esses atletas não diminuíram significativamente suas percepções de eficácia. Já os atletas vencedores mostraram um au-

mento na sua percepção de eficácia em relação aos dois períodos avaliados, no período pré apresentaram uma média de 34,13 pontos, e no pós-competição, de 34,27 pontos, com diferença significativa de $p=1,40e-12$.

Capitanio (2004) comenta em seu estudo que, em contrapartida, considerando-se essas suposições como verdadeiras, o menino enquanto criança é levado a negar sua dor, quando envolvido com esportes, durante a adolescência, tende a negar a dor por medo, por exemplo, de perder o lugar no time. O homem vai crescendo e se desenvolvendo condicionando sua personalidade, a fim de descartar seu desconforto físico e bloquear suas emoções; não há dúvidas de que ele paga um preço elevado por isso, e relaciona a dor e doença à ideia de fraqueza, dependência e submissão, caracterizada como do gênero feminino.

Essa ideia de Capitamio (2004) descreve e explica os resultados da pesquisa, em que as mulheres, quando perdem, diminuem sua eficácia, e quando ganham, não a elevam; já os homens não se percebem menos capazes em razão da derrota ou de seu desempenho ruim, mas os vencedores, além de possuírem um índice de eficácia elevado no momento pré-competição, consideram-se mais capazes, percebem-se ainda melhores após suas vitórias.

Segundo Rose Junior (2002), toda a competição, em qualquer nível, apresenta quatro aspectos, que são evidenciados a todo o momento.

- a) *confronto* entre dois ou mais indivíduos ou equipes. Não há competição sem confronto. Ele pode ser pessoal (quando o atleta busca a superação de uma marca, independentemente dos adversários), pode ser com um adversário na forma de contato direto (lutas e a maioria dos esportes coletivos) ou indireto (como na maioria dos esportes individuais: ginástica olímpica, GRD, natação, atletismo e tênis, e em alguns esportes coletivos, como o voleibol).
- b) *demonstração* das capacidades e habilidades aprendidas e desenvolvidas durante todo o processo de treinamento e ao longo da carreira do atleta. É o momento no qual o atleta

- exibe suas condições e o quanto ele está preparado (ou não) para enfrentar todas as demandas do processo competitivo.
- c) *comparação* em razão de um padrão autodeterminado ou definido externamente. Quando se compete, sempre há uma comparação com algum padrão, seja ele individual (o atleta em relação às suas próprias condições), seja estabelecido socialmente, desde que haja pessoas presentes para constatar o desempenho.
 - d) *avaliação* do desempenho do atleta com base nos padrões e no julgamento, pelas pessoas presentes no evento. Essa avaliação, no entanto, nem sempre é feita por pessoas preparadas e que podem emitir um julgamento com base científica e técnica. Na maioria das vezes, a avaliação não segue critérios lógicos e pode ser feita de forma aleatória, levando a sérios erros de julgamento.

Essa avaliação citada por Rose Junior (2002), nos esportes individuais como o judô, por exemplo, é feita pelo próprio atleta, assim como todos os itens citados, fazem parte da avaliação referente ao resultado obtido na competição. Se o atleta perde a luta, porém, sentiu-se com o dever cumprido, avalia-se como eficaz, visto que deu seu melhor durante os combates; e também existem atletas que obtêm a vitória, mas sentem que poderiam ter se esforçado mais; estes, por sua vez, avaliarão suas capacidades e sua performance de maneira negativa.

Acrescenta-se que a maioria das vezes são os técnicos que fazem com que os atletas sintam que seu desempenho não foi bom, pois ao final da competição, se o atleta sai feliz de seus combates, sentindo que deu seu melhor, o seu técnico o avalia como ruim, que seu desempenho não foi dos melhores, passando um *feedback* negativo ao atleta; essa avaliação pode fazer com que a eficácia desse atleta diminua apenas em razão desse *feedback* ruim do técnico.

Durante a realização da coleta de dados, todos os participantes responderam corretamente a todo o procedimento, demonstrando gran-

de disciplina. Porém, para este estudo, as grandes limitações foram a falta de estudos, na língua portuguesa, na área da Psicologia voltada para a autoeficácia esportiva, pois para os técnicos, e até mesmo para os atletas, é interessante que estes se percebam, se conheçam e saibam quais os razões que os desmotivam, se é a derrota por si só, se são motivos extrínsecos aos da sua prática esportiva, ou se é apenas a avaliação que o atleta faz sobre si mesmo que faz com que ele não acredite no seu potencial ou nas suas capacidades.

6 CONCLUSÃO

Diante disso, expõe-se que não foram encontradas, para a amostra estudada, diferenças significativas entre homens e mulheres nos períodos pré e pós-competição. Porém, quando analisados de maneira separada, as mulheres vencedoras não possuem diferenças significativas em suas percepções antes e depois dos combates; em contrapartida, as mulheres perdedoras apresentam um declínio significativo em suas crenças, mostrando que diante dos resultados negativos que obtiveram ou do mau desempenho na competição, percebem-se menos eficazes e menos capazes, ao contrário dos homens; os perdedores não diminuíram suas crenças e não apresentaram diferenças pré e pós-competição, porém, os vencedores que já possuíam uma percepção de eficácia elevada aumentaram significativamente esse resultado, respondendo e alcançando os objetivos da presente pesquisa.

Ressalta-se, por fim, que o aspecto psicológico dos atletas e a percepção que têm de si mesmos fazem com que se avaliem capazes, ou não, de realizar determinadas tarefas; o atleta vencedor nem sempre está satisfeito com sua atuação, e o atleta perdedor nem sempre desacredita de si e do seu potencial. As mulheres, de modo geral, sentiam-se menos capazes que os homens já no período pré-competitivo, segundo os dados avaliados na presente pesquisa e os resultados fizeram com que elas se sentissem incapazes de realizar aquela tarefa, autoavaliando-se sem condições de resolver problemas ou enfrentar suas dificuldades.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M.; MOURA, O. Estrutura factorial da general self-efficacy scale (escala de autoeficácia geral) numa amostra de professores de português. **Laboratório de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 95-105, 2011.
- ARAÚJO, R. C de. Crenças de autoeficácia e teoria do fluxo na prática, ensino e aprendizagem musical. **Percepta – Revista de Cognição Musical**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 55-66, nov. 2013.
- BARROS, M. B.; LAOCHITE, R. T. Autoeficácia para a prática de atividade física por indivíduos adultos. **Motricidade**, v. 8, n. 2, p. 32-41, 2012.
- CAPITANIO, A. M. Contexto social esportivo: fonte de stress para mulheres. **EFDeportes**, Buenos Aires, v. 10, n. 78, 2004.
- FERNANDES, L. A.; GOMES, J. M. M. **Relatórios de pesquisa nas Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 2003.
- GONÇALVES, L. S.; ARAÚJO, R. C. de. Um estudo sobre percepção musical e crenças de autoeficácia no contexto de uma instituição de ensino superior paranaense. **Revista da Abem**, Londrina, v. 22, n. 33, p. 137-153, jul./dez. 2014.
- GONÇALVES, M. P.; BELO, R. P. Ansiedade-traço competitiva: diferenças quanto ao gênero, faixa etária, experiência em competições e modalidade esportiva em jovens atletas. **Psico-USF**, v. 12, n. 2, p. 301-307, jul./dez. 2007.
- GOUVÊA, F. C. Análise da autoeficácia em atletas de modalidades individuais e coletivas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 2, n. 2, p. 45-60. 2003.

MACHADO, T. do A. et al. Autoeficácia esportiva: uma revisão integrativa dos instrumentos de medida sports self-efficacy: an integrative review of measure instruments. **Revista Educação Física/UEM**, v. 25, n. 2, p. 323-333, 2014.

MARTINELLI, S. de C.; SASSI, A. de G. Relações entre autoeficácia e motivação acadêmica. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 43, p. 780-791. 2010.

NUNES, A. V.; RUBIO, K. As origens do judô brasileiro: a árvore genealógica dos medalhistas olímpicos. **Revista Brasileira Educação Física Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 667-78, out./dez. 2012.

PESCA, A. D.; CRUZ, R. M.; OLIVEIRA, A. de L. Estudos de autoeficácia em psicologia do esporte. **Revista de Psicologia**, n. 1. 2010.

PUJALS, C.; VIEIRA, F. V.; Análises dos fatores psicológicos que interferem no comportamento dos atletas de futebol de campo. **Revista de Educação Física UEM**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 89-97, 2002.

RAMIRES, A. et al. Treino de modelagem e visualização mental: Avaliação dos efeitos nas expectativas de autoeficácia e desempenho de atletas de patinagem. **Análise Psicológica**, v. 1, n. 19, p. 15-25, 2001.

RODRIGUES, L. C.; BARRERA, S. D. Autoeficácia e desempenho escolar em alunos do ensino fundamental. **Psicologia em Pesquisa**, UFJE, v. 1, n. 2, p. 41-53, jul./dez. 2007.

ROSE JUNIOR, D. de. A competição como fonte de estresse no esporte. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, Brasília, v. 10, n. 4, p. 19-26, out. 2002.

VIEIRA, V. A. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 61, jan./abr. 2002.

Agradecimentos

Agradecemos ao apoio concedido pela bolsa outorgada de iniciação científica pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Edital n. 07/UNOESC-R/2015). E, também, à Federação Catarinense de Judô, pela inestimável contribuição ao permitir a aplicação do estudo sediando-o em seu evento e entendendo sua importância.

AVALIAÇÃO FUNCIONAL DO JOELHO EM PRATICANTES DE ACADEMIA

Patrick Zawadzki*
Suani Marquesan Figueira**

Resumo

A crescente preocupação social por uma melhor qualidade de vida leva os indivíduos a aderirem aos programas que promovem a saúde em todos os níveis, o que, por sua vez, evidencia a vulnerabilidade e complexidade anatômica do joelho. Neste artigo-se teve como objetivo verificar o nível funcional do joelho em praticantes de atividades física em academia, utilizando o Questionário de Lysholm como instrumento de pesquisa. Foi realizado um estudo de caráter descritivo. A amostra abrangida pelo estudo teve caráter não probabilístico, do tipo voluntária, composta por 47 indivíduos, 32 mulheres e 15 homens, com idade média de 37,5 anos. Os dados obtidos foram tabulados e apresentados na forma de gráficos, usando estatística descritiva. A partir da aplicação da escala de Lysholm, foi verificado o nível funcional dos joelhos direito e esquerdo. O resultado geral classificou tanto o joelho direito (70,2%) quanto o joelho esquerdo (68%) como muito bons. Para a amostra masculina, o nível insatisfatório não apresentou pontuação. Já para a amostra feminina, esse nível apresentou valores de 9% para o joelho direito e de 6% para o esquerdo. Conclui-se que grande parte da amostra se encontra com o nível funcional do joelho muito bom, caracterizando condições favoráveis à prática diária de atividades de academia orientadas. Contudo, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas para agregar valor a esse instrumento de pesquisa, adicionando uma avaliação do lado dominante de cada indivíduo para maior validação dos resultados.

Palavras-chave: Nível funcional. Joelho. Atividades de academia.

* Doutorando em educação Física, Atividade Física e Esporte pela Universidade de Barcelona; Patrick.zawadzki@unoesc.edu.br

** Licenciada em Educação Física, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; suanifigueirapm@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A crescente preocupação social por uma melhor qualidade de vida leva os indivíduos a aderirem aos programas que promovem a saúde em todos os níveis, e a prática regular de atividade física é um deles. Com isso, um número crescente de condições especiais de saúde vem requerendo maior atenção por parte dos profissionais de Educação Física.

O tema desta pesquisa trata sobre o complexo articular do joelho. Uma malformação óssea nesse complexo que, se estruturada, pode tornar-se fonte de dor, lesão e abandono esportivo. Esse fato se evidencia, principalmente, nos casos de doenças crônicas articulares, com grande incidência em idosos, as quais ocorrem normalmente em razão de fatores como idade, sexo, excesso de peso, obesidade, estresse ocupacional e, ainda, todo tipo de lesões que, associadas ou não, acarretam alterações mecânicas que afetam a funcionalidade do joelho.

Tendo presente o grande número de praticantes de academia em Chapecó, SC, determinou-se como objetivo deste estudo verificar o nível funcional do joelho em praticantes de atividades físicas em três academias, utilizando-se o Questionário de Lysholm como instrumento de pesquisa, em forma de estudo-piloto.

O desenho do estudo consistiu em um formato descritivo e transversal; participaram do estudo 47 praticantes frequentadores de academia, 32 mulheres e 15 homens, com idade média de 37,5 anos. Foram utilizadas todas as dimensões do questionário: claudicação, necessidade de suporte, bloqueio ou aperto, falseamento ou instabilidade do joelho, dor, edema, subir escadas e agachamento. Para a análise dos resultados, foi utilizada estatística descritiva e o Test t de Student para averiguar desigualdades entre os joelhos direito e esquerdo nos grupos.

Com base nos resultados obtidos, conclui-se que grande parte da amostra se encontra com o nível funcional do joelho muito bom, caracterizando condições favoráveis à prática diária orientada de atividades de academia. Entretanto, ressalta-se um resultado dentro do grupo de mulheres com um percentual importante (9,3% para joelho direito e 6,2% para

o joelho esquerdo), no qual a classificação obtida foi insatisfatória. Esse percentual representa uma necessidade especial à qual o profissional de Educação Física envolvido deve atender, além disso, este deve conhecer sua etiopatologia e prevenir um possível agravamento em cada caso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Diante da preocupação social por uma melhor qualidade de vida, que está levando cada dia mais indivíduos a procurarem a prática de exercícios físicos, os profissionais de Educação Física devem estar preparados para atender a essa população nos seus mais diversos níveis, pois muitos dos novos adeptos não possuem qualquer experiência em seu histórico esportivo (GARCIA et al., 2011; SANTOS; PASSOS; REZENDE, 2007). Isso é importante para o profissional de Educação Física considerar no momento de prescrever qualquer tipo de atividade física.

Uma malformação óssea que esteja estruturada pode tornar-se fonte de dor, lesão e abandono esportivo. Esse fato se evidencia principalmente nos casos de doenças crônicas articulares, com grande incidência em idosos, as quais, ocorrem, normalmente, em razão de fatores como idade, sexo, excesso de peso, obesidade, estresse ocupacional e, ainda, todo tipo de lesões que, associadas ou não, acarretam alterações mecânicas que afetam a funcionalidade do joelho (MATTOS et al., 2015).

Ainda em relação ao joelho, algumas síndromes são comuns na população em geral, e uma delas é a síndrome de dor patelofemoral, relacionada a causas multifatoriais, a qual possui sinais e sintomas característicos, como dor ao subir ou descer degraus, realizar exercícios como agachamentos, ou simplesmente ao movimentar o joelho em determinada angulação. Há uma escassez de instrumentos de avaliação válidos para o diagnóstico clínico (LIPORAC et al., 2013).

Albuquerque et al. (2011) apontaram que a aplicação de um sistema de escala métrica para realizar avaliações poderia ser uma maneira de quantificar o diagnóstico, com intuito principal de estabelecer comparações mais sensíveis aos tratamentos aplicados no complexo articular do

joelho. Analisaram, com esse objetivo, o protocolo de *Lysholm* para avaliação funcional do joelho, sugerindo algumas modificações. O protocolo consiste em avaliar três critérios funcionais e cinco subjetivos, e metade do total da pontuação consiste nos sintomas de dor e instabilidade; e mais, propõe uma classificação geral e em valores agrupados. Os critérios são: claudicação, suporte, agachamento, subir escada, derrame/edema articular, bloqueio, dor e instabilidade. Entende-se que essa linha de pesquisa sobre sistema de avaliação funcional do joelho se encontra aberta para novas avaliações, assim como a ampliação de novos formulários de avaliação funcional do joelho para obtenção de índices de prevalência mais precisos que ajudem nas formas de tratamento.

Dados clínicos indicam que o joelho é o local mais acometido por lesões em praticantes de atividades físicas e esportivas. Joelho é a denominação dada a um complexo articular formado pelas articulações funcionais tibiofemural medial, tibiofemural lateral e femoropatelar (MCGINNIS, 2015). Toda essa estrutura, quando possui uma parte afetada, influencia diretamente na sua funcionalidade, como é o exemplo da síndrome de dor patelofemoral, que apresenta menor pico de torque nos músculos flexores e extensores tanto na velocidade de $60^\circ.s^{-1}$ quanto a $180^\circ.s^{-1}$ (PIAZZA et al., 2013).

A articulação do joelho, atualmente, é denominada complexo articular do joelho. As articulações supracitadas são formadas por três conjuntos de superfícies articulares: superfície patelar, superfície tibial e côndilos femorais. Entende-se que esse complexo tem função análoga ao cotovelo, no membro superior, e garante ao homem executar a maioria das atividades da vida diária, seja estabilizando a postura bípede, seja permitindo mobilidade do membro inferior, seja garantindo a liberdade, o alcance e, ao mesmo tempo, a estabilidade para a extremidade inferior (SACCO; TANAKA, 2008).

Há pouca estabilidade intrínseca no joelho, e a justificativa pertinente para esse fato é que as extremidades dos dois braços de alavanca (tíbia e fêmur) que formam o elo entre os elementos da cadeia cinética do membro inferior são muito longas, conseqüentemente, são submetidas a

grandes forças. Releva-se, também, que esse complexo articular é muito dependente das estruturas musculares e ligamentares para sua estabilização, sendo, assim, bastante sensível a lesões articulares. Compreende-se que os músculos quadríceps e isquiotibiais da coxa, bem como os gastrocnêmios e sóleo da perna são estabilizadores dinâmicos do joelho; se estiverem alongados e devidamente fortalecidos, auxiliarão a estabilizar a articulação durante movimentos como chute, arrancadas, rotações, flexão e extensão (SCHULZ, 2002).

Considerando-se o fato do aumento do interesse das pessoas por atividades esportivas, e a vulnerabilidade e complexidade anatômica do joelho, é compreensível, então, o aumento crescente do número de pacientes com lesões ligamentares e de meniscos no complexo articular do joelho. Por isso, considerou-se necessário e viável o estabelecimento de parâmetros avaliativos que auxiliem na identificação do nível funcional do joelho da população adepta às atividades de academia.

Desse modo, com este artigo objetivou-se verificar o nível funcional do joelho em praticantes de atividades físicas em academia, utilizando-se o Questionário de Lysholm como instrumento de pesquisa. A preocupação está em obter uma descrição precisa daqueles dos em que há comprometimento da estrutura articular do joelho, para, assim, auxiliar os profissionais no direcionamento da prescrição de plano de treinamento de cada indivíduo participante da amostra.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Foi realizado um estudo de caráter descritivo, que, segundo Gil (1994), tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, e transversal, porque os participantes foram abordados somente uma vez para responder ao questionário.

3.2 PARTICIPANTES

A amostra da pesquisa foi composta por 47 indivíduos praticantes de atividades de academia, essa amostra foi escolhida para o estudo por meio de um caráter não probabilístico, do tipo voluntária. 32 mulheres e 15 homens, com idade média de 37,5 anos.

3.3 INSTRUMENTOS

Utilizou-se como instrumento de pesquisa o Questionário de Lysholm (RAMOS NETO, 2000) para avaliar a função do joelho dos participantes da pesquisa; trata-se de um questionário já validado e de domínio público. Cada indivíduo recebeu um questionário contendo itens relacionados a sintomas e limitações funcionais e que utiliza uma escala de avaliação de 100 pontos, distribuída da seguinte forma: claudicação (5 pontos), necessidade de suporte (5 pontos), bloqueio ou aperto (15 pontos), falseamento ou instabilidade do joelho (25 pontos), dor (25 pontos), edema (10 pontos), subir escadas (10 pontos) e agachamento (5 pontos). O questionário solicita que o entrevistado atribua uma nota de 0 a 100 para o seu joelho, sendo 100 a melhor condição para este.

3.4 PROCEDIMENTOS

O procedimento consistiu na abordagem direta dentro de três academias do Município de Chapecó, SC. Aos praticantes era perguntado se tinham algum tipo de dor no joelho; caso respondessem que sim, iniciava-se a explicação sobre a pesquisa, e, então, o participante assinava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Logo após, uma pesquisadora ficou à disposição para o esclarecimento de qualquer dúvida que pudesse surgir durante a elaboração das respostas.

3.5 TRATAMENTO DE DADOS

Os dados obtidos foram tabulados em planilha Excel, categorizados de acordo com os instrumentos usados para coleta de dados e apresentados na forma de gráficos e tabelas, utilizando-se a estatística descritiva. Também foi utilizado o Teste t de Student para averiguar possíveis diferenças significativas entre os dois joelhos para todos os participantes e por grupos de sexo. Alpha foi designado a 0,05.

4 RESULTADOS

A partir da aplicação da escala de Lysholm e por meio do seu escore verificou-se o nível funcional do joelho em praticantes de atividades de academia. Em relação à comparação dos resultados, não foram encontrados dados significativos para o grupo inteiro de participantes ($p=0,44$), nem para os homens ($p=0,21$), e tampouco para as mulheres ($p=0,34$).

No Gráfico 1, pode-se verificar o resultado geral da classificação conforme o protocolo aplicado. Para o joelho direito, 70,2% da amostra apresentaram a pontuação entre 100 e 90, o que se caracterizou como muito bom, 17% apresentaram pontuação de 89-80, bom, 2,1% apresentaram pontuação de 79-70 satisfatório, e 6,3%, pontuação de 69-0, insatisfatório. Já para o joelho esquerdo, 68% da amostra apresentaram pontuação entre 100 e 90 o que se caracterizou como muito bom, 17% obtiveram pontuação de 89-80, bom, 4,2% apresentaram pontuação de 79-70, satisfatório, e 4,2%, pontuação de 69-0, insatisfatório.

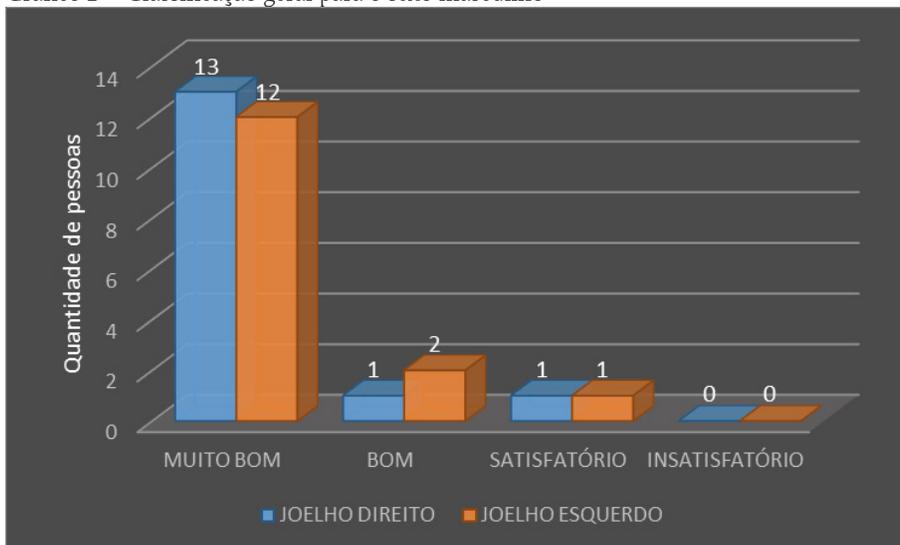
Gráfico 1 – Resultado geral dos participantes



Fonte: os autores.

Entre os homens, no Gráfico 2 pode-se verificar que, para o joelho direito, 86,6% apresentaram pontuação de 100-90, o que se caracterizou como nível funcional muito bom, 6,6% tiveram pontuação de 89-80, nível bom, e 6,6%, pontuação de 79-70, nível satisfatório. Para o joelho esquerdo, 80% apresentaram pontuação de 100-90, caracterizando o nível funcional muito bom, 13,3% tiveram pontuação entre 89-80, nível bom, e 6,6%, pontuação entre 79-70, nível satisfatório. Não houve pontuação para classificação do nível insatisfatório para os homens.

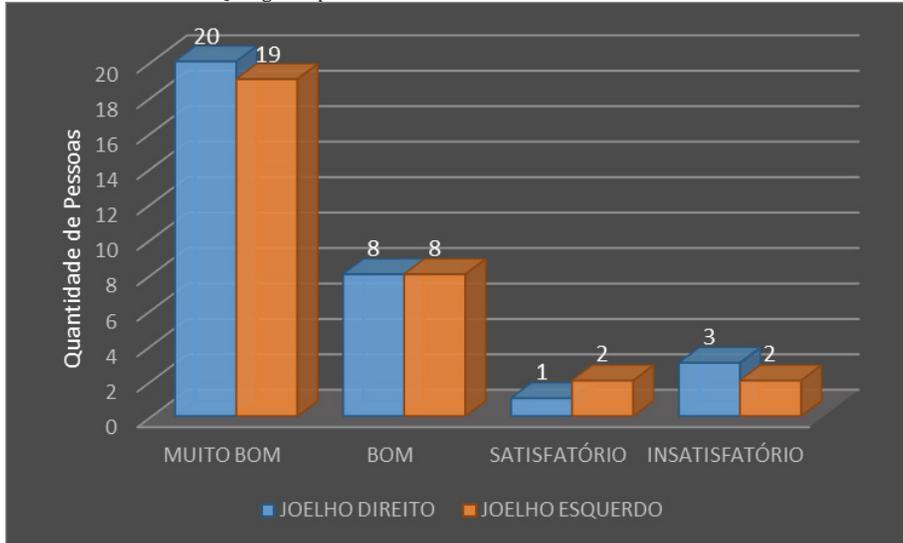
Gráfico 2 – Classificação geral para o sexo masculino



Fonte: os autores.

Para as mulheres (Gráfico 3), verificou-se que, para o joelho direito, 62,5% apresentaram pontuação de 100-90, o que se caracterizou como nível funcional muito bom, 25% tiveram pontuação de 89-80, nível bom, 3,1%, pontuação de 79-70, satisfatório, e 9,3% apresentaram pontuação entre 69-0, nível insatisfatório. Já no joelho esquerdo, verificou-se que 59,3% apresentaram pontuação entre 100 e 90, caracterizando nível funcional muito bom, 25% tiveram pontuação de 89-80, nível bom, 6,2%, pontuação de 79-70, satisfatório, e 6,2% apresentaram pontuação de 69-0, nível insatisfatório.

Gráfico 3 – Classificação geral para o sexo feminino



Fonte: os autores.

5 DISCUSSÃO

Observa-se no presente estudo que por meio do escore obtido pela aplicação da Escala de Lysholm, foram obtidos resultados positivos dos participantes da pesquisa, visto que a maior parte dos participantes foi categorizada, quanto à função do joelho direito (70,2%) e do joelho esquerdo (68%), em muito bom e bom, já que ambos os joelhos apresentaram o mesmo valor quantitativo (17%). Entende-se que essa condição pode estar relacionada, principalmente, à ausência da dor no joelho e à limitação que esta ocasiona na execução das atividades de vida diária ou no exercício, quando este é executado de forma errada (ALMEIDA; PEREIRA JUNIOR, 2010).

Almeida e Pereira Junior (2010) concluíram em seu estudo, no qual também utilizaram o Questionário de Lysholm para investigar o nível funcional de praticantes de musculação, que a prática da musculação é benéfica para a articulação do joelho, desde que seja executada de maneira correta e supervisionada por profissionais capacitados.

Um número pouco relevante de participantes se classificou com nível funcional do joelho satisfatório ou insatisfatório tanto para as mulheres quanto para os homens. Entende-se que essa condição pode explicar a boa orientação profissional e o planejamento dos planos de treinos, reforçando que a prática regular e sistematizada de atividades de academia pode ser enfatizada quando se pensa em melhoria dos importantes componentes da aptidão física, os quais quanto mais desenvolvidos e estimulados periodicamente, mais qualidade de vida proporcionam aos diferentes tipos de população.

Verificou-se uma significativa diferença na escala de pontuação entre homens e mulheres. Uma das hipóteses que pode, provavelmente, explicar esses valores diz respeito ao número de participantes da amostra, pois mais da metade desta foi composta por mulheres.

Para os homens, foi registrado o mesmo valor quantitativo (6,6%) para o nível satisfatório nos joelhos. Já para o nível insatisfatório, não houve pontuação. Diferentemente das mulheres, para as quais o nível funcional insatisfatório do joelho direito foi de 9,3%, e para o esquerdo, 6,2%. Para o joelho direito, duas mulheres, para o joelho esquerdo, uma, e, para ambos, uma mulher apresentaram a mesma pontuação.

As categorias indicadas com baixa pontuação foram: estou apto para agachar; sinto sensação de falseamento; sinto sensação de bloqueio ou aperto; e estou apto para subir escadas; todas apresentaram um valor bem abaixo do esperado, o que pode indicar que essa parte da amostra sofre com algum tipo de patologia de joelho e necessita de tratamento e treinamento direcionados.

Com isso, entende-se que o plano de treinamento deve ser diferenciado para essa parte da amostra, devendo atender às necessidades de cada indivíduo, a fim de se mudar esse parâmetro de insatisfação quanto ao nível funcional do joelho. Pode-se dizer que esse instrumento é de real eficiência para denotar diferentes tipos de patologias no joelho de praticantes de academia e, assim, poder auxiliar no direcionamento do plano de treinamento de pessoas que apresentam baixa mobilidade funcional articular do joelho.

O joelho é uma das articulações mais acometidas por lesões tanto em atletas profissionais quanto em praticantes de atividades físicas, e uma das hipóteses para esse fato é que em consequência de sua formação óssea e complexibilidade articular, talvez o joelho não esteja apto a suportar com total êxito a postura bípede do ser humano.

A dialética acerca das discussões sobre lesões e desconfortos na articulação do joelho para a realização das atividades físicas diárias requer uma avaliação individualizada da pessoa, considerando-se fatores como volume e intensidade de treinamento, histórico de treinabilidade do aluno, desalinhamento anatômico da própria articulação, dores e/ou desconfortos contínuos.

Para tanto, o Questionário de Lysholm pode ser utilizado como ferramenta por profissionais de Educação física para buscarem identificar em que nível funcional o joelho de seus clientes/alunos se encontra e, assim, poderem manipular da melhor forma as variáveis de treinamento, buscando a manutenção de um joelho saudável para alcançarem seus objetivos perante a prática de atividades físicas orientadas.

Contudo, também se releva que o joelho direito obteve maior valor em relação ao esquerdo no caso das mulheres, assim, pode-se considerar que a lateralidade do lado dominante pode influenciar ou não no nível funcional do joelho de praticantes de academia.

Ou isso se deve à instabilidade das forças exercidas nos exercícios da musculação, pois certas pessoas possuem maior força no membro inferior direito e na hora do exercício o não conseguem dividir as forças igualmente para ambos os joelhos, ocasionando um esforço maior em um dos membros inferiores (DELGADO et al., 2004).

6 CONCLUSÃO

Com base no estudo realizado, conclui-se que grande parte da amostra se encontra com o nível funcional do joelho muito bom, caracterizando condições favoráveis à prática orientada diária de atividades de academia. Entretanto, ressalta-se um resultado dentro do grupo de mulhe-

res com um percentual importante (9,3% para joelho direito e 6,2% para o joelho esquerdo) classificado com nível insatisfatório. Esse percentual representa uma necessidade especial à qual o profissional envolvido deve atender, assim como este deve conhecer sua etiopatologia e prevenir um possível agravamento em cada caso. Apesar de haver um resultado de mulheres com pior classificação para o joelho direito, não foram encontradas diferenças significativas no grupo. Sugere-se que novas pesquisas tentem ampliar a amostra estudada e que, inclusive, ampliem relações, não apenas com dados demográficos, mas também com provas de função articular, nível de atividade física e composição corporal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. F.; PEREIRA JUNIOR, A. A. Avaliação funcional do joelho em praticantes de musculação. **Revista da faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 83-92, maio/ago. 2010.

ALBUQUERQUE, R. P. et al. Análise do protocolo funcional de Lysholm modificado em pacientes com joelhos normais. **Revista Brasileira de Ortopedia**, v. 46, n. 6, p. 668-674, 2011.

DELGADO, C. et al. Utilização do efigmomanômetro na avaliação da força dos músculos extensores e flexores da articulação do joelho em militares. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 10, n. 5, p. 362-366, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MCGINNIS, P. M. **Biomecânica do esporte e do exercício**. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2015.

SACCO, I. C. N.; TANAKA, C. **Cinesiologia e biomecânica dos complexos articulares**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

SCHULZ, D. A. **Anatomia**: Reabilitação dos ligamentos do joelho. São Paulo: Manole, 2002.

SANTOS, L. C.; PASSOS, J. E. O. S.; REZENDE, A. L. G. Os efeitos da aprendizagem psicomotora no controle das atividades de locomoção sobre obstáculos em crianças com deficiência da visão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 13, n. 3, p. 365-380, set./dez. 2007.

MATTOS, F. et al. Comparação da funcionalidade, agilidade e equilíbrio dinâmico de idosas com e sem osteoartrite de joelhos. **Revista da Educação Física da UEM**, v. 26, n. 3, p. 435-441, 2015.

GARCIA, P. A. et al. Estudo da relação entre função muscular, mobilidade funcional e nível de atividade física em idosos comunitários. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 15, n. 1, p. 15-22, jan./fev. 2011.

LIPORAC, R. F. et al. Contribuição da avaliação dos sinais clínicos em pacientes com síndrome da dor patelofemoral. **Acta Ortopédica Brasileira**, v. 21, n. 4, p. 198-201, 2013.

PIAZZA, L. et al. Avaliação isocinética, dor e funcionalidade de sujeitos com síndrome da dor patelofemoral. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 130-135, 2013.

RAMOS NETO, J. **Comparação entre duas escalas para diagnóstico auxiliar de joelho e desempenho**. 2000. (Dissertação)–Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

Agradecimentos

Agradecemos ao Departamento de Pesquisa, Graduação e Extensão da Unoesc Chapecó, pela outorga de uma bolsa de iniciação científica (UNOESC-R/2015).

ESQUEMAS DE GÊNERO DO AUTOCONCEITO E PERFIL IDIOCÊNTRICO-ALOCÊNTRICO DOS LUTADORES DE CHAPECÓ, SC, E ERECHIM, RS

Andressa M. Possa*
Mariluce Poerschke Vieira**

Resumo

O presente estudo teve como temática principal investigar o perfil psicossocial de lutadores, visto que esse aspecto, somado ao físico, técnico e tático, contribui para um melhor desempenho esportivo. Diante disso, o objetivo com este estudo foi identificar os esquemas de gênero do autoconceito e o perfil diocêntrico-alocêntrico dos lutadores das Cidades de Chapecó, SC, e Erechim, RS. A amostra deste estudo foi composta por 37 lutadores do sexo masculino e 13 do feminino nas modalidades de jiu-jítsu, muay-thai, boxe, taekendoo, karatê e judô, acima de 16 anos, participantes de campeonatos regionais e estaduais. Como instrumentos, foram utilizados questionários, e, para identificar o perfil socioeconômico e demográfico, foram utilizadas as informações de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000) e a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) (2013). Para identificar o perfil psicológico, foram utilizados o questionário Perfil Idiocêntrico-Alocêntrico, o Inventário Feminino dos Esquemas de Gênero do Autoconceito (IFEGA), para as mulheres, e o Inventário Masculino dos Esquemas de Gênero do Autoconceito (IMEGA), para os homens. Os resultados apontam que 81,9% (n=30) lutadores do sexo masculino e 69,2% (n=9) do feminino apresentam características mais coletivas, o que os classifica em um perfil heteroalocêntrico. Em relação aos esquemas de gênero, 59,5% (n=22) do sexo masculino e 53,8% (n=7) do feminino apresentam um equilíbrio

* Graduanda no Curso de Educação Física Bacharelado pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; andressa.m.possa@gmail.com

** Mestre em Ciência do Movimento Humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina; Pós-Graduada em Psicologia do Esporte pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professora do Curso de Educação Física na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; marilucekuty@hotmail.com

entre os esquemas masculino e feminino, classificando-os como isoesquemáticos. A partir desses resultados, concluiu-se que os lutadores não apresentam um perfil psicológico definido, mas tendências para determinados perfis. Nesse contexto, acredita-se que os estudos com essa temática possam servir de parâmetro para novas propostas metodológicas relacionadas ao treinamento de lutadores.

Palavras-chave: Lutadores. Esquema de gênero. Perfil idiocêntrico-alocêntrico.

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia do Esporte sempre destacou o tema relacionado à personalidade de atletas, uma vez que as principais diferenças entre eles não se encontram mais nos aspectos físicos, técnicos e/ou táticos, mas na capacidade de enfrentamento de situações específicas geradas durante toda a sua carreira desportiva (WEINBERG; GOULD, 2001; BARA FILHO; RIBEIRO, 2005).

Porém, quando são analisados traços que caracterizam a personalidade dos atletas, como, por exemplo, extroversão, dominância, agressividade, controle emocional, autoconfiança, orientação ao rendimento, desejo de vencer, concentração, persistência, competitividade, entre outros, Melo e Giavoni (2010) questionam se eles não poderiam ser agrupados de tal forma que o atleta pudesse vir a ser estudado a partir de dimensões, o que vem caracterizando os estudos transculturais em Psicologia, denominadas individualismo e coletivismo.

No que se refere ao individualismo-coletivismo, Triandis (1985, 1989) destaca que as diferentes culturas na sociedade podem formar tanto indivíduos individualistas quanto coletivistas, designando Idiocêntricos os indivíduos com traços individualistas, e Allocêntricos os indivíduos com traços coletivistas.

Com base nessa Teoria, Melo (2008) avaliou os comportamentos e atitudes de atletas em relação a si mesmos e em relação à equipe, classificando-os em grupos tipológicos, Heteroidiocêntrico (HI), Isocêntrico (ISOC) e Heteroallocêntrico (HA), em que os resultados demonstra-

ram que os perfis dos atletas diferem quanto a esses grupos. Porém, todos os grupos apresentaram perfis ideais que podem se adequar melhor para determinados esportes, em situações específicas do jogo e nas diferentes posições em quadra.

Por outro lado, as pesquisas psicossociais existentes no Brasil que analisam o comportamento competitivo, considerando os esquemas de gênero, ainda são pouco exploradas. Isso gera uma urgente necessidade de coletar informações que auxiliem a construção de um arcabouço identitário, a fim de contribuir para o aumento de seu rendimento competitivo (SERASSUELO JUNIOR, SOUZA OLIVEIRA, SIMÕES, 2009).

A Teoria dos Esquemas de Gênero está relacionada ao processo de tipificação sexual e é resultante de uma esquematização baseada no gênero, sendo o autoconceito assimilado pelo esquema de gênero, classificando o indivíduo em esquemático, sujeito tipificado sexualmente, e não esquemático, sujeito que apresenta uma tendência de sexo cruzado (BEM, 1981).

No Brasil, Melo e Giavoni (2010) desenvolveram um estudo referente aos esquemas de gênero, com atletas, e classificaram-nos em Heteroesquemático Feminino, indivíduos com características femininas, Heteroesquemático masculino, com características masculinas, e Isoesquemático, indivíduos que apresentam uma simetria entre os esquemas masculino e feminino. Nesse estudo elas ressaltam que não existe um único perfil psicológico, mas diversos, que necessitam ser discriminados por modalidades, e esse perfil pode vir a depender das diferentes posições e situações de jogo, assim como o perfil idiocêntrico-alocêntrico.

Por fim, este estudo justifica-se pela desmistificação de alguns conceitos referentes aos lutadores no que diz respeito aos esquemas de gênero do autoconceito e ao perfil idiocêntrico-alocêntrico deles, justamente pelas lutas estarem se difundindo nas escolas, academias, associações e clubes. E, no setor competitivo, percebe-se a importância da realização de investigações pautadas na exploração desse perfil para atletas de várias modalidades, inclusive nas lutas. Além disso, estudos com

essa temática podem servir de parâmetro para auxiliar na periodização do treinamento e melhorar o desempenho atlético.

Diante desse cenário, este estudo teve como objetivo principal identificar os esquemas de gênero do autoconceito e o perfil idiocêntrico-alocêntrico dos atletas das Cidades de Chapecó, SC, e Erechim, RS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Grécia Antiga é tida como o berço da Psicologia Esportiva, pois ali alguns filósofos, como Aristóteles e Platão, especularam sobre a função perceptual e motora do movimento por meio dos conceitos de corpo e alma. Com isso, o desenvolvimento da Psicologia Esportiva se confunde com o desenvolvimento da Psicologia Geral, em razão da sua base filosófica (BARRETO, 2003).

Mas foi no final do século XIX que a relação entre Esporte e Psicologia começou a se estabelecer a partir de estudos pioneiros sobre os efeitos dos aspectos psicológicos no esporte e a aprendizagem das habilidades psicomotoras (LIMA, 2002).

No Brasil, Melo (2008) buscou descobrir qual o perfil psicológico de atletas a partir da Teoria do Individualismo-Coletivismo e do Modelo Interativo, concluindo que não existe um perfil psicológico ideal para atletas, mas que os diferentes perfis podem se adequar melhor a um ou outro desporto, dependendo do perfil de cada um.

Porém, percebe-se que o estudo dessa dicotomia (individualismo-coletivismo) não é recente. Gouveia et al. (2002) ressaltam que, na Sociologia, Durkheim (1893, 1984) já tratava tal dicotomia como solidariedade mecânica, similar ao coletivismo, o qual indica que a sociedade seria construída em decorrência das semelhanças dos membros no coletivo, e como solidariedade orgânica, similar ao individualismo, indicando que com o passar do tempo seria como um organismo biológico com seus membros mais autônomos e ao mesmo tempo interdependentes (TRIANDIS, 2002; GOUVEIA et al., 2003).

Mas foi a partir dos estudos de Hofstede que o individualismo-coletivismo assumiu grande enfoque, revelando os padrões valorativos, cognitivos, afetivos e comportamentais das mais diversas culturas (MELO, 2008). No entanto, Triandis (1989, 1993, 2001) ressalta que o individualismo é característico de culturas complexas as quais apresentam mobilidade social e geográfica, em que a experiência social se organiza em torno de indivíduos autônomos. Já o coletivismo desenvolve fortes laços associativos do indivíduo com os seus grupos de pertença, valorizando a tradição familiar, o clã, a tribo, a religião e visando à cooperação e ao compromisso entre os membros do grupo (GOUVEIA, 2006).

Para diferenciar o individualismo e o coletivismo, Triandis et al. (1985) sugeriram uma nomenclatura nos planos cultural e pessoal; no plano cultural, os termos permaneceram os mesmos, enquanto no plano pessoal, os indivíduos com traços individualistas, os quais apresentam autoconceito independente de seus grupos de pertença e caracterizam-se pelo distanciamento emocional, foram apontados como idiocêntricos, e os indivíduos com predomínio de traços coletivistas, os quais apresentam um autoconceito interdependente, valorizando a integridade da família e os laços de solidariedade com o grupo de pertença, como allocêntricos.

O estudo de McCutcheon e David (1999) com atletas de basquete e beisebol demonstrou que atletas individualistas se sentem desmotivados para praticar esportes coletivos e não gostam de estar presentes em momentos de grande coesão. Esse estudo corrobora o de Triandis (1989), que afirma que a inserção de indivíduos com características idiocêntricas em grupos allocêntricos determina uma discrepância entre as cognições, afetos e comportamentos desses indivíduos em relação às normas e valores do grupo.

A partir da Teoria do Individualismo-Coletivismo, Melo (2008) classificou os atletas em Heteroidiocêntricos, sujeitos que apresentam o predomínio do Idiocentrismo sobre o Allocentrismo, Isocêntricos, sujeitos que apresentam equilíbrio entre o Idiocentrismo e o Allocentrismo, e Heteroallocêntricos, sujeitos com predomínio do Allocentrismo sobre o Idiocentrismo. Para chegar a essa classificação, a autora subdividiu o

idiocentrismo em três categorias: Autorrealização e Competitividade, Hedonismo e Distância Emocional da Equipe e Alocentrismo, que é subdividido em Interdependência e Integridade da Equipe.

De acordo com Melo (2008), na autorrealização valoriza-se a hierarquia, a busca do sucesso pessoal, fama, poder, autorrealização, *status* social e riqueza. Já no Hedonismo busca-se o prazer, a gratificação pessoal, a superação, a criatividade, a ousadia, a independência e a liberdade. Na Distância Emocional da Equipe se avalia a distância emocional do atleta em relação à sua equipe. Para a escala de Alocentrismo, no fator Nível de Alocentrismo avalia-se a preocupação com a integridade da equipe, na qual o *self* assume uma atitude submissa, valorizando a hierarquia, a tradição (respeito, compromisso), a conformidade e a segurança, restringindo ações e impulsos que possam incomodar ou ferir os outros.

No entanto, outro fator relacionado à personalidade do indivíduo é o autoconceito, sistema que associa, organiza e coordena a variedade de imagens, esquemas, teorias, conceitos, metas e ideais que possuímos de nós mesmos (GIAVONI, 2000). Sua estrutura é formada por uma série de estruturas menores que Markus (1977) denominou autoesquemas.

Na Teoria do Autoesquema, Markus (1977) observa que a interação do indivíduo com os conceitos sociais de masculinidade e feminilidade resulta em nível cognitivo, na formação de autoesquemas relacionados ao gênero. Quando em presença de estímulos específicos, esses autoesquemas tendem a se agrupar formando duas estruturas cognitivas distintas: o esquema masculino e o esquema feminino. Essas estruturas, entretanto, diferem de indivíduo para indivíduo, pois estão diretamente relacionadas às vivências que estes tiveram com questões relativas ao gênero.

O esquema masculino é constituído por características que provêm do conceito de masculinidade e seus principais fatores são o egocentrismo (reúne os fatores agressividade e indiferença), a racionalidade e a ousadia. Já o esquema feminino é constituído por características que provêm do conceito de feminilidade e tem como fatores principais a integridade (reúne os fatores tolerância e responsabilidade), a insegurança,

a sensualidade, a emotividade e a sensibilidade (GIAVONI; TAMAYO, 2000).

Para avaliar a interação entre os esquemas de gênero, Giavoni (2000) utilizou o Modelo Interativo, o qual pode ser decomposto em três variáveis matemáticas (ângulo, distância e intensidade de interação) que, psicologicamente, explicam as diferenças perceptivas, cognitivas, afetivas e comportamentais (GIAVONI, 2000; GIAVONI; TAMAYO, 2010). A variável ângulo avalia a proporcionalidade entre os esquemas, e dela resultam três grupos principais: os Heteroesquemáticos Masculinos (HM), os Heteroesquemáticos Femininos (HF) e os Isoesquemáticos (ISOE) (GIAVONI, 2000; GIAVONI; TAMAYO, 2003, 2005, 2010).

Segundo Leite (2009), os indivíduos HM tendem a perceber e assimilar melhor os estímulos representativos da masculinidade, o que propicia respostas comportamentais condizentes com a estrutura do esquema dominante. Os indivíduos HF percebem e assimilam melhor os estímulos representativos da feminilidade e apresentam respostas cognitivas, afetivas e comportamentais consistentes com a estrutura desse esquema. Já os indivíduos ISOE apresentam simetria no nível de desenvolvimento dos esquemas e tendem a apresentar respostas cognitivas, afetivas e comportamentais consistentes com a estrutura dos dois esquemas.

Diante dessa revisão teórica, percebe-se que tanto a Teoria do Individualismo-Coletivismo quanto a dos Esquemas de Gênero do Autoconceito apresentam características muito nítidas no esporte de alto rendimento, individual ou coletivo, as quais devem ser estudadas para auxiliar o desenvolvimento do atleta durante o treinamento e a competição.

3 MATERIAIS E MÉTODO

3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, exploratória e qualitativa, que utiliza técnicas quantitativas (GAYA, 2008; GIL, 2010). Trata-se, ainda, de uma pesquisa com delineamento transversal e

não probabilística, em que o pesquisador escolhe alguns elementos para fazer parte da amostra, com base no seu julgamento, entre aqueles que seriam representativos da população (MARCONI; LAKATOS, 1999).

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população foi composta por lutadores que participam de campeonatos regionais e estaduais nas modalidades de muay-thay, boxe, judô, jiu-jitsu, karatê e taekendo; a amostra foi composta de 37 pessoas do sexo masculino e 13 do feminino, representantes dos Municípios de Chapecó, SC, e Erechim, RS. Consideraram-se critérios de inclusão ter idade mínima de 16 anos, participar de competição de alto rendimento, treinar de forma sistematizada há, no mínimo, um ano, treinar no mínimo três vezes por semana, estar treinando regularmente no período da coleta de dados e concordar em participar do estudo após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3.3 INSTRUMENTOS DE MEDIDA

O primeiro instrumento foi um questionário com características sociodemográficas e econômicas e informações referentes ao treinamento. As questões referentes às características dos lutadores e do treinamento foram elaboradas pela própria autora. As características sociodemográficas baseiam-se no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000), e as características econômicas, na Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP) (2013). A ABEP determina o nível econômico do indivíduo por meio da posse de bens móveis e o grau de escolaridade do chefe da família, classificando-o nas classes A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E. Para um melhor agrupamento dos dados, neste estudo, estes foram divididos em: Classe Alta (A1 e A2), Classe Média (B1, B2 e C1, C2) e Classe Baixa (D e E).

O segundo questionário foi o Inventário de Perfil Idiocêntrico-Alocêntrico proposto por Melo (2008), que tem como objetivo classifi-

car o lutador como indivíduo Heteroidiocêntrico, Heteroalocêntrico e/ou Isocêntrico.

O terceiro questionário aplicado foi referente ao autoconceito de gênero, em que os lutadores do sexo masculino responderam ao Inventário Masculino dos Esquemas de Gênero do Autoconceito (IMEGA), proposto por Giavoni e Tamayo (2003), e os do sexo feminino responderam ao Inventário Feminino dos Esquemas de Gênero do Autoconceito (IFEKA), proposto por Giavoni e Tamayo (2005). Com esses questionários se avaliou o esquema de gênero, classificando os indivíduos em Heteroesquemáticos Masculinos, Heteroesquemáticos Femininos e Isoesquemáticos.

3.4 COLETA DE DADOS

A coleta aconteceu durante as principais competições realizadas na região Oeste do Estado de Santa Catarina e na região Norte do Rio Grande do Sul. Primeiramente, foi realizado um contato com os técnicos por telefone ou presencialmente para marcar o dia, o local e o melhor horário para a coleta, sendo esta feita por meio de questionários. A aplicação dos questionários teve a duração de 30 a 40 minutos, e os lutadores responderam individualmente.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

O programa estatístico utilizado para a análise dos dados foi o *software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) for Windows®* versão 20.0. Primeiramente, foram realizadas análises descritivas, frequência absoluta e relativa, média e desvio padrão para a caracterização dos atletas quanto aos aspectos sociodemográficos, econômicos, esportivos, psicológicos e sociais. Além dessas medidas, foram utilizados os testes qui-quadrado e o Teste U de Mann-Whitney para verificar as possíveis diferenças entre as variáveis.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da Tabela 1 apresentam que $n=22$ (59,5%) lutadores do sexo masculino e $n=13$ (100%) do sexo feminino residem em Chapecó, SC, e o restante (40,5%) em Erechim, RS, apresentando uma diferença significativa na origem dos lutadores, na qual a maioria dos participantes representam o Município de Chapecó, SC. Em relação ao estado civil dos lutadores do sexo masculino, $n=24$ (64,9%) vivem sem companheiro e $n=13$ (35,1%) com companheiro. Já no sexo feminino $n=9$ (69,2%) vivem sem companheiro e $n=4$ (30,8%) com companheiro. No que diz respeito à cor da pele, $n=26$ (70,3%) do sexo masculino e $n=10$ (76,9%) declararam-se de cor branca.

Além desses resultados, a Tabela 1 também aponta que $n=23$ (62,2%) do sexo masculino e $n=9$ (69,2%) do feminino pertencem à classe econômica média, e $n=21$ (56,8%) do sexo masculino e $n=8$ (61,5%) do sexo feminino cursaram o Ensino Médio. O maior número de participantes do sexo masculino luta muay-thai ($n=14$, 37,8%) e do feminino ($n=6$, 46,2%) taekendoo, seguidas das demais modalidades; porém, o sexo feminino não apresentou participantes na luta muay-thai e no judô. Nessa variável há uma diferença significativa entre os sexos, em que somente na modalidade de boxe e karatê houve o mesmo número de homens e mulheres participantes. Nas demais modalidades o número de homens participantes foi maior.

Tabela 1 – Características sociodemográfica, econômica e esportiva dos lutadores participantes

		Masculino		Feminino		p
		n	%	n	%	
Origem	Chapecó	22	59,5	13	100	,011*
	Erechim	15	40,5	-	-	
Estado civil	Sem companheiro	24	64,9	9	69,2	1,00
	Com companheiro	13	35,1	4	30,8	
Cor da pele	Preta	4	10,8	-	-	,447
	Branca	26	70,3	10	76,9	
	Parda	2	5,4	-	-	
	Amarela	5	13,5	3	23,1	
Classe Econômica	Baixa	12	32,4	4	30,8	,892
	Média	23	62,2	9	69,2	
	Alta	2	5,4	-	-	
Grau de instrução	Fundamental I	1	2,7	-	-	,624
	Fundamental II	7	18,9	4	30,8	
	Médio	21	56,8	8	61,5	
	Superior	8	21,6	1	7,7	
Modalidades	Boxe	4	10,8	4	30,8	,029*
	Muay-thai	14	37,8	-	-	
	Judô	6	16,2	-	-	
	Karatê	1	2,7	1	7,7	
	Taekendoo	9	24,3	6	46,2	
	Jiu-Jítsu	3	8,1	2	15,4	

Fonte: os autores.

Nota: Frequência absoluta (n). Frequência relativa (%). * Teste quiquadrado – valor de referência $p < 0,05$.

Resultados que diferem do estudo de Andrade et al. (2014) com lutadores de jiu-jítsu, os quais declararam pertencer a uma classe econômica alta e em termos de escolaridade concluíram o Ensino Superior.

No que se refere à diferença entre os sexos, neste estudo, percebe-se que os homens tiveram uma maior participação em lutas em relação às mulheres, o que vai ao encontro com o que diz Saraiva (2005) quando coloca que as lutas são sugeridas aos homens, bem como com Cardoso et al. (2010), os quais ressaltam que os homens preferem atividades competitivas e agressivas, enquanto as mulheres atividades mais

individualizadas. No entanto, o que se observa é que as mulheres estão cada vez mais participando de esportes considerados mais masculinos. De acordo com Cardoso (2008), essas diferenças entre homens e mulheres estão na preferência e habilidade nas atividades esportivas.

Percebe-se na Tabela 2 que a idade média dos lutadores do sexo masculino é de 21 anos (DP=5,01) e do sexo feminino é de 19,23 anos (DP=3,46). No que se refere ao tempo de prática sistematizada, nota-se que as mulheres treinam há mais tempo que os homens, sendo que elas declararam treinar há quatro anos (DP=2,21), e eles, há 3,56 anos (DP=3,63). Elas também declararam que treinam em média 0,84 minutos (DP=0,89) com uma frequência semanal de 4,77 (DP=1,23) vezes por semana, enquanto eles treinam em média 0,48 minutos (DP=0,73) e 4,46 (DP=1,09) vezes por semana. Porém, esses resultados não apresentam diferenças significativas entre os sexos.

Tabela 2 – Características esportivas dos lutadores participantes

	Masculino		Feminino		p
	X	DP	X	DP	
Idade	21,0	5,01	19,23	3,46	,270
Tempo de prática sistematizada	3,56	3,63	4,00	2,21	,265
Duração de treino	0,48	0,73	0,84	0,89	,177
Frequência semanal treino	4,46	1,09	4,77	1,23	,375

Fonte: os autores.

Nota: Média (X). Desvio Padrão (DP). Teste U de Mann-Whitney - valor de referência $p < 0,05$.

De acordo com De Rose Junior et al. (2004) e Mahl e Raposo (2007), esse é um tempo adequado para o atleta adquirir experiências desportivas competitivas. Mas, no que diz respeito às mulheres treinarem mais do que os homens, os resultados aqui encontrados diferem do estudo de Deanerc, Balish e Lombardo (2015), os quais relatam que os homens praticam esportes mais frequentemente do que as mulheres, pelo menos duas vezes mais.

A Tabela 3 apresenta os resultados referentes ao perfil psicológico dos lutadores no que diz respeito ao perfil Idiocêntrico-Alocêntrico e aos Esquemas de Gênero.

Percebe-se, nesta Tabela, que há uma predominância do perfil heteroalocêntrico nos lutadores do sexo masculino em 81,1% (n= 30), e do feminino em 69,2% (n= 09), o que indica que eles possuem traços coletivos, indiferente se a modalidade de luta é uma disputa individual. Os resultados na Tabela 3 também apresentam uma predominância para o perfil ISOE nos lutadores do sexo masculino, n=22 (59,5%), e no sexo feminino, n=7 (53,8%), isto é, os indivíduos apresentam um equilíbrio entre os esquemas masculino e feminino, podendo mostrar características mais delicadas, bem como mais ousadas, brutas.

No entanto, identificou-se uma diferença significativa entre os sexos, embora a maioria dos lutadores apresente um perfil ISOE. Acredita-se que a principal diferença entre os sexos está relacionada aos lutadores, que não são ISOE, mas que apresentam um perfil HF e HM. Nesse enfoque, analisando somente mulheres e homens não ISOE, nota-se que há uma proporção maior de mulheres com um perfil HF, isto é, mais sensíveis, emotivas, inseguras, bem como uma proporção maior de homens HM, ousados, firmes, corajosos, guerreiros.

Tabela 3 – Esquemas de Gênero e Perfil Idiocêntrico-Alocêntrico dos participantes

		Masculino		Feminino		p
		n	%	n	%	
Perfil I-A	IDIO	-	-	2	15,4	,080
	ISOC	7	18,9	2	15,4	
	ALO	30	81,1	9	69,2	
Esquemas de Gênero	HF	2	5,4	5	38,5	,005*
	ISOE	22	59,5	7	53,8	
	HM	13	35,1	1	7,7	

Fonte: os autores.

Nota: HF - Heteroesquemático feminino; ISOE - Isoesquemático; HM - Heteroesquemático masculino; IDIO - idiocêntrico; ISOC - Isocêntrico; ALO - Alocêntrico. *Teste qui-quadrado - valor de referência $p < 0,05$.

Referindo-se aos indivíduos que apresentam o perfil heteroalocêntrico, Melo e Giavoni (2010) ressaltam que eles demonstram atitudes mais igualitárias em relação às suas metas, aquelas pertinentes aos membros da equipe. Diante disso, fica evidente que os lutadores estão

sempre preocupados com o bem-estar de sua equipe, com a integridade, valorizam a hierarquia, a tradição, bem como o respeito, o compromisso, a conformidade e a segurança de todos, assim, restringindo ações que possam ferir ou incomodar os outros componentes da equipe.

Sob outro enfoque, Triandis et al. (1985) e Triandis (1989, 1995) destacam que em ambas as culturas existem indivíduos com traços individualistas e coletivistas, o que também explica encontrar indivíduos coletivistas em modalidades individuais, nesse caso, as lutas.

Além desses, outro fato que explica a coletividade nos lutadores são as próprias regras, pois, geralmente, há um somatório de pontos para a equipe no final da competição, mesmo buscando um resultado positivo individualmente. Além disso, as características de um indivíduo heteroalocêntrico são distintas aos lutadores no ambiente social e no seu desenvolvimento, o que, segundo Massa, Uezu e Böhme (2010), ultrapassa os limites do tatame, e os lutadores conseguem compartilhar os processos de treinamento, competições e seletivas, sem deixar a competitividade por uma vaga interferir na relação de amizade.

No que se refere ao equilíbrio, a simetria entre os esquemas masculino e feminino (GOMES, 2007; MARQUES et al., 2010; GOMES et al., 2011), aponta que, geralmente, isso acontece em uma disputa, na qual existe a necessidade de ataque e recuo, quando necessário. No entanto, as diferenças encontradas entre os sexos confirmam o estudo de Cardoso e Sacomori (2012), em que os homens se percebem mais masculinos e as mulheres mais femininas. Esses autores ressaltam que uma mulher pode ter características muito femininas em sua cultura, mas possuir uma capacidade de liderança muito proeminente, que acabe masculinizando o seu comportamento ou a percepção que os outros têm dela.

Quanto aos esportes competitivos, incluindo as lutas, são apontados como esportes masculinos ou com maiores características masculinas, mas os estudos comprovam que mulheres empenhadas no esporte recebem crítica similar de desvio (BEM, 1974; HARRISON; LYNCH, 2005). Em relação às características de masculinidade e feminilidade, Melo, Giavoni e Tróccoli (2004) assinalam que elas constituem o esporte

em geral, mas podem interferir no julgamento dos indivíduos, principalmente quando o sexo do atleta contraria a característica do esporte praticado.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que não há um perfil psicológico definido para os lutadores, mas uma predominância para o perfil heteroalocêntrico e iso-esquemático, o que determina que os indivíduos apresentam características mais coletivistas, mais grupais e um equilíbrio entre os comportamentos masculinos e femininos, necessários tanto no tatame quanto no grupo em que estão inseridos. Porém, ressalta-se que o número de participantes pode ter interferido nos resultados, pois foram encontradas dificuldades para coletar os dados; muitos lutadores não aceitaram participar do estudo.

Mas, diante dos resultados encontrados, foi possível detectar a importância dessa temática, pois pode servir de parâmetro para auxiliar na periodização do treinamento e melhorar o desempenho dos lutadores e atletas no geral.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. et al. Tempo de reação, motivação e caracterização sociodemográfica de atletas iniciantes de Jiu-Jitsu. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 22, n. 1, p. 111-121, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Critério de Classificação Econômica**. 2013. Disponível em: <<http://www.abep.org/new>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

BARA FILHO, M. G.; RIBEIRO, L. C. S. Personalidade e esporte: uma revisão. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 13, n. 2, p. 101-110, 2005.

BARRETO, J. A. **Psicologia do esporte para o atleta de altorendimento**. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

BEM, S. L. Gender schema theory: A cognitive account of sex typing. **Psychological Review**, v. 88, i. 4, p. 354, 1981.

BEM, S. L. The measurement of psychological androgyny. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 42, p. 155-162, 1974.

CARDOSO, F. L. et al. O impacto da identidade de gênero na autoavaliação corporal e motora de atletas de ambos os sexos. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 17, n. 4, p. 64-71, 2010.

CARDOSO, F. L. O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo, gênero e motricidade. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 42, n. 1, p. 69-79, 2008.

CARDOSO, F. L.; SACOMORI, C. Identidade de gênero/sexo de atletas e sedentários. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, v. 34, n. 4, p. 925-941, 2012.

DEANER, R. O.; BALISH, S. M.; LOMBARDO, M. P. Sex Differences in Sports Interest and Motivation: An Evolutionary Perspective. **Evolutionary Behavioral Sciences**, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1037/ebs0000049>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

DE ROSE JUNIOR, D. et al. Situações de jogo como fonte de “stress” em modalidades esportivas coletivas. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 18, n. 4, p. 385-395, 2004.

GAYA, A. **Ciências do movimento humano**: introdução à metodologia da pesquisa. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GIAVONI, A. **A interação entre os esquemas masculino e feminino do autoconceito**: modelo interativo. 2000. 259 p. Tese (Doutorado em Psicologia)–Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2000.

GIAVONI, A.; TAMAYO, A. Inventário dos Esquemas de Gênero do Autoconceito (IEGA). **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 16, p. 175-184, 2000.

GIAVONI, A.; TAMAYO, A. Inventário feminino dos esquemas de gênero do autoconceito. **Estudos de Psicologia**, v. 10, p. 25-34, 2005.

GIAVONI, A.; TAMAYO, A. Inventário masculino dos esquemas de gênero do autoconceito. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 19, n. 3, p. 249-259, 2003.

GIAVONI, A.; TAMAYO, A. The psychological synthesis evaluated by the interactive model. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Rio Grande do Sul, v. 23, p. 187-194, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, A. R. et al. Avaliação da Composição Corporal e dos Níveis de Aptidão Física de Atletas de Futsal Classificados Segundo a Tipologia dos Esquemas de Gênero. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 17, n. 3, p. 156-160, maio/jun. 2011.

GOMES, S. A. **Tipologia dos esquemas de gênero e os níveis de aptidão física dos atletas de futsal**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2007.

GOUVEIA, V. et al. Dimensões normativas do individualismo e coletivismo: é suficiente a dicotomia pessoal vs. social? **Revista Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 2, p. 223-234, 2003.

GOUVEIA, V. et al. Escala multi-fatorial de individualismo e coletivismo: elaboração e validação de constructo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 2, p. 203-212, 2002.

GOUVEIA, V. O individualismo e o coletivismo normativo: comparação de dois modelos. In: GOUVEIA, V.; ROS, M. (Org.). **Psicologia Social dos Valores Humanos**. São Paulo: Senac, 2006.

HARRISON, L. A.; LYNCH, A. B. Social role theory and the perceived gender role orientation of athletes. **Sex roles**, v. 52, n. 3-4, p. 227-236, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados**: cidades. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 abr. 2015.

LIMA, N. S. **Psicologia do Esporte**: trajetórias de uma nova prática. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MAHL, A.; RAPOSO, J. V. Perfil psicológico de prestação de jogadores profissionais de futebol do Brasil. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 7, n. 1, p. 80-91, 2007.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARKUS, H. Self-information and processing information about the self. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 35, p. 63-78, 1977.

MARQUES, R. da S. et al. Os níveis de estresse pré-competitivo de atletas classificados segundo a tipologia dos esquemas de gênero. **Motriz Revista de Educação Física**, v. 16, n. 1, p. 59-68, 2010.

MASSA, M.; UEZU, R.; BÖHME, M. T. S. Judocas olímpicos brasileiros: fatores de apoio psicossocial para o desenvolvimento do talento esportivo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 471-481, 2010.

MCCUTCHEON, L. E.; DAVID, D. Can individualists find satisfaction participating in interactive team sports? **The of Sports Behavior**, v. 22, i. 4, p. 570-577, 1999.

MELO, G. F. de.; GIAVONI, A.; TRÓCCOLI, B. T. Estereótipos de gênero aplicados a mulheres atletas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 20, n. 3, p. 251-256, 2004.

MELO, G. F.; GIAVONI, A. O perfil psicológico de atletas baseado na teoria do individualismo e do coletivismo. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, v. 3, n. 1, p. 2-18, 2010.

MELO, G. F. **Perfil psicológico de atletas brasileiros baseado na teoria do individualismo-coletivismo e na metodologia do modelo interativo**. 2008. Tese (Doutorado em Educação Física)–Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2008.

SARAIVA, M. do C. **Co-educação física e esportes: quando a diferença é mito**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

SERASSUELO JUNIOR, H.; SOUZA OLIVEIRA, S. R. de; SIMÕES, A. C. Avaliação das tendências competitivas de atletas de judô: uma análise entre gêneros. **Revista da Educação Física**, Maringá: Universidade Estadual de Maringá, v. 20, n. 4, p. 519-528, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/viewFile/6353/5229>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

TRIANDIS, H. The self and social behavior and differing cultural contexts. **Psychological Review**, v. 96, i. 3, p. 506-520, 1989.

TRIANDIS, H. Collectivism and individualism as cultural syndromes. **Cross-Cultural Research**, v. 27, p. 155-180, 1993.

TRIANDIS, H. et al. Allocentric versus idiocentric tendencies: convergent and discriminant validation. **Journal of Research in Personality**, v. 19, i. 4, p. 395-415, 1985.

TRIANDIS, H. **Individualism and collectivism**. Boulder: West View Press, 1995.

TRIANDIS, H. Individualism and collectivism: past, present, and future. In: MATSUMOTO, D. (Ed.). **The Handbook of Culture and Psychology**. New York: Oxford University Press, 2001.

TRIANDIS, H. Individualism-collectivism and personality. **Journal of Personality**, v. 69, i. 6, p. 907-924, 2002.

WEINBERG, R. S.; GOULD, D. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ESTADO DE HUMOR E HIDROGINÁSTICA: UM ESTUDO QUASE EXPERIMENTAL COM IDOSAS

Aline de Oliveira Martins^{*}
Vania Mari Rossato^{**}
Maria Denise Justo Panda^{***}
Rafael Cunha Laux^{****}
Daniela Zanini^{*****}

Resumo

O cenário do envelhecimento humano tem sido ampliado, provocando preocupação com o aumento significativo da expectativa de vida. Com o avanço da idade, há mudanças biológicas, psicológicas e sociais. O estado de humor nesse processo pode ser influenciado pelo convívio social e atividade física, sejam estes negativos sejam positivos. Dessa forma, neste estudo teve-se como objetivo verificar o estado de humor antes e após uma sessão de hidroginástica em idosas praticantes da modalidade. Participaram deste estudo caracterizado como quase experimental 65 idosas praticantes de hidroginástica com $63,01 \pm 3,79$ anos de idade. Para a avaliação do estado de humor, foi utilizado o teste *Profile Of Mood*

^{*} Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Educação Física pela Universidade de Cruz Alta; mestranda em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria; martinsaline@live.com

^{**} Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina; Especialista em Educação Física Escolar pela Universidade de Cruz Alta; Professora do Curso de Educação Física da Universidade de Cruz Alta; vrossato@unicruz.edu.br

^{***} Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção, reconhecido pela Universidade Federal de Santa Catarina; Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Jaén, Espanha; Professora do Curso de Educação Física da Universidade de Cruz Alta; dpanda@ibest.com.br

^{****} Especialista em Personal Training pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; mestrando em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria; rafael-laux@hotmail.com

^{*****} Mestre em Avaliação e Prescrição de Atividades Físicas e Desportivas pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Pós-graduada, nível de especialização, em Treinamento Esportivo pela Universidade Norte do Paraná; Professora do Curso de Educação Física da UNOESC Campus de Chapecó; daniela.zanini@unoesc.edu.br

States (POMS), que avalia seis estados: tensão, depressão, raiva, vigor, fadiga e confusão mental, sendo a aplicação realizada em uma das aulas de hidroginástica, antes e após os exercícios. Os dados foram tratados no programa SPSS®, versão 21.0, utilizando a estatística descritiva de mediana e percentil (25-75) e estatística inferencial com o teste de Wilcoxon ($p < 0,05$). Os resultados encontrados foram diminuição em todas as dimensões negativas e aumento do aspecto positivo entre os momentos pré e pós a sessão de hidroginástica. No entanto, os fatores negativos que reduziram foram: tensão ($p = 0,039$), depressão ($p = 0,002$), raiva ($p = 0,028$) e confusão mental ($p = 0,015$). Na perturbação total do humor (PTH) foi encontrada diferença significativa ($p = 0,008$). Portanto, pode-se concluir que a hidroginástica aplicada nesse Programa de terceira idade pode ter interferência positiva nas dimensões negativas do estado de humor. Palavras-chave: Hidroginástica. Idosas. Estado de humor.

1 INTRODUÇÃO

O cenário do envelhecimento humano tem sido ampliado. Na última década a projeção ultrapassou as expectativas e aponta, ainda, aumento significativo da expectativa de vida em todo o mundo. Além do aumento da expectativa de vida, a qualidade de vida desses idosos tem sido melhorada.

Um dos fatores influenciadores nessa melhora na qualidade de vida é a prática de exercícios físicos, os quais promovem, além de melhora nos aspectos biológicos, aumento da socialização e de fatores psicológicos. Entre a gama de exercícios físicos, pode-se destacar para os idosos a hidroginástica, uma aula coletiva com exercícios que utilizam a água como fonte de sobrecarga evitando-a em articulações por serem realizados no meio aquático.

No entanto, é importante compreender a multidimensionalidade do ser humano, visto que os fatores emocionais interferem sobre o físico e vice-versa. Não se pode ignorar as inter-relações e interpolarizações do físico, social, psicológico e espiritual na formação do ser humano, pois se estará fazendo uma leitura limitada.

Sabe-se, ainda, que as questões emocionais se evidenciam com o envelhecimento. O estado de humor, que engloba fatores emocionais positivos e negativos, passa por modificações e pode ser influenciado pelo convívio social e pela atividade física, pois além dos aspectos fisiológicos, o exercício físico acarreta interferências nas questões emocionais.

Considerando as mudanças ocorridas no indivíduo durante o processo de envelhecimento e que as atividades físicas coletivas podem favorecer as variáveis psicológicas por meio da inserção social, neste estudo tem-se como objetivo verificar o estado de humor antes e após uma sessão de hidroginástica em idosas praticantes da modalidade.

Para isso, avaliou-se o estado de humor de 65 sujeitos, mulheres, com idade de $63,01 \pm 3,79$ anos de idade, participantes do Programa Ative-se/Unati antes e após uma aula de hidroginástica. Utilizou-se o questionário *Profile Of Mood States (POMS)*, que avalia o humor dividindo-o em seis aspectos (tensão, depressão, raiva, vigor, fadiga e confusão mental). Os dados foram analisados utilizando o SPSS® 21.0 para Windows.

Observou-se a diminuição de algumas dimensões negativas e o aumento do aspecto positivo do humor após a sessão de hidroginástica. Os fatores negativos que reduziram foram tensão ($p=0,039$), depressão ($p=0,002$), raiva ($p=0,028$) e confusão mental ($p=0,015$). Houve também uma diminuição na perturbação total do humor ($p=0,008$). A sessão de hidroginástica foi capaz de melhorar o humor das idosas.

2 IDOSOS, ESTADO DE HUMOR E A HIDROGINÁSTICA

Estima-se que o Brasil, em 2025, será o sexto país com maior população idosa, tendo mais adultos e idosos do que crianças, provocando uma inversão na pirâmide etária (BRASIL, 2013). Esse aumento da expectativa de vida está relacionado a fatores como a baixa na taxa de fecundidade e mortalidade infantil, a melhoria da infraestrutura básica de saúde e condições de saneamento e os avanços da medicina e da tecnologia, permitindo o processo de envelhecimento da população (SILVA; BARBOSA, 2014).

As características do processo de envelhecimento são biológicas, psicológicas e sociais. Entre as características biológicas pode-se destacar a alteração da composição corporal em razão da qual ocorrem a atrofia muscular, o aumento da proporção de gordura e a diminuição da elasticidade na pele e da massa óssea, o que pode levar à osteoporose. Já entre as modificações psicológicas encontram-se a ansiedade, o estresse, a insônia, a depressão, a desmotivação, o pessimismo e as mudanças de valores. E as modificações sociais são abalizadas pela aposentadoria, socialização, diferentes oportunidades, mudanças de papéis, perdas e ganhos (LOESER, 2006).

As relações pessoais têm se tornado cada vez mais complexas, e muitas pessoas não se sentem satisfeitas e tranquilas em seu convívio familiar e social; com isso, os níveis de tensão e insegurança vão se tornando significativos, alterando o seu estado de humor. Nesse sentido, torna-se importante compreender a multidimensionalidade do ser humano. Os fatores emocionais interferem no físico e vice-versa; isso quer dizer que não se pode abordar a temática de forma fragmentada. Considerar de maneira isolada as questões de inter-relações e interpolarizações do físico, do social, do psicológico e do espiritual na formação do ser humano significa fazer uma leitura limitada do humano (REBUSTINI, 2005).

Os sentimentos são uma das formas motivadoras fundamentais para a realização de determinado ato e que, com muita frequência, convertem-se em motivos para a conduta do homem (POLITO; BERGAMASHI, 2003).

A emoção refere-se ao sentimento específico e seus pensamentos distintos, estados psicológicos e biológicos, que levam às diversas tendências de agir. Um estado emocional específico é ditado por determinadas sensações que são dominantes em um dado momento, gerando mudanças comportamentais. Uma determinada emoção torna as pessoas melancólicas, tímidas ou alegres (REBUSTINI, 2005).

O emocional está diretamente ligado a diversos sentimentos, sejam eles negativos (tensão, raiva, fadiga e depressão) sejam positivos (autoestima, vigor e bem-estar). Um aspecto muito relevante quanto aos objetivos e efeitos da atividade física e sua relação com o estado emocio-

nal é que os exercícios físicos acarretam interferências na autoestima, no bem-estar e na percepção dos níveis de esforço.

A prática regular de atividade física auxilia na estabilização e/ou melhora da condição física e também no processo de integração social e socialização. Estudos comprovam o benefício da prática regular de atividade física nos idosos para a redução do desgaste dos ossos, a melhora de força muscular respiratória, a capacidade funcional e a qualidade de vida. Além disso, por meio do contato com outras pessoas, fortalece os laços de relações interpessoais e vínculos sociais, revigorando o convívio social (SANTOS; BORGES, 2010; ALBUQUERQUE et al., 2013; CAVALLI et al., 2014; NASCIMENTO; PINHEIRO, 2013).

Estudos evidenciam a importância de investir em programas de atividades físicas para a população idosa, uma vez que os benefícios para a saúde e qualidade de vida estão evidenciados e comprovados (MEURER; CASTRO, 2009). Um dos maiores benefícios do exercício físico é o grau de independência que as pessoas fisicamente capazes revelam em sua vida diária, refletindo em sua saúde emocional (SIMÕES, 1998).

Entre os exercícios físicos para os idosos, destaca-se a hidroginástica, o exercício ideal principalmente para as pessoas que possuem problemas ósseos, como osteoporose e artrose, sendo uma das práticas físicas mais recomendadas por médicos para essa faixa etária (PINHO et al., 2006).

A hidroginástica é uma atividade trabalhada no meio aquático e tem como fator principal a diminuição do impacto e da incidência da atuação da gravidade sobre o corpo, além de ser uma atividade coletiva, que possibilita a inserção no grupo social (CARVALHO et al., 2014; OLKOSKI et al., 2013). Contribui para um envelhecimento mais saudável, pelo fato de ser um exercício realizado na água, cujas propriedades auxiliam na execução do movimento, principalmente na população idosa, por ser uma atividade de menor impacto (PINTO et al., 2008). A literatura apresenta evidências sobre a eficácia da hidroginástica na população de idosas saudáveis, principalmente na aptidão neuromuscular e funcional (SANTOS; BORGES, 2010).

Nessa perspectiva, a hidroginástica se apresenta como exercício físico benéfico para a saúde tanto mental quanto física dos idosos praticantes. A maioria das pessoas idosas que a praticam por motivos de saúde por meio de indicação médica sente os benefícios no seu cotidiano (PINHO et al., 2006).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como pesquisa quantitativa do tipo quase experimental. Participaram deste estudo 65 sujeitos, mulheres, com idade de $63,01 \pm 3,79$ anos, participantes do Programa Ative-se/Unati. O referido Programa trata-se de um projeto de extensão vinculado aos Cursos de Educação Física da Universidade de Cruz Alta (Unicruz) e da Universidade Aberta à Terceira Idade (Unati), cujo foco é orientar os idosos na realização de atividades físicas mediante a prática de aulas de hidroginástica duas vezes na semana.

Foram excluídos do estudo os sujeitos que não seguiram o desenho experimental apresentado no Fluxograma 1. O experimento teve duração de uma sessão de uma hora de hidroginástica.

Fluxograma 1 – Desenho experimental



Fonte: os autores.

Importante salientar que todas as participantes foram informadas sobre os riscos e benefícios da pesquisa, e apenas participaram as que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Essa pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Cruz Alta (CEP/Unicruz), sob CAAE número 35331414.2.0000.5322.

Para a avaliação da variável dependente, ou seja, o estado de humor, foi utilizado o instrumento *Profile Of Mood States (POMS)*, que

avalia seis estados do humor, sendo eles: tensão, depressão, raiva, vigor, fadiga e confusão mental (BRANDÃO, 1996).

Para a aplicação dos testes foram seguidos os seguintes procedimentos: explicação do estudo, objetivo e procedimentos de coleta de dados; realização do convite e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; e aplicação individual do instrumento em condições iguais para todas.

A intervenção de hidrogenástica seguiu a proposta do Programa Ative-se/Unati, tendo duração de uma hora, composta por 30 minutos de exercícios aeróbicos, 20 minutos de exercícios localizados e 10 minutos de alongamento. Iniciou-se a aula com 10 minutos de caminhada, seguidos de 20 minutos com exercícios combinados e deslocamentos variados utilizando equipamentos. Na fase localizada foram trabalhados exercícios para membros inferiores, superiores e tronco, realizados com equipamentos enfatizando os exercícios funcionais, e finalizou-se no relaxamento com exercícios de flutuação e propriocepção.

A aplicação do instrumento para avaliar o estado de humor foi realizada cinco minutos antes da intervenção e cinco minutos após sua realização, sendo realizada com a mesma condição para todos os sujeitos.

A perturbação total do humor (PTH) foi obtida por meio da soma das variáveis negativas (tensão, depressão, raiva, fadiga e confusão mental), subtraída a variável positiva, e o valor multiplicado por 100, conforme indicado por Cruz e Mota (1997).

Para a análise descritiva e inferencial dos dados foi utilizado o programa estatístico *Statistical Package for the Social Science I (SPSS®)*, versão 21.0. A análise da distribuição dos dados ocorreu pelo *Kolmogorov-Smirnov test*. Os dados estão apresentados em estatística descritiva de mediana e percentil (25-75). A comparação entre os momentos ocorreu com o teste de *Wilcoxon*, com nível de significância de $p < 0,05$.

4 RESULTADOS

O estado de humor das participantes de hidroginástica do programa Ative-se/Unati/Unicruz será apresentado em três momentos. Na Tabela 1 estão apresentados os valores de caracterização do estado de humor pré e pós a prática da sessão de hidroginástica.

Tabela 1 – Caracterização do estado de humor dos praticantes da intervenção da hidroginástica

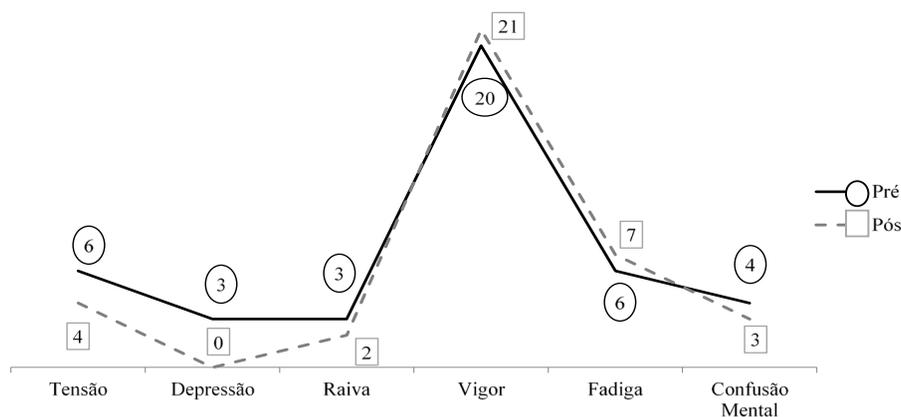
Variáveis	Pré-teste	Pós-teste	Valor de P
Tensão	6 (3,5-8,5)	4 (3,0-7,0)	0,039*
Depressão	3 (0,0-8,5)	0 (0,0-7,0)	0,002*
Raiva	3 (0,0-8,5)	2 (0,0-7,5)	0,028*
Vigor	20 (13,5-24,0)	21 (16,0-25,0)	0,619
Fadiga	6 (4,0-8,5)	7 (4,0-8,0)	0,744
Confusão mental	4 (1,0-7,0)	3 (0,5-5,5)	0,015

Fonte: os autores.

Nota: Todos os valores estão apresentados em mediada e percentil (25-75). * $p < 0,05$ diferença significativa.

Na Figura 1 está apresentada, em perfil de *Iceberg*, em valores medianos das praticantes de hidroginástica, a comparação dos momentos de pré e pós intervenção das praticantes do Ative-se/Unati.

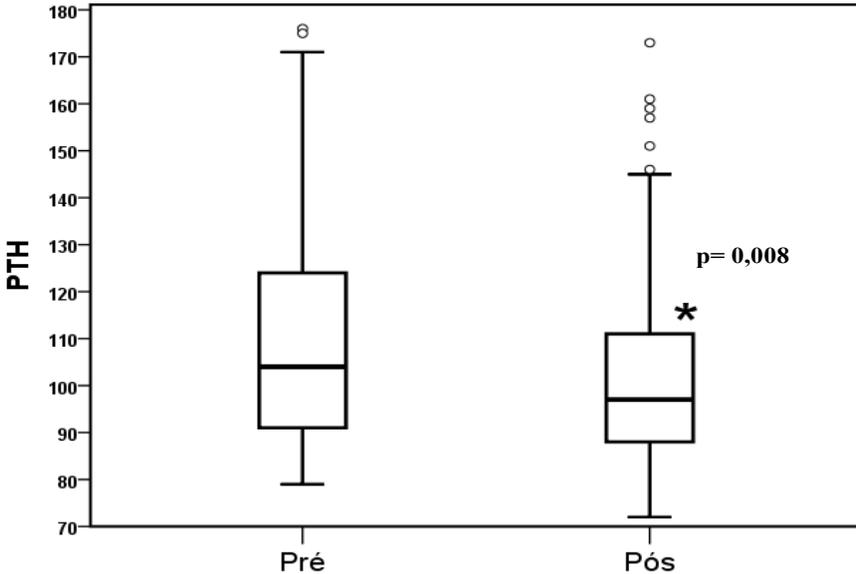
Figura 1 – Perfil de *Iceberg* antes e após intervenção de hidroginástica



Fonte: os autores.

Os valores medianos e percentis da perturbação total do humor (PTH) dos participantes do programa Ative-Se/Unati/Unicruz pré e pós aula de hidrogenástica estão apresentados na Figura 2.

Figura 2 – Comparação entre pré e pós-intervenção na Perturbação Total de Humor (PTH)



Fonte: os autores.

Nota: Todos os valores estão apresentados em mediana e percentil (25-75). * $p < 0,05$, comparado com o pré.

Observa-se que após a intervenção os sujeitos tiveram diminuição da mediana de 104 (90-124) para 97 (87-111) ($p=0,008$). Portanto, após intervenção houve aumento do nível de vigor e diminuição da maioria das variáveis negativas, proporcionando melhora no estado de humor das praticantes de hidrogenástica do Ative-se/Unati.

5 DISCUSSÃO

Na apresentação dos resultados, nota-se um pequeno aumento da fadiga no momento após a sessão de hidrogenástica. Porém, a prática de qualquer exercício físico com intensidade moderada gerará certo can-

saço no indivíduo, indicando o aumento da fadiga apresentada no instrumento. Importante destacar que o instrumento foi aplicado em seguida ao término da sessão de hidroginástica. Consequentemente, contribuiu para o aumento da fadiga no momento pós. Entretanto, observa-se na Tabela 1 diminuição significativa nas variáveis negativas do humor, para a tensão, a depressão, a raiva e a confusão mental.

Estudo semelhante, que teve como objetivo comparar idosas praticantes e não praticantes de exercício físico, demonstrou que idosas sedentárias apresentaram maior tendência a ter estado de humor negativo, principalmente nas dimensões de depressão, raiva e fadiga, quando comparadas com idosas ativas (BEZERRA et al., 2008). Portanto, o exercício físico pode ser agente contributivo para o combate e tratamento de depressão, já que essas dimensões negativas estão associadas a essa patologia.

Outro estudo reforça o papel do exercício físico como ponto positivo para o tratamento de pacientes depressivos, em razão da forte relação com o bem-estar psicológico, indicado por sentimentos de satisfação, felicidade e envolvimento (LOURENÇO et al., 2010).

Resultado semelhante foi encontrado em estudo realizado com 40 idosos praticantes regulares de ginástica, no qual se identificaram diferenças em todas as dimensões do estado de humor pré e pós prática de atividade física, medidas pelo questionário *POMS*; no entanto, encontraram-se diferenças significativas na redução do aspecto confusão ($p=0,03$) e aumento do aspecto vigor ($p=0,03$), mostrando que a prática da ginástica proporcionou efeitos agudos positivos sobre o perfil de humor da amostra estudada (GABRIEL; SANTOS; SALLES, 2013).

O vigor físico, dimensão em que não houve diferença significativa, é caracterizado por sentimentos de excitação, energia física e estado de alerta, descritos pelos itens: animado, ativo, energético, alegre, alerta, cheio de energia, sem preocupação e vigoroso (PANDA, 2011); pode-se considerar que na interpretação das idosas, a fadiga determinada pela realização da atividade física pode ter influenciado as questões de alerta e cheio de energia. Provavelmente os idosos se sentem com certo cansaço após a prática de atividade física, o que está relacionado ao fato de o con-

dicionamento físico ser menor nessa faixa etária (GABRIEL; SANTOS; SALLES, 2013). No processo de envelhecimento há uma perda de massa muscular, que, por sua vez, resulta na redução da força e da velocidade de contração muscular, antecipando o cansaço.

6 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos na pesquisa demonstraram que, embora tenha ocorrido diminuição em alguns fatores negativos (tensão, depressão e confusão mental) e aumento do fator positivo, não se observaram essas diminuições em todos os aspectos avaliados. Então, pode-se considerar que esse Programa de hidroginástica favorece a melhora do estado de humor dessas praticantes.

Os dados deste estudo reforçam a ideia de que o exercício físico não apresenta apenas características de melhora para a capacidade fisiológica dos idosos, comprovando que o humor também pode ser modificado pela prática de exercício físico.

No entanto, destaca-se como limitação do estudo a complexidade do instrumento pela população idosa, havendo a necessidade de reaplicação do instrumento em determinados sujeitos do estudo. O controle da intensidade do exercício físico também é necessário, considerando-se que a intensidade de esforço pode ter variado entre os sujeitos pesquisados. O controle de intensidade serviria como possibilidade para a comparação entre a variação do esforço exercício e o estado de humor das praticantes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, I. M. et al. Capacidade funcional submáxima e força muscular respiratória entre idosas praticantes de hidroginástica e dança: um estudo comparativo. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 327-336, 2013.

BEZERRA, G. A. et al. Estados de humor de idosas praticantes e não praticantes de atividade física. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v. 7, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://www.fontouraeditora.com.br/periodico/vol-7/Vol7n3-2008/Vol7n3-2008-pag-241a246/Vol7n3-2008-pag-241a246.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

BRANDÃO, M. R. F. **Equipe Nacional de Voleibol Masculino Um Perfil Sócio-Psicológico à luz da Ecologia do Desenvolvimento Humano**. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1996.

BRANDÃO, M. R. F.; AGRESTA, M.; REBUSTINI, F. Estados emocionais de técnicos brasileiros de alto rendimento. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília. v. 10 n. 3. p. 25-28, 2002. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewArticle/459>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

CARVALHO, C. H. et al. A hidroginástica e sua influência nos aspectos psicossociais do idoso. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 19, n. 192, p. 1-7, 2014. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd192/a-hidroginastica-e-aspectos-psicossociais-do-idoso.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

CAVALLI, A. S. et al. Motivação de pessoas idosas para a prática de atividade física: estudo comparativo entre dois programas universitários – Brasil e Portugal. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 255-264, 2014.

CRUZ, J. F. A.; MOTA, M. P. Adaptação e características psicométricas do “POMS-Profile of Mood States” e do “STAI-State-Trait Anxiety Inventory” In: GONÇALVES, M. et al. **Avaliação Psicológica: Formas e Contextos**. 5. ed. Braga: Universidade do Minho, 1997.

GABRIEL, C. B.; SANTOS, L. dos; SALLES, P. G. Efeitos agudos da atividade física sobre o estado de humor de indivíduos da 3ª idade. **Revista Saúde Física e Mental – UNIABEU**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 11-21, 2013.

LOESER, V. **Jogos adaptados para terceira idade**. Cruz Alta, 2006.

LOURENÇO, E. C. et al. Análise na influência da atividade física nos estados de humor do indivíduo idoso. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v. 9, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.fontouraeditora.com.br/periodico/vol-9/Vol9n2-2010/Vol9n2-2010-pag-59a64/Vol9n2-2010-pag-59a64.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

MEURER, S. T.; CASTRO, J. F. U. de. O papel da atividade física na saúde e Qualidade de vida de pessoas idosas. **Lectures Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 13, n. 129, 2009.

NASCIMENTO, S. M. do; PINHEIRO, R. S. Participação no programa de atividade física de idosos residentes em uma Casa Gerontológica no Rio de Janeiro. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 47-52, 2013.

OLKOSKI, M. M. et al. Metodologia para o planejamento de aulas de hidrogenástica. **Motricidade**, Ribeira de Pena, v. 9, n. 3, 2013.

PANDA, M. D. J. A influência de um programa de exercícios físicos no estado emocional dos indivíduos cadastrados no ESF/ Primavera. **Revista Biomotriz**, v. 5, n. 1, p. 66-80, 2011.

PINHO, S. T. de et al. A hidrogenástica na Terceira Idade. **Lectures Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, n. 11, v. 102, 2006.

PINTO, M. V. de M. et al. Os benefícios gerados pela prática de hidroginástica em idosos. *Lectures Educación Física y Deportes. Buenos Aires Revista Digital*, Buenos Aires, v. 13, n. 124, p. 1-4, 2008.

POLITO, E.; BERGAMASHI, E. C. **Ginástica laboral**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

REBUSTINI, F. **A Interferência dos fatores externos sobre os estados de humor em jovens atletas de voleibol**. 2005. 137 p. Dissertação (Mestrado em Biociências)– Universidade Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2005.

SANTOS, M. L. dos; BORGES, G. F. Exercício físico no tratamento e prevenção de idosos com osteoporose: uma revisão sistemática. **Fisioterapia e Movimento (Impresso)**, Curitiba, v. 23, n. 2, p. 289-299, 2010.

SILVA, M. R. T. da; BARBOSA, R. M. dos S. P. Atividade física na promoção da saúde e o aumento da expectativa de vida. **Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia**, v. 2, n. 5, p. 34-59, 2014.

SIMÕES, R. **Corporeidade e terceira idade**: A marginalização do corpo Idoso. 3. ed. Piracicaba: Unimep, 1998. 131 p.

Agradecimentos

Ao órgão financiador da pesquisa Probic/Fapergs e às idosas participantes dos Ative-se/Unati, pela recepção e carinho durante a coleta dos dados.

ESTUDO PILOTO SOBRE UM EXERCÍCIO DE APRENDIZAGEM PERCEPTIVA PARA A ANTECIPAÇÃO DO SAQUE DE TÊNIS

Patrick Zawadzki*
Orlei Figueiredo Caldas Junior**

Resumo

A percepção visual da técnica do oponente no esporte determina o quanto os melhores jogadores são capazes de antecipar e sobrepujar seus oponentes, especialmente neste estudo, o quanto são capazes de antecipar o saque de tênis. O tema desta pesquisa tratou de avaliar a hipótese de que, se facilitada a informação da cor da bola associada à direção do saque, maior seria o incremento no nível de antecipação em um dado exercício. Por isso, propôs-se como objetivo avaliar a curva de aprendizagem desse exercício em laboratório, de forma individual. Assim, delimitou-se o estudo a seis casos de aprendizagem da antecipação do saque, avaliados por meio do paradigma de oclusão temporal. O desenho sucedeu em um formato de estudos de caso, em linha de base, com formato AB x 6, com seis não praticantes de tênis. A aprendizagem da antecipação por intermédio da percepção visual ocorreu de maneira satisfatória, já que na metade dos participantes se mostrou efetiva. Em especial, o grupo de participantes com experiência em esporte de oposição foi capaz de aprender como antecipar o sacador durante as sessões de intervenção propostas. A modo de conclusão, entende-se que o exercício é efetivo quando o executante é capaz de reconhecer os indícios perceptivos pertinentes à ação, e o efeito do fator contiguidade parece auxiliar no estabelecimento da associação psicológica. Palavras-chave: Tênis. Devolução do saque. Antecipação. Percepção visual. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

No esporte de oposição, o tempo de reação (TR) dos atletas é uma medida que pode indicar a capacidade de antecipação diante de di-

* Doutorando em Educação Física, Atividade Física e Esporte pela Universidade de Barcelona; patrick.zawadzki@unoesc.edu.br

** Bacharel em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; orlei_junior@hotmail.com

ferentes situações. Como se tratam de esportes nos quais o objetivo é superar o adversário, ser capaz de encontrar os pontos-chave em qualquer nível de desempenho se torna crítico para desenvolver respostas eficientes e eficazes.

Para os treinadores, o limite biológico do TR tanto para estímulos visuais (0,2s) quanto para estímulos auditivos (0,4s) o torna pouco atraente para inclusão nos planos de treinamento. Entretanto, o TR de um atleta é menor quando este é capaz de encontrar estímulos anteriores na ação esportiva que lhe permitam iniciar sua resposta de reação antes de qualquer outro tipo de estímulo, o que resulta em mais tempo para a elaboração dessa resposta, o que, por sua vez, aumenta as chances de eficácia. Por isso, treinar a antecipação é o ponto-chave para os treinadores.

Durante a revisão de literatura, percebeu-se que o tema abordado é pouco publicado em português, fato que dificultou a demarcação do referencial teórico. Não obstante, apresenta-se o esporte tênis e a importância da vantagem do saque dentro de um jogo. Logo, discute-se sobre como um jogador pode antecipar o saque já que a constrição temporal exige uma resposta antecipada. Levantam-se alguns indícios perceptivos, entre os quais o lançamento da bola, e faz-se relação com formas de treinamento em quadra. Por fim, propõe-se como objetivo avaliar a curva de aprendizagem de um exercício de laboratório, baseado na percepção visual da técnica do oponente, para incrementar o nível de antecipação do saque de tênis.

O método foi composto por duas fases distintas. A primeira centrou-se sobre a criação do instrumento de avaliação e treinamento, foram coletas imagens de um jogador experiente em quadra sacando em condições específicas, e logo constituiu-se o instrumento de avaliação da antecipação baseado no paradigma de oclusão temporal, e, também, foram editados vídeos para o exercício em laboratório com bolas coloridas baseado na contiguidade dos estímulos. E a segunda, a de intervenção concretamente, em que um desenho de linha de base do tipo AB, aplicado em seis sessões de treinamento, foi utilizado com seis participantes inexperientes em tênis. Foram utilizadas a estatística descritiva e a de regressão para o tratamento de dados.

Dentro do número de sessões utilizadas os resultados demonstraram que o exercício foi efetivo em três participantes, especialmente nos três participantes que possuíam experiência em competição de vôlei. A percepção de movimento adquirida parece poder ser transferida a outras formas de conhecimento. Conclui-se que o exercício proposto incrementa os níveis de antecipação quando ocorre a associação psicológica ideal.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O tênis de quadra é um esporte assistido e admirado por diversos públicos. Possui representatividade por associações profissionais de dirigentes e de jogadores e, inclusive, está presente no maior evento esportivo mundial, as Olimpíadas. Crespo, Reid e Quinn (2006) levantaram a estimativa de que 60 milhões de pessoas praticam ou praticaram tênis, distribuídos em mais de 200 nações. É evidente a sua importante representatividade tanto social quanto econômica.

Dentro desse esporte um fundamento se destaca, o do saque, ação que resulta na colocação da bola em jogo. Segundo Aburachid e Greco (2007), por ser um movimento que não tem interferência direta do adversário, torna a situação em vantagem para o sacador, que tem mais tranquilidade para impor a sua estratégia. Os autores chegaram a essa conclusão por meio de inúmeras observações de jogos profissionais, registrando que o sacador ganha o ponto, muitas vezes, sem precisar devolver a segunda bola, pois o seu ataque no saque resulta em um *ace* (bola vencedora direta) ou em um erro de devolução. Concretamente, relataram que 37,38% dos pontos são disputados com um número igual ou menor a três trocas de bola.

Um saque bem executado influencia positivamente o final de uma partida de tênis de quadra. Em outros resultados interessantes levantados por Alves (2009), observou-se que em 10,8% dos pontos o sacador conquista o ponto por meio de um *ace*, em 11,2% o sacador obtém o ponto por meio de um *winner* (bola vencedora resultante dos outros golpes de tênis) na 3ª bola, em 39,9% das vezes o ponto é conquistado em situações diversas a partir da quarta bola, e, principalmente, ocorrem

erros de devolução do saque levando à conquista do ponto pelo sacador em 38,1% das vezes.

Bordini et al. (2015) apontam que para os atletas atingirem altos níveis de desempenho presumidamente necessitam de altos níveis de antecipação. A devolução do saque está relacionada à percepção do movimento da técnica do sacador para se desenvolver uma resposta antecipada e, com isso, melhorar o tempo de reação; entende-se esta como uma das qualidades necessárias para se jogar em alto nível e, desse modo, é passível de inclusão nos planos de treinamento de jogadores em formação.

Carreiro, Haddad e Baldo (2012) estudaram o efeito de diferentes intensidades de estímulos visuais sobre o tempo de reação (TR) a alvos em diferentes condições de previsibilidade e ocularidade. Foi observado, por tais autores, que o TR diminui à medida que a intensidade do alvo aumenta, quando se passa de uma condição monocular para binocular ou quando a previsibilidade do alvo aumenta. Segundo Monte e Monte (2007), no tênis de campo os estímulos visuais são prevaletentes, como a análise de trajetória da bola e a percepção das movimentações do adversário. Ao se considerar a magnitude e quantidade de estímulos aos quais um jogador de tênis deve responder durante uma partida, assume-se que o TR sofrerá interferência em igual medida.

Segundo Noce et al. (2012), o tempo de reação é compreendido pelo lapso de tempo entre a apresentação do estímulo e o início da resposta, e é dividido em período “pré-motor”, quando o indivíduo percebe o estímulo, processa os dados e escolhe a melhor ação para obter sucesso, e período “motor”, quando o corpo realiza a ação escolhida pelo cérebro. Esses autores afirmam que é esperado que a velocidade de reação diminua com o aumento da complexidade do estímulo. Como o tempo de reação é parte fundamental do complexo decisório, o desempenho final também poderá ser influenciado por outros componentes do processo, como, por exemplo, a antecipação. Rossato, Contreira e Corazza (2011) perceberam alterações no funcionamento psicomotor com prejuízos no tempo de reação, tempo de movimento e velocidade de desempenho com o avanço da idade, fato que pode indicar a idade como variável na curva de desempenho.

Também, o tempo de prática na modalidade esportiva influencia a antecipação. Bordini et al. (2015), com atletas de vôlei de quadra e o objetivo de observar o desempenho dos atletas para prever o local onde o adversário atacaria, constataram que os atletas que praticavam a modalidade há mais tempo obtinham os melhores resultados. Macedo et al. (2007) assinalam que o tempo de reação é um indicador de concentração e atenção, e é influenciável por fatores relacionados ao condicionamento físico e à coordenação motora e por fatores genéticos e psicológicos.

Um jogador é capaz de manter-se atento e concentrado quando é capaz de, em primeiro lugar, produzir respostas eficientes e eficazes. Para tanto, necessita encontrar os indícios perceptivos pertinentes para produzir o ajuste psicológico e responder às situações. Zawadzki e Roca (2012) estudaram quatro indícios perceptivos em jogadores profissionais de tênis relacionando-os à antecipação da velocidade do saque. Um dos indícios perceptivos estudados foi o lançamento da bola ao alto para o posterior ataque com a raquete. Bordini et al. (2015) assinalam que jogadores com mais tempo de prática na modalidade possuem uma capacidade aumentada de realizar essa leitura dos indícios perceptivos do adversário, ou seja, realizam melhores ajustes no contexto geral de uma jogada.

A análise utilizando o recurso cinemático é frequentemente acessada pelos treinadores, já que inclusive testes que podem ser desenvolvidos a partir disso contribuem para a aprendizagem e treinamento de praticantes de qualquer modalidade esportiva (ABURACHID; GRECO, 2011). Um tipo de treinamento por meio de vídeos pode ser realizado exclusivamente para o caso da antecipação: o da oclusão temporal, que consiste em apresentar vídeos com cortes temporais para averiguar a capacidade de resposta dos praticantes (ZAWADZKI; SABBI, 2014).

Em quadra, os treinadores possuem à disposição várias alternativas de exercícios para o treinamento da antecipação; em um deles se utilizam bolas coloridas para indicar algum tipo de informação que oriente a ação do devolvedor do saque antes da ação do sacador (CRESTO; REID; QUINN, 2006). Presente essa informação, neste estudo levantou-se a hipótese de que se facilitarmos a informação da cor da bola

associada à direção do saque poderemos produzir maior aprendizagem por intermédio da utilização de vídeos. Assim, delimitou-se o objetivo do estudo a descrever a curva de aprendizagem criada para melhorar o nível de antecipação dos participantes, em um exercício específico, com facilitação de estímulos sobre o lançamento da bola.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada por meio de estudo de caso, em formato de linha de base AB x 6, observando-se os resultados de um treinamento por intermédio de vídeo (ABURACHID; GRECO, 2011) de não praticantes de tênis, em que a linha base foi determinada por meio de um teste elaborado mediante o paradigma da oclusão temporal, e a intervenção, no formato de um exercício em quadra, foi realizada com a apresentação de vídeos, utilizando-se bolas coloridas para indicar direções do saque.

3.2 PARTICIPANTES

Participaram de forma voluntária e espontânea do estudo um total de seis indivíduos que nunca treinaram tênis em alto rendimento, todos da Cidade de Chapecó, SC, sendo três do sexo masculino e três do feminino, entre os quais três já praticaram esporte de oposição e três não. As idades variam entre 17 e 28 anos.

3.3 INSTRUMENTOS

O vídeo foi rodado em um monitor de 15,6 polegadas de marca LG, ligado a um computador da marca HP, com licença oficial do Laboratório de Fisiologia do Exercício do Curso de Educação Física da Unoesc Chapecó. As edições dos vídeos foram feitas em um *netbook* da marca Acer, modelo Aspire One, com o *software* Microsoft Windows Movie

Maker. Os materiais de escritório utilizados foram prancheta, papel, caneta, lápis borracha e régua.

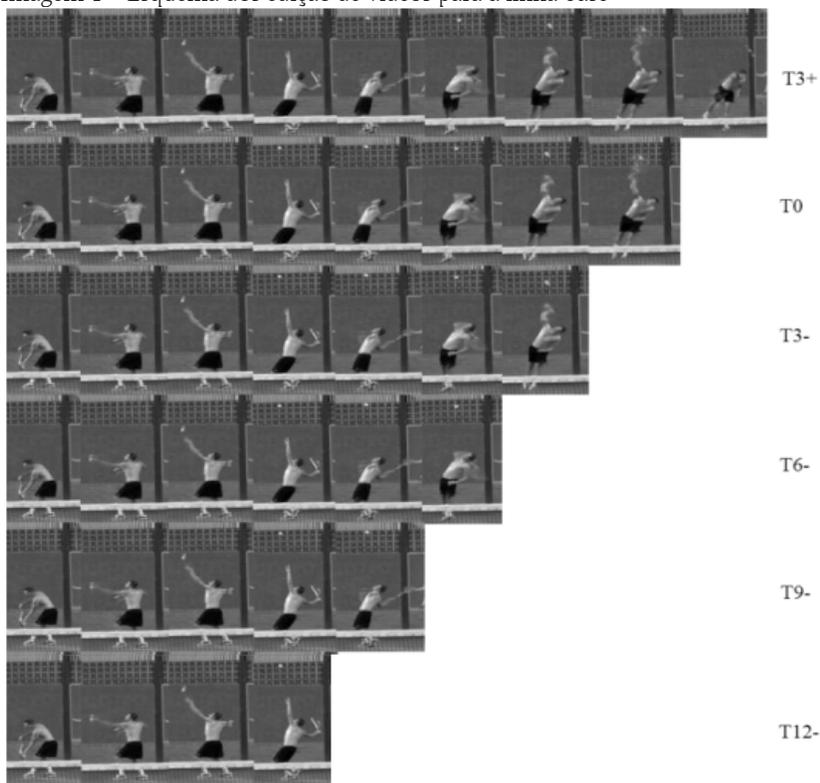
3.4 PROCEDIMENTOS

No primeiro momento os participantes receberam explicação sobre a pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; após uma breve anamnese, o primeiro passo foi avaliar a tomada de decisão por meio de um teste de vídeo de oclusão temporal. Cada participante foi encaminhado a uma sala livre de interferências visuais e auditivas, onde foi representada a metade de uma quadra de tênis em um monitor. O participante permaneceu sentado e posicionado centralizado ao monitor, o que possibilitou simular a mesma visão do defensor do saque. Foi orientado ao participante que se mantivesse sentado com uma boa postura com suas mãos posicionadas em cima da mesa. O vídeo que foi reproduzido para os participantes foi desenvolvido por Zawadzki e Sabbi (2014), de um jogador universitário da liga norte-americana, com *ranking* de 12^a posição da liga nacional americana e com registro de saque em competição de 217 km/h. O ponto de captação da câmera de vídeo modelo AGDVC20P (Panasonic, Japão) com tripé foi na posição de devolução no lado de “iguais” em cima da linha de fundo e a 1 metro da linha lateral de simples à direita, focando o sacador que estava do outro lado da quadra a 1 metro da divisão de fundo e atrás da linha de fundo. Enquanto um pesquisador fornecia as bolinhas para o sacador sem aparecer na área de visão da câmera, o outro permanecia atrás da câmera para operá-la.

Foram eleitos aleatoriamente cinco saques cada lado à direita ou à esquerda da devolução. O próximo passo foi criar seis sequências randomizadas para serem submetidas ao tratamento de imagens. Para cada tratamento um vídeo foi criado, todas as sequências possuíam um intervalo de três segundos para a resposta e outros dois segundos para preparação para o próximo serviço, entre cada vídeo foi dado um intervalo de descanso de 30s. Em média a duração dos vídeos foi de 97,17s ($dp=2,40s$). As seis condições de tratamento formatadas em vídeos foram: T3+, a imagem do saque até três quadros depois do momento de impacto da bo-

linha com a raquete; T0, a imagem do saque até o momento do impacto, ou no intervalo de tempo entre quadros justo antes do impacto quando a captura não coincidia com a justa imagem; T3-, a imagem até três quadros antes do impacto; T6-, seis quadros antes; T9-, nove quadros antes; e T12-, doze quadros antes. O formato de gravação foi o NTSC, o que resulta que entre cada condição de tratamento um intervalo aproximado de 0,1s ocorreu, em uma janela temporal total de 0,5s, começando em 0,1s depois do impacto até 0,4s antes do impacto. O esquema de edição dos vídeos pode ser visto na Imagem 1.

Imagem 1 – Esquema dos edição de vídeos para a linha base



Fonte: Zawadzki e Sabbi (2014).

Ao iniciar cada coleta de dados, foi informado ao participante o posicionamento da câmera na quadra, e que aquela deveria ser considerada a sua posição na hora do saque do adversário para simular uma

situação real de jogo. O participante deveria optar entre duas respostas: à direita, quando achasse que o saque fosse aberto, e à esquerda, quando o saque fosse considerado fechado. Após cada tomada de decisão do participante, as respostas foram anotadas em uma folha-resposta por um pesquisador.

Na linha B, foi realizada a intervenção, na qual os participantes assistiram a um vídeo no mesmo modelo dos vídeos do teste da linha A. No entanto, nesse caso, o sacador usava bolas coloridas, sendo laranja para quando ele fosse sacar para a direção à direita do sacador e roxa para quando fosse sacar à esquerda do sacador. Foi utilizada a janela temporal da condição T3+.

A intervenção consistiu de seis sessões de treino em dias distintos, de preferência todos na mesma semana. No primeiro dia de treino, foi realizado no começo da sessão o teste projeto (Imagem 1), para determinar a linha base; logo após, em cada sessão de treino, o participante assistiu 60 vezes à execução do saque, sendo de forma aleatória 30 vezes para cada lado (direita e esquerda) com as bolas coloridas. Em cada sessão subsequente, o participante assistia seis séries de 10 saques, com intervalo de 10 segundos entre cada série. Após cada tomada de decisão do participante, as respostas eram anotadas em uma folha-resposta. Então, na sessão de treinamento o participante teve dois minutos de descanso, para depois repetir o teste de oclusão temporal a fim de se observar a curva de aprendizagem da percepção visual.

3.5 TRATAMENTO DE DADOS

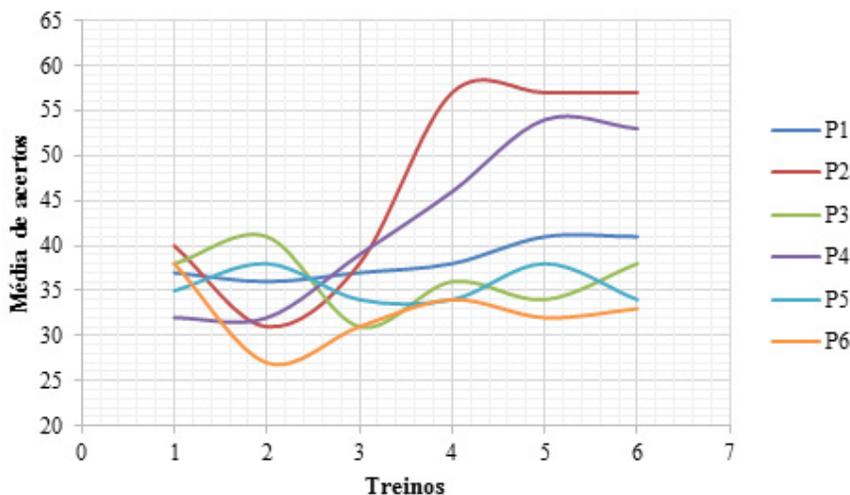
Os dados foram registrados a partir do total de acertos em cada teste. Durante a intervenção foi pedido que o participante dissesse a direção para avaliar sua atenção ao procedimento. A estatística descritiva foi realizada para averiguar as curvas de aprendizagem nos participantes divididos por sexo e por experiência em esportes de oposição, além disso foi calculada a regressão lineal das curvas para auxiliar na decisão sobre a evolução ou não da aprendizagem. Estão dispostas nos gráficos as equa-

ções de regressão entre o número de sessões e a quantidade de acertos. Também, foi levantado, a modo de validação social, um relato contínuo sobre o que os participantes percebiam e como se relacionavam com a ação observada.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

O Gráfico 1 mostra os resultados obtidos em cada um dos seis casos. É possível observar que três participantes tiveram médias de acerto menores no final da sexta sessão de exposição aos vídeos (P5 e P6), e um participante obteve média idêntica de 38 acertos (P3), já os outros três participantes melhoraram suas médias (P1, P2 e P4).

Gráfico 1 – Curvas de aprendizagem por participante



Fonte: os autores.

O Participante 1 (P1) é do sexo masculino, tem 21 ano, não necessita de correção visual; teve uma pequena experiência com tênis, mas praticou voleibol de forma mais regular, participando, inclusive, de pequenas competições. Seu olho dominante é o esquerdo, mas sua mão dominante é a direita. O participante apresentou uma boa melhora em

sua capacidade de antecipação (Gráfico 1). A quantidade de acertos em cada sessão foi de 37, 36, 37, 38, 41 e 41 acertos. Esses números mostram que P1 apresentou aprendizagem.

Durante as sessões de treinamento percebeu-se que P1 aumentou o número de indícios percebidos conforme assistiu aos treinamentos. Seus relatos foram os seguintes no primeiro dia: altura da bola, rotação do tronco do sacador e sensação de que a rede se movimentava em determinados momentos. Segundo dia: trajetória e altura da bola, quando a bola vai para a esquerda o lançamento é mais alto e ocorre menor angulação para trás do corpo do sacador, para a direita, a bola é lançada mais baixa e ocorre maior angulação do corpo do sacador; também informou que começou a olhar mais coisas, como posição da raquete, cabeça, pés e a maneira como o sacador segurava a bolinha. Terceiro dia: basicamente os mesmos indícios do segundo. Quarto dia: além dos anteriormente observados, percebeu que o pé de apoio gira mais rápido para a frente quando a bolinha vai para a direita. Quinto dia: diferença na altura que o pé de trás vem para frente na hora do saque, bola para a esquerda a velocidade da bolinha é maior na hora do lançamento (informações verbais). O gesto técnico individual parece merecer uma aprendizagem perceptiva também individual, já que a biomecânica envolvida é diferente em cada indivíduo (ZAWADZKI, 2013).

O Participante 2 (P2) é do sexo masculino, tem 19 anos não necessita de correção visual, teve uma pequena experiência com tênis, mas praticou voleibol em nível profissional; seu olho dominante é o direito e sua mão também. O participante apresentou uma ótima melhora em sua capacidade de antecipação. Seus resultados foram: 40, 31, 38, 57, 57 e 57 acertos. Foi o participante com o melhor índice de acertos. E seus relatos foram os seguintes: no primeiro dia, quando o pé direito estava mais à frente que o quadril no momento do saque, a bola ia para a direita, quando o pé estava mais atrás, a bola ia para a esquerda. Mais tarde descartou a ideia do pé citada anteriormente. No segundo dia, observou mais o movimento dos punhos e, também, relatou que quando era para a esquerda o braço ficava mais aberto e ocorria maior extensão do cotovelo.

Além disso, também observou que quando a bola ia para a esquerda era lançada mais alta e para a frente, quando ia para a direita, mais curta e para trás. Terceiro dia: confirmou os mesmos indícios já citados anteriormente. Quarto dia: comparou alguns movimentos com o que acontece no vôlei e, também, confirmou os indícios citados anteriormente (informações verbais).

Claramente, ao assistir ao treinamento, o P2 conseguiu identificar vários indícios que confirmavam qual seria a trajetória da bola após o saque, chegando ao final da quarta, quinta e sexta sessões acertando quase todas as respostas, já que o limite do teste era de 60 acertos. Isso pode ter acontecido em decorrência da sua experiência com o vôlei profissional, já que o gesto técnico do saque é semelhante. Lembrando que a experiência na modalidade esportiva é determinante na precisão das antecipações (BORDINI et al., 2015).

A Participante 3 (P3) é do sexo feminino, tem 22 anos, não necessita de correção visual, nunca jogou tênis, mas praticou futsal. Seu olho dominante é o esquerdo, e a mão dominante é a direita. A participante apresentou um desempenho inconstante. Seus resultados foram de 38, 41, 31, 36, 34 e 38 acertos. Por ter oscilado o seu desempenho, no final do treinamento, ficou difícil perceber se ocorreu melhora na capacidade de antecipação; nesse caso, é possível assumir que não houve aprendizagem significativa.

Durante as sessões de treinos, P3 comentou o seguinte: no primeiro dia, inclinação do tronco e flexão de quadril, assim como a rotação do tronco que quanto maior fosse mais caracterizava o saque para a direita; quando o saque é para a esquerda o corpo fica mais reto. Segundo dia: o punho, quanto maior sua rotação e flexão mais caracterizam o saque para a direita, assim como a rotação e flexão do pé direito e o ensaio para sacar mais demorado. Outros pontos observados nesse dia foram altura da bola, rotação da cabeça e pescoço e posição mais reta da raquete, na hora do ataque, que caracterizam o saque para a esquerda. No terceiro dia acrescentou a informação de que o ombro direito fica ligeiramente mais exposto quando o saque é para direita. Quarto dia, observou mais o punho, porém não conseguiu concluir as diferenças e manteve as mes-

mas informações citadas nos outros dias. Quinto dia, a bola é lançada mais alta e o peito do sacador fica visível por mais tempo quando a bola vai para a esquerda. Declarou que sentiu falta de reforço, porque não era capaz de reconhecer nenhum outro indício (informações verbais).

A Participante 4 (P4) é do sexo feminino, tem 19 anos, necessita de correção visual apenas para descanso à noite, nunca jogou tênis, mas praticou voleibol por algum tempo. Seu olho dominante é o direito, assim como a mão dominante. A participante apresentou uma ótima melhora em sua capacidade de antecipação. Acertou durante as sessões 32, 32, 39, 46, 54 e 53 vezes, o que indica grande aprendizagem perceptiva. Os relatos dos indícios percebidos foram os seguintes: primeiro dia ela comentou que observou que quando a bolinha ia para a direita o sacador lançava mais para trás arcando mais seu corpo; também, tentou identificar algum indício pela movimentação dos pés. No segundo dia identificou que quando a bola é para a esquerda o sacador a lança mais alta. Terceiro dia, as mesmas observações do segundo dia. Quarto dia, percebeu diferença de quando é para a esquerda ou direita, mas não soube identificar se é no ambiente ou no sacador. Quinto dia, comentou que automatizou os indícios, usa como principal referência a bolinha (informações verbais), o que confirma a ideia de que ter uma experiência similar em outro esporte de oposição, como no caso do vôlei, com predominância de membros superiores, facilita a aprendizagem.

A Participante 5 (P5) é do sexo feminino, tem 17 anos, necessita de correção visual apenas para descanso à noite; nunca jogou tênis e tem experiência em dança. Seus resultados na última sessão foram abaixo da primeira. Acertou 35, 38, 34, 34, 38 e 34 vezes. Ao final do treinamento, percebeu-se que a participante não conseguiu ter aprendizagem.

A P5 teve um intervalo um pouco grande em relação a cada sessão de treinamento, ocorrendo uma diferença de 15 dias entre o primeiro e o último testes realizados. A participante relatou em seu primeiro dia que tentava identificar a movimentação dos braços (angulação do cotovelo) e percebeu que havia diferença de quando ia para a esquerda ou direita, no entanto, não conseguia identificar com certeza. Segundo

dia: percebeu que a altura da bolinha era maior quando o saque ia para a esquerda. Terceiro dia: comentou que a inclinação do corpo do sacador era maior para trás quando a bolinha ia para a direita e tentou prestar atenção nos movimentos dos pés do sacador. No quarto dia ainda tentou observar diferença nos pés, porém não conseguiu ter certeza da direção e, também, confirmou a ideia de que quando a bola vai para a esquerda é lançada mais alta. Quinto dia: os mesmos relatos anteriores (informações verbais). Como os intervalos entre as sessões não foram regulares, é possível que isso tenha interferido no processo.

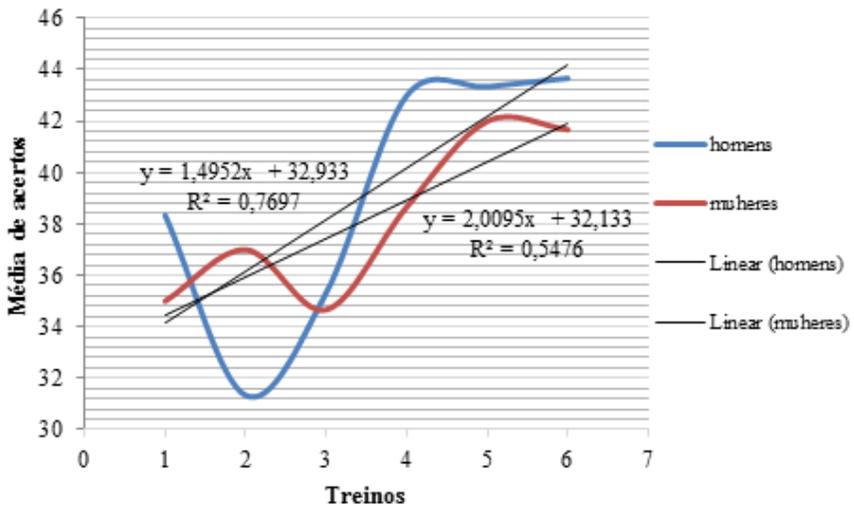
O Participante 6 (P6) trata-se de uma pessoa do sexo masculino, 28 anos, o qual necessita de correção visual e estava usando óculos na hora do teste. Nunca teve experiência em tênis, nem praticou algum esporte de maneira competitiva, apenas pratica futebol de forma bem esporádica. Seu olho dominante é o direito, assim como sua mão. O P6 não apresentou melhoria nem durante nem após realizados os treinamentos (Gráfico 1).

Os resultados do P6 foram 38, 27, 31, 34, 32 e 33 acertos. Esses números mostram que esse participante não conseguiu desenvolver sua capacidade de antecipação depois de ter realizado os treinamentos. Quando questionado, relatou que observou que quando a bola ia para a esquerda o sacador lançava a bolinha mais para trás do seu corpo e não conseguiu observar qualquer outro indício. Pode-se afirmar que esse indício serviu para produzir uma antecipação errônea. Bordini et al. (2015) sustentam que atletas com mais tempo de prática têm uma capacidade maior de antecipar de forma correta uma ação oposta. No caso do P6, que nunca jogou tênis nem outro esporte com dominância dos membros superiores, evidenciou-se a necessidade de diferentes intervenções, ou, ainda, maior tempo de prática para que se produzisse uma maior aprendizagem.

Como o estudo avaliou a resposta antecipada de homens e mulheres observando à um homem realizando saques de tênis, levantou-se a hipótese de que as mulheres teriam maior dificuldade em elaborar sua resposta devido à inexperiência em enfrentar oponentes masculinos. Assim, uma análise por grupos separados por sexo foi realizada; os resulta-

dos podem ser vistos no Gráfico 2. Os resultados mostram uma regressão linear para facilitar a decisão sobre a existência ou não de aprendizagem. O coeficiente de variância da regressão indica que 76,97% da mostra de homens pode ser explicada a partir da equação proposta, enquanto nas mulheres o percentual foi de 54,76%. Assim, conclui-se que na mostra de homens houve maior aprendizagem, entretanto, é importante lembrar que dos três, dois possuíam experiência competitiva. Por isso, outra análise foi realizada, separando o grupo pela experiência com esporte competitivo (Gráfico 3).

Gráfico 2 – Curvas de aprendizagem por sexo

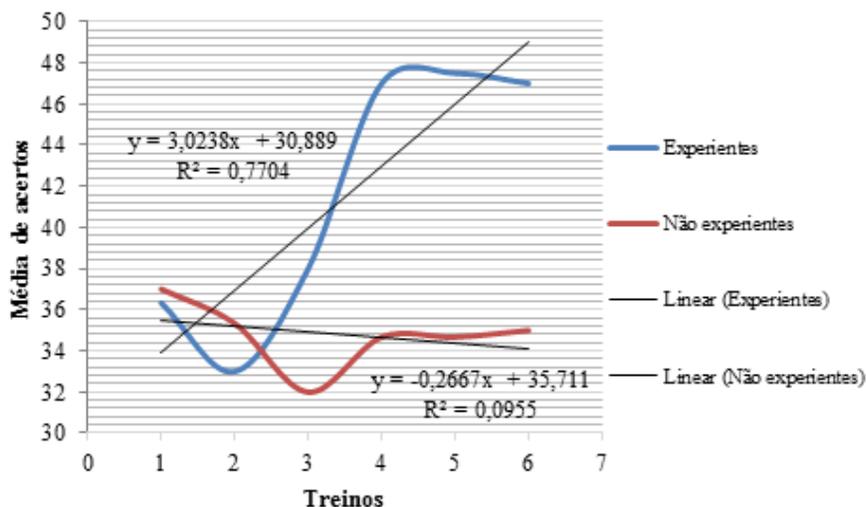


Fonte: os autores.

A grande diferença que se observa dentro desta pesquisa é a dos participantes que tinham mais experiência com esporte de oposição com predominância de membros superiores. Estes conseguiram absorver as informações do treinamento de forma mais eficaz, captando os indícios perceptivos e, conseqüentemente, tiveram mais acertos conforme o procedimento avançava. A curva de aprendizagem perceptiva de início nos participantes experientes apresentava menos acertos até o segundo teste. Do terceiro em diante a evolução foi constante até o número se estabili-

zar no topo. Os resultados mostram que a média se estabilizou já na metade do projeto, e o coeficiente da equação de regressão linear proposta mostra que há uma explicação sustentável em 77,04%.

Figura 3 – Curvas de aprendizagem por experiência competitiva



Fonte: os autores.

5 CONCLUSÃO

No exercício proposto para a aprendizagem da antecipação por meio da percepção visual, obtiveram-se resultados satisfatórios, já que em metade dos participantes mostrou-se efetivo. O grupo de participantes com experiência em esporte de oposição, neste estudo o vôlei, foi capaz de aprender como antecipar o sacador. É interessante o fato de a experiência prática anterior facilitar a aprendizagem em laboratório, o que demonstra a validade ecológica do procedimento. O número de vezes em que um participante se expõe aos vídeos também parece ser um fator determinante, já que cada um apresentou diferentes formas de evolução do comportamento. Nos casos em que não houve aprendizagem, sugere-se maior número de práticas e a oferta de mais reforçadores além daqueles oferecidos pelas bolas coloridas. Apesar de ser fator limitante o controle so-

bre a possível transferência de habilidade no grupo com melhores resultados, acredita-se que em futuros estudos seria interessante ampliar o tempo de prática dos participantes até se encontrar a curva de aprendizagem em cada indivíduo. Conclui-se que o exercício proposto incrementa os níveis de antecipação sempre e quando ocorra a associação psicológica ideal mediante os indícios perceptivos pertinentes.

REFERÊNCIAS

ABURACHID, L. M. C.; GRECO, P. J. Validação de conteúdo de cenas do teste de conhecimento tático no tênis. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 261-267, abr./jun. 2011.

ALVES, P. H. F. **A influência do saque sobre a pontuação no jogo de tênis em nível profissional**. 2009. Monografia (Bacharelado em Educação Física)–Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BORDINI, F. L. et al. Efeito da oclusão temporal na ação de ataque sobre a tomada de decisão defensiva na modalidade de voleibol. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 107-118, jan./mar. 2015.

CARREIRO, L. R. R.; HADDAD, H.; BALDO, M. V. C. Componentes sensoriais e atencionais do tempo de reação: efeitos do tamanho, excentricidade e previsibilidade de estímulos visuais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 28, n. 2, p. 133-140, abr./jun. 2012.

CRESPO, M.; REID, M.; QUINN, A. **Tennis psychology: 200+ practical drills and the latest research**. London: International Tennis Federation, 2006. 243 p.

MACEDO, E. et al. Análise dos padrões dos movimentos oculares em tarefas de busca visual: efeito da familiaridade e das características físicas do estímulo. **Arquivo Brasileiro Oftalmológico**, São Paulo, v. 70, n. 1, p. 31-36, jan./fev. 2007.

MONTE, A.; MONTE, F. G. Teste de agilidade, velocidade de reação e velocidade para tênis de campo. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, v. 9, n. 4, p. 401-407, 2007.

NOCE, F. et al. Influência do tempo de reação simples na seleção de jovens talentos no tênis. **Revista Educação Física**, Maringá, v. 23, n. 3, p. 369-377, jul./set. 2012.

ROSSATO, L. C.; CONTREIRA, A. R.; CORAZZA, S. T. Análise do tempo de reação e do estado cognitivo em idosas praticantes de atividades físicas. **Fisioterapia em Pesquisa**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 54-59, jan./mar. 2011.

ZAWADZKI, P. Diferencias individuales en la técnica del servicio ante la posible respuesta del oponente en el tenis. **Conductual, Revista Internacional de Interconductismo y Análisis de Conducta**, v. 1, n. 3, p. 63-73, 2013.

ZAWADZKI, P.; ROCA, J. Descripción de indicios perceptivos de velocidad para la anticipación del servicio de tenistas profesionales. **Revista Iberoamericana de Psicología del Ejercicio y el Deporte**, v. 7, n. 2, p. 251-270, 2012.

ZAWADZKI, P.; SABBI, I. K. **Antecipação em tênis**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física)–Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2014.

O AUTISMO E O IMPACTO NA FAMÍLIA

Edilamar Bellé*
Francine Cristine Garghetti**
Návia Terezinha Patussi***

Resumo

Desde sua origem, a sociedade parece estar pautada ou construída de forma a considerar os iguais, ou compreendidos como “normais”, e a excluir os diferentes. Nesta pesquisa objetivou-se analisar, por meio dos relatos dos pais, a relação que estes estabelecem com seus filhos após o diagnóstico de autismo. Para tanto, utilizou-se de entrevistas semiestruturadas com pais de crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista. Os resultados mostraram que é na família que se reflete com maior intensidade o impacto desse diagnóstico e que a construção da comunicação entre pais e filhos, na maioria dos casos, é prejudicada, tornando ainda mais difícil a interação. Outra dificuldade apontada pelos pais é a exposição de seus filhos ao convívio em sociedade, pois, para eles, esta ainda apresenta preconceitos e despreparo para lidar com as especificidades do Transtorno do Espectro Autista. Por fim, percebeu-se a possibilidade de contribuição da Psicologia na orientação e intervenção para e com essas famílias, diante do contexto no qual os pais apresentam dificuldades e dúvidas sobre o conhecimento e enfrentamento do Transtorno do Espectro Autista.

Palavras-chave: Autismo. Transtorno do Espectro Autista. Família. Relações familiares. Impacto.

* Graduada do Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; edibelle@gmail.com

** Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora do Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; francine_garghetti@yahoo.com.br

*** Especialista em psicopedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Especialista em dependência química pela universidade federal de São Paulo; naviat@terra.com.br

1 INTRODUÇÃO

Desde o início dos tempos as sociedades em geral parecem estar pautadas de forma a considerar como sujeito e parte desse contexto apenas os compreendidos como “normais”, excluindo os diferentes. Tratando-se do autismo e tendo este como foco da pesquisa, entendeu-se que esses sujeitos possuem suas especificidades na interação com o outro e que essa característica é unânime no transtorno de autismo e quase sempre está associada a outros quadros psicopatológicos, agravando ainda mais a capacidade do sujeito de se vincular com os demais.

Esta pesquisa possibilitou a análise, por meio dos relatos dos pais, da relação que estes estabelecem com seus filhos após o diagnóstico de autismo. Constatou-se semelhança entre os casos investigados com os referenciais teóricos estudados para a construção deste artigo. Durante a construção desta pesquisa tornou-se possível, a partir dos relatos dos pais, descrever a percepção destes em relação a esse quadro de alteração do desenvolvimento dos filhos.

Foi possível perceber, também, que é na família que se reflete com maior intensidade esse impacto e produz nesta um movimento de mudanças. Essa ocorrência faz com que seus membros mergulhem em uma nova realidade e, por falta de esclarecimento, torna-os reféns dessa patologia, levando-os a incapacitarem o filho, não deixando-o evoluir a seu modo.

Ao ressaltarem o desenvolvimento humano, os estudiosos compreendem que uma criança é o resultado da interação entre suas capacidades e potenciais e a influência do ambiente. Nos primeiros meses de vida, a criança tem uma interação com a mãe, ou pessoa que está exercendo esse papel, existindo entre elas uma comunicação quase perfeita, fortalecendo a relação afetiva. Essa comunicação no autista é prejudicada; mesmo assim, o vínculo permanece e se apresenta, muitas vezes, em forma de superproteção por parte dos pais.

Percebeu-se, por fim, a necessidade de levar a esses pais uma orientação mais clara e objetiva, o que torna necessários estudos mais profundos. Assim, entendeu-se que é nesse viés que o psicólogo pode

colaborar com essas famílias, trabalhando com a aceitação, o medo e o manejo frente ao preconceito. Dessa forma, a Psicologia pode contribuir para que tanto a família quanto a criança tenham uma vida mais saudável e menos excludente.

2 HISTÓRIA DAS DEFICIÊNCIAS

O homem demorou séculos para entender e explicar cientificamente algumas entre tantas deficiências e conviveu com as mais variadas explicações, o que o distanciava das necessidades de encarar a deficiência como uma realidade humana. Foi possível perceber que, por mais que se esforçasse para explicar essas anomalias, faltava-lhe o saber maior para esse entendimento (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003).

No século XX houve uma multiplicação das visões a respeito do deficiente, com a prevalência de vários modelos explicativos: o metafísico, o médico, o educacional, o da determinação social e, mais recentemente, o socioconstrutivista ou sócio-histórico (ARANHA, 1995 apud SILVA; DESSEN, 2001).

Muitas mudanças ocorreram na sociedade no decorrer da história em relação às deficiências. “Ao longo dos tempos, a pessoa com deficiência foi discriminada e isolada da sociedade. A maioria dos pais enfrentavam um conflito social e pessoal, por mais que quisessem que seu filho ou filha vivesse em sociedade, sabiam que eles seriam rejeitados nos mais diversos ambientes.” (ARAÚJO, 1994 apud PEREIRA, 2012).

Muitos autores percebem e citam a necessidade de se oferecer a esses cidadãos com deficiências avaliações e atendimentos específicos ou melhorados. Mas esse não seria o único trabalho a ser feito, a sociedade necessitava se organizar para facilitar o acesso com mais comodidade a esses sujeitos; baseando-se nesse entendimento foi criado o paradigma de suporte, que garantiu às pessoas o direito de não serem segregadas, e esse suporte pode ser oferecido por diversas fontes: econômica, social, entre outras.

No Brasil, ainda em muitos espaços os deficientes são considerados como objetos a serem institucionalizados (ARANHA, 1995). O mo-

vimento organizado por pais de crianças a quem era negado ingresso nas instituições educacionais suscitou o surgimento das escolas “especiais” e, mais tarde, das classes especiais no ensino regular.

3 AS RELAÇÕES FAMILIARES E O AUTISMO

As famílias de todos os tempos estão permanentemente expostas às diversidades, e eventos de todas as ordens sempre permeiam esses círculos familiares. Assim, com esses eventos poderão surgir sintomas os quais funcionam como um dispositivo de sobrevivência do grupo. Ao referir-se aos sintomas do transtorno de autismo tem-se a impressão que a identidade familiar passa a ser exclusiva desse sujeito, e a família precisa mobilizar-se em razão desse fato.

Os relatos maternos demonstraram que a situação da criança com transtorno autista exige adaptações não somente no cotidiano da mãe, mas no ambiente familiar como um todo, e que alguns pais, mães e irmãos dessas crianças também vivenciam uma sobrecarga psicológica contínua.

Schmidt e Bosa (2003) defendem a presença de tensões físicas e psicológicas constantes. O sentimento de falta de habilidades maternas e a prevalência de crise de estresse parental por sobrecarga materna estão presentes nas famílias com filhos autistas, existindo, também, expectativas da sociedade para que de fato a família assuma a responsabilidade com esse sujeito. Essa falta de equidade se apresenta em vários momentos em várias situações, não deixando de ocorrer com as famílias acometidas por esse transtorno nos filhos. As políticas públicas têm desenvolvido muitos programas para beneficiar essas famílias e usuários de cada especificidade de atendimento, mas ainda estão longe do ideal.

4 O AUTISMO NO DSM E NA NEUROBIOLOGIA

Recentemente, uma nova linha de pesquisas neurocientíficas sobre o autismo vem apontando disfunções em neurônios-espelho, tipo de célula cerebral ativada mais intensamente durante a obser-

vação de cenas sociais dotadas de intencionalidade e conteúdo emocional (LIMA, 2007; RAMACHANDRAN; OBERMAN, 2006). Como resultado do deslocamento da primeira para a segunda concepção no campo psiquiátrico, o autismo, a partir dos anos 1980, deixa de ser incluído entre as psicoses infantis e passa a ser considerado um “Transtorno Invasivo do Desenvolvimento” (TID). Nas classificações mais difundidas, a CID 10, da Organização Mundial da Saúde (1992), e o DSM-IV, da Associação Psiquiátrica Americana (1994), são descritos, além do autismo, a síndrome de Asperger, o transtorno desintegrativo, a síndrome de Rett e os quadros atípicos ou sem outra especificação. Na quinta versão do DSM (DSM-V) passa-se a usar a denominação Transtornos do Espectro do Autismo, localizados no grupo dos Transtornos do neurodesenvolvimento.

Segundo Jerusalinsky (1988), buscar o signo da maturação de-sarmônica e o signo mínimo de disfunção poderia ser o caminho para, quem sabe, detectar o autismo precocemente. Outro alerta em relação a essa patologia que seguidamente se confunde com outras: o retardo mental, em geral é atribuído à deficiência mental, impedindo, dessa forma, um diagnóstico diferencial. Assim, o autor também converge para o entendimento de essa patologia estar relacionada à falta de estímulo materno quando se refere à ausência ou pobreza de reflexo, este atribuído à lesão cerebral, retardo mental ou falta de estímulo materno.

A psicoterapia tem um papel essencial nos tratamentos desses quadros, e recomenda-se, principalmente, o uso de abordagem relacional, com ênfase no controle emocional e na modificação do comportamento. As técnicas psicoterapêuticas utilizadas com autistas geralmente possuem três fases: a primeira envolve a superação do isolamento, na segunda, o terapeuta ajuda a criança a desenvolver seus próprios limites, e na terceira, haverá a tentativa do terapeuta de compreender o conflito que causou a retração.

Muitas pesquisas buscam enriquecer a literatura em relação a esse tema sobre o qual ainda há vários questionamentos entre profissionais e pesquisadores. Enquanto isso, do outro lado está a famí-

lia que enfrenta no seu cotidiano a dificuldade de interpretar o que acontece com seus filhos. O impacto e os sentimentos que se sucedem denunciam o quanto a família precisa se fortalecer para enfrentar a situação.

5 MÉTODO

Para a realização da pesquisa contatou-se uma escola especial, para receber a autorização e para se certificar da existência de sujeitos que contemplassem os critérios da pesquisa. Esta também foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Para esta pesquisa foram designados dois casais com filhos com diagnóstico de autismo que estavam frequentando uma escola especial no período de realização da investigação. No entanto, diferentemente do que foi proposto, contou-se com a participação de um casal (pais do primeiro adolescente com autismo) e apenas uma mãe (do segundo adolescente com autismo) que concordaram em participar desta pesquisa.

Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada, seguindo um roteiro o qual já havia sido testado e modificado por meio de um projeto piloto. A coleta ocorreu em local e horário previamente combinados com os pais, os quais foram orientados e esclarecidos quanto às dúvidas e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram registradas com gravador de voz e, posteriormente, transcritas na íntegra. Todo o processo de pesquisa foi desenvolvido observando-se os cuidados éticos necessários e exigidos para uma pesquisa com seres humanos.

Os dados foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2002), a qual se caracteriza como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência

de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

6 BREVE RELATO DOS CASOS

O sujeito do primeiro caso pesquisado, na presente pesquisa foi nominado S, e seus pais, Sujeito 1 (S1) e Sujeito 2 (S2); apresenta maior dificuldade de interação, sendo bastante perceptível o quadro de Transtorno do Espectro Autista. Encontrava-se no momento da entrevista com 20 anos, tendo uma boa relação com o pai, o qual mudou o trabalho para o turno da noite para estar com S durante o dia, e a mãe fica com ele à noite. O casal tem outra filha, com 11 anos, que mostra muita dedicação a S. Durante a entrevista a mãe apresentou muitas dúvidas sobre o transtorno e uma grande angústia ao relatar sua história.

O segundo caso, nominado J, no qual a mãe é apresentada como Sujeito 3 (S3), possui síndrome de Down e encontrava-se com 16 anos no momento da pesquisa. Essa mãe relatou o abandono do companheiro e pai do filho após o diagnóstico e sua luta para tratar o filho, além do bom relacionamento que desenvolveu com o ele, ao qual dedica seu tempo integralmente, mostrando-se conformada, mas também possui dificuldade para entender o transtorno do filho.

7 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os conteúdos das entrevistas foram organizados em 19 subcategorias que posteriormente foram agrupadas em três categorias, considerando a opinião dos pais em relação ao impacto do diagnóstico de autismo nos filhos. A primeira categoria refere-se às *Evidências do autismo nos filhos e a percepção dos pais* e sinaliza as situações nas quais os pais observaram comportamentos alterados por parte dos filhos. Obtiveram-se nessa categoria oito subcategorias apresentadas e discutidas a seguir.

Na subcategoria *Organização Excessiva* os pais relataram a necessidade de rotina e organização dos filhos no transcorrer do seu dia. Entre os três pais entrevistados, um não relatou essa necessidade do filho, enquanto dois relatam grande necessidade dessa organização por parte do filho: “Ele está acostumado com aquela rotina e só seguir e acompanhar, se você quebrar a rotina dele ele fica irritado.” (S2, informação verbal). Diante desse relato, observa-se que esse transtorno, de fato, traz consigo uma característica de manter uma rotina no seu comportamento. De acordo com a Escola Especial para autistas (AMA), as crianças autistas de pouca idade usam objetos inanimados quase que exclusivamente para girá-los ou sacudi-los. Mostram uma tendência para enfileirar ou arrumar esses objetos sempre da mesma maneira, dando a impressão de querer manter seu ambiente sempre igual, sem variações. Mais tarde passam a fazer uso ritualizando esses objetos em atitudes repetitivas, apresentam graves deficiências nas brincadeiras simbólicas e são incapazes de usar brinquedos e outros objetos de forma imaginativa.

Na subcategoria *Busca por Diagnóstico*, dois pais, dos três entrevistados, relataram o sentimento de angústia frente à busca de profissionais e respostas confusas, enquanto o terceiro pai descreveu que, além da busca, não encontrou no filho dificuldades tão graves em uma das deficiências diagnosticadas: “Quando era menor, eu não sabia o que ela tinha, e a angústia de procurar para descobrir [...] muitos exames foram feitos, então começamos a lidar diferente com ela.” (S2, informação verbal). Segundo Jerusalinsky (1988), buscar o signo da maturação desarmônica e o signo mínimo de disfunção poderia ser o caminho para, quem sabe, detectar o autismo precocemente. Outro alerta desse autor em relação a essa patologia é que seguidamente é confundida com outras, a exemplo da deficiência intelectual. Nem sempre é realizado um diagnóstico diferencial, por isso a demora dos pais de ter clareza do diagnóstico é angustiante, além de que, após esclarecidos, eles ainda precisam superar e aceitar o transtorno, o que pode levar um longo tempo até aprenderem a lidar com o filho realmente.

Na subcategoria *Confusão em relação ao Diagnóstico*, apenas um dos três pais mostrou clareza em relação à compreensão do transtorno, enquanto dois se mostraram confusos ao responder. “Ela não é tão autista, ela é um pouco.” (S1, informação verbal). Percebeu-se nesse diálogo uma dificuldade de os pais saberem o quanto seu filho está comprometido pelo transtorno, já que, de acordo com Garcia e Mosqueira (2011) “O autismo é uma síndrome que engloba múltiplas etiologias ainda não comprovadas e em diferentes graus de severidades, atinge cerca de 8 a cada 10 mil indivíduos e sua maior incidência é no sexo masculino.” Tustin (1990, p. 27), por sua vez, aborda o entendimento equivocado que ocorre entre os profissionais em relação ao autismo, pois, ainda hoje, em algumas esferas os psicodinamicistas não fazem diferenciação entre autismo psicogênico e autismo orgânico, nem entre perturbações do tipo autista esquizofrênico e perturbações que se originam da negligência parental. Neste, segundo o autor, há uma interrupção precoce e maciça do desenvolvimento cognitivo-afetivo, embora o físico da criança autista seja preservado; porém, cabe aqui informar que isso não é uma regra, visto que, quando associado a outras deficiências, o físico pode apresentar alterações. Portanto, se para os profissionais da saúde ainda existe essa confusão, para as famílias ela é ainda mais complexa.

Na subcategoria de *Isolamento*, entre os três pais entrevistados, um deles relatou o isolamento como característica da filha, pois na escolinha, por ser um espaço grande, encontrava sempre a filha em um canto sozinha, gritando, sem querer contato com ninguém, enquanto os outros alunos estavam dentro da sala de aula (S1, informação verbal).

De com acordo com Andrade e Rodrigues (2010), o isolamento social é uma das principais características do autista, o que o torna muitas vezes inapto e inapropriado em seus comportamentos, considerando-se que viver em sociedade é uma questão de treino de habilidades. Essa é uma das dificuldades dos pais, o fato de seus filhos preferirem o isolamento, e a família acaba isolando-se também.

Na subcategoria *Manifestação Precoce*, entre os três pais entrevistados, um trouxe a percepção de o filho ter demorado a caminhar.

Sabe-se que o caminhar de uma criança inicia a partir dos 11 meses e que, de acordo com Pulaski (1986), a criança encontra-se no estágio 4, que compreende dos oito aos doze meses, quando se observa o surgimento do comportamento intencional, à medida que o bebê afasta os obstáculos do caminho ou usa a mão de um dos pais para alcançar os objetos desejados. Segundo a orientação da AMA, pode a criança autista apresentar forma de caminhar nas pontas dos pés o tempo todo.

Em relação à subcategoria *Reação Inadequada aos Estímulos*, um dos três pais da pesquisa percebeu que a filha não tinha os reflexos esperados: “A minha filha não tinha os movimentos de Moro, ela era parada, não reagia quando ligava a luz” (S1, informação verbal). O Reflexo de Moro é uma resposta instintiva quando o bebê se sente desequilibrado ou em perigo, diante de barulho alto faz um movimento brusco de esticar os braços e as pernas, estender o pescoço e chorar. Em seguida, ele junta os braços, como em um abraço, e flexiona as pernas (PULASKI, 1986). Compreende-se, a partir dessa fala, a importância de os pais receberem informações sobre o desenvolvimento da criança para melhor acompanhar seu filho.

Na subcategoria *Dificuldade de Interação*, um dos pais entrevistados observou tal dificuldade ao relatar a experiência de matricular a filha em uma escola regular: Ela ficou um ano lá, um dia ela veio para casa toda aranhada, brigaram com ela, não sei o que deu, então tirei ela de lá (S1, informação verbal). A interação da criança autista, segundo Tustin (1990), é difícil. Desse modo, percebe-se que a dificuldade de interação com o outro pode levar a situações de superproteção por parte da família.

Na subcategoria *Movimentos Repetitivos*, dois pais relataram que o filho já diminuiu os movimentos repetitivos, enquanto o outro relatou que o filho ainda apresenta tal característica. Essa é uma característica do autismo entendida como atípica, quando normalmente a criança movimenta as mãos com frequência, para trás e para frente, repetidamente.

Na segunda categoria, *Relações estabelecidas entre os pais e os filhos com autismo*, os pais relataram como é a relação diária, a rotina e o cotidiano com seus filhos. Gerou seis subcategorias, apresentadas a seguir.

A primeira subcategoria, *Dominação*, na qual os sujeitos da pesquisa relataram tentativas dos filhos de dominar o funcionamento da casa e o relacionamento com as demais pessoas da família e da comunidade, entre os três entrevistados somente dois citaram essa característica no filho: “Eles mandam na casa, porém eles obedecem, sabe, eu não deixo muito, eu corto ela, e ela abaixa a bola.” (S2, informação verbal). Em relação a esse comportamento, os pais encontram uma forma de interagir com o filho, acreditando que é necessário impor limites, mas nem sempre conseguem fazê-lo da maneira mais adequada.

A subcategoria *Superproteção* traz o relato de dois pais sobre a questão de superproteger seus filhos:

Até nós pegamos uma empregada quando ela era pequena, mas daí o pai ia dormir com um olho aberto e um fechado, medo que maltratassem ela. (S2);
 Eu procuro fazer com que ele se sinta melhor, assim o que ele gosta de comer, beber, assim, sabe, assim procuro comprar o que ele gosta mais porque ele é uma criança indefesa, então eu procuro fazer o melhor para que ele se sinta melhor comigo pra nós termos uma relação melhor. (S3);
 A escola especial é tudo de bom, hoje querem fechar ela, ouviu falar? Eu não quero minha filha num colégio regular, sou eu que não quero! Sou eu que tenho preconceito, não eles! Ah! Pelo amor de Deus, eu não quero minha filha com estes que se dizem “normal”. O lugar é na escola especial, lá é tranquilo, as professoras são tranquilas. Cada um na vida tem seu quadrado.” (S1) (informações verbais).

Segundo Buscaglia (2006), é imperativo, portanto, para aqueles que cuidam de pessoas deficientes, estarem sempre alertas, a fim de se assegurarem de que não estão colaborando com o processo desses indivíduos se os tornarem incapazes. Esse entendimento ficou visível nessas entrevistas, assim como a dificuldade de aceitar o processo de inclusão.

Na subcategoria *Reeducação*, foi relatado por um dos três entrevistados que esse trabalho é realizado com a filha por profissionais da escola especial e repassado para a família continuar em casa: “Uma professora muito querida tirou as fraudas dela, começou a levá-la no banheiro e ela está sem fraldas até hoje.” (S1, informação verbal). A reeducação desses sujeitos para melhorar sua funcionalidade permite que se perceba

que existem, sim, possibilidades de melhorar a condição de alguém quando se está preparado para o que for necessário fazer.

Na subcategoria *Organização Familiar*, os três pais que participaram da pesquisa relataram toda uma organização em relação à horários de trabalho para poder atender às necessidades dos filhos quando estão em casa, principalmente para estar sempre um dos pais na companhia do filho, para não deixá-lo com pessoas estranhas: “Então quando a gente descobriu que ela era deficiente e não dava para deixar ela sem um de nós dois, então ele mudou o turno de trabalho para a noite, e eu de dia vou pro posto e à noite eu fico com elas.” (S1, informação verbal). Segundo Andrade e Rodrigues (2010), são constantes as estratégias que a família tem para lidar com as dificuldades, as quais poderão amenizar, ou não, o *stress* familiar. Os três pais entrevistados responderam que a preferência dos filhos por um dos familiares existe tanto na companhia, na alimentação e no contato físico, porém, dos pais entrevistados, nenhum dos filhos tem comportamento agressivo.

Na subcategoria *Relação do Casal*, o casal entrevistado relatou que a relação do casal ficou em segundo plano, pois a prioridade são os cuidados com o filho, e o casal vai se acostumando a esse funcionamento. A outra mãe (S3) relatou a não aceitação do cônjuge em relação ao transtorno do filho, e a separação ocorreu logo após o diagnóstico, e hoje vive e prefere ficar só.

A subcategoria *Limites e Conflitos* traz uma reflexão angustiante para os pais que ficam divididos entre o medo de ser muito duros com o filho, o qual consideram indefeso. Dois entre os três pais entrevistados, ao falarem sobre imposição de limites, relataram que precisam colocar limites nos filhos, mas percebem que ao fazer isso eles se tornam agressivos e entram em conflito, pois percebem que eles respondem melhor ao serem tratados com calma e carinho.

Na terceira categoria, *Impacto do Diagnóstico*, foi possível agrupar cinco subcategorias. A primeira trata da *Negação*, quando um dos pais relatou a dificuldade de aceitar a dificuldade da filha: “Até eu não aceitava levar na escola especial, não queria ouvir nem falar, a gente não

aceita o filho assim, no começo é muito difícil aceitar.” “Meu Deus do céu, chorei, chorei [...] eu não queria levar na escola especial, entrava lá e saía chorando.” (S1, informações verbais). Segundo Autismo (2016) a negação dos pais é muito comum ao receberem a notícia. Depois dessa fase do luto chegam as outras: a vergonha e o altruísmo, este de grande importância à criança.

Na subcategoria *Falta de Informação* os três pais relataram dificuldade, muitas dúvidas e sofrimento diante da notícia, bem como preocupação em se preparar para poder corresponder às necessidades do filho nessa condição. Apenas um dos três entrevistados recebeu a notícia na maternidade (da Síndrome de *Down*); o autismo se apresentou após alguns anos.

Na subcategoria *Desespero*, os pais relataram tal reação diante do diagnóstico propriamente dito. Os três pais disseram ter sido um momento difícil: “Sabia que ia ficar só, sem apoio do meu marido, que teria de ficar sozinha, entrei em desespero, eu nunca esperava na minha vida ter um filho assim.” (S2). “A minha vida mudou aí é uma dor muito grande, tu fica sempre com o coração dolorido [...] Porque olha, poderia ter duas moças, podiam estar estudando, podia “tá” casada, podia ter neto, “tô” velha criando um bebê.” (S1) (informações verbais).

Nessa subcategoria *Autodefesa*, um dos três pais entrevistados falou sobre algumas pessoas não estarem preparadas para lidar com o diferente e se dirigirem a eles com frases de piedade, o que provoca indignação: “Não gosto que me digam que é uma cruz, quer me ver irritada é dizer tua filha é uma cruz, eu brigo.” (S1, informação verbal). Essa auto-defesa pode traduzir o sentimento de uma mãe quando fragilizada diante de seu filho ser considerado um peso por outro sujeito.

Na subcategoria *Aceitação* dois dos três pais entrevistados relatam que apesar do transtorno, conseguem entender e aceitar o filho, bem como ter um bom relacionamento e entrar no mundo dele para poder melhorar esse relacionamento e ter um bom convívio. Os três entrevistados relatam que não se imaginam mais sem o filho e vão, dessa forma, levando a vida. Um dos sujeitos relata desejar que Deus leve o filho antes

dela, para não deixá-lo só no mundo: “Me preocupo muito com ele sem mim, nas minhas orações eu peço a Deus que ele vá antes que eu, por mais que me doa. Sei que minha filha iria cuidar bem dele, mas prefiro que seja assim.” (S2, informação verbal). Foi possível perceber, nessas famílias, que por mais que sejam afetadas por vários sentimentos, o melhor caminho para contornar os problemas foi a aceitação, o que se confirmou em seus relatos, pois foram unânimes ao dizer que não imaginam a vida hoje sem esses filhos.

8 CONCLUSÃO

No presente trabalho objetivou-se identificar o impacto do diagnóstico do transtorno autista nas famílias, mas foi possível ir além e se registraram outros elementos importantes, como a organização dessas famílias que necessitam modificar seu funcionamento, adiar seus projetos para melhor desempenhar suas funções com os filhos acometidos pelo transtorno. Percebeu-se nos relatos dos pais quão presentes ainda são as dúvidas sobre esse diagnóstico, além do impacto que causa o preconceito revelado e sentido por eles por meio de palavras inconvenientes que recebem em tentativas de ajuda. Constatou-se, também, mediante a fala desses pais, que os profissionais ainda não têm clareza para orientá-los, além da demora no diagnóstico. Associada a isso ainda há a questão da negação de certos pais frente à realidade, e há divergências nas pesquisas que permeiam esse tema.

Nesta pesquisa identificou-se que todos os pais entrevistados dedicam suas vidas ao trabalho e aos filhos, demonstram grande envolvimento e dedicação e, em alguns momentos, atitudes de superproteção. Os pais relataram medos em relação à inclusão de seus filhos em escolas regulares, referindo a escola especial como um porto seguro para seus filhos, no sentido de oferecer suporte e acomodação para estes, pois para as famílias eles precisam de maior proteção. Além disso, a escola especial permite que os pais se dediquem a outro objetivo ou necessidade familiar ou pessoal durante o horário escolar.

A dificuldade de interação social que esse transtorno apresenta assusta os pais que se tornam reféns de seus filhos para protegê-los. As características do transtorno relatadas pelos pais nesta pesquisa são compatíveis com as das literaturas estudadas, com algumas particularidades pelo fato de esse transtorno se apresentar de forma muito particular e acompanhado, ou não, de outras comorbidades.

É relevante dizer, por fim, que o desenvolvimento desses sujeitos pode variar de acordo com a forma como são estimulados e aceitos. A pretensão não foi esgotar esse tema, mas refletir sobre o impacto na família e as possibilidades de melhorar o sistema de apoio a partir do arcabouço já produzido pela Psicologia. Entende-se a necessidade de novos estudos para esclarecer com mais propriedade o porquê é tão confusa a forma como é passado esse diagnóstico aos pais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F.; RODRIGUES, L. C. **Estresse familiar e autismo**: estratégia para melhoria e qualidade de vida. *Psicologia IESB*, v. 2, n. 2, p. 69-81, 2010. Disponível em: <www.iesb.br/psicologiaiesb>. Acesso em: 15 out. 2015.

ARANHA, M. S. F. **Integração social do deficiente**: análise conceitual e metodológica. *Temas em Psicologia*, 2, 1995.

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiências. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, ano 11, n. 21, p. 160-173, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.adiron.com.br/arquivos/paradigmas.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO AUTISTA. **O autismo**. Disponível em: <<http://www.ama.org.br/site/pt/autismo/definicao.html>>. Acesso em: 15 out. 2015.

AUTISMO – luta contra preconceito. **Vila mulher**. Disponível em: <<http://www.vilamulher.com.br/familia/filhos/autismo-luta-contr-o-preconceito-14951.html>>. Acesso em: 20 set. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DPLA, 2003.

GARCIA, P. M.; MOSQUERA, C. F. F. Causas neurológicas do autismo. **O Mosaico – Revista de Pesquisa em Artes da Faculdade de Artes do Paraná**, n, 5, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/mosaico/article/viewFile/19/pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Autismo**: orientação para os pais. Casa do Autista – Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2000. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_14.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

PEREIRA, J. E. A infância e a deficiência intelectual: algumas reflexões. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9., 2012, Maracajá. **Anais...** Maracajá: ANPESUL, 2012. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Educao_Especial/Trabalho/08_17_53_2044-7334-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

PULASKI, M. A. S. **Compreendendo Piaget**: uma introdução ao desenvolvimento cognitivo da criança. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

SCHMIDT, C.; BOSA, C. A investigação do impacto do autismo na família: revisão crítica da literatura e proposta de um novo modelo. **Interação**, v. 7, n. 2, p. 111-120, 2003.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. Deficiência Mental e Família: Implicações para o Desenvolvimento da Criança. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, DF: Universidade de Brasília, v. 17, n. 2, maio/ago. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v17n2/7873.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2015.

TUSTIN, F. **Barreiras autistas em pacientes neuróticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

O ENVELHECER ATRÁS DAS GRADES: A PERCEPÇÃO DE UM GRUPO DE IDOSOS SOBRE O ENVELHECER NA PENITENCIÁRIA

Morgana Orso dos Santos^{*}
Patrícia FernaNda Conte^{**}
Edson Pilger Dias Sbeghen^{***}
Fábio Augusto Lise^{****}

Resumo

O envelhecimento da população em todo o mundo está crescendo de forma significativa. Esse é um fenômeno conhecido e comum a todos os seres vivos; apesar disso, na contemporaneidade, o idoso é visto como um ser incapacitado e é menos valorizado socialmente. Com este estudo objetivou-se conhecer a percepção do idoso diante do envelhecer privado de liberdade, bem como a influência da prisão nessa fase de vida. Além disso, procurou-se entender sua história e expectativa de vida após a prisão. A pesquisa utilizou o método qualitativo-exploratório e foi realizada em uma penitenciária do Oeste de Santa Catarina. Os sujeitos foram quatro idosos com idades entre 55 e 74 anos, privados de liberdade, do sexo masculino, com educação fundamental incompleta. Dois estavam em processo de progressão de regime (encaminhando-se para penas mais brandas), enquanto dois ainda passarão alguns anos naquele local. Foi realizada uma entrevista individual semiestruturada com os participantes, contendo 14 perguntas que versavam sobre a sua história de vida, momento atual e perspectivas em relação ao seu futuro e ao envelhecer. Os objetivos com este estudo foram alcançados, pois a partir da entrevista foi possível conhecer, de certa forma, a realidade do idoso no sistema

^{*} Graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; morgana_orso@yahoo.com.br

^{**} Graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; patriciaa_fernanda@hotmail.com

^{***} Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá; Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina; edson.dias@unoesc.edu.br

^{****} Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina; fabio.lise@unoesc.edu.br

prisional, ouvir os seus relatos em relação a sua história de vida e a sua expectativa futura e, também, identificar como é o envelhecer para eles. Palavras-chave: Psicologia social. Idosos privados de liberdade. Sistema prisional.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil até pouco tempo era considerado um país de jovens, no entanto, com o aumento da expectativa de vida da população e a redução da taxa de natalidade, já se vê um cenário diferente: um país em processo de envelhecimento. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), os idosos – pessoas com mais de 60 anos – somam 23,5 milhões dos brasileiros, mais que o dobro do registrado em 1991, quando a faixa etária contabilizava 10,7 milhões de pessoas.

Diante disso, o envelhecimento da população começa a ser percebido e a ser considerado um importante fenômeno social, com repercussões na economia, nas políticas públicas e na cultura, tornando o fenômeno *envelhecer* um campo privilegiado de investigação de diversas áreas do conhecimento.

O idoso, na cultura ocidental contemporânea, é visto como um ser incapacitado e é menos valorizado socialmente, pois essa fase do ciclo vital é caracterizada pela redução da capacidade de trabalho, redução da memória, redução da resistência em atividades cotidianas, perdas psicológicas, afetivas e motoras, entre outras.

O envelhecimento trata-se de um fenômeno que apresenta características singulares, perpassando pelos fatores da trajetória de vida individual, social e cultural, sendo essa etapa da vida vista como algo negativo, que precisa ser distanciada e, até mesmo, negada. Se o envelhecer já é uma experiência estigmatizante, que se dirá do envelhecer privado de liberdade, em um sistema prisional?

Com a pesquisa que originou este artigo se buscou a compreensão da experiência de quatro idosos sobre o envelhecimento privado de liberdade, em um sistema prisional da região Oeste de Santa Catarina.

Atualmente, o Brasil possui uma das maiores populações carcerárias do mundo, e muitas pessoas envelhecem dentro do sistema prisional. Assim, é importante conhecer esse cenário, para que se possa contribuir com a ciência/sociedade sobre esse fenômeno, buscando competências e habilidades na construção de novas atribuições redimensionadas à maior integração e inserção social dessas pessoas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O envelhecimento da população atualmente compreende um fenômeno que atinge o mundo todo. No Brasil há um crescente e rápido processo de envelhecimento da população, de acordo com os dados do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). No censo realizado em 2010, o Brasil já possuía uma população idosa (com mais de 60 anos de idade), de quase 21 milhões de pessoas e, segundo projeções, em 2020, o País terá, aproximadamente, 31 milhões de pessoas idosas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

O crescimento da população idosa ocorre em razão de processos: a alta fecundidade no passado, observada nos anos 1950 e 1960, comparada à fecundidade de hoje, e a redução da mortalidade da população idosa. Por um lado, a queda da fecundidade resultou no envelhecimento pela base. Por outro lado, a redução da mortalidade promoveu o aumento no tempo vivido pelos idosos. Portanto, esse processo altera a vida do indivíduo, as estruturas familiares e a sociedade (CAMARANO; PASINATO, 2002).

Temos, atualmente, um cenário de profundas transformações sociais, não somente pelo aumento proporcional do número de idosos, mas, igualmente, em razão do desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Estima-se que os avanços científicos e técnicos permitirão ao ser humano alcançar de 110 a 120 anos. São mudanças fantásticas e bastante próximas, que requerem modelos inovadores, que garantam vida com qualidade para essa crescente população (VERAS, 2002). Torna-se necessária, então, a aquisição de estratégias de enfrentamento para lidar com essa realidade.

Nesse sentido, pode-se perguntar: estariam as pessoas privadas de liberdade sendo atingidas por esses avanços? O sistema penitenciário brasileiro proporciona um envelhecimento com qualidade?

Envelhecer é um processo natural que caracteriza uma etapa da vida do ser humano e ocorre por mudanças físicas, psicológicas e sociais, que acometem de forma particular cada indivíduo com sobrevida prolongada. É uma fase em que, ponderando sobre a própria existência, o indivíduo idoso conclui que alcançou muitos objetivos, mas, também, sofreu muitas perdas, entre as quais a saúde se destaca como um dos aspectos mais afetados. A qualidade de vida e o envelhecimento saudável requerem uma compreensão mais abrangente e adequada de um conjunto de fatores que compõem o dia a dia do idoso (CAMARANO; PASINATO, 2002).

Para Diskin (2000), às vezes a família tem dificuldades em aceitar e entender o envelhecimento de um ente, tornando o relacionamento familiar mais difícil. O indivíduo idoso perde a posição de comando e decisão que estava acostumado a exercer, e as relações entre pais e filhos modificam-se. Conseqüentemente, as pessoas idosas tornam-se cada vez mais dependentes, e uma reversão de papéis se estabelece. Reconhece-se que para cada família o envelhecimento assume diferentes valores e, dentro de suas peculiaridades, pode apresentar tanto aspectos de satisfação quanto de insatisfação. Isso nos leva a pensar e a questionar: como serão os papéis assumidos pelas famílias que têm um idoso no sistema prisional?

Para o autor supracitado, o convívio em sociedade permite a troca de carinho, experiências, ideias, sentimentos, conhecimentos, esclarecimento de dúvidas, além de uma troca permanente de afeto. Outros aspectos importantes consistem na estimulação do pensar, do fazer, do dar, do trocar, do reformular e do aprender. No entanto, haveria esse espaço no sistema prisional? Estariam os idosos privados de liberdade se sentindo úteis para a sociedade? Teriam eles espaço para terem uma vida saudável, ativa?

A Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta que os países deveriam custear o envelhecimento saudável; as organizações internacionais e a sociedade civil devem implementar políticas e programas de *envelhecimento ativo* que melhorem a saúde, a participação e a segurança

dos cidadãos mais velhos. O envelhecimento ativo aplica-se tanto a indivíduos quanto a grupos populacionais. Permite que as pessoas percebam o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida, e que essas pessoas participem da sociedade de acordo com suas necessidades, desejos e capacidades; ao mesmo tempo, propicia proteção, segurança e cuidados adequados, quando necessários (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2005).

A OMS compreende saúde como um completo estado de bem-estar físico, mental e social e ressalta que as políticas e programas que promovem saúde mental e relações sociais são tão importantes quanto aquelas que melhoram as condições físicas de saúde. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2005). Estaria a população privada de liberdade sendo beneficiada por essas políticas de envelhecimento ativo?

A expressão *envelhecimento ativo* foi adotada pela Organização Mundial da Saúde no final dos anos 1990, na tentativa de transmitir uma mensagem mais abrangente do que “envelhecimento saudável” e reconhecer, além dos cuidados com a saúde, outros fatores que afetam o modo como os indivíduos e as populações envelhecem (KALACHE; KICKBUSCH, 1997 apud ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2005).

O envelhecimento proporciona diversas transformações na vida das pessoas, sendo as perdas uma constante nessa etapa da vida. Nesse sentido, o presente artigo segue o escopo de investigar como os idosos vivenciam isso dentro do sistema penitenciário. Qual a percepção desse grupo de pessoas sobre o seu envelhecimento?

3 CAMINHO METODOLÓGICO

Esta foi uma pesquisa qualitativa-exploratória de estudo de caso, com o objetivo de conhecer a percepção de um grupo de idosos sobre o envelhecer, identificando aspectos psicossociais envolvidos e a influência da prisão nessa fase da vida. Para isso, foi utilizada como método de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Posteriormente, os dados foram categorizados e analisados utilizando-se a técnica de análise de conteúdo.

A pesquisa qualitativa possui diferentes significados, pois compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas, que têm como objetivo descrever e decodificar complexos significados. Entre seus objetivos também está presente “[...] traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; e trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ações.” (MAANEN, 1979 apud NEVES, 1996, p. 520).

Os colaboradores desta pesquisa constituíram-se em um grupo de quatro idosos com idades entre 55 e 74 anos, do sexo masculino, com educação fundamental incompleta, privados de liberdade. Esses idosos foram selecionados em conjunto com o profissional de Psicologia do local e foram convidados para uma entrevista na própria instituição. Para preservar a identidade dos colaboradores, adotamos nomes fictícios para identificá-los.

Os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada que, de acordo com Manzini (1990/1991), estrutura-se focalizando um assunto sobre o qual se realiza um roteiro com perguntas principais que podem ser complementadas por outras questões que venham a surgir no momento da entrevista. Essa entrevista constituiu-se de quatro perguntas abertas, as quais nortearam a intervenção. A entrevista durou aproximadamente 30 minutos por colaborador, em um único momento individual, ocorrendo em uma sala fechada cedida pelo psicólogo local.

Para que os objetivos fossem alcançados, os dados foram organizados em quatro categorias de análise, sendo elas: *história de vida, situação de vida atual, como percebe o envelhecer e expectativas em relação a sua vida*.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 HISTÓRIA DE VIDA

Falar sobre a história de vida com esse público, além de promover uma reflexão, propôs uma oportunidade de escuta sem julgamento e também promoveu a autocrítica e o autoconhecimento de modo a fortalecer cada participante, gerando um sentimento de poder, força e segu-

rança para enfrentar os futuros obstáculos que serão encontrados, ainda na penitenciária como réu primário ou reincidente e também fora dela, após o cumprimento de suas penas.

De acordo com pesquisas realizadas recentemente, no Brasil, cerca de 70 a 80% dos presos que saem em liberdade condicional voltam ao presídio como reincidentes por cometerem outros delitos, permanecendo em prisão por um tempo maior (GHIGGI, 2012).

O Código Penal brasileiro, no art. 63, cita que uma pessoa se torna reincidente quando comete um novo crime, sendo julgada em sentença e condenada; de igual forma deverá ter acontecido com o anterior. Quando o resultado do julgamento for por contravenção, não se considera como reincidente, mas, sim, pode ser chamado de mau antecedente.

“Nasci aqui mesmo, tenho 55 anos, estudei até a 7ª série. Eu era casado, mas me separei quando vim pra cá. To aqui pela segunda vez, quebrei o albergue, da outra vez saí em 2010 e voltei em 2014, sempre fui um homem trabalhador, trabalhava em obras e em outros vários locais.” (Idoso A, informação verbal).

“To com 57 anos, nunca estudei, so da Assembleia de Deus, e me separei. Antigamente era agricultor [...] Peguei doze anos de prisão, e agora to no semiaberto, preciso faze mais dois anos e meio [...] na verdade fui preso por homicídio, mas sempre trabalhei muito, e tenho dez filhos, eles sempre vêm me visitar.” (Idoso B, informação verbal).

“Tenho 66 anos, casado e faz dois dias que to na prisão. Vou ficar 90 dias. Comprei uma arma pra me defender e acabei vindo pra cá por não ter o porte, mas nunca tinha vindo pra cá antes.” (Idoso C, informação verbal).

“Tenho 74 anos, nunca estudei e so católico [...] antes eu era motorista de caminhão, agora to no regime fechado, peguei nove anos por tentativa de homicídio e luta corporal com a minha ex-mulher.” (Idoso D, Informação verbal).

Estudos empíricos relatados por Tavares (2011) demonstram que muitos fatores influenciam a produção dos modos de vida das pessoas que, atualmente, são chamadas de criminosos, sendo esses fatores

relacionados à família constituída, histórias prisionais vividas por familiares, condições de pré-delinquência, escolaridade, profissionalização, entre outros fatores.

Uma questão fundamental é a educação como produtora de vulnerabilidade individual e coletiva e suas relações individuais e sociais de modo a ser necessário um repensar a educação e as políticas públicas brasileiras. Tal vulnerabilidade é compreendida como sendo completa em instituições como presídios e outras instituições de privação de liberdade. Porém, questiona-se o papel dessas instituições no sentido da efetividade dessa atividade por meio de recursos punitivos e da reclusão (BRAUNSTEIN, 2008).

Apresenta-se um olhar voltado a questões de ensino, pois, de acordo com o exposto pelo autor, para pensar a garantia de direitos humanos, à educação, ao trabalho, à segurança e aos demais, é preciso pensar em ações conjuntas dentro das atribuições da própria educação, extravasando os muros das escolas. Pensa-se a redução da vulnerabilidade mediante a intervenção conjunta de profissionais das diversas áreas, especificamente nas penitenciárias, de modo a restituir aquilo que foi perdido pelos presidiários, a dignidade própria de todo o ser humano, que não deve ser compreendida como benevolência ou concessão do Estado (BRAUNSTEIN, 2008).

4.2 SITUAÇÃO DE VIDA ATUAL

Em nossa sociedade, o envelhecer pode ser visto de duas formas: que as pessoas se tornam mais sábias com ele, ou discriminadas. Esta última, muitas vezes, ocorre por falhas de atenção às necessidades, gerando, automaticamente, um processo de exclusão. De acordo com estudos, o envelhecimento é variável de pessoa para pessoa; porém, percebe-se que os idosos presos são mais propensos a transtornos e doenças que pessoas da mesma idade cronológica, porém em liberdade (GHIGGI, 2012).

Compreende-se do todo que é cada vez mais necessária a intervenção multiprofissional no espaço das penitenciárias, de modo a garantir aos presidiários uma construção faltante de sua dignidade.

“Aqui não é um lugar muito bom não; bom mesmo é estar lá fora. Mas tem que ter um bom relacionamento aqui pra poder sair antes.” (Idoso A, informação verbal).

“Não to me sentindo bem [choro]; queria mesmo é estar com as minhas filhas que sempre me cuidaram, acho que não vou aguentar mais muito tempo aqui [choro].” (Idoso B, informação verbal).

“Tenho duas filhas e netos, moro só com a minha mulher mas nesse tempo que vou ficar aqui não posso ver meus netos, vou sentir muita falta [choro]. Mas espero que passe rápido.” (Idoso C, informação verbal).

“A vida é muito triste, faz pouco que to aqui preso, mas acho que não saio vivo daqui, com a idade que eu tenho vai ser difícil mesmo sair vivo, peguei bastante tempo de prisão.” (Idoso D, informação verbal).

Ghiggi (2012) ainda cita que:

A partir de dados do DEPEN, essa realidade preocupa ainda mais: em 2008, os presos com idade superior a 60 anos correspondiam a 0,73% da população carcerária brasileira total (3.328 idosos para uma população carcerária de 451.219 pessoas). Já em 2011, esse número alcançou 0,94% (4.856 presos idosos para uma população carcerária total de 514.582).

Nota-se que há a supervalorização dos laços familiares, por meio do discurso de todos os participantes, em especial da parte dos filhos, pois durante a vida carregaram sentimento de obrigação de sustento, educação, saúde e segurança, e agora seria o momento de os filhos tomarem conta desses pais, que estão impossibilitados de receberem carinho e cuidados de forma integral.

Em um ambiente social favorável aos idosos com todos os auxílios disponíveis, eles possuem aspectos mal compreendidos mesmo assim e, muitas vezes, são negligenciados em seu envelhecimento. Dessa forma, no ambiente prisional existe um agravante, pois se reconhece que o sistema prisional é deficiente em condições de saúde, higiene, disciplina e variedade cultural (OLIVEIRA; COSTA; MEDEIROS, 2013).

4.3 COMO PERCEBE O ENVELHECER

Deus (2006) ressalta que o tempo que o preso está encarcerado se torna o mesmo período que ele está envelhecendo; contudo, este envelhecer se remete a outra forma, outra vestimenta muito diferente daquela que é, normalmente, usada pelas pessoas livres. Para a pessoa presa, a contagem do tempo é de forma regressiva; todo o tempo é subtraído da sua existência. A relação entre o tempo e o envelhecimento na prisão é vista pelos presos de forma diferente, pois, para eles, o tempo deveria passar o mais rápido possível, para terem de volta sua liberdade.

Portanto, o envelhecimento na prisão é marcado pela espera da vida em liberdade. Na pesquisa foi questionado aos sujeitos como eles percebem o envelhecer: “Percebo o envelhecer como uma grande tristeza; me sinto muito sozinho aqui. Tenho muitas dores de cabeça, adoeci muito aqui dentro da prisão, eu gostaria mesmo era de tá perto dos meus filhos, eles sim me cuidam.” (Idoso B, informação verbal). “Eu percebo o envelhecer como um momento tranquilo da vida, um momento que deve ser passado com a família, e eu deixei a minha esposa sozinha agora (emocionado).” (Idoso D, informação verbal). “É difícil eu sair, e pela minha idade é difícil sair vivo.” (idoso C, informação verbal).

Para Castel (1997), a prisão é um lugar de diversidade e, também, um espaço de exclusão, pois as pessoas que estão na prisão estão fora das trocas sociais. Por meio dos relatos, fica evidente que os sujeitos enfatizam o espaço social, principalmente a falta do ambiente familiar, pois, para eles, o envelhecer deve acontecer perto de pessoas que auxiliem nos cuidados e que possam transmitir afeto a eles. No último relato o idoso enfatiza a dificuldade de sair da prisão vivo, pois já possui idade avançada, e então o pensar no envelhecer o remeteu, a de certa forma, à morte.

4.4 EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO À SUA VIDA

O presídio é a moradia desses homens; estão sob o poder das regras disciplinares e passam anos de sua vida dessa forma. Esse tempo pode ser

um momento de estar cuidando mais de si mesmos, de estar desenvolvendo o seu amadurecimento (DEUS, 2006). Contudo, nem sempre o tempo é utilizado para isso. Nesses casos que são citados, os idosos permanecem pouco tempo no sistema prisional, assim, eles pretendem voltar à rotina e ao cuidado familiar. “Busco voltar a trabalhar cuidando de chácaras e prefiro manter um contato distante com a minha família, mas pretendo ajudar os meus filhos no futuro.” (Idoso A, informação verbal). “Pretendo voltar a ficar perto da minha família.” (Idoso D, informação verbal).

O estudo realizado por Deus (2006) aponta que os presidiários mais idosos buscam e pensam referente à liberdade de forma mais real, pois, para eles, estão saindo de lá com a “dívida paga”, e isso é visto com muita importância, porém sabem que para a sociedade em geral eles serão sempre julgados pelo seu passado. Para muitos, a liberdade acaba sendo um sonho difícil de ser alcançado.

“Ah, sonho em aguentar mais um tempo, pra poder voltar a viver com a minha filha, que ela vai me cuida.” (Idoso B, informação verbal). “Eu prefiro não ter muitas expectativas sobre o futuro.” (Idoso C, informação verbal).

A expectativa de vida de cada idoso é diferente, pois existem fatores que podem contribuir, ou não, como o tempo que deveriam cumprir dentro do sistema prisional. Os dois últimos relatos são de dois idosos que permaneceriam ainda por alguns anos no sistema; contudo, o idoso B ainda possui uma expectativa de sair da prisão, enquanto o idoso C pensa que é melhor não possuir muitas expectativas futuras, pois ficará no sistema por vários anos.

De acordo com Oliveira, Costa e Medeiros (2013), o idoso que está vivenciando o sistema prisional passa por três circunstâncias discriminatórias: a prisão, as condições sociais precárias e, finalmente, a velhice. As pessoas nesse sistema são excluídas da sociedade, a qual valoriza, principalmente, o jovem com mais habilidades que o idoso, fazendo com que estes se sintam excluídos e rejeitados em decorrência das modificações que fazem parte do ciclo vital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, objetivou-se compreender a percepção de quatro idosos que, no momento, estão no sistema prisional. A partir dos relatos, foi possível descrever quatro categorias de análise que abordaram a história de vida, a situação de vida atual, como percebe o envelhecer e suas expectativas em relação ao futuro. Por meio dos relatos, pôde-se perceber o impacto da prisão nessa fase da vida e como é difícil ter expectativas em relação ao futuro.

Na atualidade, o envelhecer requer muitos cuidados destinados a familiares, comunidade, sociedade e ao Poder Público, garantindo ao idoso os mesmos direitos e deveres de toda sociedade brasileira. Na pesquisa pôde-se visualizar outra forma do envelhecer, aquele com outra vestimenta, sem o contato direto com a família, sem opção da alimentação ou de mais atividades citadas pelo Estatuto do Idoso, bem como sem condições de um envelhecimento saudável, ativo, como preconizam os estudos e orientações da OMS.

Os objetivos neste estudo foram alcançados, pois a partir da entrevista foi possível conhecer, de certa forma, a realidade do idoso no sistema prisional, ouvir os seus relatos em relação a sua história de vida, até a sua expectativa futura, e, também, identificar como é o envelhecer para eles. A demanda para atendimento psicológico é grande, então, pode-se ressaltar a importância de mais de um psicólogo no sistema prisional, bem como de outros profissionais da área de saúde que possam desenvolver atividades visando à qualidade de vida e um envelhecimento saudável aos encarcerados.

Na pesquisa fica evidente a tristeza desses idosos por estarem distantes dos familiares e do meio social. A possibilidade de adoecer, nessa idade, passa a ser muito maior atrás das grades. No momento não existe um tratamento preferencial para os idosos nessa condição; contudo, no Brasil, já foram pensadas algumas estratégias, como a possibilidade de se construir presídios exclusivos para idosos.

Dessa forma, cabe também à psicologia promover mudanças que sejam satisfatórias e proveitosas em relação aos encarcerados, visando não somente aos jovens, mas a todas as idades que estão ali cumprindo pena, sempre buscando a garantia dos direitos humanos, considerando-se que esses indivíduos voltarão a conviver em sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Vade Mecum**, São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRAUNSTEIN, H. R. Gênero e prisão: o encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 2., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC_0000000092008000100007&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 04 abr. 2015.
- CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. **Envelhecimento, condições de vida e política previdenciária**: como ficam as mulheres? Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
- CASTEL, R. **Armadilhas da exclusão**. São Paulo: EDUC, 1997.
- CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico – V**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- DEUS, S. A espera da liberdade: um estudo sobre o envelhecimento prisional. **Revista Psicológica Jurídica**, 2006.
- GHIGGI, M. P. **O idoso encarcerado**: considerações criminológicas. Porto Alegre, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01 maio 2015.

KINOSHITA, F. **Estatuto do Idoso e Legislação**. OAB, 2004.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, L. V.; COSTA G. M. C.; MEDEIROS, K. K. A. S. Envelhecimento: significado para idosos encarcerados. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 16, n. 1, Rio de Janeiro, jan./mar. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Tradução Suzana Gontijo. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

SUPER, D. E.; SAVICKAS, M. L.; SUPER, C. M. The lifespan, life-space approach to careers. In: BROWN, D.; BROOKS, L. (Org.). **Career choice and development**. San Francisco: Jossey-Bass, 1996.

TAVARES, G. M. O dispositivo de criminalidade e suas estratégias. **Fractal**: Revista de Psicologia, Niterói, v. 23, n. 1, p. 123-136, jan./abr. 2011.

ORGANIZAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL EM IDOSOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA

Jackson Gerson da Silva*
Mariluce P. Vieira**

Resumo

O presente artigo trata sobre a organização espaço-temporal em idosos praticantes de atividade física. A amostra foi composta por 32 idosos participantes da Cidade do Idoso de Chapecó, sendo 20 do sexo feminino e 12 do sexo masculino, com média de idade de 70,34 anos (DP= 4,89). Os resultados apontam que, na organização espacial, 50% dos idosos masculinos apresentam um perfil normal, e 45% dos femininos classificaram-se em um perfil motor superior, porém, não há uma diferença significativa entre os sexos. Na estrutura temporal, 50% do sexo masculino classificaram-se em nível superior e 50%, em normal, e 70% do sexo feminino atingiram um nível superior nessa habilidade, não havendo diferença significativa entre os sexos. Diante desses resultados, conclui-se que o nível de desenvolvimento motor nas habilidades de organização espacial e temporal dos idosos participantes está acima do esperado para a média de idade em que eles se encontram. Estudos com essa temática podem servir de parâmetro para estruturar e aplicar um bom planejamento no que diz respeito às atividades físicas para essa população.

Palavras-chave: Desenvolvimento motor. Organização espacial. Estrutura temporal. Idosos.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata sobre o perfil motor na organização espaço-temporal no processo de envelhecimento, considerando-se o aumento da expectativa de vida e a melhora na qualidade de vida.

* Graduando do Curso de Educação Física- Bacharel Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; jackson_adidas_003@hotmail.com

** Professora do Curso de Educação Física da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; mariluce.vieira@unoesc.edu.br

A história do idoso mostra que nos seus diferentes contextos houve mudanças sociais, intelectuais, emocionais, físicas e fisiológicas, as quais levaram a pessoa idosa a buscar novos meios para melhorar a qualidade de vida diante dos declínios naturais que ocorrem durante o processo de envelhecimento.

Com a melhora da qualidade de vida, percebe-se que os idosos vêm apresentando maior independência, e, com isso, a expectativa de vida está aumentando; como exemplo, pode-se citar alguns países menos desenvolvidos, como o Brasil, no qual a população idosa vem crescendo rapidamente, muito mais do que a taxa de natalidade (MENDES et al., 2005).

Perante esses fatos, a atividade física passa a ser primordial na vida de um indivíduo, principalmente, no processo de envelhecimento, pois tem como objetivo melhorar a qualidade de vida, o que pode ajudar o idoso a melhorar seu condicionamento físico, auxiliando-o no desenvolvimento de atividades diárias e tornando-o mais independente e com uma autoestima melhor (CASAGRANDE, 2006).

Porém, para ter determinada autonomia nas atividades diárias, além de um bom condicionamento físico, é necessário que o idoso tenha noção de espaço e tempo dentro do ambiente em que está inserido. Essas são duas áreas motoras muito importantes, já que organização espacial trata da noção entre o espaço de seu corpo e o espaço que nos rodeia, considerando-se o eu, o outro e o objeto, e a estrutura temporal que está vinculada à memória que o indivíduo possui, com a codificação das informações passadas, presentes e futuras dos acontecimentos (ROSA NETO, 2002).

Diante disso, este estudo se justifica por tratar de um assunto relevante relacionado a uma população que vem crescendo muito, principalmente no Brasil. Também, por se buscar um perfil quanto às habilidades motoras de organização espacial e temporal de idosos praticantes de atividade física na Cidade do Idoso no Município de Chapecó, SC, o qual poderá servir de parâmetro para estruturar e aplicar um bom planejamento no que diz respeito às atividades físicas para essa população.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRIA DO ENVELHECIMENTO

Durante a Idade Antiga, os idosos não tinham vez na sociedade; tornavam-se inúteis e, em algumas culturas antepassadas, eram tranca-dos em cavernas para que pudessem viver ali até a sua morte. Notam-se algumas variações em culturas e mitos estabelecidos pelas sociedades nas comunidades, entre elas, a do Sul do Sudão, em que enterravam vivos os idosos que apresentavam algum tipo de debilidade. Os Yacutas eram ha-bitantes educados desde crianças a não terem nenhum tipo de compaixão para com os idosos, os quais eram expulsos, sem alimentação, e submeti-dos a trabalhos penosos, muitas vezes, até a morte (MAZO, 2009).

Por outro lado, a sociedade chinesa era um exemplo de civiliza-ção, pois proporcionava às pessoas com mais idade uma situação mais privilegiada, às quais toda a família devia obediência, pois eram conside-radas possuidoras de sabedoria, conhecimento e respeito (MAZO, 2009). A autora ainda comenta que na Grécia e na Roma antigas, as leis apenas protegiam os generais e indivíduos da alta sociedade, e que cada socieda-de tinha, em sua época, sua própria cultura voltada para o que tinha que ser seguido como forma de ritual ou crença dentro das suas religiões e costumes em relação aos idosos.

Contudo, várias mudanças aconteceram durante os anos nas diversas culturas, e, no Brasil, fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2002) apontam que com o possível aumento da lon-gevidade da população brasileira, o número de idosos poderá chegar a cer-ca de 30 milhões no País em aproximadamente 20 anos, atingindo 13% da população (LIMA, 2011). Esse aumento pode ser decorrente de fatos do século XX, quando ocorreram algumas mudanças demográficas no perfil etário dos brasileiros, sendo a longevidade dos indivíduos conquistada pelos diversos campos da saúde e sociais, e o envelhecimento passou a ser representado como uma das novas demandas (BALESTRA, 2002).

Essas demandas mostram que, mesmo depois de uma idade avançada, os idosos podem ainda desempenhar seus próprios serviços diários, permanecendo independentes. Está comprovado que quanto mais ativo o indivíduo, menos limitações ele terá durante sua vida. Praticar algum tipo de atividade física se torna um dos principais benefícios de proteção funcional do idoso, ou seja, capacidade que eles têm para desempenhar alguma atividade da vida diária ou do seu cotidiano, como, por exemplo, tomar seu próprio banho, vestir-se, levantar-se e sentar-se (FRANCHI; JUNIOR, 2005).

2.2 ORGANIZAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL

Durante os anos iniciais as habilidades motoras são primordiais, mas, durante o processo de envelhecimento, elas se tornam imprescindíveis, sendo necessário que o idoso consiga se adaptar a esse processo em seu corpo, refletido com ganhos e perdas de sua capacidade funcional diária (SANTOS; DANTAS; OLIVEIRA, 2004).

Algumas perdas são notórias durante o processo de envelhecimento, e, diante disso, Neri (2001) ressalta que a organização espacial e a organização temporal são afetadas pela combinação de algumas variáveis que são vivenciadas ao longo de toda a vida. Durante o envelhecimento, o ser humano se torna mais frágil em razão de mudanças no seu corpo; seu aparelho locomotor não responde aos estímulos como antes (PEDRINELLI; LEME; NOBRE, 2009).

Com isso, o idoso pode vir a apresentar dificuldades de organizar seu próprio corpo com os dados do mundo exterior, referindo-se a si mesmo equivocadamente e, posteriormente, aos objetos ou pessoas, tanto em movimento quanto na posição estática (PICOLLI et al., 2009). No entanto, o autor ressalta que a organização temporal estaria relacionada ao tempo, mais especificamente à memória do idoso, em que se produzem sucessões decorrentes de alguns acontecimentos, seguindo uma ordem física irreversível. Esta pode ser dividida em duas partes, a ordem e a duração que o ritmo apresenta.

A noção de duração está relacionada às informações sensoriais, sendo muito difícil sua avaliação em razão do conteúdo que se apresenta (movimento, velocidade, mudança); a noção de tempo está direcionada à velocidade em que são avaliados os testes, por meio do tempo e da duração, dessa forma, está vinculada à memória e à codificação das informações que ocorrem durante os acontecimentos (ROSA NETO, 2009).

Santos, Dantas e Oliveira (2004) ressaltam que, do ponto de vista metodológico temporal, as mudanças iniciais no desenvolvimento motor são de meses ou semanas, conforme os testes aplicados. Na vida adulta, esse tempo pode chegar a 10, 15, 20 anos ou até mais, acrescentando maiores dificuldades em seu envelhecimento.

No entanto, Rosa Neto et al. (2008) destacam que, no processo de envelhecimento, a motricidade se modifica, podendo prejudicar a sua interação consigo mesmo e com as pessoas ao seu redor; essas modificações variam em cada indivíduo, dependendo como está seu grau de degeneração. Os autores comentam sobre as perdas que acontecem no sistema sensorial do idoso que, pois, perdendo suas principais funções no corpo, as células não conseguem mais se reproduzir, e, dessa forma, o indivíduo acaba perdendo gradativamente as habilidades que desenvolvia diariamente. Por isso, é importante acompanhar passo a passo seu processo para auxiliar de maneira correta no desenvolvimento de atividades físicas no seu dia a dia, para melhorar sua qualidade de vida e autoestima (ROSA NETO et al., 2008).

2.3 ATIVIDADE FÍSICA

A atividade física é essencial para o indivíduo andar, correr, passear, conversar, entre outras atividades normais do dia a dia, se o corpo permanece em repouso com frequência, possivelmente adquirem-se doenças relacionadas ao sedentarismo. Quando se praticam atividades, o corpo movimenta-se, fazendo com que a circulação sanguínea possa circular para todo o corpo com maior facilidade, fazendo com que o indivíduo se sinta mais leve e disposto (AMORIN et al., 2014).

Para Franch e Montenegro Junior (2005), quanto mais o idoso for ativo, menos limitações ele terá ao longo de seu envelhecimento, tendo como principal fonte de proteção a sua capacidade funcional, ou seja, conseguir realizar suas atividades da vida diária, como vestir-se, levantar, tomar banho, além de gerar um aumento da sua autoestima e autoconfiança, que são importantes nessa idade até mesmo para que o idoso se sinta mais independente e satisfeito com seu próprio corpo.

De acordo com Amorim et al. (2014), a prática de atividade física proporciona a socialização com demais integrantes de grupos, unindo-a com diálogos, que fazem com que os idosos não se sintam sozinhos nessa época de sua vida.

Nesse contexto, Mazo et al. (2005) deram início a vários movimentos de maior qualidade de vida para os idosos, e o estímulo à prática da atividade física fica evidente considerando-se os benefícios que ela gera para a saúde dos idosos.

A prática regular de atividade física tem um papel muito importante na prevenção e no controle de algumas doenças crônicas durante o envelhecimento e ajuda a evitar que o idoso sofra com limitações em seu aparelho locomotor (PEDRINELLI; LEME; NOBRE, 2009). Para Franchi e Montenegro Junior (2005), essas atividades promovem diversos benefícios no processo de envelhecimento, como diminuir as dores nas articulações e melhorar a força e a flexibilidade do idoso, resultando em benefícios psicossociais a esse público, aumentando sua autoestima e autoconfiança, as quais são muito importantes nessa idade, até mesmo para que ele se sinta mais independente e satisfeito com seu próprio corpo.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo de abordagem quali-quantitativa, pois nele se analisam os fenômenos com

mais ênfase. Dessa forma, essa abordagem foi aplicada procurando-se descobrir e classificar as variáveis (RAUPP; BEUREN, 2003).

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população foi composta por idosos (idade mínima de 60 anos) dos sexos masculino e feminino, praticantes de atividade física, matriculados e frequentando a Cidade do Idoso de Chapecó, SC. A Cidade do Idoso é um complexo vinculado à Prefeitura Municipal de Chapecó, em que os idosos se divertem, avaliam sua saúde, conhecem pessoas, fazem novos amigos e praticam atividades físicas. A amostra foi composta por 32 idosos, sendo 12 do sexo masculino e 20 do sexo feminino.

3.3 INSTRUMENTOS DE MEDIDA

Como instrumento de medida foi utilizada a Escala de Desenvolvimento Motor para a Terceira Idade (EDMTI), proposta por Rosa Neto (2009). Essa avaliação foi compreendida por um conjunto de provas diversificadas, com dificuldade graduada, explorando os diferentes setores de desenvolvimento do idoso. Neste estudo foram utilizados somente os testes de Organização Espacial e Estrutura Temporal dessa bateria.

Os testes de Organização Espacial verificam o conhecimento direita-esquerda que o idoso tem em relação a si mesmo, ao outro e ao objeto. Os testes são divididos em níveis, do 2 ao 11. A progressão para outro nível acontece apenas se o idoso obter resultados positivos; caso o resultado seja negativo, o teste é interrompido.

Já os testes de Estrutura Temporal verificam como o idoso se situa em relação ao tempo por meio de linguagens e estruturas temporais. Os testes são divididos em duas partes:

- a) Parte 1 (níveis 2 a 5) – apresenta estruturas temporais de linguagem expressiva e observação da linguagem espontânea. Será bem resolvida a prova em que o idoso conseguir repetir

ao menos uma das frases sem erro. Inicia-se com frases simples, e, no nível 5, as frases são mais complexas.

- b) Parte 2 (níveis 6 a 11) – São compostos por estruturas espaço-temporais (estruturas por meio de golpes – estruturas temporais), simbolização (desenho) de estruturas espaciais, simbolização por meio de estruturas temporais (leitura – reprodução por meio de golpes) e transcrição de estruturas temporais (ditado). Entende-se por êxito todas as reproduções e transcrições claramente estruturadas.

A pontuação é obtida conforme os níveis alcançados, e a classificação, de acordo com a Escala de Aptidão Motora Geral descrita no Manual de Avaliação Motora para a Terceira Idade (ROSA NETO, 2009), que varia de muito inferior, inferior, normal baixo, normal médio, normal alto, superior e muito superior.

3.4 COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, primeiramente o pesquisador entrou em contato com o Coordenador da Instituição para expor o objetivo da pesquisa e solicitar um horário para aplicar os testes propostos com os idosos. A partir disso, o pesquisador passou a convidar os idosos para participarem da pesquisa, expondo os objetivos e solicitando a assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) àquele que aceitasse participar.

Em um segundo momento, foram aplicados os testes de organização espacial e estrutura temporal individualmente e em um local calmo e tranquilo, podendo o indivíduo se sentir à vontade para a avaliação.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Primeiramente, foi utilizado o programa Microsoft Office Excel 2007 para verificar o quociente motor e classificar o perfil motor dos idosos participantes. Após, utilizou-se o programa estatístico *software*

Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) for Windows® versão 20.0 para analisar os resultados por meio de estatística descritiva de frequência absoluta e relativa. O teste quiquadrado foi utilizado para verificar se houve diferença entre os sexos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram avaliados 32 idosos, sendo 20 do sexo feminino e 12 do sexo masculino, participantes do Programa Cidade do Idoso do Município de Chapecó, SC. A média de idade dos idosos participantes é 70,34 anos (DP= 4,89).

Na Tabela 1, percebe-se que na habilidade motora Organização Espacial, 50% dos idosos do sexo masculino atingiram um nível motor normal, e os demais atingiram níveis superior e inferior. No sexo feminino, nota-se que 45% obtiveram um nível motor superior, o que significa que as mulheres se organizam melhor no espaço do que os homens. Porém, não houve diferença significativa entre os sexos.

Tabela 1 – Nível motor relacionado à Organização Espacial dos participantes de acordo com o sexo

Nível Motor	Organização Espacial						valor p
	Total		Masculino		Feminino		
	N	%	n	%	n	%	
Superior	12	37,5	3	25	9	45	,578
Normal	13	40,6	6	50	7	35	
Inferior	7	21,9	3	25	4	20	

Fonte: os autores.

Notas: Frequência relativa e absoluta. Teste quiquadrado – valor de significância $p < 0,05$.

De acordo com a Tabela 2, em relação à Estrutura Temporal, observou-se que, nos resultados obtidos, também não houve nenhuma diferença significativa entre os sexos. Porém, no sexo masculino, 50% atingiram o nível superior, e 50%, o normal. Já 70% das mulheres atingiram o nível superior, significando que as mulheres temporalmente se organizam melhor que os homens.

Tabela 2 – Nível motor da Estrutura Temporal dos participantes de acordo com o sexo

Nível Motor	Estrutura Temporal						valor p
	Total		Masculino		Feminino		
	N	%	n	%	N	%	
Superior	20	62,5	6	50	4	70	,452
Normal	12	37,5	6	50	6	30	

Fonte: os autores.

Notas: Frequência relativa e absoluta. Teste quiquadrado p – valor de significância $p < 0,05$.

A partir da pesquisa realizada com os idosos, pode-se perceber a importância que as organizações temporal e espacial têm na vida dos idosos, considerando-se que a população idosa vem aumentando nos últimos anos.

Por meio dos resultados, observou-se que mesmo as mulheres apresentando melhor organização no espaço, não houve diferenças significativas entre os sexos. De acordo com Rosa Neto (2002), a organização espacial é responsável pela organização de seu próprio corpo com os dados do mundo exterior, ou seja, primeiramente o indivíduo se refere a si mesmo para, posteriormente, ter a referência dos objetos ou pessoas, tanto em movimento quanto na posição estática. E, conforme Parcias (2006), algumas exigências nessa habilidade, muitas vezes, não sobrecarregam o idoso, contribuindo, assim, para um bom funcionamento de suas ações motoras em seu processo de envelhecimento, trazendo, também, uma boa coordenação de seu corpo diante das situações diárias, o que provavelmente ocorre com as mulheres idosas participantes deste estudo.

Para Ribeiro (2013), a orientação espacial depende, principalmente, de todas as percepções visuais do idoso, a qual durante o seu processo de envelhecimento acaba diminuindo, fazendo com que isso torne cada vez mais difícil sua adaptação e, conseqüentemente, sua orientação dentro de um espaço.

No que diz respeito à organização temporal, as mulheres também apresentaram um melhor perfil que os homens, mas não houve diferença significativa entre os sexos. Segundo Picolli et al. (2009), essa é a área mais

voltada à memória do idoso, em que ele reproduz sucessões decorrentes de alguns acontecimentos, seguindo uma ordem física e irreversível, auxiliando para que o idoso memorize e desenvolva as tarefas motoras.

Já Rosa Neto (2002) ressalta sobre a codificação de informação passada seguindo um tempo e ritmo, ao qual o idoso terá melhor visão e localização sobre o que acontece e, assim, organizar-se-á diante das situações decorrentes de seu envelhecimento; isso pode estar relacionado ao nível de atividade que os idosos realizam. Santos, Dantas e Oliveira (2004) comentam sobre a importância do desenvolvimento motor tanto na infância quanto no envelhecimento, pois o idoso necessita dessa adaptação em razão das suas perdas, já que seu corpo se torna vagaroso e, conseqüentemente, mais frágil.

Porém, essa fragilidade em relação às habilidades motoras referentes à organização espaço-temporal não aparece nos resultados obtidos neste estudo com idosos praticantes de atividades físicas na Cidade do Idoso, no Município de Chapecó, SC.

Sabe-se que o desenvolvimento motor atua nos primeiros anos de vida, auxiliando na vida adulta até se chegar à terceira idade, mantendo grande importância quando o indivíduo apresenta perdas motoras e sensoriais, em decorrência da sua idade avançada. Além disso, ele atua como forma de auxiliar o idoso tanto no meio social, quanto no emocional, físico e motor durante sua vida.

Perante essa discussão, tornam-se necessários mais estudos com essa temática para, assim, poder-se diagnosticar um perfil motor nas áreas de organização espacial e temporal de idosos praticantes de atividades físicas e auxiliar no planejamento das atividades físicas para essa população.

5 CONCLUSÃO

Com a presente pesquisa, pode-se visualizar que os idosos apresentaram um nível de desenvolvimento motor satisfatório, ou seja, al-

cançaram resultados acima da média nas áreas de organização espacial e temporal, independente do sexo.

Percebe-se que os idosos praticantes de atividades físicas e ativos em sua vida cotidiana podem obter bons resultados durante seu processo de envelhecimento, considerando-se a sua capacidade funcional como, um pressuposto importante no seu dia a dia que os auxiliará sempre, se praticado regularmente.

Além dos resultados encontrados, cabe destacar a importância de levar novas experiências para os idosos que frequentam as instituições públicas, pois se notou durante os testes que eles gostaram das atividades, principalmente por elas serem desafiadoras.

Ressalta-se a importância de novos estudos com essa temática para poder relacionar a teoria com a prática e proporcionar aos idosos uma melhor qualidade de vida no processo de envelhecimento.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. et al. Fatores influenciadores para adoção de prática de atividades físicas percebidos por pessoas longevas. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 25, n. 2, p. 273-283, 2014.

BALESTRA, C. M. **A imagem corporal de idosos praticantes e não praticantes de atividades físicas**. 2002. 87 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CASAGRANDE, M. **Atividade física na terceira idade**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Educação Física)–Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2006.

FRANCHI, B. M. K.; MONTENEGRO JUNIOR R. M. Atividade física: uma necessidade para a boa saúde na terceira idade. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 18, n. 3, p. 152-156, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos Idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil**: 2000. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/perfidosos2000.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

LIMA, C. R. V. L. **Políticas pública para idosos**: a realidade das instituições de longa permanência para idosos no Distrito Federal. 2011. Monografia (Especialização em Legislativo e Políticas Públicas)–Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Brasília, DF, 2011.

MAZO, G. Z. et al. Nível de atividade física, condições de saúde e característica sócio-demográficas de mulheres idosas brasileiras. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 5, n. 2, p. 202-212, 2005.

MAZO, G. Z.; LOPES, M. A.; BENEDETTI, T. B. **Atividade física e o idoso**: concepção gerontológica. 3. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 2009.

MENDES, B. R. S. S. M. et al. A Situação do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta paulista de enfermagem**, v. 18, n. 4, p. 422-426, 2005.

NERI, A. L. **Desenvolvimento e envelhecimento**. São Paulo: Papirus, 2001.

PARCIAS, S. R. **Aptidão motora em pacientes com transtorno bipolar**. 2006. Tese (Doutorado)–Universidade de Zaragoza, Zaragoza, Espanha, 2006.

PEDRINELLI, A.; LEME, L. E. G.; NOBRE, R. S. do A. O efeito da atividade física no aparelho locomotor do idoso. **Revista Brasileira de Ortopedia**, v. 44, n. 2, p. 96-101, 2009.

PICOLI, J. C. J. et al. Parâmetros motores e envelhecimento: um estudo de idosos de 60 a 83 anos de Ivoti, RS. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 306-318, jul./dez. 2009.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa. Aplicável às Ciências Sociais. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**, v. 3, p. 76-97, 2003.

RIBEIRO, S. M. B. **Diferenças do tipo de institucionalização na orientação espacial e organização temporal e nas atividades básicas da vida diária dos idosos**. 2013. 95 p. Dissertação (Mestrado em Atividade Física na Terceira Idade)—Universidade do Porto, Porto, 2013.

ROSA NETO, F. **Manual de avaliação motora para terceira idade**. Porto Alegre. Artmed, 2009.

ROSA NETO, F. **Manual de avaliação motora**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ROSA NETO, F. et al. Estudos dos parâmetros motores de idosos residentes em instituições asilares da grande Florianópolis. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**, v. 13, n. 4, p. 7-14, 2008.

SANTOS, S.; DANTAS, L.; OLIVEIRA, J. A. de. Desenvolvimento motor de crianças, de idosos e de pessoas com transtorno da coordenação. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v. 18, p. 33-44, 2004.

O ATLETISMO NO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CHAPECÓ, SC

Patrick Zawadzki*
Jairo Azileu da Silva Junior**

Resumo

O atletismo é um importante instrumento educativo na escola para o desenvolvimento motor das crianças. Os movimentos básicos podem ser explorados na máxima amplitude permitida pela biomecânica do corpo humano, e a necessidade de estimular as crianças em sua fase de formação justifica sua necessidade de aplicação. O objetivo proposto para este estudo foi diagnosticar a estrutura das unidades de ensino para a aprendizagem nas aulas, conhecer a formação técnica dos profissionais, além dos conteúdos do atletismo aplicados nas escolas de ensino básico do Município de Chapecó, SC. O método utilizado consistiu em uma entrevista semiestruturada por um questionário composto por 15 questões com perguntas abertas e fechadas sobre o atletismo no âmbito escolar. Foram coletados dados de 15 escolas e entrevistados 12 professores de educação física de ambos os sexos com cargos temporários e efetivos atuantes na rede municipal de ensino. Os resultados apontam que o atletismo está incluído no plano pedagógico das escolas, entretanto os dados indicam poucos resultados na sua execução. Não existem instalações e materiais específicos para o atletismo, que deve ser trabalhado sempre em espaços adaptados; as disciplinas trabalhadas se resumem em sua maioria às corridas e, de maneira esporádica, aos saltos. Existem profissionais sem qualificação para trabalhar o atletismo, e pouca formação continuada é oferecida. Em razão da sua importância como ferramenta educativa, sugere-se a criação de um sistema de critérios de avaliação dos alunos que oriente os planos diretores prescritos nas instituições envolvidas. Palavras-chave: Atletismo. Escola. Professor. Conteúdo. Instalações. Formação.

* Doutorando em Educação Física, Atividade Física e Esporte pela Universidade de Barcelona; Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; patrick.zawadzki@unoesc.edu.br

** Graduado em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; jairoazileujunior@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O conjunto de ações corporais presentes no atletismo é tão antigo quanto o próprio ser humano. Desde a pré-história, as ações como os lançamentos, os saltos e as corridas são executadas pelo homem por motivos de necessidade básica, para caçar e jogar ou realizar rituais (ANTÓN; RODRÍGUEZ, 2011).

Desde a sua culminação histórica nos Jogos Olímpicos, iniciada pelos gregos, a expressão corporal é tão admirada socialmente que os grandes campeões adquiriram a figura de herói esportivo, marcada na era do esporte moderno pelo espetáculo e profissionalismo. A importância social atribuída pode ser explicada pela exploração do potencial de movimento do corpo humano, por meio do desenvolvimento de um corpo forte e uma mente sã, ideais normalmente refletidos nos conceitos de estilo de vida saudável.

A ampla diversidade de movimentos também serve como auxílio para as crianças durante o seu período de desenvolvimento. De acordo com Bragada (2000), o atletismo no ambiente escolar é uma ferramenta fundamental, em razão de que, por meio dele, são desenvolvidas capacidades e habilidades que podem servir de base para outras modalidades desportivas. Gómez e Castro (2002) acrescenta que, por essa razão, também é chamado por muitos autores de esporte base, e que se justifica dentro da escola por se tratar de um período no qual há maior desenvolvimento das qualidades físicas essenciais. Como o fez anteriormente Negrine (1983) quando apontou a necessidade de sua inserção no ensino fundamental.

Entretanto, diversos autores apontam a existência de uma realidade escolar sem interesse nesse esporte como ferramenta educativa (QUINTANA, 2012; LEÓN; HERNÁNDEZ; RODRÍGUEZ, 2011; SAGARRA; GALLARDO FINES, 2010; NEGRINE, 1983; SÁNCHEZ; ABREU; JIMÉNEZ, 2011). Mesmo quando há interesse, o profissional de educação física deve enfrentar algumas barreiras. Adaptar os espaços é uma delas. Batista (2003) aponta que, normalmente, durante o período

de construção da maioria das escolas, a devida importância para a alocação dos espaços específicos ao atletismo no projeto arquitetônico não é observada.

Por essa razão, o primeiro motivo encontrado que poderia explicar essa falta de interesse em se trabalhar o atletismo se caracteriza pela falta de instalações apropriadas. Matthiesen (2004) acrescenta outros motivos, como a falta de materiais, a falta de formação específica para os profissionais que atuam na escola e, ainda, a existência do desinteresse dos professores diante de tantas dificuldades. O conteúdo trabalhado também parece ser outro motivo; Marques e Iora (2009) apontam que quando é aplicado se limita a poucas modalidades, como as corridas e, esporadicamente, os saltos.

O conjunto desses problemas, aliado à resistência dos alunos pela prática de um esporte em que não se utiliza a bola (BRAGADA, 2000), faz com que o atletismo deixe de ser transmitido na prática pedagógica relativa à cultura corporal.

Por outro lado, quando se pensa em espaço específico, encontra-se um choque nas concepções do esporte para o rendimento e para a escola. Na primeira concepção se entende que é impossível alcançar rendimento se não houver instalações apropriadas, já para a segunda, se for considerado que as crianças constantemente adaptam espaços em suas brincadeiras diárias, o motivo para a não aplicação do atletismo nas escolas deixa de existir.

Percebendo que no atletismo se consegue atender, sem distinção, a todas as classes sociais inseridas no contexto escolar, contribuindo para a formação do indivíduo como cidadão de uma sociedade em evolução, na proposta deste estudo se centrou no objetivo de determinar um perfil de aplicação do atletismo no ensino fundamental nas escolas municipais de Chapecó, SC. Embasou-se a análise em três eixos: saber quais modalidades e conteúdos são ministrados, descrever a formação específica dos profissionais envolvidos e levantar informações sobre espaços, instalações e materiais utilizados para o ensino do atletismo.

2 MÉTODO

O desenho proposto foi orientado no sentido descritivo e qualitativo. Como afirma Ramos (2009), a importância relevou as relações entre os critérios ou variáveis determinadas. Das 39 escolas do ensino fundamental da rede municipal, 15 foram visitadas, e 12 professores de educação física participaram do estudo, de ambos os sexos, com cargos temporários e efetivos, atuantes na rede municipal de ensino. Todos os participantes do estudo assinaram o termo de compromisso livre e esclarecido, com exceção de três professores, de três unidades escolares distintas, que, após a leitura das perguntas do questionário, negaram-se a respondê-lo sem motivos específicos.

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário com questões abertas e fechadas, adaptado de Silva (2005), composto por 15 questões sobre a prática de ensino do atletismo no âmbito escolar. Foram alteradas a primeira, a segunda e a décima primeira questões; a versão final do questionário está disposta no Quadro 1.

Quadro 1 – Questionário

- 1 - O atletismo faz parte do currículo de Educação Física da Escola que você trabalha?
- 2 - Em sua escola o Atletismo não competitivo é trabalhado (nas aulas de Educação Física)?
- 3 - Caso sua resposta tenha sido negativa assinale o porquê.
- 4 - Caso fossem sanadas as dificuldades, como seria desenvolvido um trabalho em sua Escola?
- 5 - Em que locais se desenvolve o trabalho em Atletismo?
- 6 - Qual a natureza do local?
- 7 - Em que turno se desenvolve este trabalho?
- 8 - Qual metodologia (método) é normalmente utilizada para o ensino de Atletismo em sua Escola?
- 9 - Sua Escola tem equipe representativa de Atletismo nas competições?
- 10 - Como são selecionados os alunos/atletas?
- 11 - A Escola ou o(s) professor(es) possui(em) bibliografia sobre Atletismo escolar?
- 12 - Você possui curso(os) específico(os) em Atletismo ou Atletismo Escolar?
- 13 - Em sua opinião, o que dificulta o seu trabalho em Atletismo na Escola?
- 14 - O que mais motiva você a trabalhar com Atletismo na Escola?
- 15 - Dê sugestões de melhorias para o desenvolvimento do Atletismo Escolar em Chapecó.

Fonte: adaptado de Silva (2005).

As alterações realizadas na questão 1 orientaram o participante a continuar respondendo ao questionário caso não fosse trabalhado com atletismo em suas aulas de educação física. A questão 2 foi dividida em duas questões para melhor estratificação para a análise, e na questão 11, substituiu-se atletismo/treinamento desportivo por atletismo escolar. Entende-se que nessa versão final é possível enfatizar mais a formação dos profissionais, o conteúdo ministrado e a estrutura física para aplicação de aulas de atletismo.

O procedimento adotado para o estudo consistiu em primeiro obter a licença e a carta de apresentação na Secretaria de Educação Municipal, depois realizar as apresentações e acordos com os diretores das escolas, para, então, abordar os professores de Educação Física para a realização da coleta de dados. Foram explicados os procedimentos aos participantes, e eles assinaram os termos necessários para a realização da pesquisa. Os dados foram coletados em um período de duas semanas, de acordo com a disponibilidade do pesquisador. Em média, cada participante levou trinta minutos para responder ao questionário. Neste evitaram-se temas que não condiziam com a proposta do estudo, como, por exemplo, a pouca importância atribuída pela diretoria da escola ao atletismo ou a desvalorização da profissão de atleta. Foram encontrados problemas como a resistência em responder às questões 11, 12 e 13, que tocavam em temas relacionados à escola como instituição e dificuldades em precisar as respostas das questões 2 e 8.

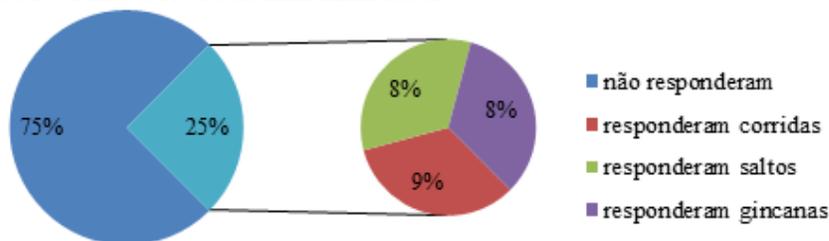
Para a análise de dados, foram agrupadas as questões de acordo com os critérios estabelecidos para atingir o objetivo proposto na pesquisa. A respeito do conteúdo de atletismo ministrado, foram analisadas em conjunto as questões 2, 7 e 14; sobre a qualificação técnica dos profissionais, as questões 7, 8, 11 e 12; e para a estrutura física disponível, as questões 5, 6 e 13. Após a transcrição dos dados, foi realizada uma análise de conteúdo por meio das palavras consideradas chave no desenvolvimento das entrevistas e, então, distribuídas as frequências de respostas e percentuais relativos nos gráficos de apresentação dos dados.

3 RESULTADOS

Em todas as instituições de ensino visitadas foi constatado que o atletismo está incluído no currículo da educação física por meio do projeto pedagógico do Município de Chapecó, SC, que por sua vez, é elaborado pela Secretaria de Educação em conjunto com os professores da rede municipal de ensino. Nenhum profissional mencionou que trabalha com as provas de campo do atletismo, e, ainda, nenhum educador soube precisar quais modalidades do atletismo se desenvolvem no ambiente escolar. Em todas as escolas visitadas, verificou-se que o esporte é trabalhado de forma não competitiva.

Sobre quais modalidades e conteúdos do atletismo são trabalhados nas aulas de Educação Física, constata-se que, de acordo com o Gráfico 1, 75% dos profissionais não responderam quais atividades desenvolvem nas aulas de atletismo, 9% trabalham com as corridas, enquanto 16% desenvolvem saltos e gincanas.

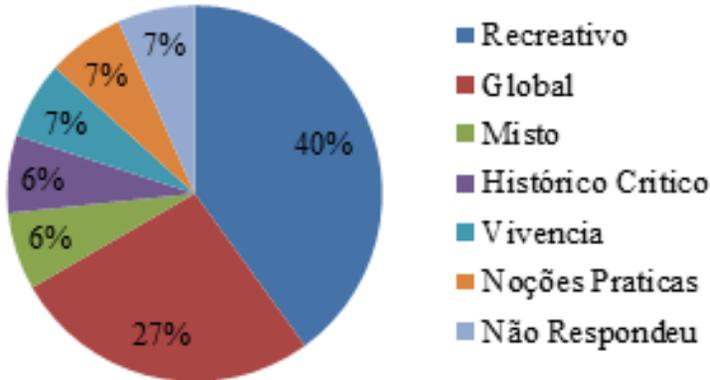
Gráfico 1 – Conteúdos do atletismo ministrados



Fonte: os autores.

No Gráfico 2 é possível observar o método de ensino adotado pelos professores; 40% dos professores utilizam o método recreativo, 27% utilizam o método global, e um conjunto de 26% dos participantes utiliza diferentes métodos de ensino, além de 7% que não responderam à questão. Além disso, somente em uma escola foi encontrada uma equipe de atletismo para competições, entretanto não foi possível obter respostas a respeito do processo de seleção desses atletas.

Gráfico 2 – Métodos de ensino utilizados pelos professores



Fonte: os autores.

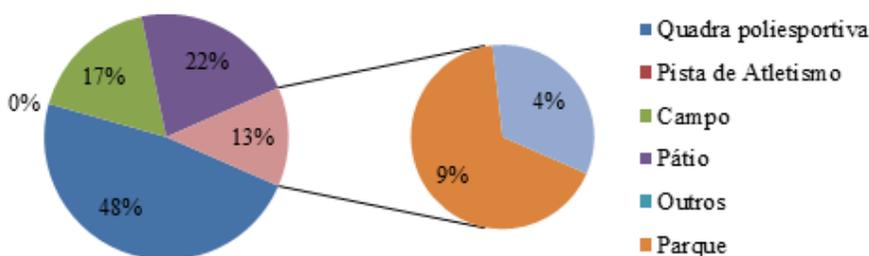
Referente ao critério de qualificação específica do professor de educação física para o ensino do atletismo, constata-se que 60% dos profissionais entrevistados tiveram noções de Atletismo Escolar na sua graduação, enquanto apenas 13% possuem algum tipo de curso específico na área; 13% relataram que cursaram componentes curriculares que abordaram o conteúdo de maneira paralela, 7% não foram capazes de especificar o curso, e outros 7% relataram não possuir nenhum tipo de formação. Em relação às dificuldades encontradas pelos profissionais, constata-se que 57% dos participantes indicam a estrutura como maior empecilho para o desenvolvimento do atletismo nas escolas, porque não possuem locais específicos, 14% dos participantes têm dificuldade em trabalhar em virtude da falta de conhecimento sobre o assunto, e 22% dos profissionais indicaram outros fatores. Em outro quesito avaliado, sobre os motivos para trabalhar o atletismo, constatou-se que 56% possuem motivação própria, pois acreditam no potencial educacional que o esporte proporciona. Já 25% dos participantes indicaram como estímulo motivacional o interesse dos alunos, 6% indicam o apoio institucional, e outros 13% apresentaram motivos variados.

Quanto às questões relativas à estrutura física e aos materiais, nenhum local visitado apresentou instalações próprias do atletismo, tampouco materiais, como barreiras, discos ou dardos. No Gráfico 3

mostram-se os resultados referentes ao local das aulas, sendo possível perceber que 48% usam em suas aulas as quadras poliesportivas, 22% aplicam atividades no pátio das escolas, e 13% ministram suas aulas na própria sala ou no parque, constatando-se que a maioria dos espaços é adaptada para o atletismo.

Ainda discorrendo a respeito dos dados referentes à estrutura das escolas, foi constatado que 91% das unidades escolares possuem bibliografias para o ensino do atletismo. Quando perguntados sobre quais referências utilizavam para planejar suas aulas, 46% dos professores não souberam responder se havia livros dentro da unidade escolar, 36% indicaram a Coleção Expoente, e 18% indicaram outras bibliografias.

Gráfico 3 – Local destinado às aulas de atletismo



Fonte: os autores.

4 DISCUSSÃO

O objetivo com este estudo foi determinar um perfil de prática pedagógica do atletismo no ensino fundamental das escolas municipais de Chapecó, SC. Os resultados mostraram que o esporte está incluído no projeto pedagógico das escolas e na matriz curricular do componente de Educação Física, no entanto, sua aplicação efetiva não ocorre e deixa uma lacuna em uma importante fase de desenvolvimento dos estudantes.

Um dos problemas encontrados parece residir no conteúdo ministrado pelos professores. Os resultados mostraram que são trabalhadas somente as corridas e, raramente, os saltos. Uma das causas poderia ser o fato de se tratar de habilidades naturais com maior facilidade de adap-

tação de espaços e materiais. Propostas de jogos pré-esportivos, podem ser encontradas no estudo de Gallardo Fines (2010), que aponta a necessidade do desenvolvimento multilateral das crianças, além do aumento da motivação mediante jogos que estejam perto das suas necessidades reais. Assim também o fizeram León, Hernández e Rodríguez (2011), por intermédio da proposta de uma tipologia de saltos e corridas por meio da recreação. Quintana (2012) logra avançar ao avaliar uma aplicação desses jogos com o objetivo de massificar o esporte, e, além de conseguir resultados positivos com as crianças, consegue-os também, na interação dos treinadores.

Quanto ao método utilizado pelos professores durante suas aulas, foi possível averiguar que, em sua maioria, utilizam aproximações pedagógicas recreativas (40%) e globais (27%) para o desenvolvimento do atletismo. No total, seis metodologias foram relatadas, mostrando uma diversidade de formação que pode contribuir para o desenvolvimento do esporte. Wuitar et al. (2008) realizaram três estudos de caso para determinar o nível técnico-metodológico de professores de atletismo em Cuba e de escolares. Com uma proposta de avaliação quantitativa, verificaram que os professores avaliados foram capazes de acertar somente 41,7% das respostas, concluindo que o nível técnico-metodológico dos treinadores é baixo.

Na tentativa de oferecer soluções a esse problema já anterior, Gómez e Castro (2002) criaram um modelo pedagógico de caráter integrador e multilateral que permite o ensino do atletismo por meio das ciências aplicadas ao esporte. Sagarra e Gallardo Fines (2011) fazem uma revisão e agrupam um conjunto de jogos pré-esportivos para o desenvolvimento das habilidades motrizes básicas, conteúdo específico para que os professores desenvolvam a modalidade na escola. Parece que tornar o atletismo socialmente atrativo pode ser uma solução efetiva.

Não há um espaço físico específico para o atletismo nas escolas participantes do estudo, conforme relatado nos resultados. As atividades são adaptadas, principalmente, às quadras poliesportivas ou aos pátios da própria escola. Esses resultados coincidem com aqueles encontrados

por Rodríguez, Abreu e Jiménez (2011) quando apontam as dificuldades das escolas em Cuba. Não somente apontam os problemas com as instalações, mas, principalmente, problemas relacionados com a falta de interesse dos próprios professores em difundir o atletismo, apontando que estes deveriam se comunicar mais entre si. Em sua proposta, os autores oferecem uma discussão sobre a captação de novos talentos para o atletismo. Os resultados alcançados com a amostra deste estudo sugerem motivação e interesse maior pelos professores das escolas do Município, entretanto não concretizada em suas aulas.

O último resultado importante comentar é o relativo à bibliografia utilizada pelos professores na elaboração dos planos de aula. Quase a metade dos professores (46%) não foi capaz de relatar qual referência era utilizada, apesar de a maioria das escolas (91%) possuírem livros específicos em sua biblioteca. Uma discussão importante levanta a dúvida sobre a produção científica existente, já que realmente parece haver pouco interesse. Faganello e Matthiesen (2007) realizaram uma revisão sobre a produção dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil que tiveram como objetivo o atletismo e encontraram 47 dissertações entre as quais 33 estavam no campo da biodinâmica do movimento humano e 14 na área da pedagogia da motricidade humana. No doutorado, foram encontradas seis teses, sendo cinco na área da biodinâmica e somente uma na área da pedagogia. De maneira geral, em suas conclusões, os autores relatam que todos os estudos apontam o abandono, ou, de modo mais sutil, a existência de certo esquecimento do atletismo nas escolas, resultado reforçado também nesta pesquisa.

Cañete (2001) aponta que a iniciação no atletismo deve ocorrer guiada pelos conhecimentos inerentes da pedagogia do esporte, enfatizando o desenvolvimento multilateral e harmônico e, ao mesmo tempo, considerando as necessidades e prioridades das crianças, para as quais a participação deve ser lúdica e constituir um meio fundamental para atingir os objetivos propostos em cada etapa de formação. Esse discurso como orientador teórico do conhecimento para a prática parece ter pouco impacto efetivo. Sugere-se para futuros estudos, a adoção de critérios

de avaliação consistentes para a aprendizagem dos alunos que sirvam como orientadores dos próprios planos de aula e, conseqüentemente, dos projetos pedagógicos de cada escola. Dessa forma, poderia haver uma diminuição da distância entre a teoria e a prática, ou, nesse caso, entre o conteúdo previsto no plano e aquele ministrado nas aulas.

5 CONCLUSÃO

Considera-se que o objetivo neste estudo foi atingido, pois foi descrita a prática pedagógica do atletismo. O atletismo está incluído no plano pedagógico das escolas, entretanto os dados indicam poucos resultados quanto à sua execução. Não existem instalações e materiais específicos para o atletismo, que deve ser trabalhado sempre em espaços adaptados, os conteúdos trabalhados se resumem, em sua maioria, às corridas e, de maneira esporádica, aos saltos. Existem profissionais sem qualificação para trabalhar o atletismo, e pouca formação continuada é oferecida. Em razão da sua importância como ferramenta educativa, sugere-se a criação de um sistema de critérios de avaliação dos alunos que oriente os planos diretores prescritos nas instituições envolvidas.

REFERÊNCIAS

ANTÓN, A. M.; RODRÍGUEZ, G. S. El origen del atletismo moderno. **EFDeportes**, Buenos Aires, v. 15, n. 152, enero 2011.

BATISTA, L. C. da C. **Educação Física no ensino fundamental**. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

BRAGADA, J. O. atletismo na escola: proposta programática para abordagem dos lançamentos. **Revista de Educação Física e Desporto**, Belo Horizonte, v. 16, n. 99, jun./jul. 2000.

CAÑETE, L. D. M. Consideraciones pedagógicas para la iniciación en el atletismo. **EFDeportes**, Buenos Aires, v. 7, n. 42, nov. 2001.

FAGANELLO, F. R.; MATTHIESEN, S. Q. Pesquisando dissertações de mestrado e teses de doutorado relacionadas ao atletismo: contribuições para a sua difusão no campo escolar. **EFDeportes**, Buenos Aires, v. 12, n. 108, mayo 2007.

GALLARDO FINES, J. M. Los juegos predeportivos de atletismo para el desarrollo de la resistencia en niños del segundo ciclo de la enseñanza primaria. **EFDeportes**, Buenos Aires, v. 15, n. 144, mayo 2010.

GÓMEZ, U. M.; CASTRO, R. M. Programa de superación para la enseñanza del atletismo en el nivel escolar. **EFDeportes**, Buenos Aires, v. 8, n. 46, marzo 2002.

LEÓN, K. C.; HERNÁNDEZ, R. A.; RODRÍGUEZ, C. V. Tipología de juegos predeportivos de atletismo para la recreación física comunitaria de niños en edad escolar primaria. **EFDeportes**, Buenos Aires, v. 16, n. 160, sept. 2011.

MARQUES, C. L. da S.; IORA, J. A. Atletismo escolar: possibilidades e estratégias de objetivo, conteúdo e métodos em aulas de Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 103-118, abr./jun. 2009.

MATTHIESEN, S. Q. (Org.). **Atletismo se aprende na escola**. Jundiaí: Fontoura, 2004.

NEGRINE, A. **O ensino de educação física**. Porto Alegre: Globo, 1983.

QUINTANA, Y. C. Juegos predeportivos para la masificación de la práctica del atletismo categoría 8 y 9 años en el municipio Baraguá. **EFDeportes**, Buenos Aires, v. 17, n. 170, jul. 2012.

RAMOS, A. **Metodologia da pesquisa científica**: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009.

SAGARRA, G. G.; GALLARDO FINES, J. M. Conjunto de juegos predeportivos de atletismo para el desarrollo de las habilidades motrices básicas en escolares de la enseñanza primaria. **EFDeportes**, Buenos Aires, v. 16, n. 159, agosto 2011.

SÁNCHEZ, J. R.; ABREU, A. A.; JIMÉNEZ, D. G. Acciones para perfeccionar el proceso de captación en escolares para la práctica del atletismo en el sector Capuchinos de la Parroquia San Juan. **EFDeportes**, Buenos Aires, v. 16, n. 159, agosto 2011.

SILVA, I. S. da. **Perfil do atletismo nas escolas públicas do ensino fundamental em Porto Velho**. 2005. 48 p. Monografia (Graduação em Educação Física)–Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2005.

WUITAR, C. I. et al. Nivel técnico metodológico de los entrenadores de atletismo de la EIDE Provincial Lino Salabarría Pupo de Sancti Spíritus en el área de carreras y marcha. **EFDeportes**, Buenos Aires, v. 13, n. 127, dic. 2008.

PERFIL MOTOR DAS CRIANÇAS PRATICANTES DA MODALIDADE DE JUDÔ NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SC

Carlos Francis Konishi*
Mariluce Poerschke Vieira**

Resumo

Vivemos em uma era tecnológica e as facilidades geradas pelo mundo moderno podem prejudicar o desenvolvimento físico e motor da criança, caso ela não receba um acompanhamento adequado durante seu processo de desenvolvimento. O objetivo no estudo foi identificar o perfil motor das crianças com faixa etária de 6 a 11 anos iniciantes no judô e das crianças já iniciadas na mesma modalidade, do Município de Chapecó, SC. Participaram do estudo 60 crianças do sexo masculino e feminino. Os dados foram coletados no local de treinamento da escolinha de iniciação do Projeto Atleta do Futuro. Como instrumento, foi utilizada a Escala de Desenvolvimento Motor (EDM). O resultado geral do perfil motor apontou uma diferença entre as amostras; os alunos mais experientes alcançaram resultados mais expressivos. Esse resultado justifica a importância de direcionar a criança para um esporte que contemple as várias oportunidades da prática dos movimentos básicos, em que as vivências motoras se tornam fatores fundamentais para se aperfeiçoar a qualidade dos movimentos em todo o processo de construção do desenvolvimento motor da criança. Palavras-chave: Desenvolvimento motor. Judô. Perfil motor.

1 INTRODUÇÃO

A atividade física, principalmente quando iniciada na idade escolar, aumenta a probabilidade de o indivíduo se tornar um adulto ativo perfeitamente capaz de realizar suas aptidões corporais básicas. O estí-

* Graduando do Curso de Educação Física- na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; c.konishi@hotmail.com

** Mestre em Ciência do Movimento Humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina; Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; marilucekuty@hotmail.com

mulo para a atividade física desde a infância facilita o gosto da criança pelo esporte. Assim, é importante criar com a criança um objetivo a ser seguido, fazendo com que desde cedo ela possa compreender a importância da atividade física em sua vida.

O ser humano passa por diferentes processos no decorrer da vida; um deles refere-se ao desenvolvimento motor, o qual se apresenta fundamentalmente por alterações no comportamento, o que ajuda a explicar como o aprendizado das habilidades motoras ocorre (MONTTI, 2005). Gallahue e Ozmun (2005) ressaltam que na fase dos 2 aos 7 anos esse aprendizado ocorre durante os estágios inicial, elementar e maduro, estágios estes que fazem parte dos movimentos fundamentais.

Nas fases dos movimentos fundamentais e movimentos especializados propostas por Gallahue e Ozmun (2005), analisam-se as exigências das tarefas procurando maximizar a aprendizagem para um melhor desempenho de habilidades motoras básicas, como correr, pular, arremessar, apanhar, chutar, driblar, equilibrar e outras, habilidades estas que são identificadas pelos períodos da faixa etária e que podem ser trabalhadas nas aulas de Educação física ou nas atividades esportivas.

As habilidades motoras devem ser desenvolvidas sempre se respeitando as características de cada faixa etária, assim como as habilidades coordenativas de cada aluno, promovendo a integração social e a cooperação de seus praticantes por meio de atividades lúdicas, tornando as aulas mais divertidas (GALLAHUE; OZMUN, 2005). Isso se percebe no judô, pois as aulas são constituídas por turmas separadas por faixa etária, assim classificada: de 5 a 6 anos, de 7 a 8 anos e de 9 a 10 anos é a infantil, 11 e 12 anos infantojuvenil, 13 e 14 anos, pré-juvenil e juvenil de 15 a 16 anos.

O judô, considerado uma atividade esportiva, é um dos esportes orientais mais conhecidos mundialmente. É ensinado em academias, escolas e clubes de vários países e reconhecido como o jogo da cordialidade das lutas marciais, não sendo relacionado a qualquer tipo de violência, podendo ser praticado por pessoas de todas as idades. Os principais objetivos são fortalecer o físico, a mente e o espírito de forma integrada, além de desenvolver técnicas de defesa pessoal (SUZUKI, 1986).

Além de desenvolver as habilidades motoras, o judô leva a criança a melhorar quanto à disciplina e à atenção, e há melhora comportamental; também auxilia o desenvolvimento da musculatura e o aprimoramento da coordenação motora. Ainda, proporciona às crianças melhorias no seu desenvolvimento cognitivo, psicomotor, afetivo e social (MIRANDA, 2004).

Face ao exposto, no estudo objetivou-se identificar o nível de desenvolvimento motor de crianças com idades de 6 a 11 anos que iniciaram nas aulas de judô a menos de três meses e crianças que participam a mais de seis meses das aulas no Município de Chapecó, SC.

2 MÉTODO

Considerando-se os objetivos com este estudo, a metodologia adotada foi a descritiva e a qualitativa, por meio do contato direto e interativo entre o pesquisador e o objeto de estudo (MAANEN, 1979).

A amostra foi composta por 60 crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 6 a 11 anos, do Município de Chapecó, SC, que frequentam as escolinhas de judô. Elas foram divididas em dois grupos: Grupo 1, crianças após a prática sistematizada e Grupo 2, iniciantes. Para a avaliação do desenvolvimento motor da criança, optou-se por adotar a Escala de Desenvolvimento Motor (EDM) (ROSA NETO, 2002). Ela é de fácil manejo para o examinador. Em geral, as provas são muito estimulantes para a criança, e ela colabora durante o transcurso do exame, estabelecendo uma confiança e empatia entre examinador e examinado, resultando em uma maior confiabilidade dos resultados.

Para a coleta de dados, primeiramente foi disponibilizada aos responsáveis e alunos participantes do estudo uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os indivíduos foram analisados na própria instituição em que praticam o desporto ou atividade, na presença do professor responsável pela turma e do pesquisador responsável. Os testes foram conduzidos pelo pesquisador conforme protocolo padronizado, nas seguintes áreas: Motricidade fina, Motricidade global, Equilíbrio, Esquema corporal, Organização espacial e Organização temporal. Os dados foram coletados

individualmente em local calmo e tranquilo, onde o aluno pôde se sentir à vontade. Com os dados obtidos, foi feita a análise do desenvolvimento motor nas áreas anteriormente citadas.

Para calcular a idade motora e o quociente motor em cada habilidade motora proposta neste estudo, foram utilizadas as seguintes fórmulas:

$$\text{Idade Motora Geral (IMG)} = \frac{\text{IM 1} + \text{IM 2} + \text{IM 3} + \text{IM 4} + \text{IM 5} + \text{IM 6}}{6} \quad (1)$$

$$\text{Quociente Motor Geral (QMG)} = \frac{\text{IMG} \cdot 100}{\text{IC}} \quad (2)$$

A partir dos resultados encontrados por meio dessas fórmulas, os dados foram exportados para o programa estatístico Excel 2007, e para identificar o perfil motor dos praticantes de judô foi utilizada a estatística descritiva (média).

3 RESULTADOS

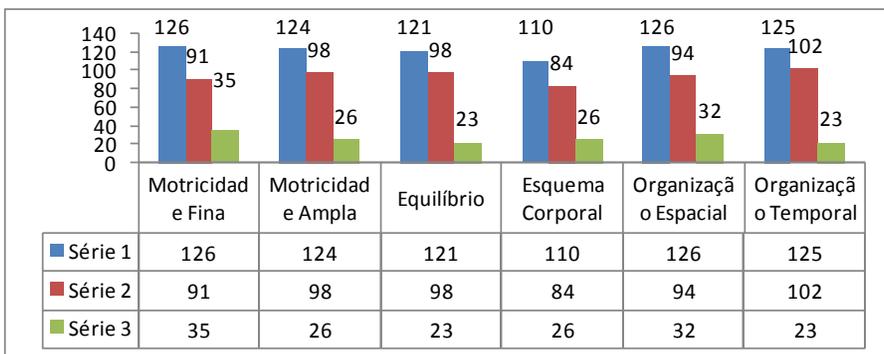
Os resultados apontam que a média da idade cronológica das crianças do Grupo 1 (praticantes) foi de 114 meses e do Grupo 2 (iniciantes) de 98 meses. De acordo com o Gráfico 1, percebe-se que, na Motricidade Fina, o Grupo 1 atingiu uma idade motora de 126 meses enquanto o Grupo 2, de 91 meses, este apresentando uma deficiência nessa área de 7 meses. Na motricidade ampla, a média encontrada foi de 124 meses para o Grupo 1 e de 98 meses para o Grupo 2, e, no equilíbrio, a média do Grupo 1 foi de 121 meses e do Grupo 2 de 98 meses. Percebe-se nessas duas áreas que ambos os grupos não apresentaram deficiências; o Grupo 1 apresentou um desenvolvimento superior à idade cronológica. No esquema corporal, a média de idade motora encontrada foi de 110 meses para o Grupo 1 e de 84 meses para o Grupo 2, verificando-se uma deficiência motora em ambos os grupos. Já na organização espacial e temporal as médias de idades motoras encontradas foram de 126 e 125 meses, respectivamente, para o Grupo 1, apresentando uma superioridade motora nas

duas áreas, e de 94 e 102 meses para o Grupo 2; na organização espacial o Grupo 1 ficou abaixo da idade cronológica, o que significa que houve uma deficiência motora nessa área.

Nota-se, com esses resultados, que as crianças que treinam há mais tempo (Grupo 1) somente não obtiveram uma idade motora superior nas áreas de esquema corporal e estrutura temporal; nas demais áreas apresentaram uma idade motora superior à idade cronológica. No entanto, as crianças do Grupo 2 apresentaram uma idade motora maior do que a cronológica somente na estrutura temporal, havendo mesmo escore em ambas as idades nas habilidades de motricidade ampla, equilíbrio e estrutura temporal. Além disso, encontrou-se uma idade motora inferior à cronológica na motricidade fina, no esquema corporal e na organização espacial.

Além desses resultados, o Gráfico 1 aponta que a diferença entre o Grupo 1 e o 2 na área de motricidade fina foi de 35 meses, na motricidade ampla, 26 meses, no equilíbrio, 23 meses, no esquema corporal, 26 meses, na organização espacial, 32 meses, e na estrutura temporal 23 meses. Com esses resultados, nota-se que as áreas de equilíbrio e organização espacial foram as que apresentaram uma diferença menor entre os grupos.

Gráfico 1 – Idade motora dos praticantes de judô do Grupo 1 (praticantes há mais de seis meses) e do Grupo 2 (iniciantes)



- Grupo 1 (amostra praticantes de judô + 6 meses).
- Grupo 2 (amostra praticantes de judô - 3 meses).
- Diferença entre as amostras do Grupo 1 e do Grupo 2.

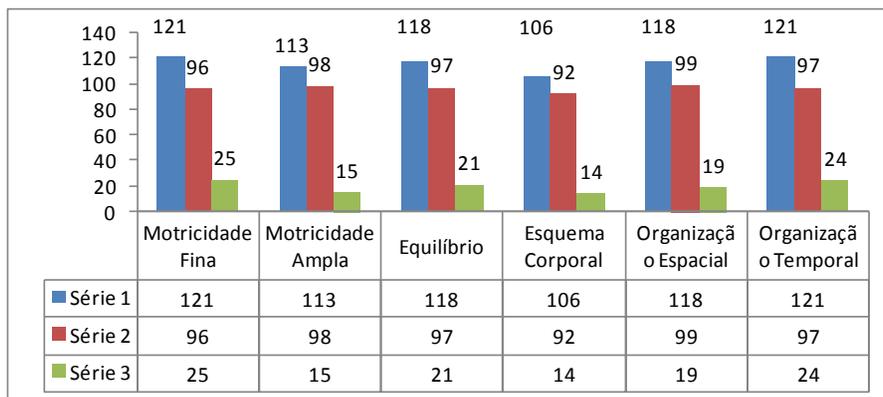
Os valores expressam a idade motora em meses.

Fonte: os autores.

Após aferido o resultado da idade motora em todas as áreas, nota-se no Gráfico 2 o grau de quociente motor, em que na motricidade fina o Grupo 1 obteve uma média de 121 meses, e o Grupo 2, de 96. Na motricidade ampla, o Grupo 1 alcançou uma média equivalente a 113 meses, e o Grupo 2 alcançou 98. No equilíbrio, o Grupo 1 obteve um quociente motor de 118, e o Grupo 2 de 97 meses. No esquema corporal, o Grupo 1 apresentou uma média de 106, e o Grupo 2, de 92 meses. Quando analisada a organização espacial, observou-se que Grupo 1 obteve uma média no quociente motor de 118, e o Grupo 2, de 99 meses. Por fim, na organização temporal, o Grupo 1 apresentou uma média de 121 meses, e o Grupo 2, de 97.

No Gráfico 2 também é possível perceber a diferença entre os quocientes de ambos os grupos em que na motricidade fina foi de 25, na motricidade ampla, 15, no equilíbrio, 21, no esquema corporal, 14, na organização espacial 19, e na estrutura temporal, 24 meses.

Gráfico 2 – Quociente motor dos praticantes de judô do Grupo 1 (praticantes) e do Grupo 2 – (iniciantes)



- Grupo 1 da amostra PRATICANTES DE JUDÔ + 6 meses;
- Grupo 2 da amostra PRATICANTES DE JUDÔ -3 meses;
- Diferença entre as amostras do GRUPO 1 e GRUPO 2.

Fonte: os autores.

Na Tabela 1 apresentam-se as médias Gerais da idade motora e do quociente motor. Observa-se nessa Tabela que a média de idade motora geral foi de 122 meses para os praticantes do Grupo 1, obtendo uma média do quociente motor de 119 meses, e de 94 meses para os praticantes do grupo 2, obtendo uma média do quociente motor de 91 meses.

A partir desses resultados, percebe-se que as crianças do Grupo 2 apresentaram um atraso de 4 meses no desenvolvimento motor, enquanto o Grupo 1 apresentou um nível de desenvolvimento superior em 8 meses, quando analisada a idade motora em relação à idade cronológica.

Quadro 1 – Média geral da idade motora e do quociente dos praticantes de judô do Grupo 1 (praticantes há mais de seis meses) e do Grupo 2 (iniciantes)

	PRATICANTES GRUPO 1	PRATICANTES GRUPO 2
Média geral da idade motora	122 meses	94 meses
Média geral do quociente motor	119 meses	91 meses

Fonte: os autores.

A partir do quociente motor é possível identificar o nível do desenvolvimento motor que as crianças atingiram por meio da classificação dos resultados na escala de desenvolvimento motor (EDM) (ROSA NETO, 2002), conforme o Quadro 1. Nesse contexto, percebe-se que as crianças do Grupo 1, as quais atingiram um quociente motor geral de 119 meses, classificaram-se em um nível de desenvolvimento motor normal alto, e as crianças do Grupo 2, que obtiveram um quociente motor geral de 91 meses, atingiram um nível motor normal médio.

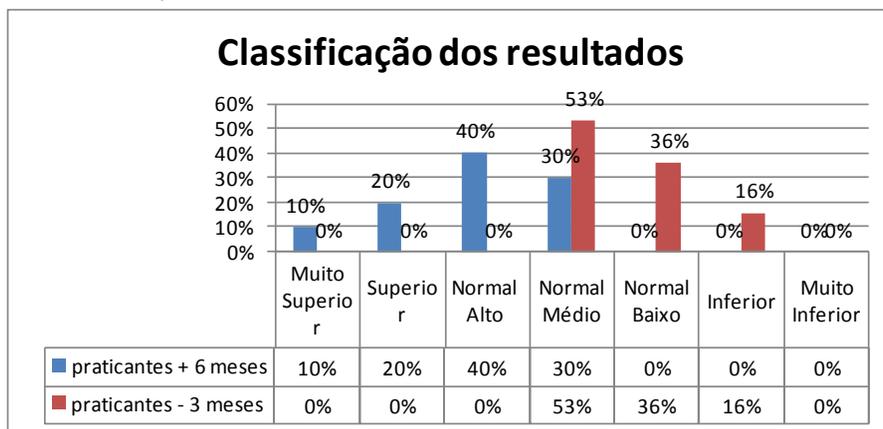
Quadro 2 – Escala de desenvolvimento motor

Quociente motor geral	Escala de desenvolvimento motor
69 ou menos	Muito inferior
70-79	Inferior
80-89	Normal baixo
90-109	Normal médio
110-119	Normal alto
120-129	Superior
130 ou mais	Muito superior

Fonte: Rosa Neto (2002).

Quando observado o nível de desenvolvimento motor atingido pelas crianças dos Grupos 1 e 2, constata-se por meio do Gráfico 3 que 40% das crianças do Grupo 1 se classificaram no nível normal alto, 30% estarão normal médio, 20% no muito superior, e 10% dos alunos, no nível muito superior. Já entre as crianças do Grupo 2, 53% classificaram-se em normal médio, 36% em normal baixo, e 16% em nível inferior.

Gráfico 3 – Percentual do perfil motor das crianças praticantes de judô do Grupo 1 e do Grupo 2



■ Grupo 1 (amostra Praticantes + de seis meses de aulas de judô).

■ Grupo 2 (amostra praticantes iniciantes - de três meses de aulas de judô).

Fonte: os autores.

A partir desses dados, percebe-se que o Grupo 1, o qual representa os alunos que participam sistematicamente há mais de seis meses de aulas de judô, é superior ao Grupo dos alunos que estão iniciando no judô, participando há menos de três meses.

4 DISCUSSÃO

No presente estudo teve-se como objetivo identificar o nível de desenvolvimento motor de dois grupos de crianças com idades de 6 a 11 anos, em que o Grupo 1 era formado por crianças que participavam há mais de seis meses em aulas de judô, e o Grupo 2, formado por iniciantes,

alunos com tempo inferior a três meses de prática da luta/do esporte, no Município de Chapecó, SC.

Os resultados apontam que o nível de desenvolvimento motor encontrado para o Grupo 1 foi normal alto e para o Grupo 2, normal médio; porém, deve-se considerar que as crianças do Grupo 1 são crianças com maior tempo de prática, acostumadas ao refino dos movimentos, repetição dos gestos técnicos e prática sistemática de exercícios motores, o que, segundo Mastroianni et al. (2006), reforça a evidência de que estímulos e experiências motoras são de fundamental importância para o desenvolvimento psicomotor. Corroborando esse autor, Gallahue e Ozmun (2005) também ressaltam que um dos fatores essenciais para a aquisição e o aprimoramento das habilidades motoras está relacionado às oportunidades de prática, o que vem ao encontro dos resultados encontrados neste estudo.

Segundo Gallahue e Ozmun(2005), as habilidades motoras não surgem naturalmente, elas são consequência das oportunidades cedidas para que a criança experimente atividades motoras apropriadas e sistemáticas; essas oportunidades devem ser fornecidas às crianças sempre que possível. Um dos fatores de influência positiva na aprendizagem de habilidades motoras das crianças é o engajamento delas em práticas motoras além do horário escolar (MONTTI, 2005).

Nesse contexto, percebe-se que vários fatores influenciam no resultado positivo relacionado ao Grupo 1, principalmente a aplicação de estímulos apropriados no treinamento específico da modalidade de judô, como a oferta de estímulos apropriados, meio ambiente social e cultural, interação com as características biológicas da criança, enfim, várias determinantes formam a matriz biocultural de fatores influenciadores do desempenho motor (MALINA; BOUCHARD, 2002).

Gallahue e Osmun (2005) ressaltam que o processo de crescimento e desenvolvimento motor na infância é previsível, segue uma lógica, um padrão. No entanto, as crianças demonstram considerável variação individual em razão de fatores ambientais e hereditários que

podem vir a influenciar o crescimento e desenvolvimento dos indivíduos (GALLAHUE; DONNELLY, 2008).

A especialização dos movimentos e a especificidade das tarefas motoras contribuem em muito para o aprimoramento do gesto motor e a predisposição das qualidades físicas básicas, em diferentes níveis de qualificação esportiva, que pode ser observada precocemente (MACÊDO; FERNANDES FILHO, 2003), isto é, toda a pessoa nasce com certa predisposição à força, resistência, flexibilidade e coordenação motora, mas é o meio externo e o treinamento que oportunizarão o desenvolvimento dessas habilidades. Caso não haja esse ambiente favorável, a predisposição não se desenvolverá de forma plena.

O desempenho motor de crianças e adolescentes tem-se constituído em uma preocupação crescente entre os pesquisadores da área da Saúde, visto que a atividade física regular está associada à prevenção, à conservação e à melhoria da capacidade funcional e, em consequência, à saúde dessas populações (GUEDES; BARBANTI, 1995; MALINA; BOUCHARD, 2002).

5 CONCLUSÃO

Percebe-se, então, que quanto maior o período de prática, com vivências motoras adequadas, maior será a probabilidade de as crianças desenvolverem habilidades motoras com melhor refino e competência. Nota-se que as crianças que praticam uma atividade física há mais tempo apresentam um desenvolvimento motor melhor do que as crianças iniciantes. Porém sugere-se muita cautela na classificação e definição relacionada à qualidade motora dos envolvidos.

Analisando-se os resultados deste estudo, conclui-se que a prática sistemática de judô proporciona melhora no desenvolvimento físico e motor e desenvolve mais globalmente as habilidades motoras, a qual requer movimentos de várias complexidades, buscando sempre a excelência do gesto, principalmente por meio de várias repetições, ângulos adequados para a projeção dos golpes, precisão, velocidade, mudanças de

direção, adaptações instantâneas do próprio corpo em relação aos movimentos do adversário.

O profissional que irá trabalhar em escolinhas de esportes, principalmente lutas, entre elas o judô, deve ter um vasto conhecimento teórico para poder respeitar as limitações e a individualidade de cada criança, a fim de oferecer várias oportunidades de qualificação para ela.

Sugere-se ao professor uma visão humanista para que haja o desenvolvimento integral do educando, com foco nas três áreas inerentes aos comportamentos da natureza humana, segundo a visão pedagógica: cognitiva, afetiva e psicomotora.

REFERÊNCIAS

GALLAHUE, D.; DONNELLY, F. C. **Educação física desenvolvimentista para todas as crianças, adolescentes e adultos**. São Paulo: Phorte, 2008.

GALLAHUE, D.; OZMUN, J. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2005.

GUEDES, D. P.; BARBANTI, V. J. Desempenho motor em crianças e adolescentes. **Revista Paulista de Educação Física**, v. 9, n. 1, p. 37-50, 1995.

MAANEN, J. V. Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, i. 4, p. 520-526, Dec. 1979.

MACEDO, M. M.; FERNANDES FILHO, J. Estudo das características dermatoglíficas, somatotípicas e das qualidades físicas básicas nos diversos estágios de maturação sexual. **Fitness & Performance Journal**, v. 2, p. 315-320, 2003.

MALINA, R.; BOUCHARD, C. **Atividade física do atleta jovem**: do crescimento à maturação. São Paulo: Rocca, 2002.

MASTROIANNI, E. C. Q. et al. Perfil psicomotor de crianças matriculadas no ensino fundamental do município de Álvares Machado. In: PINHO, S.; SAGLIETTI, J. (Org.). **Núcleos de Ensino**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

MIRANDA, M. L. **A iniciação no judô**: relação com o desenvolvimento infantil. São Paulo: Universidade Paulista, 2004.

MONTTI, M. **Importância da atividade física**. 2005. Disponível em: <<http://boasaude.uol.com.br/lib/>>. Acesso em: 08 set. 2015.

ROSA NETO, F. **Manual de avaliação motora**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SUZUKI, Eico. **Pai da educação integral**: O universo do judô. São Paulo: Editora do Escritor, 1986.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA ESCOLAR

Kelin Francisca Dias*
Francine Cristine Garghetti**

Resumo

Neste artigo teve-se como intuito apresentar a prática desenvolvida a partir de um estágio supervisionado em Psicologia Escolar, realizado no período de abril a novembro de 2015, em um Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) com os alunos do Ensino Médio Integrado à Informática. O estágio possibilita integrar os conhecimentos teóricos vindos da Psicologia Escolar com a prática desenvolvida em escolas. Diante das demandas que surgiram durante o estágio, foi possível perceber a importância do profissional de Psicologia nas escolas. O estágio possibilitou conhecer a comunidade escolar para posteriormente propor ações de promoção à saúde e ao bem-estar pessoal e social da comunidade escolar, incluindo alunos e servidores públicos da Instituição. Muitos trabalhos foram desenvolvidos com a contribuição da equipe do Núcleo Pedagógico, incluindo intervenções de orientação profissional, acolhimentos, avaliação psicológica, além do acompanhamento de uma greve escolar que possibilitou ter um olhar ainda mais crítico e construtivo sobre as políticas educacionais do País. Todas as atividades foram desenvolvidas com o enfoque na Psicologia Escolar, que busca um espaço onde o indivíduo possa ser visualizado em sua totalidade.

Palavras-chave: Psicologia Escolar. Intervenções. Greve escolar. Orientação profissional.

* Graduada em Psicologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina; diaskelin@gmail.com

** Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora do Curso de Psicologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina; francine_garghetti@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Este estudo foi desenvolvido a partir do estágio supervisionado do Curso de Psicologia da Unoesc com o objetivo de desenvolver atividades práticas profissionalizantes supervisionadas na área da Psicologia, em diferentes contextos da área da Saúde. O estágio supervisionado possibilitou integrar os conhecimentos oriundos da área da Saúde e foi realizado no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), uma Instituição de educação, ciência e tecnologia, pública e gratuita.

O IFSC assume sua função social considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de uma Instituição de ensino social, educação profissional e tecnológica de jovens e adultos, em diferentes níveis, etapas e modalidades. O estágio teve início no mês de abril, e seu encerramento ocorreu em novembro de 2015.

O objetivo neste trabalho foi trazer o relato de experiência realizado a partir do estágio supervisionado, a fim de se levantarem questões relevantes e características de escolas públicas como suas principais demandas e dificuldades. Com o olhar voltado à relação aluno-professor-escola, buscou-se identificar suas particularidades como indivíduos que vivem além do espaço escolar.

A partir das observações iniciais realizadas e das demandas trazidas pelos professores em conjunto com o núcleo pedagógico, foi possível traçar algumas intervenções: acolhimentos de pais e alunos, observações da relação professor-aluno em sala de aula, participação de reuniões de área, avaliação psicológica e intervenções com o Grêmio Estudantil. Surgiu também uma demanda de orientação profissional e, a partir disso, iniciaram os trabalhos individuais com alguns alunos.

No segundo semestre de estágio a Instituição entrou em greve por aproximadamente um mês e meio. A partir desse movimento foi possível visualizar algumas questões referentes à crise da educação pública de mobilização não apenas dos profissionais da educação, mas também dos alunos. Durante o estágio houve o acompanhamento de um psicó-

logo supervisor local e de uma professora supervisora do componente curricular Estágio Supervisionado I e II.

2 PSICOLOGIA ESCOLAR

A Psicologia Escolar abrange muito além daquilo que se observa no processo de ensino-aprendizagem e na relação professor-aluno. Cada indivíduo tem as suas particularidades, nas questões de socialização, familiar ou no âmbito escolar. Trata-se de um indivíduo que está inserido em um meio, que pode proporcionar ainda mais dificuldades as quais refletem no contexto escolar.

Segundo Prediger e Silva (2014), ao longo da história a Psicologia construiu saberes a respeito da aprendizagem e legitimou um discurso sobre o aluno. Isso fez com que surgisse um local de patologização dentro do ambiente escolar, e por muito tempo a Psicologia permaneceu distante da discussão sobre o ensinar e o aprender. A demanda colocada pelas instituições escolares, diante do processo de aprendizagem, estava voltada para a patologização de dificuldades de aprendizagem e comportamento, o que fazia com que o enfoque da Psicologia fosse clínico e individualizante.

Martins (2003 apud PREDIGER; SILVA, 2014) dizia que o trabalho da Psicologia Escolar era como clínico e sua função era evitar desajustes ou desadaptações do aluno na escola. A escola como instituição é tida como adequada, cumpridora dos objetivos e ideias que foram propostos. Na década de 1980 a Psicologia assumiu uma nova postura com a educação e rompeu a tradição adaptacionista. Essas rupturas continuam ocorrendo, e as questões que mobilizavam a Psicologia Escolar ainda são as mesmas de hoje. Atualmente o psicólogo se encontra em uma situação delicada de inventar outros modos de trabalhar na escola, tendo que visualizar as questões individualizantes sob a perspectiva baseada na adaptação e no ajustamento enraizado no papel que era atribuído ao psicólogo escolar.

O papel do psicólogo escolar ainda é alvo de dúvidas e desentendimentos nas instituições; por isso, é preciso manter permanente o ques-

tionamento iniciado na década de 1980, que insistia em saber a serviço de quê e de quem a Psicologia Escolar estaria.

2.1 PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Nos últimos tempos houve um crescimento considerável da educação profissional no Brasil, principalmente se tratando de Institutos Federais. No ano 2008 foi sancionada a lei de criação dos Institutos Federais de Educação, em razão do grande público que sempre esteve excluído dos processos educativos. O objetivo foi descentralizar e regionalizar a educação profissional e o profissional, da Psicologia passou a ser parte desse cenário (PREDIGER; SILVA, 2014).

Os Institutos Federais surgiram com uma proposta de transformação social. O Ministério da Educação (2008, p. 22 apud PREDIGER; SILVA, 2014) coloca como principal função:

[...] a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional. O papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que, historicamente, foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social.

Uma pesquisa realizada por Prediger e Silva (2014), com psicólogos de institutos federais, constatou que ainda há uma problematização da Psicologia Escolar frente às demandas de ajustamento que a escola coloca: muitos psicólogos estão propondo novas possibilidades de intervenção a fim de romperem os estereótipos ali presentes. Deve-se reconhecer que o papel da Psicologia na escola não é mais de promoção de exclusão ou de afirmação que a aprendizagem é apenas responsabilidade do aluno, mas de colocar o compromisso de inventar novas práticas de como atuar dentro da escola.

Prediger e Silva (2014) destacam que os institutos federais também estão tendo dificuldades em construir suas práticas, pois a configuração administrativa traz um estranhamento na sua caracterização de escola por ser um espaço onde convivem indivíduos de ensino médio e superior, de programas de formação inicial e continuada e de pós-graduação.

Ainda para Prediger e Silva (2014), é necessário que o psicólogo escolar leve para as escolas propostas de intervenção não esperadas, crie e mostre diferentes possibilidades de atuação, e não apenas a recusa das demandas. O modo como esse profissional se posiciona frente às demandas também proporciona algumas modificações relacionadas às expectativas que a escola tem em relação ao psicólogo.

Diante da proposta de estágio que foi realizada no IFSC, como o público-alvo se tratava de adolescentes do Ensino Médio Integrado à Informática, houve grande procura por orientação profissional. Por esse motivo, objetivou-se realizar um breve trabalho de orientação profissional com os alunos.

2.2 ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

A orientação profissional vem sendo cada vez mais requisitada no âmbito escolar, isso porque o adolescente se encontra em estado de conflitos internos e exigências do mundo externo em relação à carreira profissional. A orientação profissional serve como um auxílio para o autoconhecimento. Trata-se de um momento de reflexão sobre suas escolhas, pensar no futuro e no mercado de trabalho.

Sabe-se que o IFSC já tem uma proposta de ensino médio voltada ao Técnico em Informática. Porém, muitos adolescentes não buscam o Instituto somente para obter a formação técnica, mas pela qualidade de ensino que este proporciona. Assim, ainda há uma necessidade em descobrir qual a profissão a seguir e, por esse motivo, identificou-se a necessidade de um trabalho em orientação profissional.

Segundo Ribeiro (2003), a orientação profissional no Brasil, mais conhecida como orientação vocacional, ficou historicamente marcada por ser uma prática voltada para a psicometria. É aplicada de forma individual, com o intuito de se escolher uma profissão. O autor salienta que o jovem de escola pública espera um auxílio quanto à entrada no mercado de trabalho, pois na maioria das vezes faltam informações de como proceder. Por esse motivo, muitas vezes continua na trajetória dos pais. A orientação profissional deve auxiliar no planejamento de seu projeto de vida, criando estratégias para descobrir alternativas de como chegar no seu objetivo.

Pelletier (1981 apud RIBEIRO, 2003) coloca que a orientação profissional deveria fazer parte do Projeto Pedagógico das escolas.

A Orientação Profissional é uma prática social que visa, basicamente, à inserção do jovem na PEA (população economicamente ativa), de uma forma consciente e fonte de uma escolha, visando à elaboração de um plano profissional com uma trajetória ocupacional. (Ribeiro, 2001, p. 11 apud RIBEIRO, 2003).

Ribeiro (2003) salienta que ela pode ser realizada durante toda a vida, em todas as idades, com todos os sujeitos, em todos os espaços de organização social. Por isso, visualiza-se a importância da inserção de orientação profissional na escola, pois é nesse espaço que se iniciam as escolhas, não apenas profissionais, mas como um todo na sua inserção social.

3 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Este artigo foi realizado por meio de uma investigação qualitativa, a partir de um relato de experiência do estágio supervisionado em Psicologia Escolar, com o objetivo de conhecer a comunidade escolar e desenvolver atividades com enfoque na Psicologia Escolar. Inicialmente se realizou a prática de observações para o reconhecimento e a aproximação do local; a partir das observações e das demandas trazidas pelos professores e pelo núcleo pedagógico foram estabelecidas algumas propostas de

atividades, a fim de se integrarem os conhecimentos adquiridos durante a formação com a prática no meio escolar.

A partir das observações e das situações trazidas pelo corpo docente e pela coordenação pedagógica foi possível traçar algumas intervenções: acolhimento de pais e alunos, observação em sala de aula, intervenção com alunos dos módulos I, II e III, intervenção com o Grêmio Estudantil, participação de reunião de área, acompanhamento de um aluno com deficiência auditiva, avaliação psicológica, orientação profissional e acompanhamento da greve escolar.

3.1 ACOLHIMENTO DE PAIS E ALUNOS

Durante o estágio foram realizados vários acolhimentos de alunos, pais e até mesmo professores. O acolhimento dos alunos partia do encaminhamento da coordenação do curso e de professores. A partir do acolhimento aconteciam os encaminhamentos para atendimento externo ou, se necessário, pelo próprio núcleo pedagógico. Em casos específicos em que se visualizava a necessidade do acompanhamento dos pais, estes eram chamados para uma conversa e orientação sobre os encaminhamentos.

Nos acolhimentos inicialmente era realizado um momento de escuta para se buscar compreender aquilo que o indivíduo trazia como queixa. A partir de uma conversa eram feitos os encaminhamentos. Deixou-se livre para que buscassem o atendimento em outros momentos, se necessário. E, a partir de cada acolhimento, era feito um acompanhamento no decorrer do ano, caso os professores notassem alguma dificuldade, conversando com os alunos novamente para verificar a situação.

O IFSC de Chapecó possui uma equipe do Núcleo Pedagógico composta por um psicólogo, um assistente social e três pedagogas, os quais mantinham uma comunicação constante de trabalho sobre as demandas da escola. Assim, em alguns acolhimentos havia a participação desses profissionais e, em casos de encaminhamento pedagógico ou de assistência social, eram desenvolvidos planos de trabalho para auxiliar os alunos.

3.2 OBSERVAÇÕES EM SALA DE AULA

No início do estágio foram realizadas várias observações em sala de aula, principalmente com as turmas iniciais, das quais os professores traziam mais queixas de comportamento e dificuldades nas relações interpessoais entre alunos, *bullying*, contestação dos alunos em relação aos professores, entre outras demandas que surgiam no decorrer do ano.

O principal objetivo das observações era entender como ocorria a relação aluno-professor, as principais dificuldades, quais eram as oscilações de comportamento das turmas, quais os motivos que os levavam a ter essa mudança de comportamento, considerando que alguns professores relatavam ter facilidade com determinadas turmas e outros com as mesmas turmas. O intuito era entender o andamento da turma para propor e promover intervenções a fim de melhorar a relação e o vínculo aluno-professor.

Foram realizadas também observações de uma turma do módulo 8, a qual tem um aluno com deficiência visual. A intenção era visualizar se a turma estava integrada ao aluno e se o aluno tinha alguma dificuldade de socialização. Também se observou a relação dos professores com o aluno e com a intérprete de libras que o acompanhava. A partir disso realizou-se um acolhimento com a intérprete de libras para se coletarem informações do aluno e da sua integração em sala de aula. Ela relatou que o aluno não apresenta essas dificuldades, e os colegas o integram, porém, alguns professores não sabem como lidar com a situação e acabam, muitas vezes, tendo atitudes preconceituosas.

A partir do relato da intérprete e da demanda observada pela coordenação e pelo núcleo pedagógico, visto que o Instituto possui outros alunos com deficiência auditiva, uma das intérpretes de libras elaborou uma capacitação de como os professores trabalharem com esse aluno.

3.3 INTERVENÇÃO COM ALUNOS DOS MÓDULOS I, II E III

No IFSC o Ensino-Médio é um curso Técnico Integrado à Informática, sua duração é de quatro anos subdivididos em oito módulos, cada módulo tem a duração de um semestre. Durante as observações notou-se que as dificuldades maiores vinham dos primeiros módulos, ou seja módulos I, II e III. A partir disso, foi elaborada, com a equipe do Núcleo Pedagógico, uma intervenção com o objetivo de promover um melhor relacionamento entre aluno e professor, maturidade em sala de aula, incluindo respeito e, principalmente, a identificação da turma.

Notou-se que esses três módulos ainda não possuíam uma identidade enquanto turma, assim, geravam muitos atritos e contestação não apenas com professores, mas também entre colegas. A proposta inicial foi provocar nos alunos o questionamento: “Qual o seu papel na sociedade?” Foram marcados vários encontros com diversas atividades, porém não foi possível concluir em razão da greve. O início da atividade foi no final do primeiro semestre de 2015, e a greve começou no segundo semestre. Com a paralização, houve dificuldades em retirar os alunos da reposição de aulas para concluir a atividade. Dessa forma, a atividade seria concluída pelo Núcleo Pedagógico no ano seguinte.

No primeiro encontro foi realizada uma dinâmica chamada de “Caracol” com o intuito de promover o autoconhecimento da turma, pois mediante os relatos dos professores teve-se a informação de que alguns alunos não se relacionam diretamente; durante as apresentações notou-se que nem mesmo sabiam ao certo o nome um do outro, onde moravam, idade e informações sobre a realidade social entre colegas. O resultado da dinâmica foi positivo, pois provocou a surpresa dos alunos ao notarem a falta de socialização da turma.

Nesse mesmo encontro foi realizada a dinâmica de “Denúncia e Anúncio”, a qual consiste em dividir a turma em vários grupos, que deveriam observar gravuras coladas em dois cartazes e, assim, diferenciar e apontar o que seria uma “Denúncia” e o que seria um “Anúncio”. Nas gravuras as imagens são de diferentes situações do dia a dia, como vio-

lência, tráfico de drogas, consumismo, assassinatos, pobreza, lazer, luxo, família, amizade, etc. A turma foi dividida em cinco grupos, os quais discutiram e apontaram o que foi solicitado.

O intuito da dinâmica é provocar questionamentos sobre como está a sociedade, qual o modelo de governo que estamos tendo, quais os benefícios e os defeitos; após a discussão, cada grupo teve que apresentar seus apontamentos. O resultado foi positivo e instigante, a turma se revelou crítica, destacou a desigualdade social, com opiniões diferentes, mostrando-se participativa.

A proposta seguiu com uma atividade sobre a desigualdade social, em que os alunos tiveram que desenhar uma pirâmide apontando a riqueza e a pobreza do país. Realizou-se somente a primeira parte da intervenção com uma turma, pois em razão da greve, foi interrompida para continuar no próximo ano. A atividade seguiria com um estudo sobre o livro *Como funciona a sociedade*, com a turma dividida em grupos para promover um debate. Seria trabalhado também um vídeo “MEOW” para promover a identidade do grupo, ou seja, a identidade de seu módulo. Assistiram também a um filme a fim de trabalhar valores, como coletividade, solidariedade, respeito, cuidado, humildade, simplicidade, etc. Posteriormente, seriam trabalhadas questões como assertividade e hábitos de estudo.

Desenvolveu-se, também, uma intervenção com a nova chapa do Grêmio Estudantil, com a finalidade de capacitá-los para a nova gestão. A intervenção ocorreu mediante um grupo focal, com atividades sobre gestão, e seus determinados papéis na equipe.

3.4 PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES DE ÁREA

As reuniões de área são basicamente reuniões entre professores, coordenador e núcleo pedagógico. As reuniões são semanais e nelas é feito o levantamento das principais demandas do Curso, as dificuldades, os estudos sobre determinados assuntos, capacitações, planejamentos e discussões sobre o andamento do Curso e dos alunos.

Por meio das reuniões de área foi possível visualizar muitos pontos importantes do contexto escolar. Os professores traziam suas queixas, críticas, preocupações, sugestões, elogios, ou seja, uma forma de acompanhar o andamento das atividades escolares, além do acompanhamento dos alunos. Nas reuniões esclareciam-se muitas dúvidas em relação aos atendimentos realizados, acolhimentos e até mesmo às intervenções realizadas em sala de aula.

A reunião de área traz, além de informações concretas, informações acerca do relacionamento entre professores, coordenação e instituição. Também é possível visualizar os métodos de ensino, a forma de ministrar suas aulas; diante desse contato pode-se entender os motivos de algumas dificuldades apontadas e o porquê algumas turmas têm uma conduta diferenciada entre um professor e outro.

3.5 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

No contexto escolar poderão surgir demandas diferenciadas, alguns alunos apresentam dificuldades de aprendizagem, motora, de comportamento, entre outras. No IFSC frequentam adolescentes e adultos jovens, ou seja, indivíduos que já passaram pelo processo de trabalhar os problemas relacionados a dificuldades de aprendizagem. Durante o estágio ocorreu um caso de um aluno, o qual será denominado aluno A, que vinha já há algum tempo apresentando dificuldades de socialização e isso o levava a ter também dificuldades com algumas disciplinas, principalmente aquelas que envolviam trabalhos em grupo.

A partir disso foram realizados o acolhimento do aluno e a observação em sala de aula da turma no qual estava inserido. Durante a observação os relatos trazidos se confirmaram, o aluno isolava-se. Em seu registro acadêmico, a mãe buscou por diversas vezes orientação com o Núcleo Pedagógico, pois os atrasos para chegar às aulas eram frequentes. Os professores relatavam que ele não apresentava dificuldade de aprendizagem, pois em algumas situações possuía notas excelentes, inclusive nas disciplinas mais difíceis. A mãe relatou que o aluno passou a ter esse

comportamento após a entrada na Instituição e também há aproximadamente um ano e meio desenvolveu o vício em jogos.

A partir disso, iniciou-se o processo de avaliação psicológica. Segundo a Cartilha de Avaliação Psicológica do Conselho Federal de Psicologia (2007), a avaliação psicológica é um processo dinâmico que se constitui em fontes de informações de caráter explicativo sobre os fenômenos psicológicos, com a finalidade de subsidiar os trabalhos nos diferentes campos de atuação do psicólogo. Encontraram-se dificuldades em atender ao aluno, pois este não comparecia aos atendimentos. Diante disso, ele foi encaminhado para atendimento na Clínica Escola da Universidade, na qual, da mesma forma, o aluno não comparecia.

Após a análise do Núcleo Pedagógico, chegou-se à conclusão de tal este aluno seria o caso de um “aluno incluído”; assim, foi desenvolvido para ele um Plano de Ações Descentralizadas (PAD), em que somente frequentaria as disciplinas das quais reprovou, e seu atendimento seria realizado durante o horário escolar.

3.6 ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Apesar de o IFSC se tratar de uma escola profissionalizante, grande parte dos alunos do Ensino Médio busca a formação escolar pela maior qualidade de ensino comparado com outras escolas públicas. Dessa forma, ainda existe dúvida quanto à carreira profissional após o término do Ensino Médio.

Diante da demanda de orientação profissional, realizou-se uma palestra para os alunos do Ensino Médio, apresentando a proposta. A partir da palestra houve procura por atendimento de orientação profissional. Os atendimentos iniciaram no mês de maio, eram individuais e divididos de sete a oito encontros, com atividades de autoconhecimento, testes de orientação profissional e focados na escolha profissional.

3.7 GREVE ESCOLAR

Os movimentos de greve escolar fazem com que se pense sobre uma problemática educacional a qual permanece na sociedade há muitos anos. Nesse contexto, surgem reflexões críticas a respeito da trajetória de políticas educacionais.

A greve iniciou no segundo semestre, logo após o retorno às aulas; teve duração de aproximadamente dois meses, o que fez com que se interrompessem as atividades do estágio. Porém, a greve permitiu que se criasse um vínculo ainda maior com a Instituição, pois ela faz parte da educação. Durante a greve havia reuniões semanais e assembleias para discutir os assuntos desta e para acompanhar o movimento, que ocorreu pela busca da valorização salarial e por melhores condições de trabalho. Durante a greve tentaram-se negociações referentes ao reajuste salarial, pois alunos e servidores eram contra as reduções feitas pelo Governo Federal no orçamento da educação.

No IFSC do Município de Chapecó, onde foi realizado o estágio, houve maior apoio dos alunos na greve. Por meio do contato realizado com os alunos percebeu-se que há uma visão de que para melhorar a educação do País é preciso que os professores sejam qualificados, e isso envolve a valorização deles.

Do contrário, alguns alunos, pais e até mesmo servidores não apoiaram o movimento grevista, isso porque a greve influenciaria no calendário acadêmico do Curso, como já previsto. Porém, percebeu-se que a greve provocou uma forma de fortalecimento da escola enquanto grupo, uma forma de combater as desigualdades sociais e acreditar que a educação é vital para a conquista do desenvolvimento econômico do País.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do psicólogo escolar ainda é recente, assim, é importante que inicialmente se busque a conquista pelo seu espaço. O vínculo com professores, pais e alunos é de extrema importância; esse profissio-

nal precisa adquirir a confiança deles e, para isso, posicionar-se com o mediador para a promoção da saúde e do bem-estar daqueles.

Dessa forma, é necessário entender o indivíduo como um ser biopsicossocial que está inserido em um meio de construção de conhecimento, formas de aprendizagem, socialização, integração e respeito, o meio escolar. Lembrar, também, que esse aluno já vem de uma bagagem anterior carregada de outras ideias e culturas diferenciadas que podem influenciar na sua forma de aprendizagem.

Na atualidade há uma busca constante em mudar o formato da educação brasileira, porém, ainda se veem muitos docentes seguindo modelos tecnicistas, os quais se negam a entender o aluno como um ser humano que passa por mudanças constantes. A partir da experiência vivenciada no IFSC, percebe-se que o público-alvo da escola são adolescentes e adultos-jovens. O público com o qual se teve maior contato do Ensino Médio foram adolescentes, que estão em um momento de conflitos internos, pela busca da sua identidade. Assim, necessita-se uma compreensão ainda maior no sentido de auxiliar esses alunos na construção da sua identidade.

É importante ressaltar que as principais dificuldades que a escola enfrenta não são problemas de aprendizagem, mas questões comportamentais de conflitos internos, normais da adolescência, as quais, por vezes, podem ser reflexos de origens familiares e sociais fora da escola. Também podem se originar por uma mudança na vida desses adolescentes, pois não se trata apenas de uma adaptação a uma nova forma de ensino, mas também de convívio e relações sociais. Os alunos do Instituto vêm de outras escolas, onde passaram cerca de oito a nove anos de convivência com outros professores, colegas e amigos de infância, ou seja, tratam-se de laços afetivos bem formados que estão sendo separados por meio de um novo contexto escolar.

Em relação à greve, sabe-se que ela faz parte do contexto escolar, que luta por uma educação melhor. A escola precisa de professores bem pagos, bem capacitados, com um bom preparo, bem valorizados, para que sintam entusiasmo pelo ensino. As escolas precisam também de

colaboradores bem qualificados, comprometidos com o processo, engajados na tarefa de ensinar e aprender. Nosso papel enquanto profissionais da Psicologia não é de julgar se os movimentos grevistas são corretos ou não, porém, sabemos que a não aceitação da greve, muitas vezes, parte do senso comum, em que não há uma aceitação de que o trabalhador da educação tenha que abandonar seu posto em sala de aula para lutar por algo que deveria ser de direito de todos.

Diante disso se conclui que o trabalho da Psicologia Escolar envolve todo o âmbito e o contexto escolar, seja nas lutas pela conquista de uma melhor educação seja pela melhora nas relações entre alunos, professores e escola em geral. Sabe-se que a escola exerce um impacto muito forte no rendimento escolar dos alunos, e este vai muito além das dificuldades da escola. Esse rendimento vem, também, do ambiente familiar, de questões culturais, de vulnerabilidade social, convívio social, acesso a informações, entre outros aspectos. O papel do psicólogo é alertar professores e direção a ficarem atentos a essas questões de extrema importância para o desenvolvimento do indivíduo e, assim, para o bom andamento do processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, E. N. **Plantão Psicológico como modalidade de atendimento em Psicologia Escolar**: limites e possibilidades. Belém. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v14n1/v14n1a08.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha de Avaliação Psicológica**. 2007. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Cartilha-Avalia%C3%A7%C3%A3o-Psicol%C3%B3gica.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2015-2019. **Capítulo 2 Projeto Pedagógico Institucional**. Florianópolis: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, 2014.

PREDIGER, J.; SILVA, R. A. N. **Contribuições à Prática do Psicólogo na Educação Profissional**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000400931>. Acesso em: 25 maio 2015.

RIBEIRO, M. A. **Demandas de Orientação Profissional**: Um estudo Exploratório em Escolas Públicas. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v4n1-2/v4n1-2a12.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2015.

TREINAMENTO INTERVALADO DE ALTA INTENSIDADE APLICADO AO *SPECIAL JUDO FITNESS TEST (SJTF)*

Patrick Zawadzki*
Dirceu Junior Barp**
Fernanda Andressa Marafon de Souza***

Resumo

O treinamento intervalado de alta intensidade (HIIT) oferece benefícios interessantes ao processo de treinamento. Um de seus protocolos, o de Tabata, é um dos formatos conhecidos no qual o tempo total de treinamento é sua principal diferença no processo, principalmente, porque em pouco tempo de treino permite ganhos importantes em anaerobiose e aerobiose. O judô, como esporte, possui a característica de esforços intermitentes, fato que motivou neste estudo se estabelecer como objetivo a aplicação do protocolo Tabata em um formato específico de exercício utilizado no âmbito do judô para avaliar a condição aeróbica e anaeróbica de atletas. O desenho do estudo consistiu em quatro semanas de treinamento, com três sessões semanais, aplicando o *SJTF* em seu formato original como teste e um formato adaptado em dez sessões de treinamento. Participou do estudo a equipe de judô feminina de Chapecó, SC, representante em torneios regionais e nacionais. Após a análise dos resultados, foi possível averiguar um ganho de 12,07% no índice do instrumento, além de um ganho de 24% no número de quedas que as atletas eram capazes de desempenhar. A classificação das participantes, segundo o instrumento, apresentava uma distribuição de 25% como nível baixo, 25% regular e 50% bom; após as dez sessões de treinamento, 50% das participantes apresentavam nível bom e 50% nível excelente. Conclui-se que o proto-

* Doutor em Educação Física, Atividade Física e Esporte pela Universidade de Barcelona; Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; patrick.zawadzki@unoesc.edu.br

** Licenciado em Educação Física, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Membro do Grupo Ciências da Vida em Pesquisa - CViP, da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; dirceu_barp@hotmail.com

*** Licenciada em Educação Física, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Membro do Grupo Ciências da Vida em Pesquisa - CViP, da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; nandinha_judoca@hotmail.com

colo Tabata, no formato do *SJFT*, representa uma importante ferramenta de treinamento, principalmente, para o treinamento específico.

Palavras-chave: Artes marciais. Judô. Educação Física e treinamento. Provas de rendimento. HIIT.

1 INTRODUÇÃO

O Judô é uma modalidade esportiva disseminada no mundo inteiro; é possível reconhecer seu *status* por meio de diferentes manifestações sociais, nas quais se destaca principalmente a forma de espetáculo competitivo (VIEIRA; MARTINS; BEZERRA, 2011). Desde sua introdução no Brasil, com professores como os lutadores japoneses Matsuyo Mada e Soishiro Satake, então representantes da Kodokan, escola de Jigoro Kano, o criador do Judô, obteve ampla disseminação nacional por propor um método de aprendizagem baseado em valores e princípios com o objetivo único de aprimoramento da sociedade (NUNES; RUBIO, 2012).

O objetivo da luta de judô é derrubar o adversário com as costas no chão, ação chamada de *Ippon*, pontuação máxima para ganhar a luta, que também pode ser obtida por meio de golpes de imobilização caso não ocorra a queda perfeita. Trata-se de uma modalidade olímpica na qual os atletas competem em categorias divididas de acordo com o peso corporal e idade; isso ocorre para equilibrar as disputas em termos de peso, força e velocidade (ARTIOLI, 2011).

Essa modalidade competitiva demanda dos atletas alta intensidade na disputa, já que se trata de um esporte com características de esforços intermitentes de alta intensidade, que, por sua vez, resultam em alta demanda fisiológica. O atleta mais preparado possui vantagem teórica justamente porque consegue imprimir maior intensidade à luta, e, também, torna-se capaz de se recuperar de forma mais acelerada às eventuais quedas, empurrões, entradas de golpes, desequilíbrios, combates de força, entre outros. Em meio às principais características de uma boa preparação física ressaltam-se o condicionamento aeróbico e anaeróbico dos atletas (DETANICO; SANTOS, 2012).

A predominância anaeróbica do Judô durante o confronto vê-se no tempo de luta, que tem durabilidade de quatro minutos para a modalidade feminina, com possibilidade de *golden score* (tempo extra sem limites) quando a luta termina empatada no tempo regulamentar, a qual se define quando um atleta marca o primeiro ponto. Assim, a intensidade exigida pode ser mais alta que na fase anterior. Normalmente, os atletas de Judô competem durante um macrociclo de treinamento em sete a oito competições regionais ou internacionais, razão que demonstra a necessidade de um bom planejamento do treinamento incluindo avaliações periódicas (CONCEIÇÃO; SILVA, 2007).

Por outro lado, durante uma única competição os atletas podem fazer várias lutas no mesmo dia com pequenos tempos de intervalo, que duram em média vinte minutos. Isso acarreta desgaste acumulado a cada luta, pois o tempo de recuperação e preparação para a próxima fase do campeonato pode não ser suficiente. Por isso, três situações são ressaltadas nas quais a capacidade aeróbica é importante para atletas de Judô: nos momentos finais do combate; quando um número grande de combates é realizado no mesmo dia; e durante o processo de recuperação entre as lutas (FRANCHINI et al., 2015). Essas situações levam à afirmação de que a avaliação do condicionamento físico constitui uma das principais fases do processo de treinamento para um judoca, porque permite melhor adequação das cargas de trabalho a serem utilizadas durante os treinamentos com objetivo às competições (SILVA; SOUZA; BEZERRA, 2008; VIVEIROS, 2011).

Na avaliação das modalidades intermitentes, fatores típicos na obtenção das relações com o condicionamento físico das atletas são determinados por meio de variáveis como frequência cardíaca, perfis bioquímicos e índices de força e potência (CONCEIÇÃO; SILVA, 2007; FRANCHINI et al., 2001).

Um teste específico torna possível registrar o condicionamento dos atletas no Judô, porque visa entender as suas condições iniciais e a distância do estado ideal para competições, é o caso do *SJFT* (FRANCHINI; VECCHIO; STERKOWICZ, 2009). Este permite descrever em

apenas um índice a condição física, já que avalia a potência anaeróbia por intermédio da quantidade máxima de quedas realizada e a capacidade aeróbia mediante a recuperação da frequência cardíaca, medida ao final do teste e após um minuto de intervalo (FRANCHINI et al., 2011).

Com ampla utilização no meio competitivo, o *SJFT* mostrou confiabilidade com baixo erro de medição na aplicabilidade para monitoramento do treinamento, mesmo no alto nível; e, ainda, o teste foi capaz de identificar diferenças entre judocas de diferentes níveis de aptidão, ao mesmo tempo que demonstrou altas correlações com testes laboratoriais (DRID; TRIVIC; TABAKOV, 2013).

Dentro do campo da ciência do treinamento, métodos e protocolos para o treinamento de modalidades intermitentes têm sido criados, atualmente algumas são conhecidas como *High Intensity Interval Training (HIIT)*, em português, Treinamento Intervalado de Alta Intensidade, cujo trabalho objetiva a máxima intensidade possível que um atleta pode executar e que manipula variáveis como duração, cargas, tempo de recuperação, número de repetições e tipos de exercícios para conseguir a fadiga da maneira mais rápida possível (DRIVER, 2013).

Um protocolo em especial é usado mundialmente, conhecido como Tabata, desenvolvido em 1996 por um pesquisador japonês chamado Izumi Tabata, que logrou observar ganhos anaeróbicos importantes na equipe de patinação de velocidade olímpica do seu país e, em conjunto com sua equipe, concluiu que quatro minutos de exercícios em alta intensidade equivalem a uma hora de exercícios aeróbicos, com isso, concluíram que a intensidade dos exercícios é tão importante quanto o tempo de duração (TAYLOR, 2015).

Em virtude da popularidade atual do treinamento de alta intensidade e da necessidade de ampliar o conhecimento sobre o treinamento específico de modalidade intermitentes, neste estudo se estabeleceu como objetivo aplicar o protocolo Tabata no formato do *SJFT* na equipe feminina de Judô de Chapecó, SC.

2 MÉTODO

2.1 PARTICIPANTES

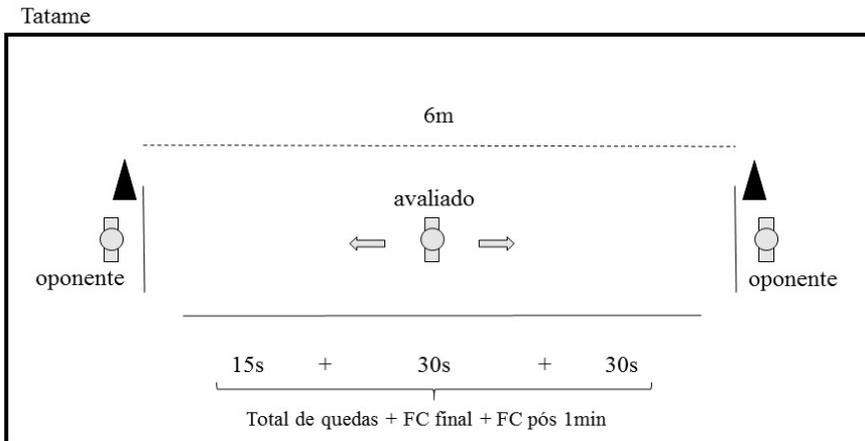
Participaram da amostra a equipe de Judô feminina de competição do Município de Chapecó, SC, representante em jogos regionais e nacionais. Na data da primeira avaliação o grupo apresentou idade média de 16,32 anos ($dp=3,44$), peso corporal médio de 53 kg ($dp=4,76$), estatura média de 158,25 cm ($dp=2,06$), pertencentes à categoria de peso de até 48 kg ($n=2$), até 52 kg ($n=1$) e até 57 kg ($n=1$) e com nível de graduação de faixa marrom ($n=3$) e faixa verde ($n=1$). Além disso, três participantes relataram treinar por semana o total de 18,5 h, durante seis dias da semana, destinando seis sessões de treino de tatame e duas sessões de treino para o condicionamento físico específico. Uma das participantes relatou que somente realizava cinco treinos físicos por semana, porque se encontrava em reabilitação de lesão de tecidos conjuntivos, e relatou que seria capaz de realizar o protocolo sem interferência da lesão. Todos os participantes assinaram o Termo de Comprometimento Livre e Esclarecido.

2.2 INSTRUMENTOS

Uma sala de luta equipada com Tatame de borracha EVA com 40 mm de espessura foi utilizada para as avaliações e para o treinamento. Cada atleta utilizou o seu próprio *Judogui*, roupa de treinamento diário, na realização do estudo. Três frequencímetros modelo F1-90440 (Polar Electro Oy, Finland) foram utilizados durante todos os protocolos. Para a demarcação da área do estudo foi utilizada uma trena métrica (Brasfort, Brasil) para medir as distâncias a serem percorridas; fita crepe de 25mm x 50m foi usada para demarcação, além de apito comum e uma câmera modelo *Steady Shot* DSC-W620, 14.1 MP (Sony, Japão) com tripé modelo TR-157 (DigiPod, China).

2.3 PROCEDIMENTOS

O desenho do estudo consistiu em aplicar o protocolo Tabata, de treinamento intervalado, no formato do *SJFT* (Esquema 1). Para tanto, foram realizadas 12 sessões, duas de avaliação (pré e pós-teste) e dez sessões de treinamento. Nas sessões de avaliação o protocolo original (FRANCHINI et al., 1998) foi seguido sem alterações, que consiste em um exercício de projeção múltipla com dois oponentes dispostos a uma distância de 6 m um do outro, dividido em três períodos de 15s, 30s e 30s de duração com intervalo de 10s. O objetivo do teste é avaliar a maior quantidade possível de arremessos de oponentes que o avaliado é capaz de executar por meio da técnica *Ipon-seoi-nage*. Imediatamente, e um minuto após o final do teste, é verificada a frequência cardíaca (FC) em batimentos por minuto do judoca avaliado (DETANICO; SANTOS, 2012). Nas dez sessões de treinamento foi utilizado o mesmo exercício, entretanto, ao invés de aplicar os três períodos propostos pelo teste, foram aplicados oito períodos de 20s na máxima intensidade possível com 10s de intervalo entre cada série (protocolo Tabata) (DRIVER, 2013; TAYLOR, 2015), somando no total quatro minutos de treinamento. As dez sessões de treinamento foram realizadas três vezes por semana e o tempo total do estudo foi de quatro semanas. Em cada sessão, as atletas realizaram sua rotina de aquecimento diária de tatame, antes da aplicação dos protocolos, e depois seguiram com sua rotina normal de treinamento.

Esquema 1 – Formato do exercício do *SJFT* utilizado para as avaliações e treinamento

Fonte: os autores.

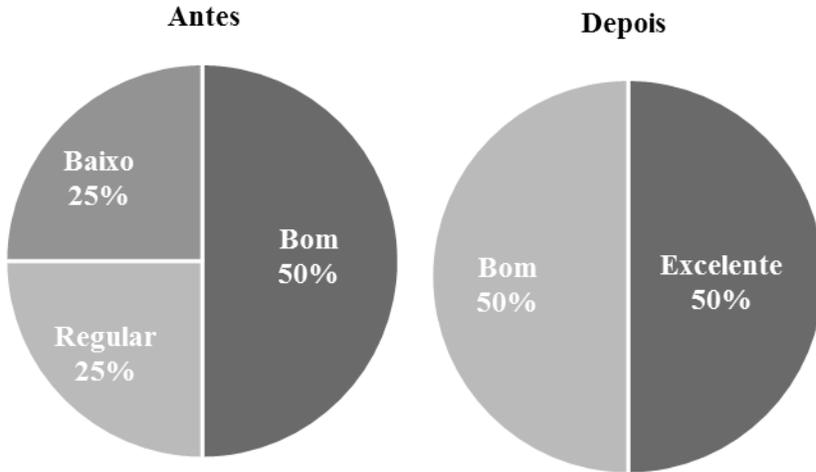
3 ANÁLISE DE DADOS

O instrumento utilizado (*SJFT*) transforma os valores de frequência cardíaca e de total de quedas em um único índice (DRID; TRIVIC; TABAKOV, 2013) e logo propõe uma tabela de classificação (FRANCHINI et al., 1998). Neste estudo foi adotado o mesmo protocolo e também considerado como variáveis dependentes os valores que compõem o índice do *SJFT* (FRANCHINI et al., 2011). Para entender o índice, quanto melhor o desempenho no teste, menor o valor do índice. O desempenho no teste pode ser melhorado por meio do aumento do número de arremessos durante os períodos, o que representa melhora da velocidade, capacidade anaeróbia e/ou eficiência na execução do golpe; menor FC ao final do teste, o que representa melhor eficiência cardiovascular para um mesmo esforço (igual número de arremessos); menor FC um minuto após o teste, ou seja, melhor recuperação, o que representa melhoria da capacidade aeróbia. O índice é calculado por meio da soma da FC final e após um min, em batimento por minuto, dividido pelo total de quedas obtidas. Para atender aos objetivos, foi utilizada a estatística descritiva

seguida pela aplicação de Teste-T de Student para amostras pareadas. O nível de significação adotado foi de 0,05.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

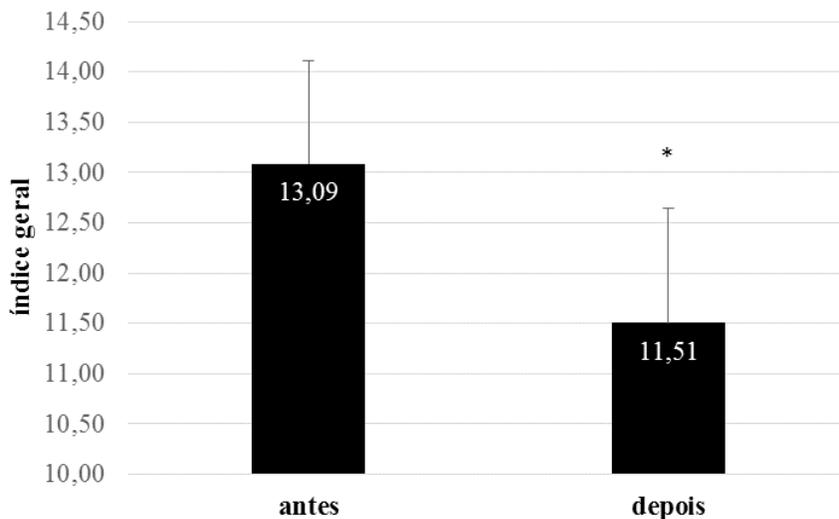
A classificação obtida a partir do índice proposto pelo *SJFT*, antes e depois do treinamento intervalado, está representada no Gráfico 1. Todos os resultados apresentam a análise do grupo. A escala de classificação conta com cinco níveis ordinais, de Muito Baixo ao nível Baixo, Regular, Bom e Excelente, respectivamente. Os resultados mostram que as atletas, antes do treinamento, apresentavam a distribuição entre os níveis intermediários, inclusive uma das atletas apresentava nível considerado não competitivo. Na avaliação depois do treinamento ficou evidente a melhora na execução do *SJFT*, pois todas as participantes subiram para os dois últimos níveis de classificação, duas delas na maior classificação possível. É importante ressaltar que a classificação do *SJFT* foi elaborada a partir de dados de judocas com nível internacional, muitos deles participantes de olimpíadas e ainda do sexo masculino (DRID; TRIVIC; TABAKOV, 2013).

Gráfico 1 – Classificação do *SJFT* antes e depois das 10 sessões de treinamento intervalado de alta intensidade

Fonte: os autores.

A média e o desvio apresentados pelo índice do *SJFT* podem ser observados no Gráfico 2. Foi encontrada uma diferença significativa ($p=0,04$) após a aplicação do treinamento intervalado, que significa uma melhora aproximada de 12,07% em 10 sessões de treinamento. Conhecer métodos e técnicas de fácil aplicação na avaliação e no desempenho esportivo serve não somente para atingir a melhora dos atletas em treinamento, mas também serve como uma forma de detecção do talento (MASSA et al., 2010), já que a especificidade do teste na competição real é alta. As próprias participantes, em cunho de validação social, relataram que a sensação ao terminar de realizar o *SJFT* ou o protocolo Tabata é muito parecida com aquela experimentada em competições oficiais de Judô. Se considerarmos o índice médio da equipe para avaliar a classificação do teste, poderíamos afirmar que antes do estudo a equipe apresentava um índice de rendimento Regular, e após o estudo o índice passou a Excelente.

Gráfico 2 – Diferença entre as médias do índice *SJFT* do grupo antes e depois da aplicação do HIIT



Fonte: os autores.

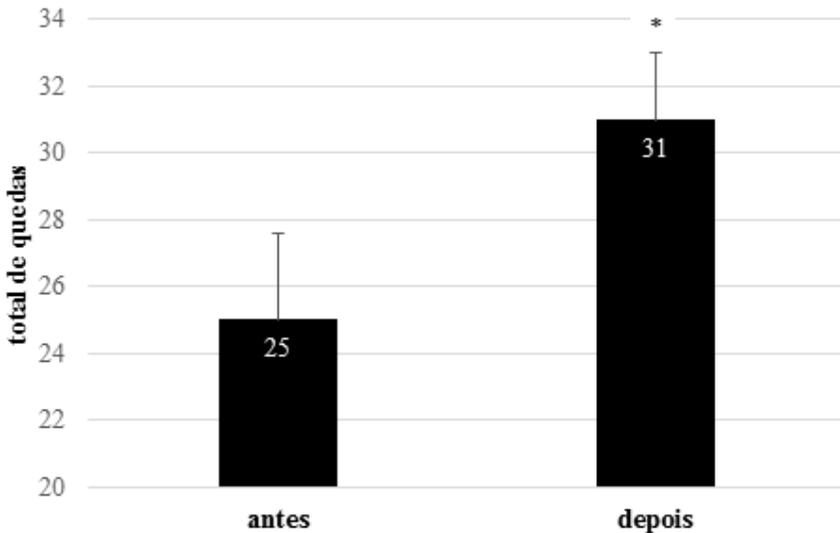
Nota: * $p < 0,05$.

Analisando as variáveis que compunham o índice do *SJFT* foi possível encontrar diferenças significativas ($p=0,01$), a respeito de um incremento na capacidade de arremessar os oponentes, por meio do número de quedas registradas. Este resultado mostra uma adaptação anaeróbica das atletas, que pode estar relacionada com adaptações na função pulmonar, como propõe Radovanovic et al. (2011), os quais afirmam que uma diminuição dessa função após esforços máximos resulta em melhor recuperação após ataques consecutivos, o que, por sua vez, cria melhores condições funcionais para alcançar melhores resultados em competições.

Durante o processo de treinamento, uma avaliação específica que permita ao treinador estabelecer corretamente a modulação do treinamento para atingir o máximo rendimento possível é fundamental no trabalho profissional. Por um lado, protocolos que garantam validade e fidedignidades somente são atingidos em laboratório em razão da grande quantidade de reações espúrias que podem surgir de variáveis não controladas. Por outro lado, os testes, apesar de válidos, não refletem a realidade da com-

petição, já que ela mesma depende do nível do combate em cada fase do campeonato, fato que torna avaliações, como a de concentração de lactato, pouco aplicáveis nas competições (LASKOWSKI et al., 2013).

Gráfico 3 – Média e desvio padrão do número de quedas antes e após a protocolo Tabata

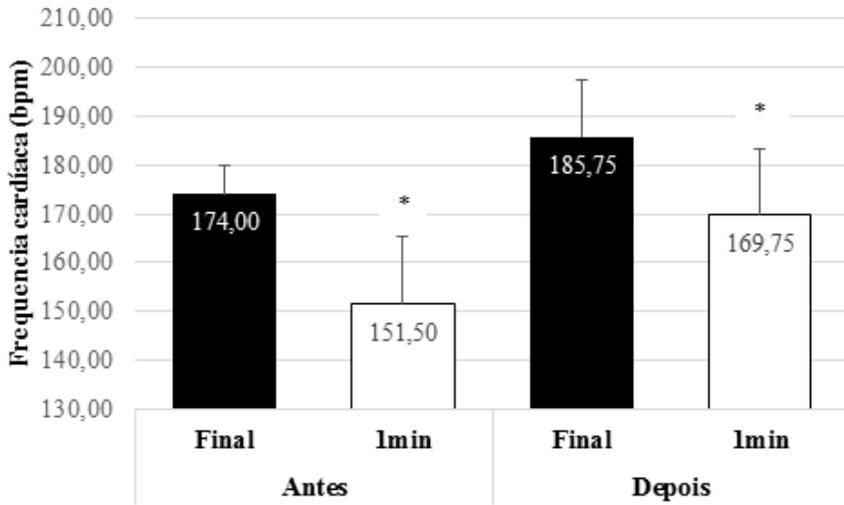


Fonte: os autores.

Nota: * $p < 0,05$.

O Gráfico 4 mostra o débito cardíaco gerado ao final do esforço e a recuperação após um minuto de intervalo. A média encontrada nas participantes depois do treinamento para a FC foi maior, tanto no final do teste quanto quando terminado o minuto de intervalo. Além disso, a recuperação após esse intervalo foi significativa ($p = 0,01$). A exigência de incremento, gerado nos seis arremessos a mais, mostrou um incremento aproximado de 11 bpm. Antes do treinamento, as participantes recuperavam 23 bpm em um minuto, aproximadamente, enquanto depois do treinamento, em uma intensidade 6%, a recuperação foi de 16 bpm.

Gráfico 4 – Frequência cardíaca ao final do teste e após um minuto de intervalo antes e depois da aplicação do Tabata

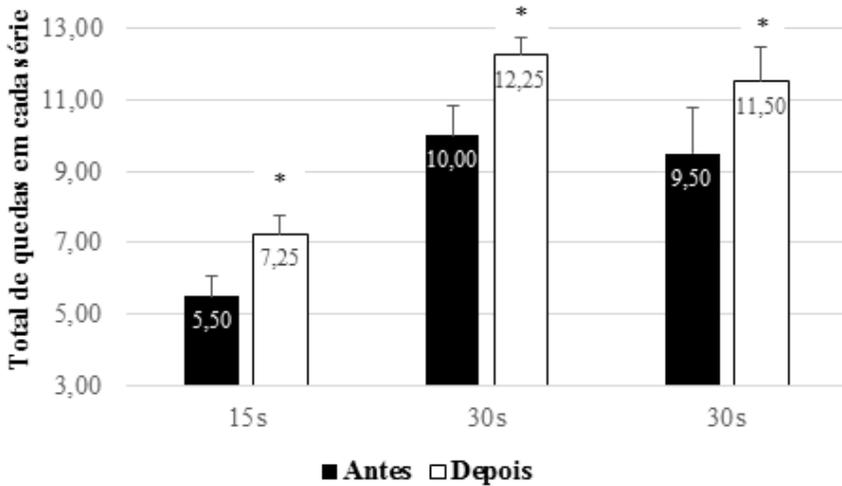


Fonte: os autores.

Nota: * $p < 0,05$.

O treinamento específico do Judô contribui para o desenvolvimento das capacidades aeróbica e anaeróbica do corpo humano, entretanto, quanto antes os atletas conseguirem iniciar as transformações metabólicas das vias de energia anaeróbica, mais preparados estarão para as competições, já que o curso de uma luta de Judô pode ser afetado em decorrência da limitação física gerada pela fadiga (PAŁKA et al., 2013).

Outro resultado encontrado para o grupo foi a respeito da evolução da quantidade de arremessos durante a *SJFT*. Em cada período observou-se um ganho significativo, no 15s ($p=0,002$), nos primeiros 30s ($p=0,009$) e nos últimos 30s ($p=0,03$). A evolução foi observada com uma média de dois arremessos em cada período, fato que mostra um incremento uniforme fruto da intervenção.

Gráfico 5 – Diferenças na quantidade de arremessos em cada período do *SJFT*

Fonte: os autores.

Nota: * $p < 0,05$.

O treinamento específico demonstrou-se eficaz na melhora das variáveis analisadas pelo *SJFT*, o que lhe firma como um indicador no estudo dos limiares metabólicos específicos no Judô (RODRÍGUEZ, 2007). E, ainda, a modo de validação social, as participantes relataram que a sensação experimentada durante a realização dos treinamentos é muito próxima daquela vivida na competição oficial, e que durante o treinamento notavam melhoras tanto físicas quanto técnicas. Fato que reforça a necessidade de estudos voltados para a especificidade do treinamento em qualquer modalidade esportiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se o método proposto eficiente para a aplicação no Judô. Em somente dez sessões de treinamento foi possível conseguir incrementos de rendimento, tanto no índice do *SJFT* quanto nas variáveis que lhe compõem. Além disso, a especificidade do teste mostrou-se eficiente mediante a validação social das atletas, o que reforça a ideia de

aplicação do protocolo de treinamento intervalado de alta intensidade dentro de periodizações para a competição.

REFERÊNCIAS

ARTIOLI, G. G. et al. Tempo de recuperação entre a pesagem e o início das lutas em competições de judô do Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 371-76, jul./set. 2011.

CONCEIÇÃO, R. R.; SILVA, J. M. F. de L. Estudo comparativo do número de arremessos e variações da frequência cardíaca em lutadores de jiu-jitsu de diferentes graduações de faixa. **Efdeportes**, Buenos Aires, v. 12, n. 109, jun. 2007.

DETANICO, D.; SANTOS, S. G. Avaliação específica no judô: uma revisão de métodos. **Revista Brasileira Cineantropometria e Desempenho Humano**, v. 14, n. 6, p. 738-748, 2012.

DRID, P.; TRIVIC, T.; TABAKOV, S. Especial Judo Fitness Test – A Review. **Serbian Journal of Sports Sciences**, v. 4, i. 6, p. 117-125, 2012.

DRIVER, J. **HIIT**: High intensity interval training explained [Kindle DX version]. 2013. Disponível em: <Amazon.com>. Acesso em: 28 ago. 2015.

FRANCHINI, E. et al. Energy system contributions to the special judo fitness test. **International Journal of Sports Physiology and Performance**, i. 6, p. 334-343, 2011.

FRANCHINI, E. et al. Estudo de caso das mudanças fisiológicas e de desempenho de judocas do sexo feminino em preparação para os Jogos Pan-Americanos. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, DF, v. 9, n. 2, p. 21-27, abr. 2001.

FRANCHINI, E. et al. Specific fitness test developed in Brazilian Judoists. **Biology of Sport**, v. 5, i. 3, p. 165-170, 1998.

FRANCHINI, E. et al. Specificity of performance adaptations to a periodized judo training program. **Revista Andaluza de Medicina do Esporte**, v. 8, i. 2, p. 67-72, 2015.

FRANCHINI, E.; VECCHIO, F. B.; STERKOWICZ, S. A special judo fitness test classificatory table. **Archives of Budo**, v. 5, i. 1, p. 127-129, 2009.

LASKOWSKI, R. et al. Lactate concentration during one-day male judo competition: a case study. **Arquives of Budo**, v. 8, i. 1, p. 51-57, 2013.

MASSA, M. et al. Desempenho esportivo no judô olímpico brasileiro: o talento é precoce? **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 18, n. 1, p. 5-10. 2010.

NUNES, A. V.; RUBIO, K. As origens do judô brasileiro: a árvore genealógica dos medalhistas olímpicos. **Revista Brasileira Educação Física Esporte**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 667-678, out./dez. 2012.

PAŁKA, T. et al. Differences in the level of anaerobic and aerobic components of physical capacity in judoists at different age. **Arquives of Budo**, v. 9, i. 3, p. 195-203, 2013.

RADOVANOVIC, D. et al. Recovery of dynamic lung function in elite judoists after short-term high intensity exercise. **Arquives of Budo**, v. 7, i. 1, p. 21-26, 2011.

RODRÍGUEZ, L. S. et al. ¿Por qué es importante conocer la zona de transición aeróbica anaeróbica en el judo de competición? **Efdeportes**, Buenos Aires, v. 104, n. 11, 2007.

SILVA, V. S.; SOUZA I.; BEZERRA E. D. Avaliação de atletas de judô com a utilização do Special Judô Fitness Test (SJFT). **Efdeportes**, Buenos Aires, v. 13, n. 121, jun. 2008.

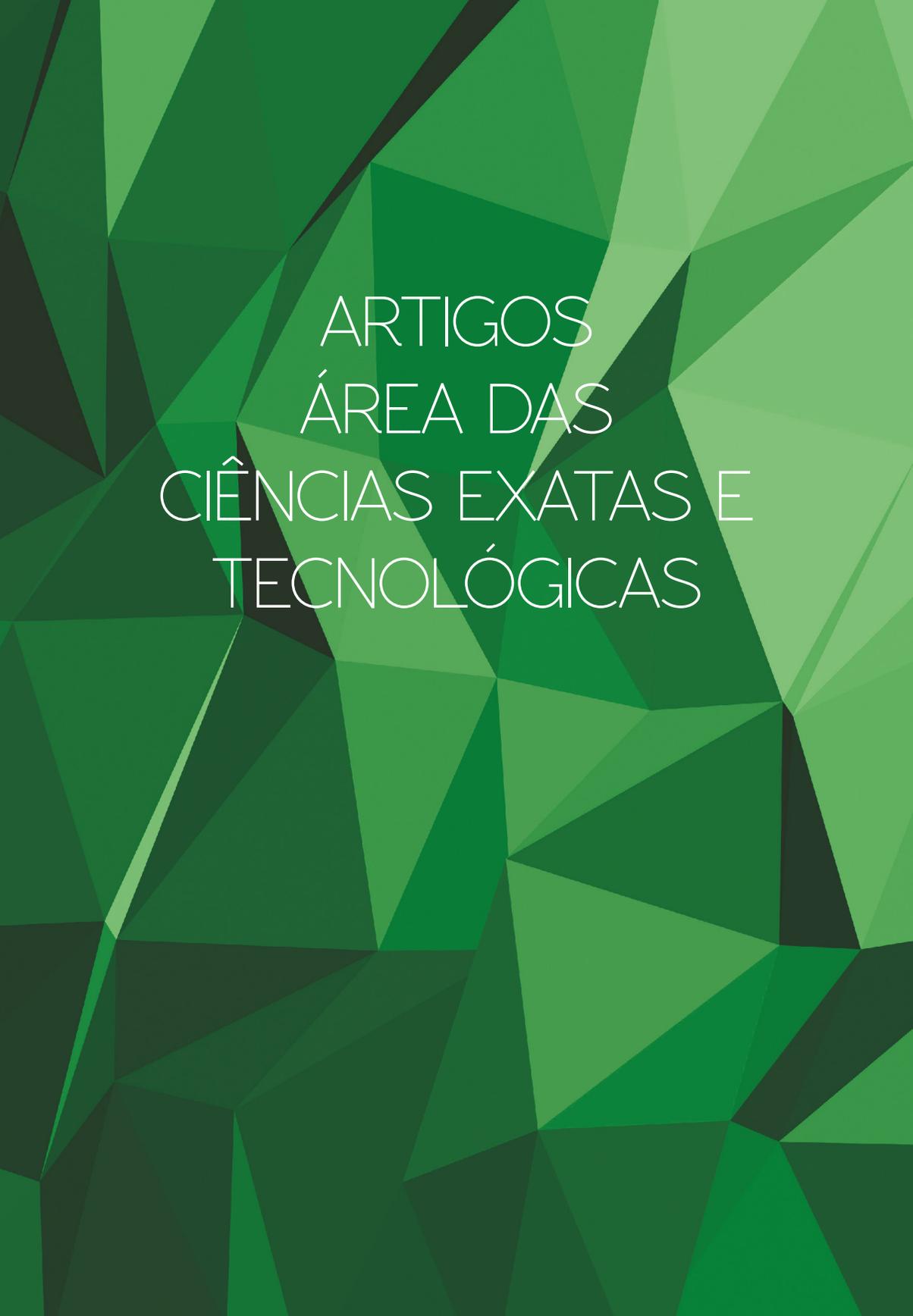
TAYLOR, J. **HIIT**: The basics and beyond of the world's most effective training. [Kindle DX version]. Disponível em: <Amazon.com>. Acesso em: 28 ago. 2015.

VIEIRA, L. C.; MARTINS, S. T. C.; BEZERRA, E. S. Análise comparativa da capacidade anaeróbica em judocas federados sub 15 e 17. **EFDeportes**, Buenos Aires, v. 16. n. 156, maio 2011.

VIVEIROS, L. et al. Monitoramento do Treinamento no Judô: Comparação entre a intensidade da carga planejada pelo técnico e a intensidade percebida pelo atleta. **Revista Brasileira Medicina do Esporte**, v. 17, n. 4, jul./ago. 2011.

Agradecimentos

Valorizamos o inestimável apoio conferido pela Universidade do Oeste de Santa Catarina ao permitir que este estudo fosse realizado, por meio da concessão de uma bolsa de iniciação científica (Edital N.16/Unoesc-R/2015). Com grande admiração gostaríamos de agradecer à abertura e interesse na realização do estudo da Prefeitura Municipal de Chapecó, SC, principalmente mediante as contribuições do treinador da equipe feminina Sensei Adenildo João da Silva Alves.



ARTIGOS
ÁREA DAS
CIÊNCIAS EXATAS E
TECNOLÓGICAS

AVALIAÇÃO DA USABILIDADE DE INTERFACES DE SISTEMAS DE AUTOATENDIMENTO BANCÁRIO

Franciele Marine Mueller do Amaral*
Jean Carlos Hennrichs**

Resumo

Atualmente, a quantidade de informações que as pessoas recebem e compartilham todos os dias aumentou consideravelmente. Avaliar como as pessoas assimilam essas informações e como as interfaces computacionais auxiliam nesse processo de comunicação é de suma importância para os desenvolvedores de *software*. Os bancos são exemplos de entidades que evoluíram seus processos ao ponto de disponibilizarem expressiva parte de seus serviços por meio de caixas eletrônicos. O objetivo nesta pesquisa foi avaliar a interface de terminais de autoatendimento (*ATM*) de três instituições bancárias, por intermédio das heurísticas propostas por Jacob Nielsen. Por meio de uma pesquisa de campo qualitativa, com dois grupos distintos de usuários, foram coletados dados da interação destes com as interfaces das operações bancárias de saque, extrato e depósito de três unidades bancárias. Após compilação e relacionamento dos dados perceberam-se algumas particularidades de cada grupo pesquisado. Constatou-se que diversos fatores influenciam no uso dos terminais, ou até mesmo na não utilização destes, e que as operações consideradas mais difíceis e mais fáceis variam de acordo com o público e a interface bancária avaliada. Relataram-se, ainda, as principais vantagens, desvantagens e receios que os participantes tiveram ao utilizarem os equipamentos. Concluiu-se que o público que possuiu maior dificuldade em interagir com o sistema de autoatendimento bancário é o grupo adulto/idoso, dessa forma, percebe-se a necessidade de os bancos dispensarem uma atenção maior a esses usuários, podendo, inclusive, desenvolver

* Graduado em Sistemas de Informação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; franci.marine@hotmail.com

** Especialista em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina; MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas; Professor na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; jean.hennrichs@unoesc.edu.br

uma interface diferente, mais intuitiva e interativa, respeitando as necessidades físicas e cognitivas desse público.

Palavras-chave: Interface. Usabilidade. Heurísticas de Nielsen.

1 INTRODUÇÃO

A partir do surgimento da microinformática no final da década de 1970 e da explosão de uso da Internet em meados de 1996, houve uma popularização do uso da informática e um aumento significativo das automações em atividades consideradas repetitivas. Essa automação atingiu as mais diversas áreas do conhecimento humano. Todavia, evidenciou-se e tornou-se mais visível nas indústrias e nos bancos. Em meio a essa “enxurrada” de tecnologias, fica evidente que muitas pessoas não estão preparadas para interagir com os recentes avanços tecnológicos oferecidos. O elemento tecnológico que propicia facilidade no processo de aprendizagem de uso da Tecnologia da Informação (TI), é a interface. Uma interface elaborada de forma a ser compreensível, intuitiva e de fácil uso propicia uma experiência agradável e produtiva para o usuário da tecnologia.

No entanto, em agências bancárias, frequentemente, encontram-se pessoas que possuem dificuldades em interagir com um terminal de autoatendimento para a realização de tarefas como saque, depósito, transferências, pagamentos, entre outros serviços que esses dispositivos oferecem, evidenciando-se, assim, possíveis problemas na interação homem-máquina por meio da interface (COSTA FILHO; PIRES, 2001).

Diante do exposto, definiu-se como objetivo geral deste estudo analisar as interações que o usuário realiza em Sistemas de Autoatendimento Bancário (*ATM – Automated Teller Machine*), nas operações de saque, depósito e extrato. A análise das interfaces dos *ATMs* e a confecção das métricas de entrevista tiveram como base as heurísticas de Nielsen e foram realizadas no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal e no Sicredi Alto Uruguai, da Cidade de Palmitos, SC. A opção por essas instituições bancárias ocorreu em razão do fluxo de pessoas observado nelas. O público-alvo desta pesquisa foi classificado como: idosos/adultos (acima de 31

anos) e jovens (idade entre 20 e 30 anos). Para atingir esse objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram elencados: analisar as interfaces das agências bancárias propostas, nas três operações bancárias definidas; identificar os grupos de usuários que mais possuem dificuldades no uso dos terminais de autoatendimento; elicitare as vantagens, desvantagens e receios dos usuários; e descrever quais as operações oferecidas pelo *ATM* que geram maior dificuldade para os usuários.

A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo qualitativa e exploratório-descritiva, por meio de entrevistas realizadas com usuários dos três bancos mencionados. A pesquisa caracteriza-se também como um estudo de caso, uma vez que é específica apenas às três operações bancárias, dos três bancos escolhidos, não podendo as conclusões aqui expressas serem definidas como universais e únicas.

Na seção 2 abordam-se as temáticas que versam sobre interface, interação, usabilidade, avaliação heurística e as heurísticas de Nielsen. Em seguida, descreve-se a metodologia adotada nesta pesquisa e a análise dos resultados obtidos. Finalmente, apresentam-se as conclusões e as sugestões para estudos futuros.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

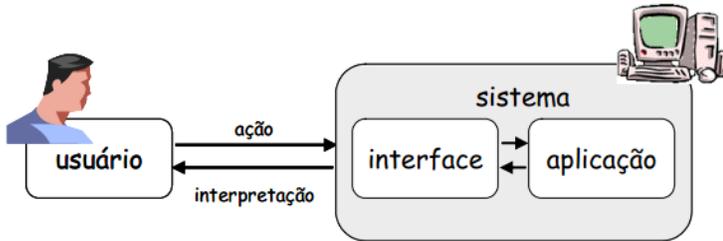
Ferreira (1994, p. 9) afirma que “[...] informação é a base da interação humana.” A informação está cada vez mais presente no dia a dia das pessoas. Dessa forma, pode-se observar que a informática trouxe várias possibilidades de interação e disseminação da informação. Porém, pode-se observar que uma grande parcela da população não tem acesso às tecnologias computacionais e quando necessitam, por exemplo, fazer uso de um *ATM*, veem-se incapazes de operar o sistema por receio de fazer algo errado.

2.1 INTERFACE HUMANO-COMPUTADOR (IHC)

Em relação ao *design* socialmente responsável, Martins, Baraúskas e Honung (2008, p. 94) afirmam que: “[...] em vez de pensar o

design de aplicações e contextos de uso de novos artefatos como substituições aos antigos, entendemos que diferentes usos e experiências são possibilitadas via uma combinação de tecnologias especializadas.”

Esquema 1 – O processo de interação humano-computador



Fonte: Prates e Barbosa (2011).

A área de IHC estuda esse processo descrito por Martins, Baranauskas e Honung, principalmente do ponto de vista do usuário, ou seja, as ações que ele realiza usando a interface de um sistema e suas interpretações das respostas transmitidas pelo sistema por meio da interface (Esquema 1).

Nesse processo de interação, Prates e Barbosa (2011) descrevem que “A interface engloba tanto software quanto hardware [...] as interfaces mais comuns envolvem elementos visuais e sonoros, com entrada de dados via teclado e mouse. Outros tipos de interfaces, como interface via voz e entrada de dados através de canetas e dedos estão se tornando frequentes.”

Dessa forma, a interface pode ser vista como o sistema de comunicação nesse processo de comunicação entre o usuário e o sistema.

2.2 USABILIDADE

De acordo com Cybis (2003, p. 3), “A usabilidade é uma qualidade de uso.” Ela também se refere a métodos que são utilizados para aumentar a facilidade de utilização durante o processo de interação com a interface.

Interfaces com baixa qualidade de uso trazem diversos problemas, entre os quais se citam: requerem treinamento excessivo, desmotivam a exploração, confundem os usuários, induzem os usuários ao erro, geram insatisfação, diminuem a produtividade e não trazem o retorno de investimento previsto (PRATES; BARBOSA, 2003).

Para que um sistema possua qualidade e seja usual, deve possuir alguns critérios de usabilidade, que são apresentados na Quadro 1.

Quadro 1 – Critérios de usabilidade

Critérios de usabilidade	Formas de aferição
Facilidade de uso	Mensurar a velocidade e a quantidade de erros durante a execução de determinada tarefa, que caso ocorram, devem ser facilmente recuperados (PREECE et al., 1994; NIELSEN, 1993) (ISO 9241-11, 1998).
Facilidade de aprendizado	Mensurar o tempo e o esforço necessário para que os usuários tenham um determinado padrão de desempenho (PREECE et al., 1994; NIELSEN, 1993).
Satisfação do usuário	Avaliar se o usuário gosta do sistema e sente prazer em trabalhar com ele (PREECE et al., 1994; NIELSEN, 1993) (ISO 9241-11, 1998).
Produtividade	Mensurar o ganho de produtividade ao aprender a utilizar o sistema proposto (NIELSEN, 1993) (ISO 9241-11, 1998).
Flexibilidade	Avaliar o nível de customização e personalização da interface pelo usuário (PREECE et al., 1994).
Memorabilidade	Avaliar o nível de treinamento necessário para reciclar usuários eventuais do sistema (NIELSEN, 1993).

Fonte: Nogueira (2010 apud MACIEL et al., 2004).

Na busca da qualidade de uso de sistemas computacionais, com a detecção de possíveis e eventuais erros de usabilidade, faz-se necessária a aplicação de métodos de avaliação de usabilidade, os quais devem ser realizados tanto no início do desenvolvimento do sistema quanto durante e na fase final.

2.3 AVALIAÇÃO HEURÍSTICA

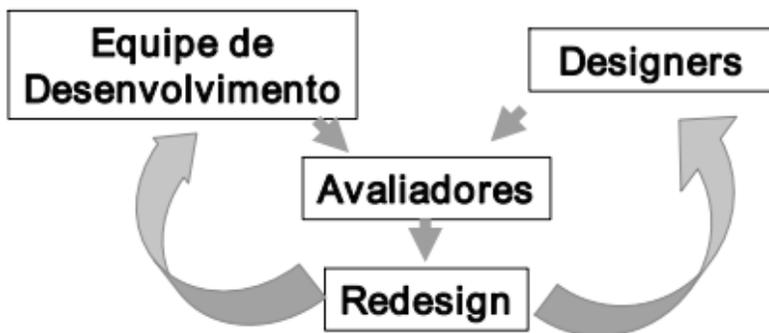
Para avaliar a qualidade de sistemas computacionais há vários métodos, entre os quais os autores Rocha e Baranauskas (2003) destacam

a Avaliação Heurística em que “[...] é feita a inspeção da interface tendo como base uma pequena lista de heurísticas de usabilidade.”

A Avaliação Heurística é um método em que os problemas de usabilidade são detectados por meio da inspeção em profundidade da interface. Essa inspeção é realizada por um avaliador, o elemento fundamental desse método. Além de possuir experiência e conhecimento em usabilidade, esse indivíduo é responsável por encontrar os problemas que “ferem” os princípios de usabilidade estabelecidos como parâmetros de avaliação (CHAN; ROCHA, 1996).

Desse modo, a Avaliação Heurística é fundamental no processo de desenvolvimento do *software*, que pode ser desenvolvido, segundo Furgeri (2005, p. 11) com “[...] especialistas em usabilidade, consultores de desenvolvimentos de software e juntamente com os usuários finais.” Esse processo pode ser observado no Esquema 2.

Esquema 2 – Pessoas que realizam a avaliação



Fonte: Furgeri (2005).

A avaliação ocorre, segundo Furgeri (2005, p. 24), da seguinte forma: “Provendo cenários típicos de uso, listando os vários passos que um usuário deveria efetuar para realizar um conjunto de tarefas reais e análise individual ou com o usuário.”

“Para cada problema encontrado, ou seja, para cada heurística violada, deve-se definir ainda a localização do problema, ou seja, onde ele ocorre na interface, e sua gravidade.” (PRATES; BARBOSA, 2003).

Referente aos resultados alcançados com essa forma de avaliação, Furgeri (2005, p. 28) ressalta que: “Os resultados podem contribuir para se levantar aspectos positivos do design. Aspectos positivos são todas as características importantes da interface que de forma alguma deveriam ser alteradas ou eliminadas em um redesign.”

O Quadro 2 apresenta as Heurísticas propostas por Jakob Nielsen, as quais são o foco nesta pesquisa:

Quadro 2 – Heurísticas propostas por Jakob Nielsen

Heurísticas	Descrição
Status do sistema	O usuário deve ser informado pelo sistema em tempo razoável sobre o que está acontecendo
Compatibilidade do Sistema com o mundo real	O modelo lógico do sistema deve ser compatível com o modelo lógico do usuário
Controle do usuário e liberdade	O sistema deve tornar disponíveis funções que possibilitem saídas de funções indesejadas
Consistência e padrões	O sistema deve ser consistente quanto à utilização de sua simbologia e à sua plataforma de hardware e software
Prevenção de erros	O sistema deve ter um design que se preocupe com as possibilidades de erro
Reconhecimento ao invés de lembrança	As instruções para o bom funcionamento do sistema devem estar visíveis no contexto em que o usuário se encontra
Flexibilidade e eficiência de uso	O sistema deve prever o nível de proficiência do usuário em relação ao próprio sistema
Estética e design minimalista	Os diálogos do sistema devem conter somente informações relevantes ao funcionamento
Ajuda aos usuários no reconhecimento diagnóstico e correção de erros	As mensagens devem ser expressas em linguagem clara, indicando as possíveis soluções
Ajuda e documentação	A informação desejada deve ser facilmente encontrada, de preferência deve ser contextualizada ou não muito extensa

Fonte: Nielsen (1994, p. 30 apud MACIEL, 2004).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo objetivou-se avaliar, por meio da ótica proposta pelas heurísticas de Nielsen, as interações entre usuário e terminais de autoatendimento bancário, de três operações bancárias (saque, depósito e extrato), de três bancos da Cidade de Palmitos, SC. Dessa forma, nes-

ta pesquisa classificada como qualitativa, buscou-se coletar aspectos do foco do estudo por intermédio de uma pesquisa de campo realizada diretamente no ambiente de estudo, ou seja, dentro da agência bancária em um dia normal de atendimento. A coleta dos dados foi feita nesse mesmo contexto, ou seja, nas condições naturais em que os fenômenos a serem avaliados ocorrem, possibilitando, assim, a observação direta e imediata do pesquisador.

Esta pesquisa é definida como exploratório-descritiva, pois se buscou ter maior familiaridade com a problematização deste estudo de forma a torná-la explícita por meio de entrevistas com pessoas que vivenciam o problema abordado. Além disso, procurou-se descrever as características de determinada população e o relacionamento entre as variáveis estudadas.

O método de pesquisa adotado foi o estudo de caso, uma vez que se buscou um detalhado conhecimento de somente três operações bancárias e de três unidades bancárias: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Sicredi Alto Uruguai. A escolha das unidades bancárias ocorreu empiricamente, por estas serem consideradas as agências bancárias com mais movimento na Cidade foco da pesquisa. Em cada agência foi feito um convite formal e apresentação do projeto diretamente aos gerentes, que aceitaram e impuseram suas restrições quanto ao uso do ambiente bancário para a pesquisa.

Para a coleta de dados somente foi autorizada pelas agências bancárias a aplicação de entrevista, não sendo permitida a observação direta durante a realização das tarefas por parte dos voluntários. A entrevista foi elaborada a partir da construção das métricas de avaliação de interface propostas por Nielsen e realizada no período de março a maio de 2014, abrangendo dois grupos distintos de usuários bancários: jovens com idade de 20 a 30 anos e adultos/idosos, com idade superior a 31 anos. Em cada um dos três bancos avaliados, foram entrevistados 15 voluntários do grupo jovens e 15 voluntários do grupo adulto/idoso, totalizando, ao final, 90 entrevistas.

A interpretação e a análise dos resultados das entrevistas foram realizadas a partir da estatística descritiva que proporciona apresentar resumos simples a partir das entrevistas realizadas na coleta de dados. Nesse âmbito, todas as entrevistas foram lançadas em planilhas eletrônicas e separadas a partir das unidades bancárias e dos grupos de voluntários, para se obterem totalizadores das métricas avaliadas.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Com a autorização para a realização da pesquisa assinada pelos gerentes dos bancos, iniciaram-se as entrevistas com os clientes. Essas entrevistas foram realizadas no começo e no fim do mês, de acordo com a orientação dos gerentes. O gerente da agência do Banco do Brasil informou, ainda, quais seriam os melhores dias para coletar as entrevistas do público adulto/idoso. E foi esse público em específico o que demandou mais atenção na pesquisa. Todas as entrevistas foram realizadas sob supervisão dos gerentes, em horário de funcionamento do banco e dentro da unidade bancária, conforme orientação dos próprios gerentes. Essa atenção por parte deles é compreensível, pois fora da unidade e em um horário qualquer, coletar informações específicas a ações bancárias poderia denotar crime.

Com as entrevistas prontas, criaram-se planilhas eletrônicas específicas de cada banco e público-alvo e lançaram-se as informações para se obterem os resultados estatísticos. As Tabelas 1 a 5 ilustram o perfil do público-alvo entrevistado.

A Tabela 1 apresenta a faixa etária do público-alvo da pesquisa. No público adulto/idoso observa-se que a maior parte dos entrevistados se encontra na faixa de 56 a 65 anos. Por sua vez, a maior faixa etária do público jovem está entre 24 e 30 anos.

Tabela 1 – Idade do público-alvo

Faixa etária (anos)	Público-alvo	
	Jovens (%)	Adulto/Idoso (%)
Até 18	9	-
19-23	30	-
24-30	57	-
31-40	4	-
41-55	-	29
56-65	-	55
Mais 66	-	16

Fonte: os autores.

A Tabela 2 apresenta o resultado obtido do quesito grau de escolaridade do público-alvo. Entende-se pela compilação das entrevistas que o público adulto/idoso entrevistado, em sua uma grande maioria, não possui o ensino fundamental completo. Tal resultado pode ser um dos pontos que vem, de certa forma, refletir na dificuldade de interação desse público com o terminal de autoatendimento bancário. No público jovem, observa-se que a maioria dos entrevistados possui o ensino médio completo.

Tabela 2 – Grau de escolaridade do público-alvo

Grau de escolaridade	Público-alvo	
	Jovens (%)	Adulto/Idoso (%)
Ensino fundamental completo	2	24
Ensino fundamental incompleto	4	53
Ensino médio completo	51	16
Graduação completa	7	5
Graduação incompleta	36	2

Fonte: os autores.

A Tabela 3 expõe a frequência com que o público entrevistado vai aos bancos para a realização de operações nos terminais de autoatendimento. A maioria do público adulto/idoso frequenta o banco apenas uma vez por mês para receber, na maioria das vezes, o seu benefício. Isso

pode gerar grandes filas nos dias destinados ao pagamento, pois muitos destes precisam de ajuda para interagir com o *ATM*.

Tabela 3 – Frequência de ida ao banco para uso do *ATM*

Frequência uso dos <i>ATM</i> bancários	Público-alvo	
	Jovens (%)	Adulto/Idoso (%)
Diariamente	9	4
2 a 3 vezes por semana	33	22
2 a 3 vezes por mês	33	18
0 a 1 vez por mês	25	56

Fonte: os autores.

Pode-se observar ainda na Tabela 3 que o público denominado jovens costuma frequentar o banco mais de duas ou três vezes por mês, até mesmo duas a três vezes por semana. Esse fator é, de certa forma, um ponto positivo no quesito interação com a interface, pois quanto mais se utiliza uma interface, mais agilidade se ganha na interação com ela.

Na Tabela 4 pode-se observar o resultado obtido para as operações consideradas mais fáceis por ambos os públicos-alvo. Para os adultos/idosos entrevistados, as atividades de saque e extrato são consideradas as operações mais fáceis de serem realizadas. Um contraponto à Tabela 5, pois cerca de 20% do público idoso/adulto destacou ter certa dificuldade em realizar saques. Para o público jovem, o saque é a operação mais fácil de se realizar.

Tabela 4 – Operações bancárias consideradas mais fáceis

Operação bancária	Público-alvo	
	Jovens (%)	Adulto/Idoso (%)
Saque	58	38
Extrato	23	26
Depósito	19	34
Outras	0	2

Fonte: os autores.

A Tabela 5 apresenta as operações bancárias consideradas mais difíceis de serem realizadas por ambos os públicos pesquisados. Para o

grupo adulto/idoso, as operações mais complicadas são: transferências, pagamentos e depósitos identificados, que constam na pesquisa como outras operações, correspondendo a 31%. A pesquisa com o público jovem demonstrou que para estes praticamente não há dificuldades em interagir com o *ATM*, e também não há dificuldades na realização das três operações avaliadas neste trabalho (saque, depósito, extrato). Apenas 7% desse público relatou apresentar certa dificuldade em fazer operações não triviais.

Tabela 5 – Operações bancárias consideradas mais difíceis

Operação bancária	Público-alvo	
	Jovens (%)	Adulto/Idoso (%)
Saque	0	20
Extrato	2	22
Depósito	0	2
Outras	7	31
Não tenho dificuldades	91	25

Fonte: os autores.

Como já mencionado, no cruzamento das operações mais difíceis e mais fáceis, preocupante é o fato de que a operação considerada mais fácil para o grupo adulto/idoso (o saque) também é considerada por uma elevada porção dos participantes (20%) como uma das mais difíceis, mostrando de certa forma, uma incongruência nos resultados, o que demonstra a necessidade de estudos mais aprofundados para determinar a causa desse fator.

4.1 AVALIAÇÃO DAS HEURÍSTICAS NO BANCO DO BRASIL

A avaliação das heurísticas ocorreu a partir da confecção de um questionário com métricas elaboradas para cada uma das três operações bancárias avaliadas. Em cada uma das métricas de cada operação avaliada, o entrevistado optava por uma das seguintes opções: Concordo fortemente; Concordo; Indeciso; Discordo; e, Discordo fortemente. A

Tabela 6 apresenta o resultado da avaliação heurística das três operações bancárias do Banco do Brasil.

Tabela 6 – Resultado final das heurísticas avaliadas no Banco do Brasil

Avaliação final Banco do Brasil	Público-alvo	
	Jovens (%)	Adulto/Idoso (%)
Concordo fortemente	14	13
Concordo	52	47
Indeciso	19	30
Discordo	12	10
Discordo fortemente	3	0

Fonte: os autores.

Observa-se na Tabela 6 que a maioria do público adulto/idoso (47%+13%), concorda com as métricas que avaliaram a interface e a interação das três operações abordadas pela pesquisa, ou seja, 60% avaliaram de forma positiva a interface dos *ATMs* do Banco do Brasil. O público jovem, em sua maioria, avaliou também de forma positiva (66%) contra 19% de indecisos, que as interfaces e interações avaliadas estão de acordo. Todavia, 15% discordam, ou seja, apontaram não conformidades de acordo com as métricas avaliativas.

4.1.1 Sugestões e críticas para a interface do *ATM* do Banco do Brasil

De maneira geral, os usuários do sistema de autoatendimento estão satisfeitos. A única sugestão seria para o público adulto/idoso maior de 55 anos. O sistema poderia ser capaz de, por meio da leitura do cartão magnético do usuário, identificar que estará sendo manipulado por uma pessoa com mais de 55 anos, e então adaptar a sua interface com fontes de tamanho maior, uma vez que vários usuários dessa faixa etária já possuem a visão debilitada.

Vale ressaltar que grande parte dos entrevistados salientou que o terminal que utiliza sistema de biometria, há pouco tempo implanta-

do, é de grande valia, pois o sistema se torna mais seguro, e o usuário passa a ter mais confiança nas operações realizadas. Para *ATMs* que possuem esse recurso, fica a sugestão de que quando o idoso (mais de 55 anos) tiver a conta compartilhada com outra pessoa, que seja feito o cadastro da impressão digital dos dois, assim, quando o idoso não puder se deslocar até a agência, o segundo titular também poderá realizar operações nessa conta por meio do *ATM*.

4.2 AVALIAÇÃO DAS HEURÍSTICAS NA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

A Tabela 7 apresenta os totalizadores finais dos públicos adulto/idoso e jovem, das métricas avaliadas nas três operações escolhidas, na Caixa Econômica Federal.

Tabela 7 – Resultado final das heurísticas avaliadas na Caixa Econômica Federal

Avaliação final Caixa Econômica Federal	Público-alvo	
	Jovens (%)	Adulto/Idoso (%)
Concordo fortemente	6	4
Concordo	54	52
Indeciso	20	31
Discordo	18	13
Discordo fortemente	2	0

Fonte: os autores.

Observa-se na Tabela 7 que 52% do público adulto/idoso, concordam com as métricas avaliadoras das heurísticas de Nielsen, ainda, 4% concordam fortemente, ou seja, 56% desse grupo avaliou de forma positiva as interfaces e interações das três operações bancárias. Contudo, esse grupo apresenta um alto índice de indecisos (31%). Para o público jovem, 60% concordam com as heurísticas avaliadas. Logo, conclui-se que ambos os públicos estão satisfeitos com as interfaces dos terminais oferecidos pela Caixa Econômica Federal nas três operações bancárias avaliadas neste estudo.

4.2.1 Sugestões e críticas para a interface do *ATM* da Caixa Econômica Federal

Foi constatado que o público adulto/idoso que reside no interior do município tem maior dificuldade em usar os *ATMs* da Caixa, pelo fato de fazerem uso do terminal apenas uma vez por mês, e, portanto, na maioria das vezes, esperando sempre pela ajuda de um atendente, fator esse gerador de grandes filas de espera nos dias destinados ao recebimento dos proventos desses usuários. Nesse sentido, sugere-se o aumento de atendentes nos terminais de autoatendimento, especificamente nesses dias.

Esse mesmo público, durante as entrevistas, considerou que para usar o sistema é necessário ter alguma experiência. Uma sugestão seria a disponibilização de um terminal para atendimento preferencial a esse público, no qual o tamanho da fonte fosse maior e as informações na interface fossem resumidas, diminuindo, assim, a carga cognitiva na realização das operações.

4.3 AVALIAÇÃO DAS HEURÍSTICAS NO BANCO SICREDI ALTO URUGUAI

É apresentado na Tabela 8 o resultado final das métricas avaliadoras das heurísticas de Nielsen, obtidas nos *ATMs* do banco Sicredi Alto Uruguai, nas três operações escolhidas.

Tabela 8 – Resultado final das heurísticas avaliadas no banco Sicredi Alto Uruguai

Avaliação final Sicredi Alto Uruguai	Público-alvo	
	Jovens (%)	Adulto/Idoso (%)
Concordo fortemente	9	9
Concordo	56	52
Indeciso	22	26
Discordo	12	10
Discordo fortemente	1	3

Fonte: os autores.

Observa-se na Tabela 8 que a maioria do público adulto/idoso (61%) avaliou de forma positiva as interações e interfaces pesquisadas. Para o público jovem, esse percentual é um pouco maior, já que 65% destes concordam que as interfaces dos terminais de autoatendimento do Sicredi atendem às expectativas das heurísticas propostas.

4.3.1 Sugestões e críticas para a interface do *ATM* do Banco Sicredi Alto Uruguai

Muitos voluntários ressaltaram que o terminal é bem sinalizado, contendo as instruções do que fazer, com adesivos colados no próprio terminal. Contudo, esses adesivos podem ser facilmente retirados e/ou avariados. Uma sugestão nesse caso seria remodelar a interface para que essas instruções estivessem na própria interface.

Foi presenciado nessa agência bancária um cliente que veio utilizar o terminal pela primeira vez, fazendo uma operação de depósito. Esse usuário, com mais de 50 anos de idade, conseguiu realizar a operação com êxito e sem auxílio dos atendentes. Após realizar o seu depósito, ele respondeu ao questionário e afirmou que a interface do *ATM* do banco Sicredi Alto Uruguai “é fácil de utilizar.”

4.4 RESULTADO DA AVALIAÇÃO DAS HEURÍSTICAS NOS TRÊS BANCOS

A fim de verificar se as interfaces atendem às necessidades dos usuários de maneira eficiente, concentrou-se na Tabela 9 o somatório das avaliações heurísticas dos três bancos avaliados e dos dois públicos-alvo.

Tabela 9 – Resultado global das heurísticas avaliadas

Avaliação final dos três bancos	Resultado (%)
Concordo fortemente	10
Concordo	50
Indeciso	24
Discordo	14
Discordo fortemente	2

Fonte: os autores.

Pode-se observar, na Tabela 9, que 60% dos entrevistados (50%+10%) concordam que as interfaces apresentam uma boa usabilidade para a realização das operações avaliadas. Entretanto, ressalta-se que 24% dos pesquisados se apontaram como indecisos nos questionamentos, o que denota que agiram por impulso durante as interações às solicitações feitas pelo terminal. Esse percentual pode pender tanto para o lado positivo (Concordo) quanto para o lado negativo (Discordo). A fim de aferir melhor esse fato, seria interessante uma pesquisa mais aprofundada nesse aspecto.

5 CONCLUSÃO

A partir do estudo proposto foi possível constatar as operações consideradas mais fáceis e as mais difíceis pelos dois públicos abordados. Foram apresentadas, também, as principais vantagens, desvantagens e receios ao se utilizar a interface dos terminais de autoatendimento bancário. Observou-se, ainda, que as operações consideradas mais difíceis e mais fáceis variam de acordo com o público e a operação que está sendo avaliada. O público que teve mais dificuldade em interagir com os *ATMs* foi o adulto/idoso.

No decorrer das entrevistas, muitas pessoas relataram que tinham pouca ou nenhuma dificuldade na interação com os terminais. Muitos dos voluntários realizam outras operações bancárias além das avaliadas nesta pesquisa. Constatou-se que há poucos jovens com dificuldade em utilizar os *ATMs*. Em alguns casos há idosos que frequentam o banco várias vezes durante o mês, interagindo mais com a interface, perdendo o medo e adquirindo confiança sobre o sistema de autoatendimento.

Foram encontrados participantes que precisaram de auxílio para usar o *ATM*, às vezes por medo de fazer algo errado ou por uma experiência frustrada, o que pode ter gerado receio na interação com o sistema. Dessa maneira, esses participantes preferem pedir ajuda dos atendentes a tentar interagir sozinhos com o *ATM*.

Idosos ressaltaram que, talvez, se utilizassem os *ATMs* mais vezes por semana viriam a perder o medo de interagir com o equipamento. Isso de certa forma é coerente, pois houve um voluntário idoso que foi entrevistado e destacou que por fazer uso dos terminais de atendimento duas vezes por semana, melhorou sua interação. Esse mesmo participante ressaltou que: “[...] depois que fiz um curso básico de informática, o curso fez com que perdesse o medo de interagir e busquei aprender sempre algo novo, sem medo de errar.” (informação verbal). Idosos da zona rural apresentaram maiores dificuldades em interagir com os terminais, pois visitam pouco os bancos e possuem pouco contato com informática. A maior dificuldade encontrada por esse público é o medo de fazer algo errado na interação com o *ATM*.

De acordo com as interfaces avaliadas, conclui-se que a interface da Caixa Econômica Federal deveria ser mais intuitiva e com perguntas mais claras e objetivas, facilitando a interação com o usuário. A interface que apresentou uma ergonomia mais satisfatória, de acordo com as heurísticas avaliadas e pelos resultados coletados, foi a do Banco Sicredi Alto Uruguai. Isso se deve ao fato de o sistema ser mais simples de ser utilizado em relação aos demais bancos avaliados. Por sua vez, os usuários do Banco do Brasil mostraram-se satisfeitos com a interface existente e salientaram a segurança implementada por meio do sistema de biometria digital.

Como sugestão, os voluntários idosos, em ambos os bancos, ressaltaram que deveria haver um caixa preferencial para eles. Uma alternativa computacional seria o sistema possuir um perfil para os idosos, com fontes maiores, mais contraste nas cores usadas e menos elementos poluentes na interface, a fim de facilitar a leitura.

REFERÊNCIAS

CHAN, S.; ROCHA, H. V. da. **Estudo Comparativo de Métodos para Avaliação de Interfaces Homem-Computador**. Relatório Técnico IC-96-05. Universidade de Campinas, set. 1996. Disponível em: <<http://www.ic.unicamp.br/~reltech/1996/96-05.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2013.

CYBIS, W. de A. **Engenharia de usabilidade**: uma abordagem ergonômica. Florianópolis: Labiutil, 2003. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~cybis/Univag/Apostila_v5.1.pdf>. Acesso em: 28 set. 2013.

CYBIS, W. et al. **Ergonomia e usabilidade**: conhecimentos, métodos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2010. 422 p.

FERREIRA, J. R. O impacto da tecnologia da informação sobre o desenvolvimento nacional. **Ciência da Informação**, v. 23, n. 1, 1994. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/563/563>>. Acesso em: 13 out. 2013.

FURGERI, S. **Metodologias para avaliação de interfaces**. 2005. Disponível em: <http://www.ceunsp.br/eventos/seminfo/material/sergio_avaliacao_interface.pdf>. Acesso em: 30 out. 2013.

ISO/IEC 9.126-11. **Part 11**: Guidance on Usability, 1998.

MACIEL, C. et al. Avaliação heurística de sítios na web. In: CONGRESSO REGIONAL DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES, 9., 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: PAK Multimídia, 2004. Disponível em: <http://www.addlabs.uff.br/Novo_Site_ADDLabs/images/documentos/publicacoes/publicacoes_pdf/trabalhos_anais_congresso/2004/20130809151827_2004%20-%20Avaliao%20heurstica%20de%20stios%20na%20web.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.

MARTINS, M. C.; BARANAUSKAS, M. C. C.; HORNUNG, H. H. Design socialmente responsável: desafios de interface de usuário no contexto brasileiro. In: CONGRESSO DA SBC, 28., 2008, Belém do Pará. **Anais...** Belém do Pará: Universidade Estadual de Campinas, 2008. Disponível em: <<http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/semish/2008/007.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2013.

NIELSEN, J. **10 Usability heuristics for user interface design**. Jan. 1995. Disponível em: <<http://www.nngroup.com/articles/ten-usability-heuristics/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

COSTA FILHO, B. A. da; PIRES, P. J. O atendimento humano como suporte e incentivo ao uso do auto-atendimento em bancos. **Fae**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 59-67, abr. 2001. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v4_n1/o_atendimento_humano_como_.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013.

PRATES, R. O.; BARBOSA, S. D. J. **Avaliação de interfaces de usuário – conceitos e métodos**. Disponível em: <http://homepages.dcc.ufmg.br/~rprates/ge_vis/cap6_vfinal.pdf>. Acesso em: 22 out. 2013.

PREECE, J. et al. **Human-computer interaction**. Addison-Wesley: The Open University, 1994.

ROCHA, H. V. da; BARANAUSKAS, M. C. C. **Design e avaliação de interfaces humano-computador**. Campinas: NIED/Unicamp, 2003. Disponível em: <<http://www.nied.unicamp.br/?q=node/109/download/59c62fbc3159a64a03d5afe891d65cdf>>. Acesso em: 21 out. 2013.

PROJETO E PROTÓTIPO DE FERRAMENTA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS ADAPTADA AO PROCESSO DE CRIAÇÃO

Tailo Mateus Gonsalves*
Ana Marcia Debiasi Duarte**

Resumo

Neste trabalho se relata a elaboração de um projeto de um protótipo de ferramenta capaz de gerenciar o processo de produção de uma agência de criação, que se organiza no formato de clube de criação. O trabalho foi desenvolvido por meio da identificação e seleção dos processos-padrão do gerenciamento de projetos que se aplicam à gestão do processo de criação, da definição de um processo de gerenciamento de projetos adaptado às necessidades do processo de criação de agências de gestão de marca e *branding*. O trabalho foi realizado com a interação no ambiente empresarial diretamente com os profissionais que trabalham com a criação e que gerenciam os projetos e trabalham em atividades de gestão administrativa da empresa. Em razão de sua característica iterativa, o projeto é dividido em módulos e priorizado de acordo com a importância atribuída pelos gestores no negócio. Inicialmente, foi definido o processo em detalhes, uma ferramenta foi configurada para fazer o armazenamento das informações do projeto, e o desenvolvimento foi iniciado. Um padrão de interface foi definido para se criar uma identidade para a aplicação. A dificuldade de definição dos requisitos pelos especialistas de negócio foi identificada, e algumas mudanças na dinâmica foram propostas para evitar que a qualidade da especificação diminuísse ao longo do desenvolvimento.

Palavras-chave: Gerenciamento. Projetos. *Software*. Agência. Criação.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, em uma organização dedicada ao processo de criação utilizam-se várias formas e ferramentas para controle de seus

* Graduando em Sistemas de Informação da Universidade do Oeste de Santa Catarina; tailogonsalves@gmail.com

** Mestre em Computação Aplicada; ana.duarte@unoesc.edu.br

respectivos processos, não havendo uma única ferramenta capaz de gerenciar o todo. Para haver um gerenciamento eficiente é de extrema importância que todos os meios de contatos, os relatórios e os projetos estejam interligados, sendo de fácil acesso e manipulação dos dados e da informação.

O processo de criação requer um amplo conhecimento, envolvendo vários setores, em que, conseqüentemente, cada parte possui sua importância. Depois do contato com o cliente, iniciando-se todo o ciclo, é realizada a elaboração da proposta, após *feedback* do cliente; se aprovada, é iniciado o planejamento do projeto e o levantamento dos serviços, com a conclusão sendo a própria criação do produto.

A natureza da pesquisa classifica-se como aplicada, pois a ferramenta é dirigida à solução de um problema. Quanto à forma de abordagem, é qualitativa, pois possui contato direto para a coleta de dados, partindo da teoria à prática, com foco na qualidade de cada processo. Para se atingirem os objetivos do presente trabalho, este se classifica como exploratório.

Os procedimentos realizados neste trabalho foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de laboratório, além de estudo de caso. É um estudo de caso pois a aplicação é criada para uma área específica e permitiu um amplo e detalhado conhecimento da área. É classificado como pesquisa bibliográfica, pois é de extrema importância compreender e identificar os processos de inovação e criação. Assim, a pesquisa foi realizada por meio de livros, artigos e *websites*.

Diante disso, o principal objetivo com este estudo é definir um sistema e as melhores formas para a gestão de uma organização no formato de clube de criação. Perante as necessidades, o *software* foi dividido em forma de *Application Programming Interface (API)*, adequando-se ao processo e seguindo-se as melhores práticas da engenharia de *software*.

O principal resultado demonstrou a qualidade no produto final, pois este centralizou informações dos clientes, tornando fácil o acesso e o gerenciamento dos projetos.

2 GERENCIAMENTO DE PROJETOS

Projeto é um empreendimento planejado que consiste em um conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas, com o fim de alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo determinados (ONU, 1984). O gerenciamento de projetos é a aplicação do conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto para atender aos seus requisitos (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2013). Segundo Kerzner (2006), a gestão de projetos tem sido considerada uma ferramenta competitiva das empresas. Um dos motivos é o crescente nível de qualidade e agregação de valor que a estrutura do projeto proporciona por intermédio do controle de custos e de mudanças, além da entrega do produto e/ou serviço dentro do prazo.

Características e circunstâncias específicas do projeto podem influenciar as restrições nas quais equipes de gerenciamento do projeto precisam se concentrar (PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, 2013). Dessa forma, a definição de uma metodologia para a gestão dos projetos que atenda às necessidades específicas se torna indispensável para alcançar os objetivos.

O gerenciamento de projetos é estratégico em organizações, independente do seu tamanho. Pequenas empresas transmitem uma ideia de agilidade e flexibilidade, no entanto também existem algumas deficiências estruturais, como capacitação de pessoal, profissionalização e visão estratégica (SILVA, 2007). Essas são características que podem ter impacto direto nos resultados das organizações, principalmente nas menores, que possuem menos condições de absorver os impactos de projetos malsucedidos.

A área de serviços é responsável por mais de 66% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e emprega mais da metade dos trabalhadores formais (LOVELOCK; WIRTZ; HEMZO, 2001). Nessa área também são desenvolvidos projetos, e suas peculiaridades são percebidas e tratadas nos projetos.

Os benefícios associados ao gerenciamento de projetos incluem evitar surpresas durante a execução dos trabalhos, otimizar a alocação de pessoas e documentar e facilitar as estimativas para futuros projetos. Em um estudo de *benchmarking* em gerenciamento de projetos realizado em 2009 no Brasil (PMI, 2009), identificaram-se os principais benefícios resultantes do gerenciamento de projetos: maior comprometimento com objetivos e resultados, disponibilidade de informação para a tomada de decisão, melhoria de qualidade nos resultados dos projetos, minimização dos riscos em projetos, maior integração entre as áreas e aumento da satisfação do cliente interno/externo.

2.1 PROCESSO DE CRIAÇÃO

O processo criativo é um tema que já foi e ainda é muito discutido entre profissionais dos segmentos de negócios que têm como principal diferencial a criatividade. Empresas de comunicação, *design*, arquitetura e outras precisam, no dia a dia, gerar soluções para diferentes tipos de problemas. Mas o processo para gerar essas soluções sofre mudanças, e sua aplicação é distinta de acordo com as necessidades específicas. Por isso, o assunto envolve diversos questionamentos e pontos de vista divergentes (DOMINGOS, 2003).

Parece uma contradição falar sobre processo criativo quando criar é justamente não seguir método nenhum. Ao contrário, os maiores criativos da história “criavam” seu próprio processo criativo. Por exemplo, Beethoven despejava água gelada sobre sua cabeça na hora de criar. O poeta alemão Johann Schiller colocava maçãs podres em sua mesa antes de compor seus poemas. Honoré de Balzac se empanturrava de xícaras de café para bolar suas histórias. O escritor russo Ivan Tour-gueniev colocava os pés num balde de água quente sempre que ia escrever seus livros (DOMINGOS, 2003, p. 122).

A aplicação de diferentes métodos é uma tentativa de tornar o caos mais organizado. A técnica mais conhecida e aplicada no mercado é o *brainstorming*, também conhecido como cotejo de ideias livre ou tem-

peste cerebral. É uma técnica, realizada em grupo ou individualmente, que “[...] objetiva encorajar grupos de sujeitos criativos a expressarem pensamentos e adiar julgamentos críticos. Cada indivíduo oferece usos, soluções, formas etc., que são listadas, combinadas, melhoradas e transformadas em outras.” (MICHALCO, 2006). Ao final desse processo o grupo avalia as ideias e compara os resultados.

Como nesse processo surgem diversas ideias e possibilidades “[...] é praticamente impossível trabalhar sem definir um método de trabalho.” (DOMINGOS, 2003). Segundo Gomes (2002), o processo de criação é baseado em algumas etapas, que se dividem em:

- a) identificação: compreender o problema que precisa ser resolvido, identificar o público-alvo e os limites para a execução do projeto;
- b) preparação: coleta de informações sobre o problema, o cliente, o produto, o público, a concorrência, etc.;
- c) incubação: deixar o subconsciente trabalhar e fazer as ligações necessárias. É o momento para sair, fazer outras coisas, relaxar e deixar o problema de lado;
- d) esquentação: usar as conexões que o subconsciente fez para gerar novas ideias;
- e) iluminação: quando a ideia criativa aparece;
- f) elaboração: a ideia é aperfeiçoada para se transformar na solução desejada;
- g) verificação: momento de fazer testes e dar um tempo para, posteriormente, avaliar se ela é realmente válida e aplicável.

Com o passar do tempo, esse processo se torna automático. É importante ressaltar que essas etapas são aplicáveis ao setor criativo do negócio. No entanto, para a empresa funcionar, é preciso que todo o sistema esteja em sincronia, falando a mesma língua. Ou seja, na publicidade, no *design* e na propaganda existem outros processos/setores fundamentais para o bom andamento dos projetos. Os principais são atendimento,

planejamento, criação, mídia, produção e setor financeiro. Se não houver integração entre os setores, podem ocorrer falhas de comunicação que comprometem o resultado final.

Dessa forma, o processo todo para que a empresa seja eficaz se resume da seguinte forma:

1º - O responsável pelo atendimento entra em contato com o cliente para identificar as necessidades, e, nessa conversa, é elaborado o documento conhecido como *briefing*;

2º - Os setores de planejamento e criação recebem o *briefing* para realizar a análise e o diagnóstico do problema de comunicação a ser resolvido. O planejamento define com o atendimento e passa o *status* da tarefa para criação com a determinação da data de início e data de entrega para encaminhar o projeto para a primeira aprovação com o cliente;

3º - A equipe de criação aplica o processo de criação visto anteriormente para gerar as melhores soluções para cada necessidade;

4º - O material criado é enviado ao cliente. Em seguida o cliente retorna dizendo se o material enviado está aprovado ou se será necessária alguma alteração. Neste momento também são encaminhados os orçamentos para produção do material (por exemplo: impressão de *folders* ou filmes para TV) e veiculação (compra de espaços para divulgação, como espaços em jornal, rádio ou TV).

5º - Se aprovado, o *status* é alterado para arte final para serem feitos os últimos ajustes.

6º - Se for solicitada alguma alteração, o *status* é modificado para alteração;

7º - Após o procedimento de arte-finalização, a tarefa pode receber o *status* de finalizado e seguir para a produção/veiculação;

8º - A última etapa é o envio ao setor financeiro para o faturamento, emissão de ordem de serviço, notas fiscais e outros procedimentos.

Assim, os *status* das tarefas, quando cadastradas, geralmente são: orçamento, criação, aguardando aprovação, alteração, arte final e finalizado. Um sistema de gerenciamento eficaz é aquele que dá acesso ao

processo todo para que a equipe o acompanhe desde a entrada até a saída. Alguns dos sistemas disponíveis atualmente no mercado não conseguem suprir todas as necessidades das empresas que trabalham com gestão de projetos para equipes interdisciplinares. Parte deles tem foco exclusivo para tarefas criativas, outros mantêm as funções mais direcionadas para o setor financeiro e de orçamentos, e outros não permitem a integração da equipe. Além disso, muitos desses sistemas não possuem uma interface agradável e fácil de navegar.

Partindo desse pressuposto, a Neo/saga – Clube de criação & Branding, de Chapecó, SC, sentiu a necessidade de desenvolver um *software* que atenda a essas necessidades e tenha como propósito melhorar o fluxo de informação interna da empresa, facilitar a gestão de projetos em todos os setores envolvidos e oferecer uma experiência de qualidade ao usuário.

2.2 API

API significa *Application Programming Interface* ou, em português, Interface de Programação de Aplicativos. Essa interface de programação é um conjunto de padrões de programação que permitem a construção de aplicativos e a sua utilização. Na grande maioria das vezes uma *API* se comunica com diversos outros códigos, interligando diversas funções em um aplicativo (MEDEIROS, [201-?]).

No contexto do processo de criação, a *API* vai reaproveitar o código das funcionalidades, disponibilizando serviços podendo ser utilizado em outros *softwares*, tornando a aplicação de fácil manutenção.

Para enviar as informações da tela para o servidor, foi utilizada a tecnologia do Google. O Angular vem se tornando mais acessível, com amplo funcionamento. Na aplicação do protótipo essa tecnologia foi utilizada para a comunicação com a *API*.

O Angular é um *framework* JavaScript mantido pelo Google e que vem ganhando cada vez mais adeptos para o desenvolvimento de

aplicações *web*. O Angular ensina uma nova sintaxe ao navegador por meio de construções chamadas de diretivas, na prática, novas *tags* ou atributos de elementos. Assim, todas as modificações são aplicadas em tempo real, tornando a experiência do usuário mais rica (VICENTE; SILVA, [2014]).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa proposta neste trabalho tem natureza aplicada, pois tem o objetivo de gerar conhecimentos para uma aplicação prática dirigida à solução de um problema específico de gerenciamento de projetos de criação em uma empresa organizada em forma de clube de criação. Em relação à abordagem, a pesquisa se caracteriza como qualitativa, uma vez que o ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Essa pesquisa não requer o uso direto de métodos e técnicas estatísticas, pois não serão executadas, como atividade principal, observações de população ou de fenômenos específicos.

A pesquisa proposta é de característica exploratória. Para a realização da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico para compreensão dos conceitos envolvidos e, em seguida, a elaboração do estudo de caso. O estudo de caso consiste em uma investigação detalhada de uma ou mais organizações, ou grupos dentro de uma organização, visando a prover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em estudo (HARTLEY, 1994). Neste trabalho, o estudo de caso permitirá o levantamento dos dados necessários para elaboração do sistema, além da aplicação dos conceitos e da avaliação dos resultados. Entre outros pontos, Hartley (1994) afirma que o estudo de caso é útil quando a compreensão dos processos sociais em seu contexto organizacional ou ambiental é importante para a pesquisa. Para o projeto e protótipo da ferramenta de gerenciamento de projetos adaptada ao processo de criação, o estudo de caso dará condições de analisar e identificar todos os pontos importantes que devem ser gerenciados no trabalho cotidiano de uma

agência de criação. Além disso, permitirá que seja validado o resultado do estudo para identificar sua efetividade e os pontos de melhoria.

Ainda no contexto do estudo de caso, os métodos utilizados para a coleta de dados são, basicamente, as entrevistas e o estudo de campo. A amostra para o estudo é definida como intencional, pois determina o ambiente do estudo de caso como fonte principal de informações, pois entende que esse ambiente é representativo da população.

4 ANÁLISE DOS DADOS

O campo escolhido para a realização do estudo de caso foi a empresa de criação NeoSaga incubada no Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

Atualmente, a empresa utiliza várias ferramentas para a gestão dos processos, sendo de extrema importância, uma única ferramenta capaz de centralizar e gerenciar toda a informação. Cada etapa realizada pela empresa deve ser registrada, de forma segura, para que os dados sejam manipulados quando bem necessário, evitando-se transtornos, como informação perdida e erros na gestão.

A organização atua diretamente com outras empresas e pessoas físicas, provendo contato diretamente com o cliente, planejamento das necessidades e elaboração da criação na mídia escolhida.

A seguir são descritas as etapas da pesquisa: prospecto e elaboração da proposta; planejamento do projeto e serviços; e, criação:

Etapa 1: essa primeira etapa consiste no primeiro contato com o cliente e na elaboração da proposta. A necessidade da empresa é centralizar os dados dos clientes em apenas um lugar, sendo de fácil acesso, identificando como foi o meio do contato e gerando relatórios e acesso liberado para os setores de responsabilidade futura. Atualmente, o cadastro de clientes é realizado por uma ferramenta, e a continuidade do processo, por outra, tornando difícil o controle.

Após o primeiro contato com o cliente, é realizada a elaboração da proposta; esse processo pode demorar bastante tempo, dependendo da

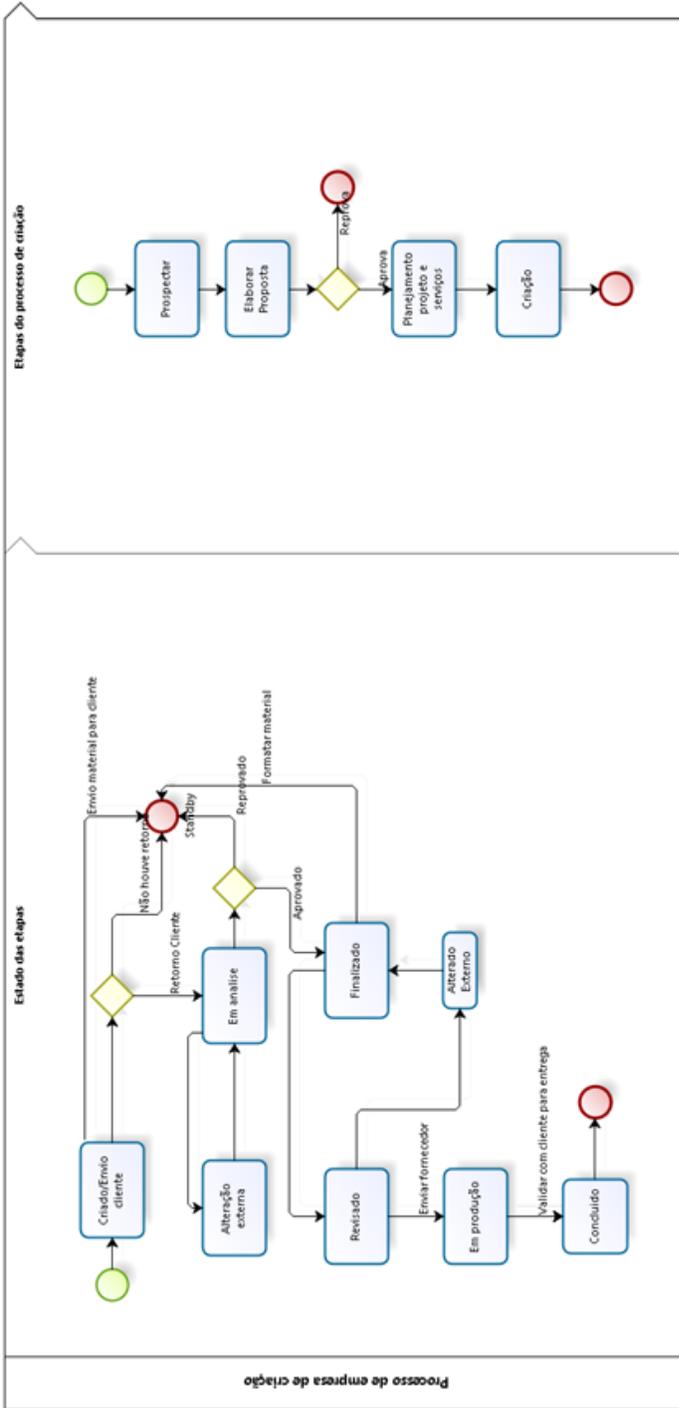
aprovação do cliente solicitante do projeto ou serviço. A necessidade da empresa de criação é possuir um histórico de todo o conteúdo repassado para o cliente, assim como todo o histórico da conversa, evitando perda de informação e para futuro acompanhamento do processo.

Etapa 2: com a aprovação do cliente, o projeto ou serviço entra na etapa de planejamento, realizando levantamento e especificação das necessidades do cliente. Juntos, o projeto é desenvolvido no papel e as dúvidas e requisitos são detalhados. Caso não houver a aprovação o projeto fica em *standby*, esperando novo contato.

Etapa 3: por fim, possuindo as necessidades do cliente descritas, todo o relatório é encaminhado para o setor de criação. Nesse setor, o projeto será realizado conforme as especificações e atribuído conforme a mídia solicitada, se assim possuir.

Ao concluir este estudo, observa-se a importância de um *software* para a organização da empresa. Assim, para a empresa possuir eficiência é de extrema importância um *software* que execute os procedimentos que condizem com as necessidades que ela realmente possui.

Fluxograma 1 – Sistema de gestão proposto para empresas de criação



Fonte: os autores.

Imagem 1 – Tela principal do sistema para empresas de criação



Fonte: os autores.

Conforme a Imagem 1, pode-se acompanhar como é realizado o primeiro contato com os clientes quando são obtidas as informações detalhadas do solicitante do serviço. Uma das necessidades do clube de criação é deixar de forma centralizada todo o histórico de diálogos e envio de material. Dessa forma, a tela foi desenvolvida com o intuito de selecionar o registro da pessoa e carregar todas as informações.

Quando cada processo é detalhado e padronizado, tudo visa à eficiência e à eficácia, os resultados sempre serão positivos, os gestores e os funcionários trabalharão com segurança, possuindo a visão dos processos anteriores e posteriores do setor responsável, deixando de forma clara o planejamento e o gerenciamento do processo em que cada pessoa participa. Além disso, com os processos bem definidos é garantido o melhor resultado para os clientes e melhor contato com eles evitando possível perda de informação.

Nesta pesquisa, identificou-se o processo realizado por empresas de criação, e ficou claro que quando os setores se relacionam ocorre um fluxo ideal de execução. Para que o fluxo funcione de maneira satisfatória, independente do projeto ou serviço, todas as fases devem ser consideradas.

Outro fator relevante observado mediante este estudo de caso é a importância de se conhecer de forma detalhada como funciona cada setor, havendo o conhecimento de cada processo de outros setores no produto final. A tecnologia e o mercado de criação e inovação crescem muito rapidamente. Para as empresas acompanharem essa evolução é necessário planejamento, organização e trabalho em equipe, beneficiando todos os membros que fazem parte da empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo, concluiu-se que as organizações de criação necessitam de um *software* capaz de realizar todo o gerenciamento do processo. A falta de uma ferramenta capaz de fazer o controle

do processo acarreta falhas no produto final e prejudica o funcionamento da empresa.

O estudo mostrou que o planejamento deve sair do papel e ser de fato executado para as empresas possuírem organização e segurança adequadas. Com o avanço da tecnologia e da comunicação novos produtos e serviços estão sendo consumidos e solicitados e cabe aos gestores identificarem a melhor forma de suprir essa necessidade, utilizando as ferramentas de forma correta e beneficiando as empresas em geral. O desenvolvimento e levantamento das necessidades foi acompanhado na empresa de criação em estudo.

A partir do estudo apresentado, é possível ter noção do percurso de um projeto ou serviço solicitado para uma empresa de criação. Com a utilização correta do estudo de caso é possível visualizar começo, meio e fim do produto final, podendo ser utilizado por qualquer empresa no aspecto de clube de criação.

REFERÊNCIAS

DEVELOPING AND RAILS. **Developing and Rails**: API authentication with devise_token_auth. [201-?]. Disponível em: <<http://www.developingandrails.com/2015/02/api-authentication-with-devisetokenauth.html>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, L. V. N. **Criatividade: projeto, desenho, produto**. 1. ed. Santa Maria: SCHDs, 2002.

HARTLEY, Jean F. Case studies in organizational research. In: CASSEL, C.; SYMON, G. (Ed.). **Qualitative methods in organizational research**: a practical guide. London: Sage, 1994.

KERZNER, H. **Gestão de projetos**: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2006.

LOVELOCK, C.; WIRTZ, J.; HEMZO, M. A. **Marketing de serviços**: pessoas, tecnologia e estratégia. 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MEDEIROS, H. **Application Programming Interface**: Desenvolvendo APIs de Software. [201-?]. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/application-programming-interface-desenvolvendo-apis-de-software/30548>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

MENEZES, L. C. de M. **Gestão de Projetos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MICHALCO, M. **Thinkertoys**. Berkley: Ten Speed Press, 2006.

NADEL, B. **Using the \$http service in AngularJS to make AJAX requests**. 2011. Disponível em: <<http://www.bennadel.com/blog/2612-using-the-http-service-in-angularjs-to-make-ajax-requests.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Grupo de CAC. **Seguimiento y evaluación**. Pautas básicas para el desarrollo rural. Roma: FAO, 1984.

POLISHCHUK, A. **Building a RESTful API in a Rails Application**. [201-?]. Disponível em: <<https://www.airpair.com/ruby-on-rails/posts/building-a-restful-api-in-a-rails-application>>. Acesso em: 07 set. 2015.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos**. (Guia PMBOK). 5. ed. Atlanta: Project Management Institute, 2013.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Chapters Brasileiros**. Benchmarking em Gerenciamento de Projetos Brasil. 2009.

REGINATO, A. **Introdução a boas práticas para RSPEC**. [201-?]. Disponível em: <<http://betterspecs.org/br/>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

SILVA, K. M. Gestão de projetos em redes de pequenas empresas: a formação de redes de inovação e a execução de projetos em conjunto. In: ENCONTRO DA ANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

VICENTE, G. de O.; SILVA, D. F. da. **Apresentando o Angular.js**. [2014]. Disponível em: <<http://dextra.com.br/apresentando-o-angular-js-4/>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

VIEIRA, N. **Usando o RSpec para testar sua aplicação Rails – Modelos**. 2008. Disponível em: <<https://nandovieira.com.br/usando-o-rspec-para-testar-sua-aplicacao-rails-modelos>>. Acesso em: 21 ago. 2015.